

psicologia  
revista

## **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

### *Reitora*

Maria Amalia Pie Abib Andery

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP

### *Direção*

Patrícia Jundi Penha

### *Vice-direção*

Plínio de Almeida Maciel Junior

A *Psicologia Revista* tem por objetivo contribuir com a produção do conhecimento em Psicologia, através da publicação de trabalhos de pesquisadores e pensadores, tanto da PUC-SP quanto de outras instituições do país e do exterior, que possuam relevância e qualidade reconhecidas pela comunidade acadêmica. A composição preferencial de cada número procura incluir quatro relatos de pesquisa e/ou ensaios teóricos e/ou revisões bibliográficas de autores nacionais, um artigo de instituição estrangeira e um relato de experiências de ensino, serviço ou extensão. Todos os artigos passam por avaliação de conteúdo e relevância, realizada por pareceristas, e por uma revisão editorial, que verifica a adequação do texto às normas. A revista adota a normatização da APA e tem periodicidade semestral.

Forma de difusão: eletrônica.

### *Apoio*

Pró-Reitoria de Pós-Graduação PUC SP

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfoury – PUC-SP

Psicologia Revista / Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da PUC-SP. – N. 1 (1995)  
– São Paulo: EDUC

1995 –

Interrrompida de 2001 a 2003

Recuperada em 2004 (volume 13, número 1)

Semestral

ISSN 2594-3871

1. Psicologia – periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Faculdade de Psicologia.

CDD 150.05

### *Indexadores*

Base, Crossref, Diadorim, Dimensions, Fatcat.wiki, Google Scholar, Latindex, LatinREV, LILACS, Miguilim, Index Psi Periódicos, ROAD, Sudoc, Ulrich's Periodicals Directory, Wikidata

ISSN 2594-3871

32  
2

psicologia  
revista



revista da faculdade de ciências humanas e da saúde – PUC-SP

# psicologia revista

## *Editora chefe*

**Marilda Pierro de Oliveira Ribeiro**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

## *Editora*

**Laura Marques Castelhana**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

## *Vice editor*

**Marcelo Camargo Batistuzzo**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

## *Conselho Executivo*

**Emerson Ferreira da Costa Leite**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

**Camila Santos Lima Fonteles**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

**Laura Marques Castelhana**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

**Marcelo Camargo Batistuzzo**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

**Maria Cristina Pinto Gattai**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

**Pedro Eduardo Silva Ambra**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

**Ricardo Radin Bueno**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

**Solange Aparecida Emilio**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

## *Conselho Editorial*

**Antonio Virgílio Bittencourt Bastos**, Universidade Federal da Bahia

**Carlos Roberto Drawin**, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil

**Claudia Lemos**, Instituto de Estudos de Linguagem – Universidade de Campinas, Unicamp, Brasil

**Eduardo Vianna**, City University of New York, New York

**Elaine Gomes dos Reis Alves**

**Iray Carone**, Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo, USP, Brasil

**Liana Fortunato Costa**, Universidade de Brasília, UnB, Brasil

**Lisandro Vales**, Universidad de la Republica, Uruguay

**Luiz Roberto Monzani**, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de Campinas, Unicamp, Brasil

**Magali Ravit**, Université Lumière Lyon 2, França

**Mathilde Neder**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

**Pedrinho Árcides Guareschi**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

**Peter Kevin Spink**, Fundação Getúlio Vargas, Brasil

**Ubiratan D'Ambrosio**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

**Wanda C. Rodríguez Arocho**, Universidad de Puerto Rico, Porto Rico

## *Editoração Eletrônica*

**Waldir Alves**

## *Correspondência:*

psicologia revista

Rua Monte Alegre, 984, Sala T-52

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Fone (11) 3670-8155 – Das 9:00 às 18:00

E-mail: psicorevista@pucsp.br

# Sumário

## SUMÁRIO

Apresentação .....277

### ARTIGOS TEÓRICOS

Meritocracia: uma ideologia em prol do Neoliberalismo .....279

*Meritocracy: an ideology in favor of Neoliberalism*

*Meritocracia: una ideología a favor del neoliberalismo*

*Cristina Gonçalves de Abrantes*

*Maria da Graça Marchina Gonçalves*

Onde está o sujeito? Reflexões sobre o materialismo e a dialética..... 299

*Where's the subject? Reflections on materialism and dialectics*

*¿Dónde está el sujeto? Reflexiones sobre el materialismo y la dialéctica*

*Daniel Alves Teixeira*

### ARTIGOS METODOLÓGICOS

A experiência da escrita para uma construção cartográfica:  
caderno digital itinerante como dispositivo .....322

*The writing experience for a cartographic construction:*

*itinerant digital notebook as a device*

*La experiencia de escritura para una construcción cartográfica:*

*el cuaderno digital itinerante como dispositivo*

*Gabriela Walter Gonçalves*

*Kátia Alexandra dos Santos*

### RELATOS DE PESQUISA EMPÍRICA

Maternidade distante do país de origem: “aqui a gente não tem uma aldeia” ..... 344

*Maternity far from the country of origin: “here we do not have a village”*

*Maternidad lejos del país de origen: “aquí no tenemos pueblo”*

*Marina Vasconcellos Rocha*

*Andrea Seixas Magalhães*

*Mariana Gouvêa de Matos*

O papel do CAPS I na vida de seus usuários:  
um estudo a partir dos itinerários terapêuticos ..... 368

*The role of CAPS I in the lives of its users: a study based on therapeutic itineraries*

*El papel del CAPS I en la vida de sus usuarios: un estudio basado en itinerarios terapéuticos*

*Daisy Aparecida Alves Franco*

*Renata Fabiana Pegoraro*

Desigualdade racial na educação superior: percepções de estudantes universitários.....395  
*Racial inequality in higher education: perceptions of college students*  
*Desigualdad racial en la educación superior: percepciones de estudiantes universitarios*  
Marcelo Correa Cavadinha Barbosa  
Luciana Maia

Sexo, idade e tempo de prática influenciam o desenvolvimento de habilidades para a vida em praticantes de esportes adaptados? .....418  
*Sex, age and practice time influence the development of life skills in adapted sports practitioners?*  
*¿El sexo, la edad y el tiempo de práctica influyen en el desarrollo de habilidades para la vida en los deportistas adaptados?*  
Gabriel Lucas Morais Freire  
Carina Cléures de Moura Albuquerque  
Lenamar Fiorese  
Sherdson Emanuel da Silva Xavier  
Yara Lucy Fidelix  
José Roberto Andrade do Nascimento Junior

## RELATOS DE EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

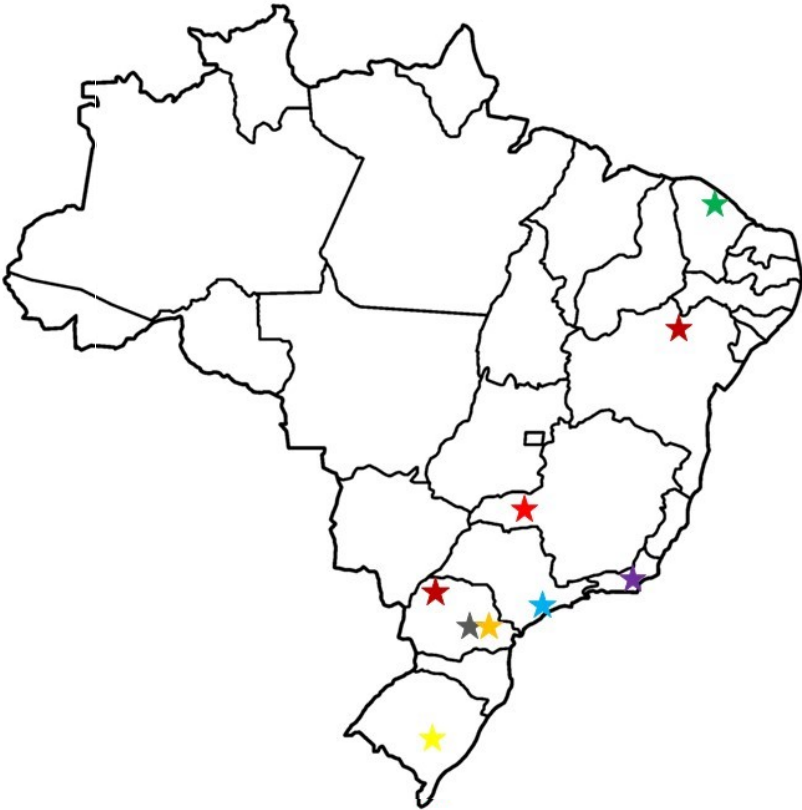
Atendimento psicológico ambulatorial em hospital geral: reflexões de um(a) estagiário(a) de psicologia .....435  
*Ambulatory psychological care in general hospital: reflections of a psychology intern*  
*Servicio psicológico ambulatorio en hospital general: reflexiones de una pasante de psicología*  
Bibiana Massem Homercher  
Felipe Schroeder de Oliveira  
Félix Miguel Nascimento Guazina

## JOVENS AUTORES

O luto materno em situação de violência policial: contribuições psicanalíticas .....459  
*Maternal grief in situations of police violence: psychoanalytic contributions*  
*Duelo materno en situaciones de violencia policial: aportes psicoanalíticos*  
Julia Tocalino Morabito  
Maria Virginia Filomena Cremasco

# Apresentação

Representação da proveniência dos artigos deste número:  
universidades e estados



## LEGENDA

Amarelo - Universidade Franciscana, RS.

Azul - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP

Cinza - Universidade Estadual do Centro-Oeste, PR.

Laranja - Universidade Federal do Paraná, PR.

Roxo - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ.

Verde - Universidade de Fortaleza, CE.

Vermelho - Universidade Federal de Uberlândia, MG.

Vinho - Universidade Federal do Vale do São Francisco, BA / Universidade Estadual de Maringá, PR.





# Meritocracia: uma ideologia em prol do Neoliberalismo

*Meritocracy: an ideology in favor of Neoliberalism*

*Meritocracia: una ideología a favor del neoliberalismo*

Cristina Gonçalves de Abrantes\*  
Maria da Graça Marchina Gonçalves\*\*

## Resumo

*Este artigo visa mostrar como a meritocracia é uma ideologia que se imbrica no sistema capitalista neoliberal e promove a manutenção do status quo. Busca-se desnaturalizar a lógica meritocrática que se apresenta como inerente ao funcionamento social. Ela é mascarada pela aparência de ser a única proposta adequada para categorizar os sujeitos em seus devidos lugares, em uma sociedade de classes. A complexidade desse fenômeno, que se apresenta em um discurso lacunar, permite que sejam analisadas as brechas em que o próprio discurso meritocrático falha. Neste artigo, nos debruçaremos sobre tais lacunas, e verificaremos como essa ideologia, fundamentada pela lógica liberal, promove a legitimação das disparidades sociais. Para fazer essa análise, é necessário se esquivar da lógica individual, e verificar como, coletivamente, são produzidas e se mantidas superestruturas sociais que configuram as dimensões subjetivas da realidade. Não se propõe, portanto, um olhar ingênuo às estruturas sociais como “algo dado”, e sim construído pelos agentes sociais que estão atravessados pela ideologia vigente.*

**Palavras-chave:** Meritocracia; Ideologia; Neoliberalismo.

## Abstract

*This paper aims to show how meritocracy is an ideology that is built-in the neoliberal capitalism and how it maintains the status quo. It seeks to*

---

\* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6891-2239>. E-mail: [cristinadeabrantes@gmail.com](mailto:cristinadeabrantes@gmail.com)

\*\* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6930-9052>. E-mail: [grajota@uol.com.br](mailto:grajota@uol.com.br)

Agências de fomento: CAPES, PUC-SP.

*denaturalize the meritocratic logic that presents itself as inherent to social functioning. Meritocracy is masked by the appearance of being the only appropriate proposal to categorize people to their standing in a class society. The complexity of this phenomenon, which is presented in a lacking discourse, allows one to analyze the gaps in which the meritocratic discourse itself fails. We intend to inspect such gaps, and see how this ideology, based on the liberal logic, promotes the legitimation of social disparities. In order to carry out this analysis, it is necessary to avoid the individualistic logic, and also to verify how social superstructures that compose the subjective dimensions of reality are produced and maintained collectively. Therefore, we do not propose a naive portrait of social structures as straightforward, but forged by the social agents who are mingled with the prevailing ideology.*

**Keywords:** Meritocracy; Ideology; Neoliberalism.

## Resumen

*Este artículo tiene como objetivo mostrar cómo la meritocracia es una ideología que se inserta en el sistema capitalista neoliberal y promueve el mantenimiento del status quo. Buscamos desnaturalizar la lógica meritocrática que se presenta como inherente al funcionamiento social. Está enmascarado por la apariencia de ser la única propuesta adecuada para categorizar los asuntos en su lugar apropiado, en una sociedad de clases. La complejidad de este fenómeno, que se presenta en un discurso lacunar, permite analizar los vacíos en los que falla el propio discurso meritocrático. En este artículo examinaremos estas brechas y veremos cómo esta ideología, basada en la lógica liberal, promueve la legitimación de las disparidades sociales. Para realizar este análisis es necesario evitar la lógica individual y verificar cómo las superestructuras sociales que configuran las dimensiones subjetivas de la realidad se producen y mantienen colectivamente. Por tanto, no proponemos una mirada ingenua a las estructuras sociales como determinado, sino construidas por agentes sociales atravesados por la ideología imperante.*

**Palabras clave:** Meritocracia; Ideología; Neoliberalismo.

Para que se compreenda a instauração e a perpetuação da meritocracia em nossa sociedade neoliberal, é necessário retomar brevemente a história da ascensão do capitalismo e os valores produzidos nesse sistema. Por esse motivo, o texto que segue retomará o nascimento do sistema e os valores meritocráticos imbricados na concretude. Seguidamente, serão apresentados como os valores neoliberais acabaram por não apenas justificar a desigualdade social, mas produzir o esvaziamento da esfera política

e a redução do sujeito ao capital humano. Depois, trabalharemos como a meritocracia e o neoliberalismo se constituem e, por fim, será defendida a meritocracia como ideológica, portanto, ilusória.

Com as revoluções burguesas, as pessoas não tinham mais seu lugar social determinado pela nasçença, e cada um seria livre para fazer seu próprio destino. Todos são iguais em termos de possibilidade para ascensão, já que não estão mais determinados pelo próprio nascimento, e sim condicionados ao próprio esforço e capacidade. Essa ruptura de paradigma funda certa concepção de justiça, já que, a rigor, o resultado do lugar social que aquele sujeito ocupa seria proporcional ao seu mérito, ou seja, à soma da capacidade e do esforço daquele indivíduo.

Essa lógica tem seu valor central pautado no individualismo, cuja premissa é que cada indivíduo é um ser moral que possui direitos. A ideia central, então, é de que há liberdade, igualdade e fraternidade entre todos, havendo direito à propriedade privada e à segurança (Bock, 2007).

Aqui também cabe lembrar que quem cunha esses valores é a classe burguesa, mas que são difundidos como valores partilhados por todos. Esse movimento busca novamente ocultar diferenças de classes e, para isso, propaga-se o valor meritocrático. Logo, se todos são iguais, todos têm potencialidade para alavancar recursos. Sendo assim, por essa ideologia, o que causaria a diferença entre os membros da sociedade não seria a estruturação capitalista, que visa acumular bens e riqueza, mas sim o esforço individual de cada um (Gonçalves, 2007).

Mas, se antes o mundo garantia determinado lugar para cada um por sua nasçença, agora seria necessária a participação no mercado, implicando exploração de matéria-prima, produção de mercadorias e venda, e os atores sociais seriam produtores e consumidores (Gonçalves, 2007).

Nesse paradigma, assume-se a condição de poder ser, pensar e fazer como indivíduo e, para isso, seria necessário escolher. Quando o indivíduo escolhe dentre várias possibilidades, diferencia-se dos outros que escolheram outras coisas. Isso, aos poucos, vai gerando uma noção de individualidade, ou seja, aquilo que sou eu e não o outro, aquilo que é meu e não do outro. É dessa forma que capitalismo e individualização se fundem, se constituem e se alicerçam um no outro.

No entanto, foi a partir da noção de diferenças individuais, que o liberalismo, inerente ao capitalismo, passa a produzir argumentos para justificar as desigualdades sociais, já que a igualdade era um princípio da sociedade que deveria se apresentar igualitariamente a todos. Nesse sentido, como cada um é diferente, cada um usaria ou desperdiçaria suas próprias capacidades pela potencialização ou mau uso de seus próprios esforços. Está aí a premissa meritocrática imbricada nos valores liberais (Bock, 2007).

A história do liberalismo se desenvolveu e se complexificou ao longo dos anos. Concordamos com Gonçalves (2010) ao afirmar que:

[...] o neoliberalismo se configura como um liberalismo empobrecido e muito mais perverso porque abre mão até mesmo daquele indivíduo livre e igual a outros que o liberalismo proclamava, na medida em que aceita como inexoráveis, mais do que naturais, as leis de mercado e a desigualdade (Gonçalves, 2010, p. 52).

Daí vale ressaltar que embora a meritocracia esteja imbricada, em suas raízes na sociedade capitalista liberal, ela vai se sofisticando na história do neoliberalismo. A máxima de mais mercado e menos Estado, por exemplo, acabou contribuindo para o aprofundamento das desigualdades sociais, melhor descritas adiante, já que a lógica de maior acúmulo de capital é o que impera, a despeito de uma pior distribuição de renda. Os valores individualistas, mais exacerbados aqui, se contrapõem à própria noção de direitos sociais, que sem a devida luta, tendem a se enfraquecer pela falsa premissa meritocrática de que todos podem acessar a tudo pela via do mercado.

Nesse sentido, concordamos com Brown (2019), para quem o neoliberalismo se manifesta como uma nova racionalidade política, pois os princípios do mercado se tornam princípios dos governos, circulando também em instituições e entidades de toda a sociedade. Dessa forma, todo governo é para os mercados e pelo princípio dos mercados, ao mesmo tempo que eles são construídos, viabilizados e amparados por instituições políticas. Assim, os sujeitos que vivem nesse regime não mais trocam e buscam satisfazer suas necessidades, mas agora competem e aprimoram seu eu, reduzido ao capital humano. Isso quer dizer que se transformam

em peças do sistema, destinados a trabalhar para o acúmulo de capital. Essa sociedade individualista e não emancipada leva cada vez menos em consideração a ética ou a política.

No neoliberalismo, haveria também uma mistura tóxica do niilismo, fatalismo e ressentimento, atacando-se o político e o social, e havendo a valorização do mercado e da moral. O niilismo não produziria os fins dos valores, e sim a desvalorização dos valores, que são desatracados de seus fundamentos. Os valores fundamentais, como a democracia, a verdade, a responsabilidade ou a razão, não desaparecem à medida que perdem seus fundamentos, mas se tornam triviais, superficiais, fungíveis e de fácil instrumentalização. Isso vai gerando uma espiral infinita que molda a cultura e a subjetividade política (Brown, 2019).

O dado economicista do neoliberalismo acelera ainda mais o niilismo da nossa era pelo alastramento do empreendedorismo, monetização e financeirização de todos os aspectos da vida humana. Conforme os sujeitos neoliberais vão se tornando capital humano, seu íntimo vai sendo constituído da mesma maneira, naturalizando o que Brown (2019) chamou de “venda da alma”. A sociedade, imersa nos prazeres e estímulos da mercadoria capitalista, e com a experiência de negligência social e política, aceitaria cada vez mais os crimes e escândalos dessa mesma sociedade (como a própria perversidade da monetização total do sujeito).

Além disso, a desigualdade social também se aprofunda pelo fato de não haver quase nenhuma atividade da vida humana que não seja estriada por classes e que tenha acesso que não dependa do dinheiro. Este passa a determinar as experiências objetivas e subjetivas dos sujeitos, em seus corpos e suas mentes, todos os dias de suas vidas. Ele determina se, do que e de quantas vezes a pessoa irá se alimentar; se, onde e como morará; como vai se vestir, como se locomoverá e em quais condições se transportará; e como vai se portar e se relacionar com outros.

Essas experiências são cada vez mais intensificadas à medida que se privatiza o público (parques, transportes, eletricidade, entre outros), pois, agora, aquilo que era direito passa a ser mercadoria e, portanto, necessário de ser comprado. Por isso, pode-se dizer que, no contexto neoliberal, vive-se em uma cidade-mercadoria. Morar na cidade seria um direito, mas

privatizam-se serviços da ordem de sobrevivência (moradia, luz, água, transporte, educação, saúde e previdência). Isso transforma a lógica de sujeito como cidadão e ser de direitos, em indivíduo-consumidor.

Dessa forma, a condição de consumidor antecede à de cidadania. O ser e ter se equivalem, e há a ilusão da escolha, pois parece que o sujeito pode decidir sobre sua própria vida no âmbito individual, mas ela está enredada pela lógica do consumo e por estruturas sociais que a determinam. Por essa mesma lógica, o Estado deve regular minimamente a sociedade, pautando-se na livre lei de mercado. Esses valores reconhecem a propriedade privada e as riquezas pessoais como aspectos que compõem o sujeito, e não os sujeitos como seres que compõem a sociedade.

É nessa medida que se torna necessário que se consuma o tempo todo, pois é através do consumo que o homem se torna cidadão e ganha pertencimento à realidade. E, nesse sentido, concordamos com Furtado e Svartman (2009), para quem os objetos de consumo perdem rapidamente seu poder de sedução, e a humanidade passa a enfrentar essa contradição, na medida em que, ao necessitar dos objetos, esses perdem seu poder valorativo e são substituídos por novos objetos fetichizados, de forma contínua e repetida.

Nesse sistema, há ainda a ideologia da eficiência e racionalidade do mercado econômico em contraponto à ideia da incompetência e falência do Estado. A meritocracia sustenta esse pilar na medida em que o cidadão-trabalhador passa a comprar seus direitos. Reduzem-se aqui os direitos trabalhistas, os benefícios sociais, e reforma-se a previdência para que a lógica mercadológica tome a frente.

Assim, nessas condições, a maioria dos sujeitos, se aglomera em longas filas de espera, buscando comprar a própria saída pelo sofrimento produzido socialmente e sintetizado nos próprios corpos. Essa desigualdade, carregada de suas expressões de dominação, tem em seu âmago a possibilidade da emergência do ressentimento, do rancor, da humilhação e da vingança (Brown, 2019).

Isso quer dizer que a privatização e a legitimação da desigualdade tornam as injustiças ainda mais perversas e mais presentes na vida cotidiana do que em qualquer outro momento histórico, até mesmo no próprio

feudalismo. Isto porque nos acostumamos com os preços dos serviços, com os diferentes acessos à educação, saúde e moradia, nos tornando ainda mais feudais do que democráticos em nossa própria subjetividade (Brown, 2019).

Como o individualismo é, portanto, fundamental na sociedade neoliberal, fragmenta-se a consciência de classe, que é substituída e totalizada pela “consciência de eu”; ou seja, há menor identificação coletiva e baixo engajamento na luta para transformações sociais, já que há o entendimento de que a responsabilidade total pelo sucesso ou fracasso é pessoal. Nessa perspectiva, a autoajuda é bastante valorizada, pois proclama a autossuficiência para a felicidade pessoal e hedonismo, através da racionalização em detrimento das emoções. Por esse motivo, vive-se o valor do marketing de si mesmo, em que as aparências de sucesso antecedem qualquer vestígio de fracasso pessoal. Nesse sentido, há necessariamente a capitalização de todos os aspectos da vida humana e a supervalorização do trabalho, inerente à identidade do sujeito neoliberal. Todo esse contexto gera formas de relações pautadas no mercantilismo, egocentrismo, competição, alheamento e coisificação (Abrantes; Enéas, 2018).

Então, para aprofundarmos a discussão das condições objetivas e subjetivas que constituem o neoliberalismo na direção dos objetivos deste trabalho, buscaremos, a seguir, nos debruçarmos sobre a seguinte pergunta: *Como a meritocracia e o neoliberalismo se constituem?*

## NEOLIBERALISMO E MERITOCRACIA

Para além da dinâmica de consumo, podemos pensar nas contradições capitalistas voltadas ao merecimento propriamente. Tendo como definição de meritocracia a recompensa merecida pelo esforço e/ou capacidade de alguém, podemos perceber que ela se associa a um sistema de seleção baseado em uma lógica administrativa que busca premiar e contemplar quem merece em detrimento de quem não merece. Essa lógica aponta para uma dinâmica competitiva entre indivíduos ou grupos, por isso, para ser recompensado não bastaria ser “bom”, mas “o melhor”, segundo os critérios impostos. A lógica competitiva contradiz a lógica cooperativa, o que vai ao encontro do contexto neoliberal, que necessariamente fragmenta

as sociedades e coletividades em micropartículas voltadas a si mesmas, e perpetua a manutenção do *status quo*, pelo enfraquecimento e invisibilização da dimensão coletiva e social.

Então, concordamos com Barbosa (2014), para quem a ideologia da meritocracia estabelece a competição onde não existia, e passa a ser injusta, porque não reconhece e retribui o trabalho de todos, sendo uma nova forma de exploração e exclusão. Isso é evidenciado quando o discurso meritocrático se impõe como um estímulo, um instrumento para se fazer mais e melhor, pois os indivíduos se sentiriam recompensados pelos esforços despendidos e gratificadas pelo seu reconhecimento público.

Assim, a meritocracia parece esgotar a explicação de que as pessoas merecem alguma recompensa em detrimento de outras porque se sobressaíram em alguns critérios. No entanto, sua real função é perpetuar o funcionamento do sistema econômico vigente, dificultando transformações. É importante que os corpos pertencentes a esse sistema sejam dóceis na aceitação desses valores para que possam produzir e alimentar a engrenagem macrossocial de acúmulo de capital e, como consequência, amplia-se a desigualdade social.

Esses sujeitos, alienados em alguma medida pela fragmentação da consciência, forjada aos moldes capitalistas, se relacionarão com a realidade a partir do que aparenta, de como se mostra, e não com a realidade em si, tal como é, com suas contradições e movimento constante. Esses esquemas, alicerçados nas diversas instituições dessa sociedade, sejam elas familiar, escolar, ou de trabalho, afetarão diretamente a constituição da singularidade do sujeito. Ele precisa crer que suas competências, através do trabalho duro, o levarão a uma “vida de sucesso”.

É a partir dessa crença que o sujeito vai se relacionar com o mundo, e se comportar a partir da lógica da eficiência. Quando os membros da sociedade agem sob essa perspectiva, garante-se uma produção elevada, favorecendo a acumulação de capital e acarretando o bom desenvolvimento do sistema, ao mesmo tempo em que se justifica a desigualdade. Em paralelo, se dá a exaustão dessas pessoas, além da frustração da maioria que não consegue a recompensa, mas entendem que não “mereceram”, já que são insuficientemente competentes.



O discurso meritocrático se pauta na ideia de que a zona de conforto é ilusória, gerada pela falta de cobrança de resultados, mas levando a consequências negativas para aqueles que não entregam o previamente estabelecido ou que não fazem cada vez melhor. Ter sistemas que mensurem adequadamente o que deve ser feito é fundamental, segundo essa ideologia. Isso quer dizer que pelo viés meritocrático se acredita que se não houver um sistema de recompensa e punição a partir da entrega de cada um, todos fariam o mínimo possível (Barbosa, 2014).

A crítica a esse posicionamento é que a meritocracia pode ser uma ameaça que promove a competitividade extenuante, levando à exaustão e sentimento de fracasso individual, já que sempre haveria vencedores e perdedores. Isso acontece porque o próprio sistema não pode comportar o que promete: “bons resultados para bons trabalhadores”, visto que apenas “os melhores” seriam premiados, e não todos os bons.

No entanto, para que haja a manutenção do *status quo*, as condições de exploração são maquiadas pela premissa da igualdade. A igualdade social aparece como igualdade de oportunidades ou mesmas condições iniciais para todos, apesar de os indivíduos pertencerem a grupos sociais com diferenças econômicas, sociais e raciais que tornam as condições de partida desiguais. Mas pouco se olha para a desigualdade por esse viés. A premissa que costuma justificar as disparidades sociais tem maior base na ideia de que há diferentes competências de cada um. Isso levaria a resultados distintos, mas necessários para a própria dinâmica da sociedade capitalista, legitimando as disparidades sociais pelo véu da meritocracia.

Nesse sentido, será discutida, a seguir, a noção de meritocracia como ideologia em seu sentido marxista. Para isso se justificará, de forma histórica, como tal ideologia atua na manutenção do *status quo* e privilegia somente os interesses das classes dominantes.

## MERITOCRACIA E IDEOLOGIA

Podemos compreender ideologia, sob o viés marxista, por um conjunto de representações imaginárias e de ilusão sobre o real, havendo a legitimação do interesse das classes dominantes e a manutenção do *status*

quo, já que é a existência material que determina formas de consciência, e não o contrário. Concordamos com Chauí (2017), para quem a ideologia justamente faria o papel de inverter essa lógica, de forma que a imagem (a ideia) parece anteceder o real (o material). O mundo passa a ser representado pela autonomia das ideias, descontextualizando-as de sua dimensão social e histórica. Tais ideias passam a ser naturalizadas e generalizadas universalmente, estruturando-se de forma doutrinária como verdades incontestáveis. Ao negar o contexto de onde surgem as ideias, a ideologia apresenta uma série de lacunas, omissões e não ditos, negando antagonismos sociais. Isso gera a falsa impressão de unicidade e harmonia social. Tal aspecto é evidenciado no pensar meritocrático, que afirma que a falta de valorização ou a premiação indevida gerariam insatisfação e desestímulo e induziriam o sujeito à acomodação. Nesse sentido, o ideológico não é falso, mas parcial e ilusório, e por isso é tão eficaz.

Vale lembrar que esse processo será sempre dialético à medida que toda a produção material e imaterial é objetivada ou concretizada. Ela transforma a realidade material e os indivíduos que, ao subjetivarem-na, a transformam ao mesmo tempo. Essa ideologia pode ser considerada uma produção imaterial, dentro de conjuntos de ideias, conhecimentos, crenças e valores produzidos socialmente, constituídos a partir de bases materiais da sociedade construídas historicamente (Furtado; Svartman, 2009).

Do ponto de vista do indivíduo, concordamos com Lane (1989), para quem a ideologia vai sendo adquirida pelo sujeito desde seu nascimento, pela própria aprendizagem da língua materna, pois ao falar, a criança reproduziria os valores de seu grupo social. A própria linguagem é que seria a mediação ideológica, já que os significados das palavras são historicamente instituídos e, nesse processo, predomina o pensamento das elites, que detêm o poder e os meios de pensar e conhecer a realidade, explicando-as por premissas inquestionáveis. Assim, as contradições vivenciadas socialmente são escamoteadas por explicações dadas como absolutas ou universais. Esse sujeito, de forma invisibilizada, vai sendo levado a agir de forma a não perturbar a ordem social e manter o *status quo*.

Então, a partir do interesse de determinadas classes sociais, reforça-se como certo o bom comportamento nas famílias, nas escolas, nas

religiões e, posteriormente, no mercado de trabalho. Esses relacionamentos, dados desde o início da vida de cada um, vão criando conteúdos valorativos e afetivos com a voz da autoridade, tornando os valores intrínsecos ali como dados e inquestionáveis. Por esse processo, se reproduzem as relações sociais esperadas daquele grupo social.

Ao mesmo tempo, se a linguagem é um produto histórico, como veículo da ideologia de grupo, ela se torna necessária, no âmbito individual, para o desenvolvimento do pensamento. Assim, no plano da superestrutura, a ideologia acaba sendo articulada pelas instituições e no âmbito individual ela se localiza na história específica de cada sujeito. Daí a necessidade de considerar os discursos onde são articuladas essas representações e as atividades desenvolvidas por cada um.

É justamente por essas definições que podemos pensar que a meritocracia é compreendida popularmente como algo natural. Ao contrário disso, concordamos com Barbosa (1996), quando afirma que a meritocracia apenas reforça o sistema que privilegia os mesmos privilegiados e exclui os mesmos excluídos.

O raciocínio simplista de que mediante esforço e trabalho se colherá bons frutos baseia-se no véu ideológico de que o sistema capitalista neoliberal premiará quem merece. Por essa mesma lógica, a ausência de recompensas se dá pela ausência de mérito. É nesse sentido que a desigualdade social em alguma medida é naturalizada pela máscara da “justiça”. Aí está a ilusão, e não propriamente o falseamento. Quem ocupa um lugar de privilégio social, pertencente às elites ou às classes médias e, portanto, detém o que é reconhecido popularmente por sucesso financeiro, não necessariamente teve maior capacidade ou esforço do que os outros.

Isso não quer dizer que essas pessoas não se esforçaram em nenhuma medida, mas também não quer dizer que se esforçaram mais, ou que têm mais capacidade do que as pessoas de classes baixas. É dessa forma que a meritocracia pode ser definida como uma ideologia, e se apresenta de forma sofisticada na medida em que oculta as perversidades do sistema, em meio a uma lógica que se propõe totalizante e linear. A proposta proporcional de que quanto maior o privilégio social maior o mérito não dá conta da própria

estrutura que o sistema capitalista propõe. Não há espaço para que muitos sejam privilegiados, já que o objetivo básico desse sistema sócio-político-econômico é o acúmulo de capital. Se muito se acumula ali, muito falta aqui.

É por isso que se entende, ainda segundo Chauí (2017), que as estruturas ideológicas iludem, o que é diferente de falsear. A ilusão é composta pela abstração e inversão. Assim, se considera a sociedade aparente como natural e inquestionável, descaracterizando seu processo histórico. A inversão é trocar a causa pelo efeito, ou o resultado pelo começo do processo. Essa ilusão propicia a sensação de que o contexto social está dado de forma natural, e não é consequência de um processo histórico construído coletivamente pela humanidade. Esse conjunto de ideias ilusórias que aparecem em um sistema social, objetivo e exterior, vai sendo enraizado na mentalidade das sociedades, e vai se tornando um sistema subjetivo e interior, ao mesmo passo que também é exteriorizado em um constante movimento dialético.

A consciência, segundo Eagleton (1991), é um tipo de abstração e reificação das nossas formas efetivas de práticas discursivas. Então, a ideologia é menos que um conjunto particular de discursos, e mais os efeitos que esses mesmos discursos produzem. Isso quer dizer que a consciência está menos dentro de nós, e mais entre nós e ao redor de nós. Denota-se, assim, que ela é toda uma rede de significantes que nos constituem inteiramente. Logo, o discurso e a situação social estão intrinsecamente fundidos e isso determina a estrutura de uma elocução. A ideologia não é simplesmente o reflexo de uma base econômica, mas se empresta à materialidade da palavra e aos contextos discursivos a que se prende.

O sujeito que enuncia o discurso, no entanto, tende a esquecer que reproduz uma formação discursiva e ideológica, e se reconhece, equivocadamente, como autor único e exclusivo de seu próprio ideário.

Assim, os ideários passam a se constituir como ideologia quando há uma fixação do processo de significação, de forma que o sujeito possa se identificar com os discursos dominantes. Esse fechamento produz a estabilidade da ideologia, que, em alguma medida, repele as forças descentradas da língua em nome de uma unidade imaginária. Dessa forma, os mecanismos ideológicos reprimem o trabalho da linguagem, sufocando a pluralidade de produções de significações subjacentes que poderiam, outrora, subvertê-las.

Por esses motivos, podemos afirmar que a ideologia é mais uma questão de discurso, do que propriamente uma questão de linguagem, representando os pontos em que o poder tem impacto em certas enunciações. Ela mostra relações entre a enunciação e suas condições materiais de possibilidades, visando a reprodução de toda uma forma de vida social (Eagleton, 1991).

Desse modo, se naturaliza a sociedade tal como ela se apresenta, e se constrói a violência simbólica em sua perpetuação infinita. Nesse sentido, a ideologia é o processo pelo qual as ideias da classe dominante tornam-se as ideias de todas as classes sociais. Faz parte de suas funções tornar imperceptíveis as violências das injustiças e desigualdades sociais. E, para isso, precisa ocultar a divisão de classes, alicerçada na dominação e na exploração.

Ressalta-se aqui, no entanto, que não é um mero planejamento das classes dominantes espalhar e consolidar seus ideais, mas há certo movimento em que as ideias da classe dominante são pulverizadas e homogeneizadas com o senso comum, tal como vimos anteriormente, ou seja, a forma como os interesses burgueses foram revestidos pelo mascaramento do interesse de todos, havendo constante manutenção e atualização dessas mesmas ideias dos dominantes mantidas como as mesmas dos dominados, até a contemporaneidade.

Vale lembrar que não é necessariamente a origem das ideias que faz daquele ideário uma ideologia. Isso quer dizer que a classe dominante pode se apropriar do ideário surgido em outra instância social, e utilizá-lo para seu propósito na manutenção do *status quo* (Eagleton, 1991).

Pode-se refletir também a partir das referências aqui trazidas, que a meritocracia, como discurso homogeneizador, propõe que todos se adaptem às suas premissas, como se valessem, para todos, os corpos pertencentes ao sistema capitalista, a ideia de que quanto maior o mérito, maior o sucesso financeiro obtido. Esse conceito de sucesso contradiz, em certa medida, o conceito de privilégio, já que este último seria algo dado, enquanto o primeiro seria conquistado. Pela perspectiva do “sucesso”, não há exclusão ou desigualdade em nossa sociedade que não tenha se estabelecido pelo próprio comportamento de cada indivíduo.

Assim, percebemos que o ideário capitalista prevalece na lógica individualista, levando ao entendimento de que cada indivíduo faz seu próprio destino. Este é cunhado pelas escolhas de cada um, que se somam ao esforço e capacidade do sujeito. Tal ideologia se confirma pelo discurso lacunar na medida em que não sobra espaço para se refletir sobre o que está sendo feito, concretamente, em nossa sociedade. Essa lógica que inverte o real traz a sensação de que a sociedade é assim mesmo, e cabe a cada um de nós um mero processo de adaptação.

### MERITOCRACIA NA DIMENSÃO SUBJETIVA DA REALIDADE – IMPLICAÇÕES

A lógica instituída pela meritocracia é simplista e baseia-se na ideia de que o esforço de cada um é que o determinará seu sucesso. A contradição dessa ideia está inerente a esse mesmo discurso. Logo, se é o esforço individual que leva ao sucesso, é a falta dele que leva ao fracasso. Essa premissa, devidamente calcada na dimensão subjetiva da realidade (Furtado, 2011), condiciona crenças, valores e comportamentos que direcionam esse excesso de esforço no plano da ação, pelas cargas extensivas de trabalho, pela busca de outras formas de geração de renda, por investimento em educação etc. Junto com esse tipo de ações, por exemplo, estão inerentes crenças que circundam puramente o âmbito individual, e negligenciam as determinações sociais. O sistema neoliberal precisa continuamente alimentar essa dinâmica, pois reside aí a impotência do sujeito/sociedade para se debruçar sobre a transformação dessas mesmas condições sociopolíticas, e o grupo dominante nos aspectos econômicos e políticos continua permanecendo na posição de privilégios. E, falar desse grupo também é pensar nos privilégios que se estendem de geração em geração. Está aí certa determinação dada pelo lugar do nascimento, que não se mostra exatamente da mesma forma que no Antigo Regime por conter o evento do esforço individual. Mas, é justamente por esse ocultamento e ilusão da realidade que se pode chamar a meritocracia de ideologia.

Uma ideologia que, conforme nossa compreensão, tem em sua base um motor contraditório que condiciona o movimento dialético entre base

material e produções superestruturais, que é a luta de classes. Ao tratar dessa questão, Chauí (2017) não se refere apenas ao confronto violento que possa existir entre as classes dominantes e as dominadas, mas a todos os mecanismos de que se lança mão para a manutenção desses lugares, no campo do trabalho, da educação, na política e economia, e nas leis. Está localizada, de forma inerente a esse processo, a contradição, os mecanismos de manutenção junto à luta dos dominados contra a exploração e dominação, em protestos, greves, ocupações, sindicatos, economia solidária etc.

A história é história do modo real como os homens reais produzem suas condições reais de existência. É história do modo como se reproduzem a si mesmos (pelo consumo direto ou imediato dos bens naturais e pela procriação), como produzem e reproduzem suas relações com a natureza (pelo trabalho), do modo como produzem e reproduzem suas relações sociais (pela divisão social do trabalho e pela forma da propriedade, que constituem as formas das relações de produção). É também história do modo como os homens interpretam todas essas relações, seja numa interpretação imaginária, como na ideologia, seja numa interpretação real, pelo conhecimento da história que produziu ou produz tais relações. (Chauí, 2017, p. 27).

As classes dominantes, no entanto, vão lançando mão de técnicas de controle social, materiais ou discursivas, que induzem os explorados à manutenção da desigualdade e dominação. Ainda, as bases materiais que mantêm esse tipo de controle social são relativas à coerção do econômico, ou seja, à habilidade do capitalismo em conceder benefícios tangíveis a pelo menos alguns de seus subordinados.

Isso leva à percepção de que não é apenas a ideologia que mantém o sistema funcionando de determinada maneira, mas, fundamentalmente, as bases materiais da sociedade. Os governos foram mais tolerados do que admirados, de forma que não foi necessária uma única ideologia que sustentasse o sistema como um todo. A ideologia, no entanto, naturaliza as leis dos sistemas, de forma que subverter ou revolucionar o sistema instituído pareça muito grandioso, muito difícil ou quase impossível (Eagleton, 1991). Assim, a consciência das classes oprimidas seria constituída tanto

pelos valores absorvidos de seus governantes, quanto por suas vivências cotidianas, traduzidas em suas singularidades, mas sempre compartilhadas em alguma medida.

Vale acrescentar ainda que a ideologia, para além de ser “como eu penso dentro da minha cabeça”, está posta e inscrita na situação. Por isso ela mora na estrutura e não nos corpos individuais. Ela faz parte da dimensão subjetiva da realidade.

É por essa apresentação de um contexto estruturado muito anteriormente à existência de cada indivíduo vivo, somada aos valores neoliberais, materiais e simbólicos, duramente postos na sociedade, que cada sujeito vai quase sempre se sentir fadado a perpetuar os mesmos valores. Nesse sentido, o cinismo expulsa a autoilusão genuína. Assim, se um sujeito não compactua, por exemplo, da privatização da educação, mas se depara com um mundo drasticamente excludente na educação pública, a probabilidade de ele colocar sua filha ou seu filho em uma escola privada, se tiver recursos econômicos, é maior. Nesse sentido:

Pode-se argumentar que o capitalismo avançado é o “jogo” autossustentado que, para nos manter no lugar, utiliza-se mais de suas técnicas materiais que de ideias, e que, entre essas técnicas, a coerção do econômico é muito mais eficaz que qualquer tipo de pregação (Eagleton, 1991, p. 48).

A meritocracia, em seu cerne, atua nesse jogo com a função de abafar essa luta e até mesmo qualquer conflito do sistema capitalista. Logo, se a luta de classes é a contradição inerente ao sistema capitalista, é com a ideologia que se buscará abafá-la. A ideologia da meritocracia, que inverte o aparente pelo real, tende a afirmar que o bom funcionamento da sociedade só ocorre quando cada um se esforça e trabalha para o progresso da nação. Nesse sentido, se todos trabalharem, segundo essa ideologia, todos serão recompensados. Descrever a premissa meritocrática de forma simplista auxilia a compreender como ela é por si só bastante reducionista.

Segundo esse viés, a explicação desde a desigualdade social, até a miséria, seria pelo mérito individual. Desconsidera-se, segundo essa premissa, os pontos desiguais de cada um, na sociedade contemporânea, ou entende-se que pelo fato de ser possível ascender, ainda que não seja



provável, o determinante para o sucesso é a própria pessoa. É nesse sentido que os condicionantes sociais são esquecidos e, por esse motivo, a meritocracia é a ideologia central também no neoliberalismo, colocando o véu ilusório sobre o real funcionamento social. Essa mediação ideológica é pautada nos valores e explicações meritocráticos, que são tidos como verdadeiros pela sociedade, mas objetivam reproduzir as reações sociais necessárias para a manutenção do *status quo*. Há pouco espaço aqui para se evidenciar a luta de classes, já que cada um assume que deve trabalhar de acordo com seus próprios interesses.

É aí que entra a alienação, que é quando a pessoa não se reconhece como sujeito produtor da história social, e toma suas obras como decorrentes de uma força estranha e exterior a ela, como se não houvesse relação. A alienação é a forma inicial da consciência dos sujeitos, que não se percebem como autores, produtores e transformadores da história. Nesse cenário, as ideias são tomadas de forma anterior, exterior e superior a práxis.

Porque estes encontram-se excluídos do direito de usufruir dos bens que produzem, estão excluídos da educação, que é um desses bens. Em geral, o pedreiro que faz a escola e o marceneiro que faz as carteiras, mesas e lousas são analfabetos e não têm condições de enviar seus filhos para a escola que foi por eles produzida. Essa é a contradição real, da qual a contradição entre a ideia de “direito de todos à educação” e uma sociedade de maioria analfabeta é apenas o efeito ou a consequência (Chauí, 2017, p.38).

Fica claro aqui que há condições materiais que visam garantir a absorção mansa da ideologia por um agente social. Além da explícita estratificação social, que fica destinada à classe trabalhadora, pois, após um longo dia de serviço, os sujeitos se sentiriam exaustos demais para se implicarem na vida política. Faltaria tempo e energia mental para se debruçarem sobre isso. Assim, podem acabar ficando tão fatalistas e apáticos que não percebem qualquer sentido nessas atividades, além do suposto medo de se oporem ao regime instituído (Eagleton, 1991).

A partir dessa realidade material, constitui-se uma dimensão subjetiva da realidade que oferece explicações, justificativas e valores de toda ordem para consolidar essa situação.

Martín-Baró (1996) afirma que a consciência seria o saber sobre si e sobre o mundo, que ultrapassa o âmbito mental e atinge a práxis pela transformação social das realidades objetivas. Para tanto, precisa estar necessariamente calcada no âmbito coletivo, sendo produto da história da sociedade.

Finalmente, a tomada de consciência aponta diretamente ao problema da identidade tanto pessoal como social, grupal e nacional. A conscientização leva as pessoas a recuperar a memória histórica, a assumir o mais autêntico do seu passado, a depurar o mais genuíno do seu presente e a projetar tudo isso em um projeto pessoal e nacional (Martín-Baró, 1996, p.18)

Daí nos debruçarmos sobre a meritocracia como ideologia e a necessidade de transformação da materialidade que a constitui. O autor ressalta, ainda, que apesar de não ser o mero saber que muda a realidade, sem ele dificilmente se avançará sobre tais mudanças, já que se evidenciará o véu de justificativas, racionalizações e mitos para se naturalizar os condicionantes que são sociais.

O saber mais importante do ponto de vista psicológico não é o conhecimento explícito e formalizado, mas esse saber inserido na práxis cotidiana, na maioria das vezes implícito, estruturalmente inconsciente, e ideologicamente naturalizado, enquanto adequado ou não às realidades objetivas, enquanto humaniza ou não as pessoas, e enquanto permite ou impede os grupos e povos de manter o controle de sua própria existência (Baró, 1996, p. 9)

Então, a ideologia da meritocracia, que se apresenta de forma sofisticada, possui o mesmo mecanismo de velar a realidade e apresentá-la de forma parcial e distorcida no cotidiano dos agentes sociais. Mas, para o mecanismo ideológico funcionar, é necessário que se valha da alienação das classes, que se encubram injustiças e desigualdades por qualquer explicação que legitime tais disparidades. A meritocracia foi o mecanismo construído e bem articulado para promover a aceitação desse modo de funcionamento social. Nesse ciclo dialético, em que a alienação e a ideologia se retroalimentam, entra a meritocracia, que se alicerça sobre a forma do “natural”, sobre o discurso de que “é assim que funciona”.

Não devemos encerrar essa reflexão sob a mera constatação desse mecanismo. É importante apontar as possibilidades de subvertê-lo e recordar que as ideologias não são tão puras quanto parecem, no sentido de haver um núcleo enrijecido de ideias passadas passivamente da classe dominante para a classe dominada. O mesmo fato de intervir na consciência daqueles que subjagam o outro, apropriarem-se de suas experiências, e as enviesarem, é o que torna a ideologia heterogênea e inconsistente em alguma medida. Para que uma ideologia seja bem-sucedida, ela deve se comprometer com as vontades e desejos do outro. Esse aspecto é o que a torna “passível de ser furada”. Ela não pode ser monológica (não deve se dirigir ao sujeito de forma autoritária), e ao ter que se apresentar de forma dialógica, ela só pode existir a partir da resposta do outro. “Se os oprimidos precisam estar bastante atentos para seguir as instruções dos governantes, são, portanto, suficientemente conscientes para poder desafiá-las” (Eagleton, 1991, p. 51).

Isso aponta, em alguma medida, para a possibilidade de transformar a ideologia através da desidentificação social. Para que isso ocorra, é necessária a luta política. Quando os sujeitos atuam na resistência política, eles se veem trazidos para o ímpeto anterior de tais conflitos, e confrontam os poderes dominantes. É possível aí que suas consciências políticas sejam alteradas. A teoria da ideologia tem algum valor por auxiliar no esclarecimento nos processos de libertação de tais crenças e valores (Eagleton, 1991).

Com essa compreensão, podemos analisar a dimensão subjetiva da realidade, compreendida na sua produção dialética, em relação com a objetividade da realidade e dos fenômenos sociais. E, por isso mesmo, compreendendo que alterações nessa dimensão, produzidas na contraposição aos valores e ideologia dominantes, podem contribuir para transformação das condições objetivas, podemos trabalhar nessa direção, de analisar a dimensão subjetiva e propor formas de intervir também nesse âmbito da realidade social.

## REFERÊNCIAS

- Abrantes, C. G., & Enéas, M. L. E. (2018). Surgimento de sintomas relativos à pós-modernidade no contexto terapêutico. *Revista Educação, Psicologia e Interfaces*, 2(1), 105-120.
- Barbosa, L. (1996). Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil? *Revista do Serviço Público*, 47(3), 58-102.
- Barbosa, L. (2014). Meritocracia e sociedade brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, 54 (1), 80-85.
- Bock, A. M. B. (2001). A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. *Psicologia sócio-histórica*, Cortez (3).
- Brown, W. (2019). Nas ruínas do neoliberalismo – A ascensão da política antidemocrática no ocidente. *Filosófica Politeia*.
- Chauí, M. (2017). O que é ideologia. *Brasiliense*.
- Eagleton, T. (1997). Ideologia. *Unesp*.
- Furtado, O. (2011) – Trabalho e Solidariedade. *Cortez Editora*.
- Furtado, O., & Svartman, B. (2009). Trabalho e Alienação In: Bock, A.M.B. e Gonçalves, M.G.M. (Orgs) A Dimensão Subjetiva da Realidade: uma leitura sócio-histórica. *Cortez*.
- Gonçalves, M.G.M. (2007) A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In Bock, A.M.B; Gonçalves, M.G.M.; Furtado, O.(Orgs.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. Cortez (3).
- Gonçalves, M.G.M. (2010). Psicologia, subjetividade e políticas públicas. *Cortez*.
- Lane, S. (1989.) As categorias fundamentais da psicologia social. *Psicologia social: o homem em movimento*. Brasiliense.
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.

Recebido em 31/05/2021

Aceito em 12/12/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

# Onde está o sujeito? Reflexões sobre o materialismo e a dialética

*Where's the subject?*

*Reflections on materialism and dialectics*

*¿Dónde está el sujeto?*

*Reflexiones sobre el materialismo y la dialéctica*

*Daniel Alves Teixeira\**

## Resumo

*Buscamos uma análise acerca dos desdobramentos da questão do sujeito à luz das diversas críticas que a ela se levantaram nos anos pós-estruturalistas e diante da ascensão do neoliberalismo como ideologia dominante em todo o mundo. Relegada como questão metafísica da modernidade, ou como resíduo do cientificismo positivista, a categoria de sujeito tem sido notadamente objeto de desconstrução, ou, quando não, de simples rejeição. Se apoiando sobre um duplo questionamento, de sua possível pertinência para o pensamento psicológico e filosófico atual, como dos possíveis atores da transformação social diante das transformações sofridas que o capitalismo tardio impõe à categoria de proletariado, através do pensamento de Alain Badiou e Slavoj Žižek, tentamos afastar a tendência linguística que hoje pauta grande parte das análises sobre o sujeito e os processos subjetivos para tentar apontar a importância de uma teoria das verdades que renove as bases ontológicas do pensamento e a visão sobre a dialética materialista. Uma teoria do sujeito assentada sobre um conceito de verdade se mostra assim um potencial para repensar o homem enquanto criador.*

**Palavras-chave:** *Sujeito; Materialismo; Dialética; Verdade; Linguagem.*

---

\* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3431-5436>. E-mail: [danielalvesteixeira7@gmail.com](mailto:danielalvesteixeira7@gmail.com)

## Abstract

*We seek an analysis of the developments surrounding the issue of the subject in light of various critiques that have emerged in the post-structuralist years and in the face of the rise of neoliberalism as the dominant ideology worldwide. Relegated as a metaphysical question of modernity or as a residue of positivist scientism, the category of the subject has notably been a target of deconstruction, or, when not, outright rejection. Grounded in a dual inquiry into its possible relevance for current psychological and philosophical thought, as well as the potential actors of social transformation in the face of the changes imposed by late capitalism on the proletariat category, through the perspectives of Alain Badiou and Slavoj Žižek, we attempt to move away from the linguistic trend that currently guides a significant portion of analyses on the subject and subjective processes. Our aim is to emphasize the importance of a theory of truths that renews the ontological foundations of thought and the perspective on dialectical materialism. A theory of the subject anchored in a concept of truth thus proves to be a potential avenue for rethinking man as a creator.*

**Keywords:** Subject; Materialism; Dialectics; Truth; Language.

## Resumen

*Buscamos un análisis del desarrollo del tema del sujeto a la luz de las diversas críticas que surgieron en los años postestructuralistas y ante el surgimiento del neoliberalismo como ideología dominante a nivel mundial. Relegada como cuestión metafísica de la modernidad, o como residuo del cientificismo positivista, la categoría de sujeto ha sido notablemente objeto de deconstrucción o, cuando no, de simple rechazo. Partiendo de un doble cuestionamiento, de su posible relevancia para el pensamiento psicológico y filosófico actual, como de los posibles actores de la transformación social frente a las transformaciones que el capitalismo tardío impone a la categoría de proletariado, a través del pensamiento de Alain Badiou y Slavoj Žižek, intentamos quitar la tendencia lingüística que hoy guía la mayoría de los análisis sobre el tema y los procesos subjetivos para intentar señalar la importancia de una teoría de las verdades que renueve las bases ontológicas del pensamiento y la mirada sobre la dialéctica materialista. Una teoría del sujeto basada en un concepto de verdad muestra así un potencial para repensar al hombre como creador.*

**Palabras clave:** Sujeto; Materialismo; Dialéctica; Verdad; Lenguaje.

## CRISE DAS CIÊNCIAS HUMANAS, CRISE DA POLÍTICA EMANCIPATÓRIA

Onde está o sujeito? Esta parece ser uma questão que está sempre rondando tanto a filosofia como a psicologia, em suas múltiplas vertentes. Como localizar, entre os múltiplos determinantes de uma situação, entre as estruturas condicionantes da ação e do pensamento humano, seu ponto de subjetivação, de liberdade e criação? Indagação que se apresenta igualmente no campo político ou ideológico, quando nos perguntamos onde estão os agentes da emancipação, os potenciais transformadores das estruturas de exploração e repressão na sociedade contemporânea. Imbuído dessa problemática, neste trabalho, buscaremos primeiramente traçar um breve panorama contemporâneo da questão apresentada, sopesando algumas reflexões filosóficas relevantes diante do atual espectro ideológico que vivemos, para, ao final, analisá-la de um ponto de vista propriamente teórico a partir das contribuições de Slavoj Žižek e Alain Badiou, dois pensadores em plena atividade e que trazem novas e importantes contribuições para refletirmos filosoficamente sobre o sujeito.

A questão do sujeito é de fato crucial, pois bem sabemos o que suas obliterações podem causar. Determinismo biológico, de um lado, com a submissão do indivíduo à química cerebral ou ao seu corpo natural, como também, de outro, a redução da subjetividade a um reflexo das estruturas sociais, do indivíduo como mero resultado das condicionantes sociais que sobre ele atuam. Razão pela qual a questão do sujeito se mostra essencial como ponto de fuga para uma psicologia social que se pretende crítica, afirmadora das potencialidades criadoras da humanidade. Assim, Sílvia Lane caracteriza este desafio imposto à psicologia social, pelo seu viés materialista dialético:

Se o positivismo, ao enfrentar a contradição entre objetividade e subjetividade, perdeu o ser humano, produto e produtor da história, se tornou necessário recuperar o subjetivismo enquanto materialidade psicológica. A dualidade físico x psíquico implica uma concepção idealista do ser humano, na velha tradição animística da psicologia, ou então caímos num organicismo onde homem e computador são imagem e semelhança um do outro.

Nenhuma das duas tendências dá conta de explicar uma nova dimensão espaço-temporal para se apreender o indivíduo como um ser concreto, manifestação de uma totalidade histórico-social - daí a procura de uma psicologia social que partisse da materialidade histórica produzida por e produtora de homens. (Lane, 1989, p. 15)

Embora sabedores da importância da questão do sujeito, mais certo ainda é que levantar esta questão nos abre, quase que imediatamente, o problema, sobremaneira filosófico, do materialismo histórico, como bem destaca Sílvia Lane (Lane, 1989). E uma das tradições mais importantes e proeminentes do pensamento moderno ocidental foi, realmente, o materialismo histórico, ou, uma vertente que compreendemos ainda mais relevante e com ela avizinhada, o materialismo dialético. Assim, foi a partir da filosofia hegeliana/marxista que muitas vezes se respondeu à questão proposta “Onde está o sujeito?”.

Essa tradição – e trazendo uma visão um tanto sintética e resumida de um longo debate – colocou o sujeito como constituído ou perceptível a partir dos movimentos históricos que colocam em relação o mundo material e as ideias, a realidade sócio-histórica e as representações mentais. O sujeito não está nem na materialidade dos corpos e das estruturas orgânicas naturais, nem no reino abstrato das ideias e das linguagens. Estava aí a ideia do sujeito como parte de um processo, e, principalmente, de um *processo histórico-social, que mobiliza tanto corpos quanto pensamentos em seu devir efetivo*. Talvez fosse mesmo possível dizer que o sinal da presença do sujeito está nessa própria *irreducibilidade* do material ao psíquico, e vice-versa, o que marcaria o sujeito como uma espécie de transição, mediação, da realidade em face de suas projeções psíquicas. Um dos momentos filosóficos que melhor marca esse aspecto “nem aqui nem acolá” do sujeito é a inesquecível frase de Marx, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, sobre como os homens fazem a história, mas não inteiramente, pois “*não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram*” (Marx, 2011, p. 25) Esta frase tem sido de fato um corolário do materialismo dialético, uma vez que situa o sujeito *na* história, mas não completamente submetido à história, como se fosse simplesmente um joguete nas mãos das determinações



econômicas e políticas. O sujeito estaria assim, então, “meio” determinado, mas “meio” livre, também. Produtor e produto, nos dizeres de Sílvia Lane (Lane, 1989).

Não há propriamente uma teoria do sujeito na obra do próprio Karl Marx – embora sejam inúmeras as reflexões sobre a subjetividade que ensejou<sup>1</sup> -, muito em razão da categoria do sujeito ser entendida como parte da ideologia abstrata burguesa, que Marx propunha desmontar e expor em sua realidade material. O que não quer dizer que não exista um sujeito, dado que o sujeito, na obra de Marx, pode também ser interpretado – contra o abstracionismo cartesiano - como o proletariado enquanto agente da transformação social. O proletariado seria o ponto sintomal da história, a (não) classe social que, gerada pelos desenvolvimentos econômicos do capitalismo, teria como destino derrubá-lo. Determinado pelas estruturas do capital que o reduz ao puro negativo da mercadoria-trabalho, não sendo nada, o proletariado deveria se tornar tudo. Mas foi justamente a falha do proletariado em cumprir sua missão histórica, pelo menos na experiência comunista da URSS e nos seguidos reveses sofridos pelos Estados de orientação socialista, após os anos 80, que forçou novamente o pensamento a enfrentar esta questão: afinal, onde está o sujeito? Note, então, a dupla vertente da questão do sujeito tal como exposta no início desta reflexão: existe, de um lado, um profundo interesse filosófico na questão, como todo o caráter abstrato que ela carrega, mas, de outro, suas articulações refletem igualmente uma ambição político/ideológica, uma busca pelos agentes ou pelos caminhos da emancipação.

De onde que a derrocada político/ideológica do socialismo real ensejou uma crise de sua base filosófica fundamental, o materialismo dialético – o que exploraremos melhor adiante -, como também deu extraordinária força à onda neoliberal, sumariamente neopositivista, que se seguiu. Para os neoliberais, a resposta para a questão do sujeito está sempre na ponta da língua. Ele está onde sempre esteve, no racional e na ciência positiva, no indivíduo e nas suas “livres escolhas” – sobretudo mercantis -,

---

1 Destaquemos somente algumas, como Althusser e os aparelhos ideológicos de Estado, os problemas da subjetividade e da razão crítica na Escola de Frankfurt, a questão do sujeito de direito e sua relação com a forma-mercadoria em Pachukanis, entre muitas outras.

tal como assentado pelas bases modernas e burguesas de nossa sociedade ocidental. De se lamentar, somente, pensam os adeptos do neoliberalismo, os desvios fascistas e comunistas do início do século XX que durante tanto tempo obscureceram a evidência da razão individual e da forma parlamentarista/democrática como ideal político. Se o iluminismo foi uma revolução, o foi sobretudo como forma de afirmar o indivíduo e a razão, e as sucessivas convulsões sociais e políticas que se seguiram, da Revolução Francesa à Comuna de Paris, da Revolução de 1917 ao *Terceiro Reich* de Hitler, não foram todos senão – sem qualquer distinção real de suas características mais profundas - desvios utópicos de potencial totalitário que, se espera, estavam definitivamente sepultados com o fim da União Soviética (nada obstante as sombras da Revolução Chinesa ...).

Esse contexto histórico, para nós, tem uma importância fundamental para enxergarmos porque, naquele momento, e estamos nos situando entre os anos 60 a 90 do século passado, após as convulsões de Maio de 68 e a crescente descrença com o socialismo real, se intensificam os debates em torno da questão do sujeito em sua relação com o materialismo dialético, sobretudo no contexto francês.

Foram muitos os pensadores que se debruçaram, filosoficamente e politicamente, sobre essa questão, desde Althusser e uma releitura radical do marxismo a partir do estruturalismo, passando por Deleuze e o vitalismo, pela psicanálise tão árida quanto revolucionária de Jacques Lacan, como também por Alain Badiou, que entendemos ser um pensador especialmente relevante em suas intervenções sobre o sujeito e que pretendemos retomar mais à frente, até as profícuas análises arqueológicas de Foucault. Não queremos aqui dar primazia ao debate francês sobre tantos outros. Mas gostaríamos de destacar que praticamente todos naquele contexto, de Deleuze em *O anti-édipo* e a esquizoanálise, Foucault em *História da Loucura* e muitos outros trabalhos, Lacan, por óbvio, e as leituras que deste fez Badiou, *se interessaram e debateram, profundamente, a relação entre a psicologia, a ciência, a filosofia e o homem, buscando uma reconstrução da tradição filosófica diante de um materialismo dialético em ruínas*. Nesse sentido, a própria psicanálise – enquanto notável tentativa de pensar a subjetividade moderna - é colocada na ordem do dia, como também, à

prova do pensamento. Deleuze e Guattari teceram fortes críticas à tradição freudiana, enquanto, de outro lado, Lacan urgia por um “retorno a Freud”, traçando as linhas de um pensamento novo da psicanálise através da linguagem e do estruturalismo. Alain Badiou, no prefácio do livro *A Aventura da Filosofia Francesa*, traça com precisão a relação entre a filosofia e a psicanálise naquele momento da inventiva intelectualidade francesa:

Resulta disso que toda a filosofia francesa contemporânea empenhou-se em uma grande e severa discussão com a psicanálise. Essa discussão, na França, na segunda metade do século XX, é uma cena de grande complexidade. Por si só, essa cena (esse teatro) entre a filosofia e a psicanálise é absolutamente reveladora. É que sua aposta fundamental é a divisão de duas grandes correntes da filosofia francesa desde o início do século.

Retomemos essa divisão. Temos, de um lado, um vitalismo existencial que tem sua origem em Bergson e que certamente passa por Sartre, Foucault e Deleuze; de outro lado, temos o que eu chamaria de um conceitualismo das intuições, que autoriza sua projeção formal, que encontramos em Brunschvicg e que passar por Althusser e Lacan. O que cruza ambos, o vitalismo existencial e o formalismo conceitual, é a questão do sujeito. Porque um sujeito é, finalmente, aquilo cuja existência porta o conceito. Ora, em certo sentido, o inconsciente de Freud ocupa exatamente esse lugar: o inconsciente também é alguma coisa de simultaneamente vital e simbólico, que porta o conceito.

[...]

Eis o que é extraordinário, eis o que é sintomal: três grandes filósofos, Bachelard, Sartre e Deleuze, propuseram substituir a psicanálise por outra coisa. Mas poderíamos demonstrar que Derrida e Foucault alimentaram a mesma ambição [...] (Badiou, 2015, p.16)

Talvez o exemplo mais interessante, para o que estamos desenvolvendo no momento, seja o caso de Michel Foucault. Em nenhum outro pensador daquele momento a ambiguidade do pensamento acerca da questão do sujeito foi tão bem exposta. Foucault, ao empreender uma profunda análise arqueológica sobre as raízes modernas das ciências humanas, vai encontrar na noção de sujeito um ponto fundamental para se pensar a crise e as ambiguidades existentes nos desenvolvimentos das ciências do homem. Lembremos que em seu texto *“O Sujeito e o Poder”*, Foucault, notoriamente conhecido por seus estudos sobre a relação entre o

saber e o poder, vai enfatizar que sua questão sempre foi essa, a do sujeito: “Assim, não é o poder, mas o sujeito, que constitui o tema geral de minha pesquisa” (Foucault, 1995, p. 232).

No entanto, Foucault será, no geral, um profundo crítico da noção de sujeito, ao situá-la na origem de um crescente paradigma de dominação do homem pelo saber. Como bem explica José de Almeida Prado Arêdes em *Foucault: da Morte do Sujeito ao Sujeito da Morte*, Foucault analisa a questão do sujeito essencialmente em dois momentos diferentes, sendo a primeira:

[...] aquela em que o jogo de verdade eleito por Foucault é o da constituição do sujeito como *objecto* de conhecimento, e se subdivide em: a) o sujeito como *objecto das Ciências Humanas*, ou o modo como o sujeito *falante, trabalhador e vivo* se tornou questão científica (*a arqueologia do saber*); b) o sujeito como o outro da normalidade/normatividade: o modo como foi constituído e estudado como louco, doente e delinquente (*a genealogia do poder*);” (Arêdes, 1996, p. 40)

Encontramos na arqueologia foucaultiana o reconhecimento de uma espécie de “pecado original” nas ciências, que pode ser situado a partir de Descartes. Ao conjugar “cogito” e “sum”, ou seja, ao confundir/identificar o Homem e a Razão, Descartes encaminhou a identificação do homem com o reino das representações, tornando assim o homem o supremo *objeto* da ciência, inclusive, e talvez acima de tudo, das ciências humanas. Imaginando libertar os poderes universais da Razão, Descartes, ao contrário, é o predecessor máximo do esquecimento do corpo e de sua realidade. É nítida, nesse ponto, a influência de Nietzsche no pensamento foucaultiano, que não por acaso lembra aqui também a crítica de Heidegger à metafísica e ao esquecimento do Ser. Outras vertentes filosóficas também lembram aqui o problema de Foucault, como Adorno e Horkheimer em sua crítica da razão instrumental. Ainda assim, temos que é Foucault quem explicita de forma mais contundente a ambiguidade do conceito de sujeito diante de sua crítica pós-moderna. Demonstrando como o pensamento cartesiano havia em verdade reduzido o homem ao abstrato da representação, como através do pensamento moderno acerca do sujeito o homem havia se tornado o objeto último de um saber, a ambiguidade da ideia de sujeito chega, em

Foucault, ao seu máximo. Sujeito ou objeto? Assujeitado ou subjetivante? Passivo ou ativo? Não por acaso a solução será uma espécie de “volta para dentro” com os desenvolvimentos finais de Foucault sobre uma ética do “cuidado de si”, quase como se o indivíduo tivesse de ser ao mesmo tempo, sujeito e objeto de sua autorrelação, o momento segundo de Foucault tal como nos descreve *José de Almeida Prado Arêdes*:

“Aquela em que o sujeito passa de voz passiva a activa, em que o jogo de verdade eleito é a história da subjectividade, a história das maneiras como o sujeito faz experiência de si mesmo num jogo de verdade em que se reporta a si, isto é, o modo como se constitui, ou o sujeito como objecto de saber para si próprio e objecto de constituição por si próprio, não já em termos gnosiológicos, mas ontológicos (a arqueologia do sujeito). (Arêdes, 1996, p. 41)

A crítica da relação entre a ciência e o homem alcançaria inclusive o marxismo – e, portanto, ao materialismo dialético - que, afinal de contas, nunca deixou de lado sua pretensão à ciência. O marxismo, ao reduzir o sujeito ao proletariado, ou, melhor dizendo, ao homogeneizar a irreduzível individualidade a uma *classe histórica* em sua pretensão de organizar uma “ciência do proletariado”, abriu as portas para o totalitarismo-disciplinarismo stalinista e seu método histórico-dialético “mecanizado”. É claro, estamos fazendo aqui uma considerável redução do fenômeno stalinista, mas entendemos ser muito importante compreender que no contexto do pensamento francês o “desastre” do socialismo real deveria ser lido também como um desastre de seus discursos e filosofias correlatas, sobretudo, portanto, do materialismo dialético como forma de pensamento.

A obra de Foucault, no entanto, nos deixa diante de um impasse, insuficientemente respondido, em nossa visão, por sua ética do “cuidado de si”. Se não podemos pensar o sujeito somente na vertente de sua redução ao objeto de um saber, onde estaria o sujeito? E, lembremos, esta questão detinha, como ainda detém, um duplo agulhão. *Histórico*, quando a pergunta está no sentido de “quem faz a revolução? Quem é o criador na História?”, questão que se apresenta em toda sua urgência em tempos de fracasso comunista e dispersão do proletariado nos subúrbios do ultra capitalismo tecnológico e de precarização do trabalho. *Epistemológica*,

quando o ponto que se levanta é “no que o sujeito não é redutível ao saber”, como situar o sujeito para além do método científico de conhecimento e sua universalidade abstrata, desumanizante e impotente? Esta resposta deve ser, como qualquer teoria que se pretenda revolucionária e engajada em seu tempo, *materialista*.

Todavia, normalmente, o enfrentamento da crescente ideologia neoliberal tende a ser feito através de um resgate da tradição materialista-dialética. Estamos de acordo que a tradição “dialética” deva sim ser retomada, mas de forma crítica, senão estaremos simplesmente retomando o método marxista/hegeliano *sem qualquer historicidade tanto quanto ao longo percurso político e material deste método durante o século XX, nas experiências socialistas e comunistas, cujo balanço crítico ainda é um tema árduo e necessário para a política revolucionária, como também estaremos deixando de lado a profunda crítica e releitura que este mesmo método sofreu no contexto francês*. Em outras palavras, não estamos argumentando que a tradição materialista-dialética, em suas muitas vertentes, deva ser abandonada ou rejeitada. Muito pelo contrário, entendemos por necessário se filiar a essa tradição por diversas razões, tanto teóricas como políticas. Mas pensamos também que seja de suma importância visualizar que a questão do sujeito, e, portanto, uma certa centralidade da própria dimensão psicológica/subjetiva no debate, *(re)emerge justamente no contexto de uma crise do materialismo dialético, diretamente ligada a uma questão histórica (fracasso da política comunista “oficial”), e uma crise epistemológica, com a crítica das ciências humanas*.

E é dentro deste contexto de crise filosófica que Badiou, no final dos anos 90, após refletir longamente sobre os caminhos que a filosofia deveria seguir para reencontrar seu lugar, vai propor uma integral recomposição da filosofia a partir do que chamou de *condições da filosofia*: a arte, a ciência, a política e o amor. Estas eram, segundo Badiou, as áreas cujos acontecimentos contemporâneos deveriam ser sopesados e refletidos para que uma nova configuração da relação entre Ser, Verdade e Sujeito pudesse surgir. Um passo na reflexão cartesiana sobre o sujeito, após um século de crítica e desconstrução, para sua renovação.

Razão pela qual Alain Badiou irá colocar, em seu seminário *Verdade e Sujeito*, que a tarefa da filosofia é a de pensar, em compossibilidade, três grandes acontecimentos que percorreram o nosso século XX:

Acontecimento matemático. Aquilo que está em jogo depois de Cantor, sob os nomes de Gödel e de Cohen, quanto a devir da teoria pura do múltiplo Evento artístico. Ele é mais secreto. É a questão do fim da era dos poetas, cujo profeta foi Hölderlin e que se fechou, se realizou, em torno de seis nomes: Mallarmé, Rimbaud, Trakl, Pessoa, Mandelstam, Celan. Nesse período são os poetas que pensaram o tempo. Nós temos que agarrar o fim dessa prevalência secreta do poema. Eu tenho que Celan pode ser designado como o último poeta dessa era.

Evento político. Catástrofe do marxismo oficial, e injunção de ter de formular, sob o signo do comunismo continuado, um outro pensamento da política. (Badiou, 2017, p. 18/19)

Assim, o momento urge por uma nova abordagem da questão do sujeito, a ser repensada sob a ótica dos acontecimentos políticos (catástrofe do marxismo oficial), científicos (a revolução cantoriana na teoria dos conjuntos), artísticos (fim da era dos poetas) e amorosos (ao que Badiou vai ligar o surgimento da psicanálise) (Badiou, 1991). Isto ao menos para aqueles que estão preocupados com o futuro da tradição materialista revolucionária, pois sem a referência a esses processos a filosofia permanece vazia ou distante das verdades e das criações que devem lhe instruir.

Zizek, por sua vez, vai propor um retorno à Hegel a partir da psicanálise lacaniana para que conceitos fundamentais do materialismo dialético – como negativo, substância, objeto, além do próprio sujeito – sejam repensados, possibilitando uma revigoração e uma atualização das bases filosóficas que orientaram a ação socialista e comunista ao longo dos séculos XIX e XX.

Destacaremos, à frente, as principais características dessas propostas de reconstrução da filosofia e do materialismo dialético, mas antes gostaríamos de abordar um ponto que tanto para Zizek como para Badiou se mostrou fundamental para que a questão do sujeito perdesse relevância

ou fosse tida como superada no período filosófico que se seguiu à crise do materialismo dialético, e cuja desconstrução se fazia necessária: a primazia, no pensamento, da questão da linguagem.

## A VIRADA LINGUÍSTICA

Isto porque, para alguns, em vez de uma recriação do materialismo dialético, todo o foco se voltará para a questão da linguagem. Ultrapassadas as correntes revolucionárias e utópicas que levaram aos desastres do começo do século XX, tendo sido assentado que a política agora se daria definitivamente dentro dos quadros democráticos e eleitores, ora mais à esquerda, ora mais à direita, a atenção agora deveria se voltar para a linguagem como meio de comunicação e produção de sentido nas relações sociais. A centralidade da questão da linguagem se deu em concomitância com o esquecimento, ou ao menos uma abordagem muito mais tímida, da questão do Sujeito, que no mais das vezes restou concebida como parte da ultrapassada metafísica moderna. Se o Sujeito era, para a modernidade, um ponto focal da experiência, uma garantia da verdade, ou uma moralidade como formalismo atemporal (Badiou, 2015), o mundo pós-moderno, da experiência continuada e multifacetada, carente de qualquer critério minimamente satisfatório de verdade ou moralidade, não precisava mais de uma metafísica do sujeito, mas sim, de uma filosofia da linguagem, entendida como mediadora universal da relação entre o homem e o mundo. Assim Alain Badiou caracteriza as “três negações de nosso tempo”, em seu seminário *Verdade e Sujeito*:

Negação da filosofia, concebida historicamente como aquilo que junta em uma metafísica o tema do pensamento e o tema do ser. É uma proposição heideggeriana, e em todo caso hegemônica, mesmo em seu contrário aparente.

Negação do sujeito, seja ele colocado em qualquer um de seus avatares modernos, a saber como sujeito da ciência (o sentido do sujeito cartesiano), como sujeito da história (no sentido hegeliano-marxista), ou como sujeito do inconsciente (no sentido de Freud).



Negação da verdade, pois não há senão os jogos da linguagem, disparates, indecíveis. O pensamento não é um princípio de julgamento, mas de circulação. (Badiou, 2017, p. 13)

O resultado de um pensamento que reconhece a supremacia da linguagem contra as pretensões “totalitárias” da filosofia e sua busca ilusória da Verdade, e que nada quer saber do sujeito, reduzido à quimera metafísica, é, para Badiou, um idealismo discursivo ou, como diz em *Lógicas dos Mundos*, o materialismo democrático de nossos tempos, para o qual “não há senão corpos e linguagens” (Badiou, 2006). Esta é então a ideologia espontânea de nossos tempos. Leis, sistemas e/ou culturas de um lado, corpos atravessados pelas linguagens do outro, silogismos lógicos e gramaticais, teorias da interpretação, nada existe fora da grande ontologia do ser formado pela relação entre linguagens e corpos. E democrático porque conhece como horizonte político tão somente a forma capital-parlamentarista dos Estados modernos como reflexo desta mesma visão que reconhece no mundo somente a existência de corpos submetidos à administração política técnico-racional (Badiou, 2006). Não é difícil enxergar, nesse ponto, a famigerada visão ideológica de uma sociedade tecnocrática desprovida de “sujeitos”, de cunho orwelliana, governada pela pura linguagem automatizada dos algoritmos e da computação. O mais difícil é enxergar que essa mesma visão é só o anverso da utopia democrática de um governo “impessoal” das leis, ou de uma relação harmoniosa entre o homem e a linguagem como seu meio de expressão.

Todavia, a lição mínima que podemos tirar de Lacan é que a relação entre homem e linguagem é marcada de forma indelével pelo *sujeito*. Entende-se ser importante marcar este ponto, já que é em Lacan que os dois filósofos contemporâneos já citados - Slavoj Žižek e Alain Badiou – irão encontrar os fundamentos e as reflexões necessárias para uma reinvenção contemporânea da questão do sujeito, como uma forma de escapar ao reducionismo linguístico que predominou após a crise do materialismo dialético.

Assim, na visão psicanalítica de Lacan, o homem não está simplesmente “imerso” na linguagem, se valendo dela como meio de relação com as coisas ou de comunicação social. O sujeito não fala, ele é falado pela

linguagem, e se apresenta, antes, nas suas inconsistências, e não ali onde supostamente se expressa livremente. A condição primeira para o surgimento do sujeito é a sua *alienação*, uma vez que é na relação com o Outro que as questões estruturantes da fala e da linguagem para a subjetividade serão colocadas. Assim, para Lacan, o homem não pode estar em “plena harmonia” com a linguagem, na medida em que a palavra é também *a mensagem e, portanto, o lugar do enigma do (desejo do/no) Outro*. Nas palavras de Slavoj Žižek:

Essa também é a principal razão por que Lacan – contra a historicização heideggeriana do sujeito como agente do domínio tecnológico na Era Moderna, contra a substituição do “sujeito” pelo *Dasein* como nome para a essência do ser humano – prendeu-se ao problemático termo “sujeito”. Quando sugere que Heidegger deixa escapar a dimensão crucial da subjetividade, Lacan não tem em mente o argumento humanista tolo de que Heidegger “passiviza” excessivamente o homem, transforma-o em um instrumento da relativização do Ser, ignora assim a criatividade humana etc. Ao contrário, a questão é que Heidegger deixa escapar o impacto particularmente traumático da própria “passividade” de nosso ser preso na linguagem, a tensão entre o animal humano e a linguagem: existe um “sujeito” porque o animal humano não “se encaixa” na linguagem, o “sujeito” lacaniano é o sujeito torturado, mutilado. (Žižek, 2013, p.506)

Para Lacan, a entrada na ordem simbólica deixa uma marca indelével na experiência psíquica do indivíduo, uma marca chamada sujeito. Há na linguagem algo de terrivelmente violento, fruto da redução brutal da multiplicidade da realidade ao Um do significante. Não há para o homem uma passagem “natural” para o mundo da linguagem, nem uma “harmonia” possível entre o seu ser e os discursos em que está inserido, pois a própria entrada na linguagem, enquanto ser falante que é, passa por uma condição estruturante chamada sujeito. Então, para Slavoj Žižek, e nesse ponto seguindo a tradição francesa que acima destacamos, a retomada do materialismo dialético passa inevitavelmente por uma retomada da questão do sujeito, muito como crítica da chamada “virada linguística” e pós-moderna, ocorrida na segunda metade do século XX. (Žižek, 2013)

Este também será o caminho, ainda que em outras direções, de Alain Badiou, dado que, se ele define o materialismo democrático através

do axioma contemporâneo “só há corpos e linguagem”, a isso ele irá opor seu próprio axioma, “só há corpos e linguagem, *senão que há verdades*”. E esta é, segundo Badiou, uma posição intransigentemente *materialista*:

Não há nenhuma dúvida no que concerne à existência de verdades, as quais não são nem corpos, nem linguagens, nem combinações dos dois. E essa evidência é materialista, uma vez que ela não requer nenhuma cisão dos mundos, nenhum lugar inteligível, nenhuma “altitude”. Em nossos mundos, tais quais, procedem as verdades. Elas são, essas verdades, corpos incorpóreos, linguagens desprovidas de sentido, infinitos genéricos, suplementos incondicionados. Elas advêm e permanecem suspensas, como a consciência do poeta, “entre o vazio e o acontecimento puro. (Badiou, 2016, p. 12)

E por isto que, para Alain Badiou, um materialismo dialético contemporâneo só pode ser um pensamento que, contra a doutrina atual do “fim das verdades”, busque uma nova relação entre o Ser, o Sujeito e a Verdade. Nesse ponto, é interessante notar que no prefácio de *Lógicas dos Mundos*, Badiou afirma ter hesitado antes de colocar seu projeto em linha com a tradição do materialismo dialético (Badiou, 2006). De fato, existe atualmente uma certa acomodação do método dialético, sobretudo em função da primazia da linguagem, como acima destacamos. O que poderia ser mais dialético do que a relação entre o homem e a linguagem, entre a ação e o pensamento, entre as informações que a linguagem carrega em face das contradições que a realidade concreta apresenta ao indivíduo? O ponto é que a relação entre corpos e linguagem, ou, talvez ainda, a relação entre os corpos e os campos discursivos/ideológicos parece se encaixar perfeitamente com um certo entendimento da dialética como antagonismo ou contradição entre a realidade material e a linguagem que busca expressá-la, ou do Ser como constante movimento de contradição e transformação do homem em meio aos discursos dominantes e à circulação dos saberes, sem qualquer critério ou conceito de verdade possível.

A saída de Badiou, no entanto, será estabelecer a verdade, ou melhor, os processos de criação *das verdades* – no plural –, como momentos de *exceção* aos saberes estabelecidos e aos discursos dominantes, que estruturam as hierarquias sociais, segregam corpos e perpetuam as

desigualdades. E sujeito será o nome do operador – tanto coletivo como individual – dessa invenção, sempre local no seu processo, mas universal naquilo que oferece a toda a humanidade.

É notoriamente importante, portanto, uma teoria mais aprofundada da questão do sujeito, tal como fez Lacan, na psicanálise, inclusive pensando profundamente as relações do indivíduo com a linguagem. Todavia, as especificidades que envolvem o processo psicanalítico foram fundamentais para que Lacan pensasse a questão do sujeito a partir de processos e conceitos bastante particulares e que demandam uma série de mediações e reflexões para sua extensão a outros campos do pensamento. Não estamos afirmando, que as teorias lacanianas deveriam ser mantidas dentro do estrito quadro psicanalítico, mas, antes, que a passagem de um lugar para outro, do quadro da análise para o político ou o artístico, por exemplo, deve ser mediado para que ambos os campos pudessem se enriquecer do acúmulo de cada qual, e neste ponto as obras de Žižek e de Badiou podem ser de bastante valia na reconstrução de uma teoria do sujeito à altura dos desafios contemporâneos.

## DOIS POSSÍVEIS CAMINHOS PARA UMA NOVA TEORIA DO SUJEITO

Então, dentro deste plano geral descrito de crise do materialismo dialético e de apogeu da ideologia neoliberal, gostaríamos de destacar duas propostas que podem servir de caminho para que a questão do sujeito seja repensada e assim reconstruído o materialismo dialético, que é exatamente a pretensão explícita tanto de Žižek quanto de Badiou em suas obras. Estes não são os únicos caminhos, obviamente. A questão é profícua demais para que possa ser resumida a esses autores e suas teorias, mas entendemos que no geral esses temas têm sido pouco explorados e que são importantes de serem abordados através de um materialismo consequente, como compreendemos ser o caso desses dois pensadores. Igualmente, suas teorias apontam para questões que o pensamento contemporâneo pretendia ter abandonado na sua superação da metafísica -superação calcada na

evidência da linguagem, como vimos acima - além de carregarem um viés político e ideológico de retomada e reconstrução da hipótese comunista como horizonte de pensamento e ação.

O primeiro ponto é, e já fizemos referência a ele no tópico anterior, que a abordagem da questão do Sujeito não pode deixar de lado a questão da Verdade. Talvez até possa, mas as consequências serão bastante perigosas, uma vez que o sujeito estará novamente submetido à correnteza da linguagem, da opinião e do relativismo. Como vimos, para Badiou, o sujeito é inseparável da questão da verdade. Contudo, mais ainda, para ele *só há Sujeito na medida em que há ao menos uma verdade em devir*. Em seu livro *O Ser e o Evento*, Badiou vai desenvolver sua tese ontológica essencial, fundamentada na teoria dos conjuntos e na revolução matemática de Georg Cantor acerca dos diferentes infinitos, de que uma verdade é um acontecimento, uma novidade em uma determinada situação (Badiou, 1996). E como novidade, não encontrará na linguagem estabelecida daquela situação as palavras que possam nomeá-la, de onde sua natureza de *multiplicidade genérica*. O acontecimento de uma verdade é, parafraseando Lacan, quando o impossível acontece. E o sujeito será definido então como *ponto de articulação dessa verdade*. Citemos Badiou, em seu livro *Metafísica da Felicidade Real*:

Aquilo que eu de minha parte tentei mostrar em outro lugar, é que o nó racional da singularidade, do evento e da verdade constitui por ele mesmo uma nova doutrina possível do sujeito. Contra a ideia de que o sujeito co-pertence à metafísica e deve ser como tal desconstruído, eu enuncio que, na medida que o sujeito é concebido como o diferencial último onde se são atados racionalmente singularidade, evento e verdade, nós podemos e devemos propor ao pensamento e ao mundo uma nova figura do sujeito, cuja máxima seria no fundo a seguinte: um sujeito é singular porque é sempre um evento que o constitui em uma verdade. Ou ainda, um sujeito é de uma só vez um lugar de racionalidade possível e aquilo que nós poderíamos chamar o ponto de verdade de um evento. (Badiou, 2015, p. 32)

Além de *O Ser e o Evento*, Badiou também lançou *Lógicas dos Mundos* e *A Imanência das Verdades*, como obras em que a discussão do Ser, do Sujeito e da Verdade são desdobradas em muitas de suas facetas

ontológicas, lógicas epistemológicas e, sobretudo, filosóficas. Nosso ponto, neste momento, é chamar atenção, porque talvez isto seja mesmo o principal da obra de Badiou, do amplo tratamento que ele dá à questão da verdade. Sua maior audácia, principalmente para a análise mais geral que estamos fazendo aqui, é recuperar a ideia da Verdade, em seu âmbito filosófico e em sua direta relação com o sujeito, porque, de certa forma, “concepções” sobre o sujeito, por mais precárias que sejam, sempre existem. Mesmo em Lacan a concepção da verdade, embora também bastante ligada à questão do sujeito, no mais das vezes nos remete ao problema do sujeito da enunciação e à castração simbólica, da verdade como “furo no saber”. Badiou está de acordo que a verdade seja um furo no saber, mas sua teoria, mais voltada para o evento e os processos subjetivos que podem encarnar uma verdade, busca determinar uma forma de construção e ação *a partir daquilo que adveio como indiscernível ao saber*, ali onde o sujeito é convocado a assumir as consequências de um evento (Badiou, 1996). A reconstrução do materialismo dialético e da questão do sujeito passa inevitavelmente, portanto, por uma teoria que afirme a existência das verdades e possibilite ao pensamento a afirmação racional e demonstrativa dessa mesma existência.

E, por último, uma questão que julgamos importante para repensar o materialismo e a dialética, é a da negatividade. Essa é uma questão central em Hegel, “pai” da dialética moderna, e que, em nossa compreensão, foi bastante apagada pela “inversão materialista” marxista, ou talvez pelo menos nas tradições que a sucederam<sup>2</sup>. O negativo é uma peça-chave da leitura hegeliana do Sujeito, mas que aos poucos foi cedendo lugar para uma leitura muito rápida da negatividade como contradição ou antagonismo histórico. Para esse ponto de vista, a dialética seria uma espécie de luta entre opostos, na qual o objetivo é sempre superar o adversário histórico na luta política ou no antagonismo social. As consequências dessa visão – que se apresenta mais como um senso comum filosófico do que como uma

---

2 Devemos ressaltar aqui, sem dúvidas, Adorno e suas reflexões sobre a dialética negativa. Todavia, neste texto preferimos focar somente na contribuição de Žižek ao debate sobre a negatividade, já que grande parte de seu empreendimento filosófico está focado em uma releitura direta de Hegel a partir de Lacan, sem mediação expressa pelas reflexões de Adorno, que adicionariam, assim, uma camada de complexidade ao tema cuja exploração, certamente válida, não teremos espaço suficiente para desdobrar neste texto.

teoria propriamente dita, a nosso ver – tem sido um voluntarismo político que enxerga por todos os lados tensões onde se faz necessário estar “do lado certo da História”. Nesse ponto, entendemos que o avanço é dado pela obra de Slavoj Žižek, filósofo já bastante conhecido no cenário intelectual e político, com grande desenvolvimento sobre a questão do Sujeito a partir da obra de Jacques Lacan.

A proposta de Žižek é, em linhas gerais, de um retorno a Hegel através de Lacan, para que seja pensada novamente a questão do materialismo a partir de seu pai “morto”. Pai morto porque foi justamente ao deixar a casca supostamente idealista de Hegel que o materialismo compreendeu ter alcançado sua lógica. A inversão marxista de Hegel, deve, assim, para Žižek, ser repensada, para que as inconsistências da luta política e da filosofia contemporâneas sejam expostas (Žižek, 2014). Nesse ponto, a questão do sujeito será novamente de suma importância para Žižek, justamente na medida em que o relativismo pós-moderno, normalmente grande opositor do pensamento hegeliano, afastou os grandes temas da metafísica. Não por outra razão irá afirmar, em seu livro *Recolhimento Absoluto*, “cuidado com todas as tentativas muito fáceis de “superar” a metafísica!” (Žižek, 2014, p. 179).

E a questão da negatividade será central para repensar a figura do sujeito. Žižek por diversas vezes irá aproximar o sujeito da figura da pulsão de morte em Freud. Longe de ser o ponto de razão universal ou de autoconhecimento do indivíduo, a pulsão de morte aponta para o núcleo propriamente inumano do homem:

Nesse sentido exato, podemos aceitar a fórmula de que a humanidade passará/tem de passar à pós-humanidade – estar inserido num mundo simbólico é a definição de ser-humano. E nesse sentido também, a tecnologia é a promessa de libertação pelo terror. O sujeito que surge nessa e por essa experiência de terror, em última análise, é o próprio cogito, o abismo de negatividade autorreferencial que forma o âmago da subjetividade transcendental, o sujeito acéfalo da pulsão (de morte). É o sujeito propriamente inumano. (Žižek, 2011, p. 447)

O sujeito como a face propriamente inumana do humano nos leva a pensar os limites da abordagem dita humanista ou histórica. O “abismo de

negatividade” é aquilo que faz com que o homem nunca seja simplesmente uma parte da natureza ou de uma situação social. Se o homem pode ser criador, é porque o espaço simbólico abre um espaço mínimo de *indeterminação* – e não só de contradição -, ali onde um sujeito é possível. A pulsão de morte, enquanto âmagô da negatividade subjetiva, faz com que o homem nunca possa ser reduzido somente a um animal adaptado ao seu meio ou a um dado momento histórico/social, pois que sua própria existência, irremediavelmente imersa no simbólico, é marcada por um excesso “irracional”, inseparável da sua condição de sujeito.

De onde que o sujeito aparecerá em meio às fissuras simbólicas e ideológicas existentes nos discursos dominantes, ali onde as inconsistências inerentes das formas capitalistas rompem as fantasias de “paz e liberdade” que as democracias ocidentais pretenderam impor ao mundo globalizado. Aquecimento global e crise climática, reaquecimento das guerras imperialistas - em verdade jamais interrompidas - e elevação da instabilidade mundial, superpopulação combinada com crises estruturais da economia capitalista hiperfinanceirizada, é diante dessas negatividades que o sujeito aparece como possibilidade de reconfiguração do espaço ideológico e político na busca de novas formas do comum.

Sujeito como mediação finita de uma verdade infinita, sujeito como negatividade imanente, dois caminhos colocados para a reconstrução do materialismo dialético e a reativação de um pensamento acerca do sujeito. E, como lado político e ideológico dessas propostas, retomada da hipótese comunista como possibilidade de ressurgimento das políticas emancipatórias radicais e em franca oposição ao capitalismo global, para Badiou, e esperanças paradoxais de uma reconstrução da política comunista diante de um capitalismo tardio com suas múltiplas vertentes de ameaça à existência da humanidade – superpopulação, crise climática e neofascismos -, sem qualquer garantia histórica de sua superação -, em Žižek.

Encerra-se este artigo com um comentário sobre o fato de que as especulações aqui trazidas são mais de cunho filosófico do que propriamente “psicológicas”. Obviamente as diferenças entre a psicologia e a filosofia dariam um tratado e tanto, mas o que julgamos importante destacar é que o conceito de sujeito esteve bastante ligado à psicologia no último século,



notadamente no contexto francês, como já destacamos. Neste sentido, seja através do rigor estruturalista/logicista de Jacques Lacan na psicanálise, como também de diversas outras linhas da psicologia, como o próprio trabalho de Silvia Lane, no Brasil, e muitos outros psicólogos sociais e pesquisadores que a seguiram, a manutenção da questão do sujeito e de suas potencialidades, por maior que fosse a pluralidade de entendimentos, restou assegurada por uma militância teórica e política que se viu diante de questionamentos advindos de diversas outras frentes, tais como acusações de “idealismo” partindo das linhas ortodoxas marxistas ou dos cognitivistas biologizantes. Mas que a questão do sujeito estivesse notoriamente ligada à psicologia não deixou de ser também uma “psicologização” do conceito, ou, como entendemos, uma certa coincidência, ou ao menos uma confluência, entre sujeito e indivíduo. Atravessar a psicologia com os novos pensamentos filosóficos sobre o sujeito (e destaca-se para isso Alain Badiou e Slavoj Žižek, mas outros seriam possíveis) tem, então, a potencialidade de trazer, mais do que somente a questão do sujeito, mas também a da *Verdade*, já que uma visão “psicológica” da Verdade é algo que realmente não parece ser muito adequado. Assim, filosoficamente, um conceito sobre a verdade pode ser desdobrado sem o temor do subjetivismo que marca a perspectiva psicológica, onde a questão tende a se direcionar à verdade enquanto juízo – ilusório ou real – do indivíduo, ou a um certo estado de sua consciência. Em outras palavras, é na medida em que a filosofia pode trabalhar um conceito de verdade *separado* da questão da consciência e da psique humana – tal como faz Badiou<sup>3</sup> - que ela pode contribuir com novas perspectivas sobre o sujeito para a psicologia crítica.

Assim, quando Silvia Lane se pergunta “*inventar o quê?*”, meditando em que medida o homem é um criador (Lane, 2000), podemos dizer que as

---

3 Destacamos abaixo um trecho de seu seminário *Teoria Axiomática do Sujeito* onde Badiou fala da necessidade de separar a questão do sujeito daquela da consciência, que relaciona com as tendências teóricas da psicologia:

“Podemos dizer assim com autoridade que não há teoria do sujeito senão na medida em que há teoria da disjunção sujeito/consciência, uma teoria que, com grande reforço desse vasto movimento crítico de quais dois séculos, pode arrancar pouco a pouco a categoria de sujeito do espaço psicológico. Para o instante, eu mantereí que há necessariamente teoria do sujeito na medida em que há operações disjuntivas entre sujeito e consciência e que esse primeiro gesto é um gesto anti-psicológico” (Badiou, 2019, p. 20).

*verdades, quando elas existem, são processos através dos quais os homens são convocados à (re)criação das políticas igualitárias, das descobertas científicas, das formas das artes e dos caminhos do amor.* As verdades são as criações coletivas da humanidade a que qualquer um pode ter acesso para recriá-las e desdobrá-las em novos contextos históricos, por mais perversos que pareçam. Uma obra-verdade tem o poder de ultrapassar o seu estrito âmbito histórico/social e alcançar o Absoluto do qual o homem, sem a necessidade de qualquer mediação de Deus, é capaz. Uma Verdade, na medida que coloca em processo um Sujeito, é algo que ultrapassa em muito os limites psicológicos de um indivíduo, como também os limites históricos e temporais de uma comunidade estrita:

Nós somos aí guiados - como Hegel o foi no contexto criado pela Revolução Francesa e as guerras napoleônicas - por uma conjuntura contemporânea que, se acreditando assegurada de seu fundamento (o materialismo democrático) move contra a evidência das verdades um combate propagandista em todos os momentos. Combate do qual nós já conhecemos os pontos significantes: “modéstia”, “trabalho em equipe”, “fragmentário”, “finitude”, “respeito ao outro”, “ética”, “expressão de si”, “equilíbrio”, “pragmatismo”, “culturas” [...]. Todos recapitulados em uma variante antropológica, portanto restrita, do axioma do materialismo democrático, variante que pode se dizer: *Não há senão indivíduos e comunidades.*

A esse enunciado, o pensamento do quarteto: ser, aparecer, verdade, sujeito, pensamento do qual esse livro completa a construção, opõe a máxima da dialética materialista:

*A universalidade das verdades se sustenta de formas subjetivas que não podem ser nem individuais, nem comunitárias.*

Ou:

*Na medida em que ele é de uma verdade, um sujeito se subtrai a toda comunidade e destrói toda individuação.” (Badiou, 2006, p. 16-17)*

Assim, se há uma lição que Badiou quer transmitir, é que para muito além da existência fugaz como indivíduo, qualquer um é capaz, enquanto sujeito, de desdobrar novas Verdades em prol de toda a humanidade.

## REFERÊNCIAS

- Arêdes, J. A. P. (1996). *Foucault: Da morte do Sujeito ao sujeito da morte*, Revista Philosophica 8, pp 37-49, Lisboa.
- Badiou, A. (1996) *Manifesto pela Filosofia*. Ed. Aoutra - Rio de Janeiro.
- Badiou, A. (1996) *O Ser e o Evento*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Badiou, A. (2006) *Logiques des Mondes*. Paris: Seuil.
- Badiou, A. (2015) *Metaphysique du Bonheur Réel*. 1ª Ed. Paris: PUF, 2015.
- Badiou, A. (2015) *A aventura da filosofia francesa - 1ª Ed - Belo Horizonte: Autêntica Editora*.
- Badiou, A. (2017) *Le Séminaire: Vérité et sujet, 1987-1988 - Editora Fayard, Paris*.
- Badiou, A. (2019) *Théorie axiomatique du sujet*. Editora Arhème Fayard, Paris.
- Foucault, M. (1995) *O sujeito e o poder*. In: Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. *Uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica - Rio de Janeiro: Forense Universitária*.
- Lane, S. T. M. (1989) *Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia em “Psicologia Social: o Homem em Movimento” - 08ª Edição. - Editora Brasiliense/SP*.
- Lane, S. T. M. (2000) *A Psicologia Social na América Latina: por uma ética do conhecimento em “Paradigmas em Psicologia Social: A perspectiva Latino-Americana”, organizado por Regina Helena de Freitas Campos e Pedrinho A. Guareschi - - 02ª Edição - Editora Vozes – São Paulo*
- Marx, K. (2011) *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Ed. Boitempo, 2011, São Paulo, página 25.
- Žižek, S. (2011) *Em defesa das Causas Perdidas*. São Paulo, Ed. Boitempo.
- Žižek, S. (2013) *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético*. 1ª Edição - Ed. Boitempo – São Paulo
- Žižek, S. (2014) *Absolute Recoil*, Ed. Verso, Londres.

Recebido em 13/04/2022

Aceito em 12/12/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

# A experiência da escrita para uma construção cartográfica: caderno digital itinerante como dispositivo

*The writing experience for a cartographic construction: itinerant digital notebook as a device*

*La experiencia de escritura para una construcción cartográfica: el cuaderno digital itinerante como dispositivo*

Gabriela Walter Gonçalves\*

Kátia Alexsandra dos Santos\*\*

## Resumo

*O objetivo deste trabalho foi discutir acerca da utilização de um dispositivo de pesquisa: o caderno digital itinerante, a partir do qual foi possível promover a construção conjunta de uma pesquisa, partindo do método cartográfico. A pesquisa de campo que deu origem a esta reflexão metodológica teve por objetivo principal cartografar experiências sapatão na cidade, por meio da construção conjunta de um caderno digital itinerante no qual as participantes, juntamente com a pesquisadora, escreviam sobre suas experiências como mulheres lésbicas e/ou pessoas que se reconheciam enquanto sapatão. Tendo como um dos instrumentos a análise do diário de campo, produzido durante a pesquisa, foi possível discutir em profundidade o enfoque metodológico adotado e questionar a dicotomia pesquisadora-objeto, provocando algumas reflexões acerca da temática da participação e do desenvolvimento de pesquisas on-line, sobretudo no período pandêmico. Por fim, apostar na cartografia enquanto método de pesquisa com e não sobre permitiu a produção de uma pesquisadora sapatão que pudesse se ocupar da escuta, lendo sobre diferentes processos de subjetivação e, com isso, produzindo outros sentidos para seu objeto de pesquisa.*

---

\* Universidade Estadual do Centro-Oeste, PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2989-5816>. E-mail: gabrielawalter30@gmail.com

\*\* Universidade Estadual do Centro-Oeste, PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-4706-6624>. E-mail: kalexsandra@unicentro.br

**Palavras-chave:** pesquisa on-line; cartografia; técnicas de pesquisa; métodos; gênero.

## Abstract

*The aim of this study was to discuss the use of a research tool: the itinerant digital notebook, which facilitated the collaborative construction of research based on the cartographic method. The field research that gave rise to this methodological reflection aimed to map dyke experiences in the city through the collaborative construction of an itinerant digital notebook. In this notebook, participants, alongside the researcher, wrote about their experiences as lesbian women and/or individuals who identified as dykes. Using the analysis of the field diary produced during the research as one of the instruments, it was possible to deeply discuss the adopted methodological approach and question the researcher-object dichotomy, prompting reflections on the theme of participation and the development of online research, especially during the pandemic period. Ultimately, embracing cartography as a research method with, not on, participants allowed the production of a dyke researcher who could engage in listening, reading about different processes of subjectivation, and thereby generating alternative meanings for her object of study.*

**Keywords:** online research; cartography; research techniques; methods; gender.

## Resumen

*El objetivo de este trabajo fue discutir el uso de un dispositivo de investigación: el cuaderno digital itinerante, a partir del cual fue posible promover la construcción conjunta de una investigación, a partir del método cartográfico. La investigación de campo que dio origen a esta reflexión metodológica tuvo como objetivo principal mapear las experiencias lesbianas en la ciudad, a través de la construcción conjunta de un cuaderno digital itinerante en el que las participantes, junto con la investigadora, escribieron sobre sus experiencias como lesbianas y/o personas que se reconocían como bolleras/camioneras. Teniendo como uno de los instrumentos el análisis del diario de campo producido durante la investigación, fue posible discutir en profundidad el abordaje metodológico adoptado y cuestionar la dicotomía investigadora-objeto, provocando algunas reflexiones sobre el tema de la participación y el desarrollo de investigación, especialmente en el período de pandemia. Finalmente, apostar por la cartografía como método de investigación con participantes y no sobre las participantes permitió producir una investigadora lesbiana que podía ocuparse de escuchar, leer sobre diferentes procesos de subjetivación y, con eso, producir otros significados para su objeto de investigación.*

**Palabras clave:** investigación online; cartografía; técnicas de investigación; métodos; género.

O ano de 2020 se iniciou no Brasil como qualquer outro: tivemos carnaval, início das aulas nas escolas e universidades, contudo, em março, a partir da pandemia de Covid-19, foi preciso repensar as atividades iniciadas no ano letivo. As pesquisas em todas as áreas do conhecimento também foram afetadas: estudantes de graduação e pós-graduação tiveram que repensar suas investigações tendo em vista, principalmente, dois fatores: Primeiro, não era mais possível desenvolvê-las de forma presencial, sobretudo em contato com participantes, como havia sido programado; e segundo, outro fator que não pode ser negligenciado é que, inclusive, os temas e interesses de pesquisa foram afetados pelo contexto, afinal, pesquisadores e pesquisadoras estavam tomados pela emergência de uma pandemia sem precedentes, que realocou necessidades e interesses, inclusive do que deveria ser pesquisado.

Nesse sentido, as políticas editoriais passaram por alterações: revistas que tinham chamadas temáticas previstas ou fluxos contínuos adaptaram-se e apresentaram novas propostas, voltadas à temática da pandemia:

O mundo pós-pandemia será reconstruído e temos várias iniciativas nessa direção: revistas científicas, em várias áreas, já fazem chamadas para artigos que tratem desse novo cenário; centros de pesquisas nacionais e internacionais se associam para desenvolver projetos comuns e órgãos financiadores propõem verbas para projetos (Tonelli & Zambaldi, 2020, p. 82).

Houve ainda aquelas que estagnaram suas produções, simplesmente porque a principal preocupação daquele momento era a proteção da vida e não a manutenção de números de revistas atualizados.

Desse modo, se até então era possível manter a dicotomia entre o tempo da ciência e da divulgação dos achados científicos, a emergência de resultados impôs outro ritmo aos cientistas, sendo necessário produzir no agora sobre o agora. Muitas produções, em diversas áreas (Linhares & Enumo, 2020; Hammerschmidt & Santana, 2020; Oliveira & Souza, 2020; Ribeiro-Silva *et al*, 2020 etc.), têm colocado em relevo temáticas advindas do contexto pandêmico, contudo poucas têm discutido adaptações metodológicas surgidas em função dele. Alguns exemplos das investigações que se propõem a pensar questões metodológicas de pesquisas em decorrência do

contexto pandêmico é o texto de Furtado *et al.* (2020), que analisa efeitos da COVID-19 em populações vulneráveis e propõe discutir metodologias de pesquisas participativas nesses contextos. Foram utilizadas como técnicas:

a) análise das desigualdades nas vulnerabilidades à Covid-19 por meio de indicadores sociodemográficos e de condições de vida e saúde, baseados em dados secundários; b) análise documental de entrevistas, reportagens e pesquisas científicas veiculadas em meios de comunicação e em bases de dados científicas; c) diário de campo; d) questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas sobre perfis sociodemográficos, condições de moradia, efeitos sistêmicos, percepções e vivências das pessoas relativas à pandemia de Covid-19; e) rodas de conversa sobre a pandemia de Covid-19 no que diz respeito às percepções sobre o acesso a informações, rotinas, adoção ou não de medidas de prevenção, impactos nas condições de vida, situações de violência, experiências de adoecimento e de morte de pessoas próximas, influências para a renda e apoios recebidos ou fornecidos, dentre outros aspectos; f) usuários-guia para a construção de narrativas sobre os mapas de cuidado e a vivência em relação à pandemia de Covid-19 (Furtado *et al.*, 2020, p. 311).

No que concerne aos instrumentos a serem utilizados, outras pesquisas anteriores à pandemia já vinham discutindo sobre potencialidades das pesquisas on-line, como o livro de Fragozo, Recuero e Amaral, “Métodos de pesquisa para internet” (2013) e o artigo de Mendes (2009) que apresenta algumas possibilidades metodológicas para pesquisas qualitativas no ambiente on-line.

Acerca dos desafios éticos de pesquisas com seres humanos no contexto da pandemia, o artigo de Pinto, Pessalacia, Gazarini, Silva-Neto, Moreira e Costa (2020) apresenta uma revisão integrativa da literatura, descrevendo os principais desafios elencados por pesquisadores da área médica, no início do ano de 2020, advento da pandemia. Segundo os autores, os principais desafios éticos elencados foram distribuídos em três categorias: “respeito à autonomia dos participantes das pesquisas, equidade na alocação de tratamentos a participantes de pesquisa e balanceamento entre riscos e benefícios dos estudos no período da pandemia” (2020, p.14).

Tendo em vista esse contexto de produção acadêmico-científica, este trabalho pretendeu discutir e refletir acerca dos caminhos metodológicos

de uma pesquisa realizada no contexto da pandemia, de modo a apresentar as estratégias e os dispositivos construídos. Para que se alcance tal objetivo, discorreremos, ao longo do texto, acerca da pesquisa original que deu origem às reflexões metodológicas. Essa, por sua vez, investigou os processos de subjetivação de pessoas que se reconheciam enquanto sapatão ou lésbica (Gonçalves e Silva, 2021), a partir de suas experiências com os dispositivos institucionais da cidade: família, raça, religião, educação, etnia, classe. A pergunta disparadora da pesquisa originária foi: “como é experimentar a cidade em um corpo sapatão?”.

Abordaremos, neste momento, as ferramentas utilizadas para a produção dos dados a partir da construção de narrativas e o modo como se estabeleceu a relação com e entre as participantes da pesquisa. Para isso, discorreremos inicialmente sobre algumas características da pesquisa a partir do método cartográfico.

## PESQUISAS ON-LINE, MÉTODO CARTOGRÁFICO E PRODUÇÃO CONJUNTA DE DADOS ENTRE PESQUISADORA E PARTICIPANTES

Carolina Laurenti (2012) defende a importância das pesquisas que visam uma discussão metodológica em articulação com as teorias que lhe servem de sustentação. Apesar de, segundo a autora, ainda haver uma predileção por correntes positivistas e experimentais na Psicologia, no sentido de sua valorização científica, as pesquisas conceituais são de extrema relevância quando promovem discussões acerca das bases filosóficas, éticas e epistemológicas de um conceito ou método específico, evidenciando os procedimentos metodológicos utilizados. Compreendemos que, apesar de o presente trabalho partir de uma pesquisa já realizada, se aproxima mais de um estudo teórico do que de um relato de pesquisa, já que visa à discussão e reflexão acerca dos caminhos metodológicos de uma pesquisa realizada no contexto da pandemia, de modo a apresentar as estratégias e dispositivos construídos.

A pesquisa acadêmica da qual deriva o presente trabalho teve seu início antes de ser anunciada a pandemia por Covid-19 no Brasil e as



consequentes restrições de contato e circulação. Desde o início da pesquisa, se manifestou um desejo de produzi-la em conjunto com os participantes, algo que se tornou, no caminhar, um compromisso ético e metodológico fundamental. Regina Benevides de Barros e Eduardo Passos (2009) oferecem pistas acerca do caminho metodológico de uma pesquisa cartográfica. Ao afirmar que toda pesquisa é uma forma de intervir, os autores situam os três elementos de um processo de pesquisa (objeto, pesquisadora e produção de conhecimento) como coexistentes no plano da experiência. Ou seja, as pessoas que buscamos acessar, enquanto “objetos”, possuem um saber a partir daquilo que vivem e, por isso, pesquisadoras também estão na posição de aprender com participantes e responder, em vez de somente fazer as perguntas a partir de roteiros pré-elaborados.

O caráter interventivo de uma pesquisa cartográfica produz efeitos, inclusive, em quem ocupa o lugar de pesquisadora. É necessário que haja abertura, durante o processo investigativo, para analisar os efeitos do próprio ato de pesquisar; rever as perguntas; encontrar brechas para que outras questões sejam feitas; isto é, “deixar que o caminhar trace, no percurso, suas metas” (Barros & Passos, 2009, p. 17). Parte do que se entende enquanto a dissolução da dicotomia pesquisadora-objeto é deixar de lado o entendimento das participantes enquanto “informantes” ou “fonte de dados” (Kastrup & Passos, 2009, p.173). O que compõe um modo cartográfico de se pesquisar passa pela aposta na participação ativa e na produção conjunta dos dados. Ao afirmar essa posição ética, questionamos: “O que designamos por participação coletiva? Quem participa da pesquisa?” (Kastrup & Passos, 2009, p.173).

Para Sade, Ferraz e Rocha (2014, p. 69), a participação se efetiva a partir da confiança, significada como “com fiar – fiar com, tecer com, composição e criação com o outro”. Acrescentamos, com base em nosso processo: escrever com, pensar com, perguntar com. Tecer em conjunto é um acontecimento possibilitado pelos dispositivos da pesquisa. Segundo os autores e a autora, o dispositivo é construído tendo por objetivo a alternância de algumas funções, visando à valorização da possibilidade de agir e intervir de participantes. Aliás, nomear desse modo produz efeito: a escolha pelo nome “participantes” implica possibilitar espaço para que

a pessoa duvide, questione e coloque questões à pesquisa. “Dessa forma, o encaminhamento dos problemas trabalhados deve responder não só aos interesses do pesquisador, mas também ser capaz de tornar os participantes interessados e confiantes no processo, permitindo que assumam voz e participação” (Sade, Ferraz & Rocha, 2014, p. 88).

O dispositivo pensado para que os dados fossem produzidos coletivamente foi um caderno a ser compartilhado entre todas as participantes. Esse caderno, inicialmente, seria repassado entre as participantes através da pesquisadora, em um local da cidade a ser combinado. Funcionaria assim: uma das pesquisadoras iniciaria escrevendo e convidando à continuidade da escrita, levaria o caderno até uma das participantes em local escolhido por ela e uma semana depois ele seria devolvido e repassado à próxima pessoa e, assim, sucessivamente. Com a notícia da pandemia, entretanto, tais intenções não se efetivaram.

Inúmeras questões se colocaram naquele momento, tais como: vale à pena esperar a pandemia “passar” para dar continuidade à pesquisa? O formato on-line garante a mesma qualidade de dados produzidos presencialmente? Se a aposta é, ainda, pelo caderno físico, como garantir durante o processo de envio, que não aconteça contaminação por covid? Como argumentar ao Comitê de Ética em Pesquisa, no item “riscos e benefícios”, que o trabalho não iria oferecer riscos à vida? Logo, se, anteriormente, poderíamos elencar os riscos em pesquisas com seres humanos como “possíveis desconfortos ao falar sobre experiências pessoais”, no momento pandêmico, em que não havia previsão de vacinas e os números de mortes aumentavam diariamente, outra dimensão de risco aparecia. Ainda, outro fator que mobilizava preocupações no primeiro semestre de 2020 era a escassa produção bibliográfica, que se encontrava emergente, acerca de pesquisas na pandemia. Portanto, as tentativas de manter a pesquisa em andamento, naquele momento, eram acompanhadas de um desamparo e da sensação de que qualquer tentativa seria uma aposta cuja diretriz central era não ser mais um risco à vida.

Apostamos pela continuidade, conduzindo-a de forma on-line e criando adaptações possíveis. Uma delas foi a escolha pela manutenção do caderno em formato digital, denominado caderno digital itinerante, como

dispositivo principal de produção dos dados. “Itinerante” foi um termo que se manteve em relação à ideia inicial, momento em que ele significava uma viagem do caderno entre diferentes locais da cidade. A manutenção do termo após a escolha pelo formato remoto foi proposital, porque compreendemos que mesmo que não de uma forma geográfica, haveria um deslocamento, um trânsito do caderno entre diferentes territórios existenciais. Compreendemos o conceito de cidade, no decorrer da pesquisa, como uma máquina produtora de sentidos e sensações que envolvem, no que diz respeito ao espaço construído, interpelações históricas, afetivas, arquitetônicas e econômicas (Guattari, 2006). A princípio, todas as pessoas participantes estariam no mesmo espaço geográfico das pesquisadoras, para que fosse possível o repasse do caderno. Entretanto, com as necessidades de adaptações, entendemos que seria interessante que houvesse o acesso a diferentes locais e fomos amparadas pelo entendimento de cidade como território subjetivo.

Vale ressaltar que o dispositivo de produção de dados, neste caso, o caderno digital itinerante, não garante por si só o caráter participativo e não contém, em si, o poder de fazer com que se dissolva a dicotomia entre pesquisadora-participante. Isto porque, além de convidá-las a compartilhar sobre suas experiências e elaborarem conjuntamente as perguntas de pesquisa, é necessário construir um espaço para que as coisas sejam ditas. Portanto, “não se trata apenas da utilização de um determinado dispositivo, mas também de como manejá-lo de forma a criar uma zona de ‘inter-esse’ que vincule e articule pesquisadores, pesquisados e o campo de pesquisa” (Sade, Ferraz & Rocha, 2014, p. 79).

Este espaço que se cria com base na confiança, como dito anteriormente, pode ser nomeado como campo de dizibilidade e é abordado no seguinte trecho:

O que desperta a possibilidade de dizer, então, é o encontro que se dá, também conosco, num determinado estrato histórico e o que nele aparece como campo possível de dizibilidade. Com isto, entendemos que existe aquilo que podemos ver e dizer nessa formação histórica que vivemos, existe um modo de sentir e de desejar, elementos que em conjunto formam linhas de visibilidade e enunciação (Kastrup; Barros, 2009). Aplicando ao contexto de

produção do caderno, entendemos o seguinte movimento: ao mesmo tempo que há algo nesse momento em que vivemos que possibilita que as pessoas participantes se narrem de determinada maneira e que permite o próprio acontecimento da pesquisa, os jeitos de comunicar constituem construções narrativas que ampliam possibilidades de dizer, criam rupturas, atualizam discursos, produzem algo (Gonçalves e Silva, 2021).

Para que algo seja dito, é preciso que possa ser escutado. Que encontre um lugar em que ressoe e produza algum efeito ou sentido. Gloria Anzaldúa (2000), quando destina uma carta às mulheres escritoras de terceiro mundo, especialmente às mulheres negras, localiza que o ato de escrever não é esperado para elas. Isto se dá pelo entendimento de que para escrever é preciso ter algo relevante para ser dito e “relevante” é compreendido no sentido da comparação com a escrita intelectualizada, europeia e masculina. Em relação às mulheres lésbicas negras, com quem Anzaldúa se comunica neste texto, a autora escreve: “A lésbica de cor não é somente invisível, ela não existe. Nosso discurso também não é ouvido. Nós falamos em línguas, como os proscritos e os loucos” (Anzaldúa, 2000, p. 229). Com esse trecho, compreendemos que os atos de dizer e escrever são atravessados pela experiência de racialização, de classe, de sexualidade.

A escrita, partindo de mulheres lésbicas, negras, de pessoas que se reconhecem sapatão, pode se constituir enquanto possibilidade de retomar o exercício de narrar como afirmação de que a experiência de corpos sapatão na cidade é algo que pode encontrar um espaço de escuta. Portanto, propomos um sentido oposto à provocação de Anzaldúa (2000, p. 230): “Talvez se deixarmos de amar as mulheres sejamos dignas de ter alguma coisa para dizer que valha a pena”. Ou seja, convidamos as participantes a narrarem justamente sobre o que não encontra muito espaço para ser dito, sobre amar mulheres, sobre circular pela cidade, família, religião, educação. O ponto comum do qual partimos foi o reconhecimento de si enquanto sapatão ou lésbica.

Grada Kilomba (2019, p. 82-83) afirma que “fazer pesquisa entre iguais tem sido fortemente encorajado por feministas, por representar as condições ideais para relações não hierárquicas entre pesquisadoras/es e informantes, ou seja, onde há experiências compartilhadas, igualdade social

e envolvimento com a problemática”. A pesquisa entre iguais traz como potencial a ampliação do campo de dizibilidade, algo que se conecta com o objetivo da proposta de escrita. O termo “iguais”, porém, pode ser problematizado. Isto porque, mesmo em um grupo que compartilha a experiência de uma sexualidade não hegemônica (heterossexual), as experiências com este “fator comum” são vividas de forma interseccional.

Patricia Hill Collins e Silma Birge (2021), ao discorrerem acerca da interseccionalidade como ferramenta analítica, alertam para a fragilidade de uma leitura “monofocal para abordar a desigualdade social” (p. 14). No caso da pesquisa a partir da qual deriva o presente trabalho, seria um erro considerar que a discriminação em relação à sexualidade pairasse da mesma forma sobre todas as experiências, ou que as condições para seu enfrentamento fossem as mesmas. Ao mesmo tempo que se reconheciam sapatão, são negras, pardas ou brancas; viveram em centros urbanos ou periferias; se identificavam como mulheres cisgêneras ou pessoas trans não binárias; eram gordas, magras, ou isso não aparecia enquanto um elemento ao falarem sobre si. Uma das pessoas era mãe, as outras não, e a faixa etária de quem participou teve variação entre 20 e 50 anos. Cada um desses elementos configurava um modo singular à experiência sapatão na cidade. Não adentraremos, no presente estudo, às análises relacionadas aos impactos dos diferentes territórios subjetivos na relação com a cidade, pois o intuito da discussão, neste momento, é voltar-se aos dispositivos presentes na pesquisa. Para tanto, a publicação da pesquisa original pode ser consultada (Gonçalves e Silva, 2021). A despeito disso, apresentamos algumas das caracterizações de participantes para oferecer elementos a serem pensados na discussão sobre comum, iguais e heterogêneo que vêm a seguir. Esse ponto é importante porque a construção do dispositivo da pesquisa (caderno) foi analisada como tendo sido construída num chão comum.

O que Kilomba propõe como significado do termo “iguais” pode ser pensado em consonância com o que Eduardo Passos e Virgínia Kastrup apresentam como “plano comum”, no texto “Cartografar é traçar um plano comum” (2014). A autora e o autor pensam o comum como “aquilo que partilhamos e em que tomamos parte, pertencemos, nos engajamos” (Passos

& Kastrup, 2014, p. 21). Acrescentam: “tal plano é dito comum não por ser homogêneo ou por reunir atores [...] que manteriam entre si relações de identidade, mas porque opera comunicação entre singularidades heterogêneas, num plano que é pré-individual e coletivo” (Passos & Kastrup, 2014, p. 17). No caso da pesquisa que desenvolvemos, o plano comum foi o reconhecimento de si enquanto sapatão. Isto não se configurou, entretanto, como uma homogeneidade, já que é impossível generalizar ou totalizar uma experiência.

O papel do “comum”, portanto, foi criar um “chão” em que pudéssemos nos constituir em coletivo e possibilitou o convite, assim como sustentou a probabilidade de que haveria ali um grupo de pessoas que compartilhasse algo, inclusive a heterogeneidade. Essa inseparabilidade entre comum e heterogêneo constitui um paradoxo presente na produção de conhecimento, o que nos leva a perceber que entre pesquisadoras e participantes implicadas numa pesquisa, existe ao mesmo tempo conexão e tensionamento. A possibilidade de acolher o tensionamento e incorporá-lo como parte do processo indica a intenção de enfrentar as hierarquias e, assim, afirmar a diretriz metodológica da cartografia: a transversalidade.

Ainda segundo Passos e Kastrup, a transversalidade é a possibilidade de não fixar um grupo a partir das dicotomias de verticalidade e horizontalidade, dois importantes aspectos de organização das instituições, inclusive da científica. A verticalidade é aquilo que hierarquiza as relações e a horizontalidade iguala e homogeneiza. Utilizando o exemplo da pesquisa desenvolvida por nós, negamos a horizontalidade da experiência de participantes à medida que nos recusamos a pensar em pessoas que se reconhecem sapatão como um grande bloco homogêneo. Assim, “foi assumida a importância de ‘pesquisar com’ ao invés de ‘pesquisar sobre’, de modo a construir um olhar compartilhado em relação ao que está sendo investigado” (Furtado *et al.*, 2020, p. 311). Buscamos operar a transversalidade no exercício constante de não verticalizar a pesquisa, dividindo a tarefa de perguntar e definir os objetivos no caminhar, na insistência por “tecer com”.

## **CADERNO DIGITAL ITINERANTE COMO DISPOSITIVO, ASPECTOS ÉTICOS E DINÂMICAS INTERSECCIONAIS NAS EXPERIÊNCIAS DE ESCRITA**

Algumas etapas antecederam o contato entre o dispositivo do caderno digital itinerante e as participantes-narradoras, que serão descritas a seguir. Inicialmente, realizamos um levantamento de possíveis participantes, a partir da amostragem bola-de-neve ou em série, que pode ser conceituada como “uma abordagem para localizar informantes-chave que possuam informações ricas ou então para localizar casos críticos” (Moreira & Caleffe, 2008, p.178). Localizamos alguns facilitadores, mas também limitações desta amostragem no decorrer de nossa pesquisa. A partir dela foi possível acessar pessoas de um grupo compreendido como minoritário, em parte, por uma das pesquisadoras se reconhecer neste grupo e já circular por meios como os coletivos de movimentos sociais; ter conhecimento de perfis nas redes sociais; possuir uma rede de relações pessoais com possíveis participantes. Partir dessa rede, porém, pode ter produzido uma limitação do alcance, já que se trata de pequenos grupos. Além disso, podemos citar a pouca diversidade de amostra no que diz respeito à localidade: as participantes foram pessoas do sul e do sudeste do Brasil.

Outro ponto importante foi que a escolha de uma ferramenta que envolvesse a leitura e a escrita não possibilitou a participação de pessoas analfabetas e/ou que não tinham acesso à internet, já que todo o contato foi realizado de forma on-line. Consideramos, portanto, que ter menos de 18 anos e ser analfabeta tenham sido critérios de exclusão. Apesar de, como já dito, as participantes-narradoras terem sido acessadas a partir de redes pessoais de relações das pesquisadoras, elas não se conheciam entre si e consideramos que esse fator enriqueceu o processo de pesquisa, já que por não se conhecerem, escolhiam narrar sobre si de forma a se apresentarem umas às outras, dizendo sobre suas idades, raças, locais em que residiam, entre outras narrativas.

Alguns critérios para a escolha de participantes foram: ter mais de 18 anos, residir no Brasil e se reconhecer enquanto sapatão ou lésbica. Houve uma preocupação no sentido da diversificação de pessoas convidadas em

relação à: idade, raça, identidade de gênero e localidade. No momento do convite, foi importante levar esses critérios em consideração, para evitar que o método de pesquisa “entre iguais” apontasse para uma homogeneidade de participantes, e não para o “chão comum”. Vale apontar aqui que, inicialmente, quando se pensava na realização da pesquisa de forma presencial, imaginava-se uma produção de dados na mesma cidade em que residiam as pesquisadoras. Entretanto, com a passagem ao ambiente on-line, optamos por não restringir as localidades de residência ou circulação de participantes, já que seria possível, em princípio, contatar pessoas de qualquer lugar do país de maneira on-line. Esse foi um dos efeitos da pandemia no modo de pensar o acesso às participações. Contudo, a metodologia de aproximação com a amostra, ou seja, através da rede pessoal das pesquisadoras, circunscreveu as participações ao Sul e Sudeste, conforme dissemos acima. Os contatos das pessoas convidadas foram adquiridos a partir de grupos de movimentos sociais de mulheres lésbicas e bissexuais do estado do Paraná no WhatsApp; grupo do movimento estudantil da Universidade; perfis na rede social Instagram, no caso de pessoas que falassem abertamente sobre as questões de sexualidade nesta rede. Ao todo, foram contatadas seis pessoas, dentre as quais houve uma recusa, um convite sem resposta e quatro aceites.

O contato inicial com as possíveis participantes buscou apresentar a ideia e o objetivo da pesquisa, a partir do envio de um convite. Quando demonstravam interesse, agendávamos uma chamada de vídeo através da plataforma Google Meet ou WhatsApp. Este momento, com duração entre 30 e 60 minutos, se voltava a uma explicação mais extensa acerca do objetivo da pesquisa e de como iria funcionar a participação, juntamente à apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aprovado anteriormente pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade, que já previa a realização da pesquisa em ambientes virtuais. O termo era lido em conjunto com as participantes que, posteriormente, enviavam uma assinatura digital para que o TCLE fosse preenchido, ou, então, elas preenchiam e devolviam o termo assinado. Combinávamos o tempo de uma semana para que o caderno retornasse e fosse feita a passagem à próxima participante. Entretanto, este tempo poderia ser maior ou menor, de acordo



com o decorrer do processo de escrita. Somente após essas etapas, era feito o envio, através de um endereço de e-mail ou de WhatsApp, do arquivo em formato Word, que denominamos caderno digital itinerante. Essas etapas da pesquisa ocorreram de forma simultânea.

Enquanto realizávamos o envio do caderno para uma das pessoas, agendávamos uma videochamada com a outra. Cada vez que o caderno retornava, era feita a leitura, o envio para a orientadora e um registro no diário de campo, acerca daquilo que a escrita despertava.

O primeiro texto escrito no arquivo foi nosso, respondendo à própria questão de pesquisa: “como é experimentar a cidade em um corpo sapatão?”. Ao final do registro, essa mesma pergunta foi feita, para servir de passagem à escrita de quem viria depois. O combinado era que cada pessoa que escrevesse, finalizasse com uma pergunta e, assim, sucessivamente, até passar por todas e chegar novamente até nós. O compromisso de responder ao próprio problema de pesquisa marca o lugar de pesquisadora-participante, assim como o de participante-pesquisadora, quando eram elas quem perguntavam. Durante o trânsito do caderno itinerante, em que as participantes realizavam suas perguntas-passagens, havia uma abertura da pesquisa àquilo que surgiria como um problema, uma questão, em seu caminhar.

Partindo do método cartográfico, era importante acompanhar os processos (Kastrup & Barros, 2009), os rumos que a pesquisa tomava quando chegava nas participantes-narradoras, mais do que estabelecer um roteiro do que seria perguntado durante a pesquisa. Fomos cinco pessoas escrevendo no caderno e acompanhando os processos de escrita umas das outras.

O ato de “devolver algo às participantes”, que costuma ser uma das últimas etapas e configura-se enquanto compromisso ético numa pesquisa, de comunicar os “resultados”, ocorreu durante todo o processo, num exercício de restituição. Lourau (2007) propõe um sentido à restituição como aquilo que deve ser intrínseco ao processo de pesquisar, diferente de comunicar um resultado sobre os “dados coletados” ao final de uma pesquisa ou simplesmente enviar o artigo publicado. É preciso haver, segundo o autor, “uma restituição pessoal, implicada e posta, dentro da pesquisa, como um procedimento real e necessário do ato de pesquisar (intervir)” (Lourau,

2007, p. 55). Ainda, restituição é significada como a possibilidade de dizer sobre aquilo que comumente fica em segundo plano numa experiência de pesquisa.

Cada participante-narradora teve um retorno com a resposta à pergunta que havia escrito no caderno digital e, ao final, todas receberam o arquivo novamente, com o corpo do caderno formado. Desse modo, não havia algo que estivesse escrito no caderno e fosse apenas de nosso conhecimento, ou que dependesse de nossa escolha sobre quais conteúdos seriam comunicados. Algumas pessoas que participaram assistiram à apresentação do trabalho final e uma delas foi participante da banca. Nós fomos, portanto, avaliadas por quem havia participado. Compreendemos que a restituição também ocorreu no contato com cada pessoa, entre as passagens do caderno digital. Nesses momentos, que ocorriam através de e-mail ou WhatsApp, o caderno chegava até nós acompanhado de comentários acerca de como havia sido a experiência de escrita. Escutamos que havia sido difícil escrever; que precisavam de mais tempo além de uma semana que havíamos combinado inicialmente; que, apesar de difícil, havia sido uma boa experiência; que estavam curiosas com as respostas; que teriam preferido falar a escrever; que gostariam de ter escrito mais ou que seu estilo de escrita era pouco formal. Escutamos, inclusive, pedidos de desculpas pelos erros ortográficos. Nesse momento, retornava a questão explicitada anteriormente nesse texto, a partir do encontro com Anzaldúa: Quem pode escrever? É preciso escrever de que modo e a partir de que lugar, para ser lida? Questões como essas, suscitadas ao encontrarmos o modo como as participantes-narradoras vivenciaram a escrita e a participação, encontravam lugar no diário de campo.

Um dos efeitos de situar a cartografia como pesquisa-intervenção é o posicionamento de quem pesquisa e quem é pesquisada/o num mesmo plano de implicação, a partir do qual acontece a análise. O diário de campo comparece nessa cena como local de registro do processo de pesquisar, tendo função de “disparador dos desdobramentos da pesquisa” (Barros & Passos, 2009, p.172). Como uma pesquisa que se propôs a acompanhar a produção de subjetividade através da escrita, não caberia atualizar o pressuposto dicotômico de que o diário de campo seria um local para

“impressões” ou um lugar em que estão reunidas informações subjetivas, enquanto o texto principal seria “objetivo”. O diário de campo foi utilizado para acompanhar os processos de subjetivação e produção de subjetividade da própria pesquisadora, assim como foi lugar de análise de implicação no processo de pesquisa, de registros de angústias e agenciamentos, constituindo-se enquanto conteúdo analítico.

Sendo assim, o dispositivo do diário de campo teve papel central e não externo, “contribuindo para todo o balizamento da pesquisa, incluindo a continuidade do percurso metodológico” (Furtado, Fegadolli & Chioro *et al.*, 2020, p. 312). Para Regina Benevides de Barros e Eduardo Passos, o formato de texto em diário remete a um “desvio metodológico” (2009, p. 174) no campo científico, fazendo referência ao uso dessa modalidade nas ciências antropológicas do século XIX, especialmente na relação entre colonizador europeu (quem escrevia) e povos colonizados (objetos de observação). Portanto, se visamos afirmar as políticas de narratividades que visem à descolonização e ao questionamento da ciência supostamente “neutra”, é preciso considerar o diário de campo em seu potencial de evidenciar aquilo que não entraria em um “texto oficial”. Desse modo, optar por incorporá-lo ao texto, embaçando as linhas muito definidas do que deve permanecer “fora” de um texto científico por se tratar de algo muito pessoal ou informal, foi uma estratégia metodológica e epistemológica importante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco da escrita deste trabalho foi discutir e refletir acerca dos caminhos metodológicos de uma pesquisa realizada no contexto da pandemia, de modo a apresentar as estratégias e dispositivos construídos. Abordamos a construção de um caderno digital itinerante que teve por objetivo promover a construção conjunta e a participação, partindo do método cartográfico. A referida pesquisa, por sua vez, teve por objetivo principal cartografar experiências sapatão na cidade e foi apresentada como trabalho de conclusão de curso em Psicologia, em uma universidade pública de uma cidade de médio porte, localizada no interior do Paraná. Optamos, aqui, pelo enfoque

metodológico adotado e por aprofundar a discussão sobre a dicotomia pesquisadora-objeto, provocando algumas reflexões acerca da temática da participação e do desenvolvimento de pesquisas on-line.

Compreendemos que construir um vínculo entre pesquisadoras e participantes “envolve a criação coletiva e partilhada de sentido, que implica não só a possibilidade de colocação de questões que são próprias dos diversos atores envolvidos, mas também a abertura aos efeitos dos encontros que ali se estabelecem” (Barros & Kastrup, 2009, p. 68). Nessa dinâmica, o interesse não é gerar uma criação única de sentido às questões que emergem numa pesquisa. Trata-se, de outro modo, de enriquecer o processo através da discordância, da expansão de significados sobre a experiência (em nosso caso) das pessoas que se reconhecem sapatão.

Algo que a pesquisa modificou foi o próprio entendimento da palavra “sapatão” por parte das pesquisadoras. Num primeiro momento, havia a ideia de que o termo estaria ligado somente à experiência de quem se reconhecia enquanto mulher, num sinônimo de “lésbica”. À medida que as escritas aconteceram, escutamos participantes que se reconheciam enquanto não binários e mesmo assim se utilizavam da palavra sapatão. Percebemos, então, que a lógica do sistema sexo/gênero como sinônimos ainda estava presente em nossa compreensão inicial. Os significados atribuídos à denominação “sapatão”, nas escritas realizadas no caderno, foram vários e distintos. Um deles foi o de mulheres que se relacionam com mulheres, partindo, portanto, da conjugação dos sistemas de sexo e gênero; de orientação sexual e identidade de gênero, enquanto outros questionavam esse colamento de significados. Nesse sentido, podemos pensar com María Lugones (2014), quando ela evidencia e critica a construção do gênero a partir do sexo. Tal aspecto ficou evidente na reivindicação de participantes à possibilidade de utilizar “sapatão” para dizer sobre sua experiência, ao mesmo tempo em que se reconheciam enquanto sujeitos não binários, ou seja, desafiando justamente a conjugação do significado da palavra à experiência de cisgeneridade, ampliando seus usos para além da corporeidade mulher cisgênera que se relaciona com outras mulheres cisgêneras, algo que permeia o senso comum pautado na cisheteronorma.

Retomando a questão do papel central da escrita em nosso trabalho, destacamos que nem sempre isso é algo possível ou que a escrita garanta, por si, a participação, como já discurremos anteriormente. Ela foi possível para pessoas que tinham alguma instrução no sentido de alfabetização. Ao olharmos para quem participou, vimos diferentes identidades de gênero, idade, raça e classe social, mas todas as pessoas haviam finalizado o ensino médio e realizado algum curso superior, seja técnico ou de graduação. Compreendemos, entretanto, que quem acessa uma pesquisa, enquanto participante, revela também quem não o faz. Uma das angústias que nos acompanhou, no lugar de pesquisadoras, foi não ter acessado diretamente mulheres sapatão indígenas, por exemplo.

No desenvolvimento da pesquisa foi possível experimentar também os constantes deslizes à norma e ao modelo dito hegemônico de fazer ciência, quase cedendo às obrigações de apresentar um produto muito definido, um resultado específico, etapas derivadas dos procedimentos de coleta de dados. Também não foi sem estranhamento que chegou às participantes o convite para uma composição, e não para uma entrevista. Ao entrarem em contato com a proposta, questionavam às pesquisadoras: “o que eu preciso fazer? tem limite de linhas para escrever?”. Tais perguntas retomavam a suposição sobre quem pesquisa como um sujeito que sabe, e de participantes enquanto objetos que respondem. Os tensionamentos, portanto, se fizeram presentes durante todo o percurso e nos convocaram a escutá-los e responder a eles de algum modo.

Uma das questões emergentes de todo esse processo, conforme citado no início do texto, era se a produção dos dados no ambiente on-line teria sua qualidade garantida quando comparada a uma produção presencial. Apesar de não termos uma conclusão generalizante sobre tal questionamento, arriscamos dizer que, neste caso, compreendemos que os dados produzidos propiciaram qualidade analítica. Acreditamos que isso tenha relação com o formato escolhido, e explicamos: mesmo que a pesquisa tivesse ocorrido presencialmente e ocorresse a passagem de um caderno físico, haveria algum momento de contato das pesquisadoras com o material que teria como centralidade a escrita, dispensando, em alguma medida, a presença física de participantes. Ademais, o prazo combinado de vários dias, para

que se devolvesse o material, amenizava o risco que se apresentaria no caso, por exemplo, de um formato de entrevista ao vivo, que poderia sofrer impactos relacionados, dentre outros fatores, à qualidade da internet, ao ambiente e contexto de inserção de participantes no momento do contato com as pesquisadoras.

Acerca de alguns dos desafios relativos às pesquisas on-line, com base nessa experiência, seja imaginar possibilidades de acesso diversos, de modo a pensar em estratégias que envolvam audiodescrição, ou outras ferramentas, de modo a evitar que os critérios de exclusão sejam definidos em função de saber ler/escrever, já que isso faz relação com os aspectos interseccionais envolvidos na possibilidade de acesso à alfabetização. Consideramos que seja importante atender-se aos princípios éticos estabelecidos pelos órgãos oficiais, em nosso caso, o Conselho Federal de Psicologia, mas incluem-se também os órgãos de ética em pesquisa, especialmente no que se refere ao armazenamento dos dados produzidos no ambiente on-line. Acreditamos que parte importante do processo de escrita de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do próprio convite a quem participa seja a explicitação de como, em quais meios e por qual período os dados produzidos na pesquisa serão arquivados.

Por fim, outra pergunta importante ao trabalho foi em que medida a discussão metodológica aqui proposta estaria relacionada a um ato político. Compreendemos sê-la por inserir-se numa disputa narrativa, ou seja, da construção dos modos de narrar. No tocante a esse aspecto, nos posicionamos ao lado de uma epistemologia feminista decolonial que faz a afirmação de que essa é uma disputa essencial, considerando a importância de que populações taxadas como subalternas, sobre as quais se foi produzido conhecimento como um modo de vida desviante, patologizável, inumano, potencialmente produzem rupturas ao narrarem a própria experiência. Exercitam, deste modo, a produção de subjetividade a partir da passagem descrita por Kilomba (2019, p.28): “essa passagem de *objeto* a *sujeito* é o que marca a escrita como um ato político”.

## REFERÊNCIAS

- Anzaldúa, Gloria (2000). Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Estudos Feministas*. p. 229 - 236. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Barros, Laura Pozzana de; Kastrup, Virgínia (2009). Cartografar é acompanhar processos. In: Passos, Eduardo; Kastrup, Virgínia; Escóssia, Liliana da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, p. 52-75.
- Barros, Regina Benevides de; Passos, Eduardo (2009). Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In: Passos, Eduardo; Kastrup, Virgínia; Escóssia, Liliana da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, p. 172-200.
- Collins, Patricia Hill; Bilge, Sirma (2021). *Interseccionalidade*. 1 ed. São Paulo: Boitempo.
- Escóssia, Liliana da; Tedesco, Silvia (2009). O coletivo de forças como plano da experiência cartográfica. In: Passos, Eduardo; Kastrup, Virgínia; Escóssia, Liliana da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, p. 92-108.
- Furtado LAC, Fegadolli C, Chioro A, Nakano AK, Silva CG, Paula L, Souza LR, Nasser MA (2020). Caminhos metodológicos de pesquisa participativa que analisa vivências na pandemia de Covid-19 em populações vulneráveis. *Saúde Debate*. Rio de Janeiro, v. 44, N. Especial 4, p. 306-318. doi: 10.1590/0103-11042020e421
- Fragoso, Suely; Recuero, Raquel & Amaral, Adriana (2013). *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina.
- Guattari, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético* (2006) 4. ed. São Paulo: Editora 34. 208 p.

- Gonçalves, Gabriela Walter; Silva, Paula Marques da. (2021) Sapatão: narrativas político-afetivas de corpos-fronteira na cidade. In: souza, Simone Brandão; silva, Maria Aparecida; suares, Suane Felipe (Org.). Epistemologias e ativismos lésbicos no sul global. Sul-sul. *Revista de Ciências Humanas e Sociais*. Barreiras: BA. V. 02, N. 02, p. 19-46.
- Hammerschmidt, K., & Santana, R. (2020). Saúde do idoso em tempos de pandemia COVID-19. *Cogitare Enfermagem*, 25. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v25i0.72849>
- Laurenti, Carolina (2012). Trabalho conceitual em Psicologia: pesquisa ou “perfumaria”? Editorial. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 17, n. 2, p. 179-181, abr./jun. 2012. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pe/a/JG6pHTqMCdwf3dM9stcKxqz/?format=pdf&lang=pt> em 31.ago.2022
- Linhares, Maria Beatriz Martins & Enumo, Sonia Regina Fiorim (2020). Reflexões baseadas na psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil. *Ciênc. saúde coletiva*. 25 (9) • Set 2020, p. 1-14. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200089>
- Lourau, René (2007) René Lourau na Uerj: análise institucional e práticas de pesquisa. *Mnemosine*, Rio de Janeiro: Uerj, v.3 n.2. p.50-73. Texto originalmente divulgado em 1993. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/41317/28586> em 31.ago.2022
- Lugones, María (2014) Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*. Florianópolis. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Mendes, Conrado Moreira (2009). A pesquisa on-line: potencialidades da pesquisa qualitativa no ambiente virtual. *Hipertextus*, n.2, jan.2009, p. 1-9. Recuperado de <http://arquivohipertextus.epizy.com/volume2/Conrado-Moreira-MENDES.pdf?i=1> em 06.jan.2022.
- Moreira; Herivelto; Caleffe, Luiz Gonzaga (2008). *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Tonelli, Maria José; Zambaldi, Felipe (2020). Pesquisa em tempos de pandemia. Editorial. *RAE-Revista de Administração de Empresas* | FGV EAESP, 60 (2). p. 83-84. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020200601>



- Oliveira, H., & Souza, F. (2020). Do conteúdo programático ao sistema de avaliação: reflexões educacionais em tempos de pandemia (COVID-19). *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, 2(5), 15-24. DOI: <http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.3753654>
- Passos, Eduardo; Barros; Regina Benevides de (2009) A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Passos, Eduardo; Kastrup, Virgínia; Escóssia, Liliana da (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, p. 17-31.
- Passos, Eduardo; Kastrup, Virgínia; Tedesco, Silvia (2014). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina, v.2, 310p.
- Pinto, Pessalacia, Gazarini, Silva-Neto, Moreira e Costa (2020). Problemas éticos em pesquisas com seres humanos durante a pandemia de COVID-19: revisão integrativa de literatura. *Research, Society and Development*, v. 9, n.12, 2020, p.1-32. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i12.10802>.
- Ribeiro-Silva, Rita de Cássia; Pereira, Marcos; Campello, Tereza; Aragão, Érika; Guimarães, Jane Mary de Medeiros; Ferreira, Andréa JF; Barreto, Maurício Lima & Santos, Sandra Maria Chaves dos (2020). Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, 25 (9) • Set 2020, p. 3421-3430. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22152020>
- Sade, Christian; Ferraz, Gustavo Cruz; Rocha, Jerusa Machado (2014). O *ethos* da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. In Passos, Eduardo; Kastrup, Virgínia; Tedesco, Silvia (org). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina, v.2, p.66-91.

Recebido em 20/01/2023

Aceito em 02/12/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

# Maternidade distante do país de origem: "aqui a gente não tem uma aldeia"

Maternity far from the country of origin:  
"here we do not have a village"

Maternidad lejos del país de origen:  
"aquí no tenemos pueblo"

*Marina Vasconcellos Rocha\**

*Andrea Seixas Magalhães\*\**

*Mariana Gouvêa de Matos\*\*\**

## Resumo

*O presente estudo é um recorte de uma pesquisa mais ampla sobre a experiência da maternidade de mulheres brasileiras migrantes. Ele tem como objetivo investigar o apoio recebido por elas no processo de tornar-se mãe. Trata-se de uma pesquisa qualitativa na qual foram realizadas, em 2022, sete entrevistas com mulheres brasileiras que vivenciaram gestação, parto e primeiro ano de vida do filho (a) em Portugal, Reino Unido, Itália, Espanha e França. Os resultados apontam para a relevância da presença de pessoas que compartilham da mesma cultura de origem na construção da maternidade e na rede de apoio durante a perinatalidade. Conclui-se que o distanciamento da rede familiar, de amigos e de referenciais da cultura de origem da mulher migrante gerou o aumento das sobrecargas psíquica e física inerentes à maternidade. Ao mesmo tempo, de acordo com as participantes, o distanciamento da família e da cultura de origem proporcionou maior liberdade e abertura para a construção da maternidade, provendo novas representações culturais que contribuíram para a construção de sua forma de ser mãe.*

---

\* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3598-2660>. E-mail: [marina.vasconcellos@outlook.com.br](mailto:marina.vasconcellos@outlook.com.br)

\*\* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2992-9844>. E-mail: [andream@puc-rio.br](mailto:andream@puc-rio.br)

\*\*\* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9289-5419>. E-mail: [mariana.g.matos@hotmail.com](mailto:mariana.g.matos@hotmail.com)

Agência de fomento: FAPERJ.

**Palavras-chave:** maternidade; cultura; migração; rede de apoio; perinatalidade.

## Abstract

*This study is a segment of a broader research project on the maternity experience of Brazilian migrant women. It aims to investigate the support received by these women in the process of becoming mothers. It encompasses a qualitative research study involving seven interviews conducted in 2022 with Brazilian women who experienced pregnancy, childbirth, and the first year of their child's life in Portugal, the United Kingdom, Italy, Spain, and France. The findings highlight the importance of having individuals sharing the same cultural background in the construction of motherhood and in the support network during the perinatal period. The distance from the family network, friends, and references of the migrant woman's culture of origin generated an increase in the psychic and physical burdens inherent to motherhood. Simultaneously, according to the participants, distancing from family and their cultural origins provided greater freedom and openness in constructing motherhood, offering new cultural representations that contributed to shaping their way of being mothers.*

**Keywords:** motherhood; culture; migration; support network; perinatality.

## Resumen

*El presente estudio es parte de una investigación más amplia acerca de la experiencia de la maternidad de las mujeres migrantes brasileñas. Tiene como objetivo investigar el soporte recibido por ellas en el proceso de convertirse en madre. Se trata de una investigación cualitativa en la que, en 2022, se realizaron siete entrevistas con mujeres brasileñas que vivieron el embarazo, el parto y el primer año de vida de su hijo en Portugal, Reino Unido, Italia, España y Francia. Los resultados apuntan para la relevancia de la presencia de personas que comparten la misma cultura de origen en la construcción de la maternidad y en la red de apoyo durante la perinatalidad. Se concluye que el alejamiento de la red familiar, amigos y puntos de referencia de su cultura de origen de la mujer migrante ha generado un aumento de las sobrecargas psíquicas y físicas inherentes a la maternidad. Al mismo tiempo, según las participantes, el alejamiento de la familia y de la cultura de origen les ha proporcionado una mayor libertad y apertura para la construcción de la maternidad, brindando nuevas representaciones culturales que contribuyeron para la construcción de su forma de ser madre.*

**Palabras clave:** maternidad; cultura; migración; red de soporte; perinatalidad.

Considerando que a maternidade é, por si só, um momento de intensas mudanças psíquicas, socioculturais e familiares, mulheres que vivenciam a experiência fora de seus países de origem, as mulheres migrantes, têm questões particulares (Giraud & Moro, 2004). Os elementos culturais têm a função preventiva de antecipar como se tornar pai e mãe, além de atribuir sentido ao cotidiano com filhos, impactando na construção das funções parentais (Moro, 2017a). Durante a imigração, longe das redes de apoio do seu grupo cultural de origem - que sempre porta valores culturais fundamentais relativos à maternidade -, as mulheres podem se encontrar profundamente solitárias (Giraud & Moro, 2004). A pandemia da COVID-19 intensificou esse processo de solidão por impossibilitar que a rede de apoio das mulheres migrantes fosse ao seu encontro nos momentos de gestação e parto (Paixão et al., 2021). Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo investigar o apoio recebido pelas mulheres migrantes no processo de tornar-se mãe. Participaram deste estudo sete mulheres imigrantes brasileiras que se tornaram mães fora do país de origem. Além disso, as sete se encontravam gestantes ou no primeiro ano de vida de seus filhos quando a pandemia COVID-19 foi decretada.

Em 2019, dos 272 milhões de imigrantes internacionais (3,5% da população mundial), 48% eram mulheres (OIM, 2020). Essas mulheres sofrem vulnerabilidades sobrepostas nos processos migratórios: primeiramente, relacionadas ao gênero, violências e desigualdades vividas por serem mulheres, acentuadas pelo fato de estarem distantes de seu grupo social de origem. E, em segundo lugar, vulnerabilidades inerentes ao próprio processo migratório (Annoni, 2020).

A migração pode representar riscos e traumas, e ser fonte de estresse e depressão, sobretudo para as mulheres mães. São as crianças e as mães as mais vulneráveis às dificuldades do processo migratório, às rupturas, aos medos, ao isolamento e à solidão relacionadas à saída do país de origem. Isso se faz ainda mais presente nas mulheres migrantes que vêm de meios nos quais tradicionalmente as mães e os bebês são cuidados pela família e pela comunidade (Ramos, 2010).

Ter um filho, criá-lo em uma família e em uma sociedade, é um ato cultural (Moro, 2017a). A gravidez, por exemplo, costuma ser um momento

em que a mulher tem o apoio da família e do grupo social. Quando há perda do acompanhamento do grupo e falta do suporte familiar, cultural e social, torna-se mais difícil dar sentido à tristeza e aos sofrimentos relacionados aos lutos da maternidade. Sendo assim, para algumas mulheres, dar à luz longe de sua cultura de origem provoca conflitos no estabelecimento do papel materno (Ramos, 2010).

Embora haja diferenças nas práticas de cuidados de cada cultura, a mulher é, em geral, a principal figura associada aos cuidados com os filhos. A especialização das mulheres nesses cuidados propiciou a construção de um saber passado de mulher para mulher, de geração para geração. Compreendemos, assim, que se tornar mãe deriva de uma aprendizagem social e cultural (Iaconelli, 2015).

Ainda que a transição para a maternidade apresente particularidades em cada cultura, pode-se afirmar que se trata de um período complexo do ciclo vital em qualquer território, sendo o apoio social um fator relevante para a manutenção da saúde mental materna. O fato de saber que existem pessoas com quem se pode contar é importante para a vivência da maternidade. A rede de apoio social se mostra essencial principalmente nos períodos de gestação, pós-parto, puerpério e retorno da mulher ao mercado de trabalho. A existência dessa rede traz benefícios a longo e curto prazo para a mãe, o bebê e para o casal parental (Rapoport & Piccinini, 2006).

O apoio social contribui para o enfrentamento das dificuldades relacionadas à gestação e ao puerpério. A partir da criação de grupos de apoio on-line, as mulheres realizam também importantes trocas de experiência sobre as particularidades desse período, colaborando para a construção de redes que independem de proximidade geográfica e vão para além do núcleo familiar (Brito et al., 2022). Wagg *et al.* (2019), em um estudo que descreve o uso de grupos on-line de apoio à amamentação, constatam que os grupos on-line são meios de suporte emocional e informativo sem limites de horário ou geográficos. O grupo se torna um espaço de encontro e troca com pessoas que vivem experiências semelhantes e que desejam compartilhar suas vivências. As trocas de experiência on-line possibilitam que os pais e as mães compartilhem vivências com pessoas de uma mesma

geração em diversos lugares do globo, o que proporciona um incremento de trocas mais horizontalizadas em detrimento daquelas intergeracionais (Matos & Magalhães, 2022).

Durante a pandemia de COVID-19, para além dos grupos de trocas de experiências, a internet também foi usada como instrumento de promoção de saúde, respeitando as recomendações internacionais de distanciamento social. Acompanhamentos on-line foram importantes para oferecer suporte e acolhimento às gestantes e puérperas, sobretudo no período do confinamento (Oliveira et al., 2021).

Além de demandar a construção de novas formas de trocas e relações a partir da necessidade de distanciamento social, a pandemia também foi um importante amplificador das desigualdades. No Brasil, o fechamento prolongado das creches e escolas e a suspensão das atividades econômicas provocaram a saída de muitas mulheres do mercado de trabalho pela impossibilidade de conciliação entre as demandas profissionais e familiares. Em situações de isolamento social, percebe-se a tendência de aumento das atribuições domésticas e de cuidados com familiares para as mulheres (Pires, 2020; Feijó et al., 2022). A construção social de que a mãe é a maior responsável pelos cuidados do bebê faz com que o ciclo gravídico-puerperal seja, muitas vezes, vivenciado solitariamente. Esse sentimento de solidão pode ser agravado em momentos de distanciamento social como o da COVID-19 (Paixão et al., 2021). A pandemia tornou ainda mais profundas as vulnerabilidades de mulheres imigrantes, além de criar outros desafios, como o fechamento das fronteiras (Annoni, 2020).

Esse período também evidenciou o quanto a mulher é a principal responsável pelos cuidados dos filhos e a consequente necessidade de uma rede de apoio para que a maternidade seja vivida com menos sobrecarga. Segundo Rapoport e Piccinini (2006), o nascimento de um filho modifica bruscamente a vida dos pais, principalmente a da mãe. O contexto familiar se modifica e exige que a família construa uma rede de apoio para lidar com as demandas que decorram do nascimento de uma criança. Alguns pais se preocupam com a qualidade da rede de apoio quando planejam engravidar, considerando que esse é um fator importante para a decisão do casal sobre

ter filhos. Embora não possamos falar de igualdade entre pais e mães, estudos apontam que os pais têm progressivamente apresentado maior participação na criação dos filhos (Stern, 1997; Matos & Magalhães, 2019).

Apesar de os pais participarem mais nos cuidados com os filhos, ainda existem profundas desigualdades de gênero no que se refere à parentalidade (IBGE, 2021). Um estudo sobre estatísticas de gênero, no Brasil, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) mostra desigualdades expressivas entre homens e mulheres no ano de 2019, revelando maior dificuldade de inserção de mulheres no mercado de trabalho: a taxa de participação das mulheres maiores de 15 anos no mercado de trabalho foi de 54,5%, enquanto a dos homens foi de 73,7%. O estudo demonstrou que entre as mulheres de 25 a 49 anos, as que coabitam com crianças com até 3 anos estão menos presentes no mercado de trabalho. Além disso, as mulheres pretas ou pardas, com crianças nessa idade, apresentaram os menores níveis de ocupação no mercado. Entre os homens da mesma idade, o nível de ocupação foi superior com presença ou não de crianças, sendo maior entre aqueles que possuem crianças com até 3 anos de idade vivendo no domicílio.

Outro fator que contribui para explicar a menor participação das mulheres no mercado de trabalho é o seu maior envolvimento no trabalho não remunerado. As brasileiras dedicaram quase o dobro do tempo a cuidados e afazeres domésticos do que os brasileiros em todas as regiões do país – sendo essa discrepância ainda maior na região Nordeste e para as mulheres pretas e pardas. Aquelas que fazem parte dos 20% da população com os menores rendimentos são as que mais dedicam seu tempo para essas atividades, o que demonstra que a renda é um fator que impacta no nível da desigualdade entre as mulheres na execução do trabalho doméstico não remunerado. Isso ocorre devido à desigualdade de acesso às creches e à contratação de trabalho doméstico remunerado, sobretudo de outras mulheres (IBGE, 2021).

Embora existam mudanças nas normas sociais e avanços nos direitos das mulheres, a participação das mulheres no mercado de trabalho permanece sendo menor, principalmente após a maternidade. Quanto menor a idade do filho mais novo, menos a mãe participa do mercado de trabalho.

Em 2021, as mães com filhos de menos de um ano de idade tiveram 49,6% menos probabilidade de estarem no mercado de trabalho do que os pais. Com o crescimento do filho, a participação retorna gradualmente, mas apenas se iguala às mulheres sem filho quando o próprio completa, aproximadamente, 18 anos. Esses resultados sugerem que a participação da mulher no mercado de trabalho sofre efeitos prolongados e persistentes a partir da maternidade (Feijó et al., 2022; Guiginski & Wajnman, 2019).

Em outros países as desigualdades laborais também são observadas entre os gêneros. Segundo um relatório de 2020, elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2020), trabalhadores imigrantes recebem menos do que trabalhadores locais em países de alta renda. Em países como Espanha, Itália e Portugal, a diferença se aproxima de 30%. Nesses países, as mulheres imigrantes sofrem dupla penalidade, primeiro por serem imigrantes e, segundo, por serem mulheres. Em sua maioria, as mulheres imigrantes recebem menos do que os homens imigrantes. Além disso, elas também ganham menos do que mulheres não imigrantes. As mulheres imigrantes participam menos que os homens imigrantes do mercado de trabalho e estão mais propensas a trabalhar no mercado informal.

Diante de dados que comprovam a sobrecarga vivida pelas mulheres e a persistente responsabilização do gênero feminino pelos cuidados com os filhos e serviços domésticos, evidencia-se que mudanças necessitam ocorrer para que a histórica sobrecarga materna não permaneça sendo perpetuada. Os avanços no enfrentamento dessa problemática dependem de mudanças nas normas sociais e culturais, tanto no papel de gênero dentro dos domicílios quanto no mercado de trabalho. Portanto, tornam-se necessárias políticas públicas, como a expansão da oferta de creches e escolas de tempo integral, maior flexibilidade na carga horária de trabalho, expansão da licença paternidade, além da criação de uma licença parental (Badinter, 2010; Feijó et al., 2022; Matos, 2022).

Dentre os impactos gerados pela chegada de um filho na vida de uma mulher, não se pode excluir os aspectos psíquicos da perinatalidade. Ela abrange as etapas que antecedem e ultrapassam o parto, como a gestação e o puerpério, assim como seus efeitos na relação entre pais e filhos. Compreende também o ciclo reprodutivo humano para além da fisiologia,



mas também não a exclui (Iaconelli, 2012). A gestação não pode ser reduzida ao aspecto fisiológico porque ela está atravessada pelo discurso social, por aquilo que não se pode nomear. A dimensão corporal da gestação, do parto e do aleitamento não garante nenhuma vantagem na relação com o bebê, uma vez que os vínculos se dão caso a caso. Para muitas mulheres, a gestação é vista como um dificultador na relação com o filho por todo trabalho psíquico envolvido nesse período, ou seja, a função reprodutora exige de quem gesta um trabalho a mais para a simbolização da experiência (Iaconelli, 2020).

Durante a gestação, a mulher precisa se preparar psicologicamente para constituir outro ser e para se reconstituir psicologicamente diante da maternidade. As mudanças psíquicas ultrapassam o período da gestação, ocorrendo também de forma contínua na relação de cuidado com o bebê (Folino, 2014). Na primeira gravidez, muitas mulheres se reaproximam de suas mães, havendo a possibilidade de trocas de experiências e revisão de posições da puberdade. A reaproximação se dá também em relação a outros vínculos, não apenas familiares, mas também nos vínculos com amigos, colegas de trabalho e outras pessoas afetivamente significativas para os membros do casal. Isso se dá pela necessidade de sustentação social e apoio na construção de uma narrativa sobre a experiência da gestação (Missonnier, 2004).

A gravidez é o momento de um estado de transparência psíquica (Bydlowski, 2002) em que fragmentos do pré-consciente e inconsciente facilmente alcançam a consciência. Este é um momento de crise psíquica que pode ser comparado com a adolescência por mobilizar energia psíquica, suscitando ansiedades e conflitos latentes, assim como a procura por desenvolvimento de novas potencialidades. Enquanto na adolescência os desafios decorrem de abrir mão da infância para permitir a aproximação da vida adulta, na gravidez, principalmente na primeira, realiza-se de forma irreversível a reorganização das gerações. Deixa-se de ser apenas filha para tornar-se mãe. Dar atenção para a criança que a mulher foi ajuda a restaurar a que ela gesta (Bydlowski, 2002). Assim como o bebê precisa de tempo para sua constituição física e psíquica, a mulher será gestada psicologicamente para

tornar-se mãe, uma vez que seu psiquismo sofre profundas transformações a partir da vivência da gestação (Freire & Chatelard, 2012).

Nas diferentes culturas, tornar-se mãe é algo que mobiliza questões subjetivas, familiares e sociais. Mas a forma como isso ocorre é diferente de uma cultura para a outra. Os modos como se concebe um bebê e seus pais está ligado às representações culturais que sustentam o sujeito. Essa é uma construção que ocorre de forma diferente, a depender do meio, cultura e valores nos quais os pais e as mães estão inseridos (Moro, 2017b).

## MÉTODO

### Participantes

Participaram deste estudo sete mulheres brasileiras que passaram pela gestação, parto e primeiro ano de vida do filho (a) nos seguintes países: Portugal, Reino Unido, Itália, Espanha e França - países europeus que estão entre os que mais receberam imigrantes brasileiros até 2020 (Ministério das Relações Exteriores, 2021). Todas as participantes tinham ensino superior completo, coabitavam com os pais de seus filhos, também brasileiros, e realizaram imigração voluntária na idade adulta. No momento da entrevista, seus filhos tinham entre 15 e 35 meses de idade, duas estavam atuando em sua área de formação, duas fora de sua área de formação e três não estavam no mercado de trabalho. Quando a pandemia COVID-19 foi decretada, as participantes se encontravam gestantes ou no primeiro ano de vida do bebê.

**Tabela 1.** *Informações das participantes*

Nome	Idade	Naturalidade	País de acolhimento	Ano de migração	Idade do filho (a)	Tempo de coabitação
Fernanda	33	Rio de Janeiro	Portugal	2016	2 anos e 6 meses	8 anos
Alice	43	Rio de Janeiro	França	2017	2 anos e 9 meses	11 anos
Ana	35	Rio de Janeiro	Espanha	2016	2 anos e 11 meses	8 anos
Adriana	41	Rio de Janeiro	França	2015	1 ano e 8 meses	16 anos
Rebeca	35	São Paulo	Espanha	2020	1 ano 3 meses	8 anos
Luíza	32	Espírito Santo	Itália	2019	1 ano e 4 meses	5 anos
Giovana	32	São Paulo	Reino Unido	2018	2 anos e 6 meses	3 anos e 7 meses

## Procedimentos

Adotou-se como metodologia a pesquisa qualitativa, por meio de investigação exploratória de campo e realização de sete entrevistas no ano de 2022<sup>1</sup>. As entrevistas foram realizadas com um roteiro oculto semiestruturado, previamente elaborado pela pesquisadora. O roteiro foi construído com perguntas disparadoras sobre o tema da maternidade e imigração, focalizando o período de gestação, parto e primeiro ano de vida do bebê. Para a coleta de dados sociodemográficos, foi usada uma ficha biográfica elaborada pela pesquisadora.

O convite para entrevista foi feito a partir de contatos informais e por redes sociais em perfis com a temática da imigração. A coleta de dados ocorreu de forma on-line por meio das plataformas de vídeo *Zoom* e *Google Meet*.

## Análise dos dados

Para análise do material coletado nas entrevistas, foi utilizado o método de análise de conteúdo em sua vertente categorial (Bardin, 2016). Este estudo faz parte de uma pesquisa mais ampla, cujo objetivo geral foi compreender a vivência da maternidade de mulheres brasileiras que tiveram filhos fora do país de origem. Dessa pesquisa, emergiram cinco categorias: *gestando no meio sociocultural*; *rede de apoio na perinatalidade em tempos pandêmicos*; *parir em outra língua*; *pertencimento à cultura de origem da família* e *transmissão cultural da maternidade*. Para atingir o objetivo do presente artigo, serão discutidas as categorias: *gestando no meio sociocultural* e *rede de apoio na perinatalidade em tempos pandêmicos*. As demais serão discutidas em outros artigos.

---

1 Com a autorização das participantes, as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas e analisadas. O projeto de pesquisa que deu origem a este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da universidade onde foi desenvolvido. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado às participantes no início da coleta de dados, contendo os devidos esclarecimentos sobre o estudo e informando sobre o sigilo das informações prestadas e a possibilidade de desistência da participação a qualquer momento do estudo. Para a preservação do sigilo, foram utilizados nomes fictícios.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Gestando no meio sociocultural

A experiência da gravidez ganha diferentes contornos em cada cultura. Além disso, o reconhecimento do corpo da gestante pelos familiares e por pessoas significativas tem um efeito importante na construção da maternidade. Algumas participantes destacam a felicidade de poder ser vista grávida pela família, outras se entristecem por não ter conseguido que isso se concretizasse. Para as participantes que puderam estar com família e amigos brasileiros durante a gravidez, esse momento é valorizado e nomeado como fundamental devido à experiência de compartilhar com as pessoas que amam algo tão significativo em suas vidas. Por outro lado, a distância do Brasil foi apontada como algo positivo devido à postura menos invasiva em relação ao corpo grávido nos países europeus. Diferentemente do que acontece com os brasileiros, de acordo com algumas entrevistadas, nesses países, as pessoas não têm o hábito de tocar a barriga das grávidas e nem de dar muitas opiniões sobre a forma como as mulheres devem agir no período da gestação.

*Eu não senti falta da interferência, das pessoas acharem que mulher grávida faz parte de um patrimônio, que a pessoa pode se meter na sua vida e tal. Mas fez falta alguém que falasse: “nossa você tá cansada, né? Tá cansativo. Posso fazer alguma coisa por você?”. Não tem isso, sabe? No máximo meus colegas, porque eu trabalhei até tarde na gestação e meus colegas foram maravilhosos, atenciosos. Mas um desconhecido nunca vai te abordar, nunca (Alice).*

*O que eu gostei de tá aqui, e não no Brasil, é que as pessoas não encostam na sua barriga. No Brasil, todo mundo encosta o tempo todo, não tem muita privacidade, não tem muito espaço. E eu não sou muito fã das pessoas me tocando. Então para mim foi bom (Giovana).*

*E por estar longe também, né? Das pessoas da minha família, de não poder desfrutar dessa gravidez junto, sabe? Porque eu via outras pessoas grávidas também, com família, as fotos, enfim, e eu nunca vou ter isso. Eu nunca vou ter esse momento. E ninguém passou a mão na minha barriga, eu não tirei*

*foto com as pessoas, não fui paparicada... porque tem bastante paparico, né? Grávida tem bastante paparico. Então assim, essa parte que eu não passei, eu acho que foi um ponto negativo (Rebeca).*

As participantes deste estudo demonstraram que a gestação foi um período de intensas mudanças físicas e psíquicas, exigindo trabalho para simbolizar a experiência de gestar.

*Eu vejo que a maternidade é um processo de desenvolvimento, né? Que você tem quando você vira mãe - diferente do que sempre contaram a minha vida inteira, né? Que saiu o filho você virou mãe. Eu não vi assim, na verdade eu vejo de uma maneira bem diferente. Eu vi como um processo que você vai se descobrindo, né? Como pessoa, muda totalmente a sua forma de ver o mundo e você mesma (Ana).*

Nesse sentido, a gravidez é comparada por Bydlowski (2002) com a adolescência, por ser um momento de crise, com ansiedades e conflitos que mobilizam muita energia psíquica.

As mulheres demonstraram sentir diferenças culturais quanto às formas de acolhimento oferecidas durante a gestação. No Brasil, certa cordialidade é oferecida à gestante, o que não foi encontrado por algumas participantes nos países onde viveram a gestação. Elas demonstraram perceber, assim, o quanto a gestação é atravessada pelo discurso social, conforme discutido por Iaconelli (2020). A ausência de manifestação de preocupação com o estado físico, por parte das pessoas, e a falta de amigos para a celebração da gravidez emergiram como queixas. As participantes demonstraram que demandaram acolhimento do grupo social, cultural e familiar, o que, segundo Ramos, (2010) ajuda a gestante a lidar com as mudanças inerentes a esse período.

Para algumas entrevistadas, estar longe do Brasil nessa fase do ciclo vital foi algo nunca imaginado. Dessa forma, o contato com outros brasileiros apareceu como algo importante na medida em que eram eles as referências da cultura de origem. “*Eu não fiz o chá de bebê porque eu não conhecia tanta gente aqui, né? Então não achei que servia. Acho que senti falta das pessoas celebrando, é uma celebração a gravidez. Não pelos presentes, mas pela celebração*” (Giovana).

*Porque eu também tive sorte de ter uma amiga brasileira que também estava grávida aqui, então eu acho que isso me ajudou bastante. A gente passou por todo o processo juntas. Ela já não tá morando aqui, mas eu vejo hoje em dia quanto que isso me ajudou, sabe? Todo o processo de se descobrir como mãe. E, diferente dela, eu trabalhava aqui e fui muito bem acolhida no trabalho (Ana).*

*Eu nunca imaginei ter filho fora do Brasil, muito pelo contrário, eu achava isso impossível pra mim porque eu sempre fui muito ligada ao Brasil, à cultura brasileira e tudo. E quando eu fiquei grávida aqui a primeira coisa que eu pensei é: “bom, agora é o momento de voltar!”. A gravidez era, realmente, tipo, pra mim era uma coisa que eu não podia levar fora, assim, longe. Como que eu vou levar longe? (Fernanda).*

Isso reforça o que aponta Iaconelli (2020) ao considerar que a gestação não pode ser reduzida a um evento fisiológico, uma vez que é atravessada pelo discurso social, por aquilo que não se consegue nomear. Durante a gravidez, as participantes demandaram a presença da família mais ampla, amigos e pessoas que tinham importância para os membros do casal, na medida em que eram também representantes da sua cultura de origem. Como discutimos anteriormente, essa necessidade é apontada por Missonnier (2004) como procura de apoio na construção de uma narrativa sobre a experiência de gestar. O questionamento das participantes sobre como seria gestar fora do Brasil ilustra a premissa de que a maternidade demanda uma aprendizagem que é transmitida culturalmente e socialmente (Iaconelli, 2015).

Além disso, importantes diferenças culturais foram observadas com relação ao acompanhamento médico no pré-natal, tanto sobre o que é considerado gravidez de risco, seja por parâmetros diferentes em relação à idade apropriada para gestar, seja quanto à frequência de exames necessários durante a gravidez. As mulheres fizeram comparações com o que idealizavam ser gestante no Brasil, com amigos e família próximos e com médicos que agem de forma conhecida por elas, por exemplo, no que diz respeito à maior frequência de ultrassonografias.

*[...] aqui eles fazem menos ultrassons, foram feitos só três. E eu tinha no Brasil sempre, sempre a história que, normalmente... principalmente no*

*particular, sempre tinha ultrassom que você via sempre o bebê durante a consulta. E aí eu sempre ficava naquela de que “será que tá tudo bem, será que não tá?”, por não estar vendo o bebê. E aí tinha que lidar um pouco com essa ansiedade de ver poucas vezes (Luíza).*

Ao mesmo tempo, demonstraram se surpreender positivamente com diferenças que encontraram na assistência em saúde do país de acolhimento. Alice, por exemplo, gestou aos 39 anos e afirma que no Brasil sua idade seria considerada um fator alarmante. A participante demonstra que não estar nesse contexto foi algo importante para a sua gravidez.

*Em nenhum momento foi falado que era uma gravidez de risco. Em nenhum momento realmente. Tendo em vista as histórias que eu ouvia das minhas amigas que tiveram filho no Brasil, a minha irmã que teve filho no Brasil e tal, eu acho que foi uma boa escolha ter engravidado aqui (Alice).*

A partir dos relatos das participantes constatamos que os elementos de uma cultura atravessam a construção da experiência da gravidez, seu corpo e suas escolhas. As mulheres sofreram impactos por estarem distantes de grupos que portam os mesmos valores culturais que elas, tal como discutido no estudo de Giraud e Moro (2004). A pouca proximidade com pessoas de sua nacionalidade pareceu interferir na antecipação do que é a experiência de se tornar mãe, corroborando o que foi apontado por Moro (2017a). As diferenças na assistência à gestação e no trato social com a gestante apareceram no discurso das entrevistadas como um dificultador da elaboração da transição para a maternidade, uma vez que não tinham referências que garantissem previsibilidade do que viveriam. As participantes buscaram, durante a gestação, elementos da sua cultura de origem, por exemplo, a mesma frequência de ultrassonografias e cuidados afetuosos com suas gestações, mas observam que a partir da migração novos elementos apareceram como possíveis para significar essa experiência, como, por exemplo, a sensação de não se sentir criticada pelo momento de vida que escolheu gestar.

## Rede de apoio na perinatalidade em tempos pandêmicos

Nas entrevistas realizadas, foi possível constatar a experiência de solidão das mulheres migrantes durante o período da gestação e pós-parto no contexto da pandemia COVID-19. A maioria delas demonstrou sofrimento por conta da reduzida rede de apoio e falou sobre os recursos que puderam usar para lidar com essa problemática. Os aspectos mais destacados foram: distanciamento dos familiares, dificuldade de construir novos vínculos devido ao distanciamento social na pandemia e uso das redes virtuais como forma de criar e manter rede de apoio. Todas as participantes estavam gestantes ou no primeiro ano de vida de seus bebês, quando foi decretada a pandemia. A experiência de se tornar mãe em meio a um importante evento em sua vida pessoal, a imigração, juntamente com a vivência da pandemia, fez com que as participantes tenham recebido pouco apoio social e familiar em um momento tão delicado de suas vidas. Além disso, a pandemia também causou preocupação quanto à inserção dos bebês nas relações sociais. *“Acho que ela [filha] perdeu alguns parques de diversão, algumas amizades, algum contato com outro, que é importante nessa fase também. E me fez ficar ainda mais sozinha porque a gente não podia sair de casa” (Giovana).*

*Então foi tudo assim, muito confuso e, ao mesmo tempo, fora do previsto. O que a gente tinha pensado que ia acontecer não aconteceu, que iria ter a ajuda de alguém e eu não tive. E eu tinha muito medo de como eu ia fazer sozinha, se eu ia dar conta. Acho que todas as mães devem ter esse medo, mas quando a gente espera que alguém venha e a pessoa não pode vir por um motivo mundial é um pouco diferente a situação (Luíza).*

*A pandemia deixou todo mundo com medo de ficar perto, de fazer amizades. Até hoje a gente tem meio que, sabe, receio. [...] aquelas grávidas também estavam com esse olhar, sabe? De medo. Ninguém queria proximidade com estranhos, sei lá. E até mesmo em parque. Até hoje, viu? Até hoje que tá um pouco melhor, você vê (Rebeca).*

*Tinha dado tudo certo no parto, tava super feliz com isso, sabe? Não foi uma questão assim, nem a gravidez, nem o parto, nem o puerpério. Aí foi o que eu falei, começou a pesar mesmo com os planos indo por água abaixo assim da pandemia, e de estar realmente naquela rotina em casa e o mundo*



*todo do avesso. Aí isso começou a pesar, de estar longe, de não ter a rede de apoio, de eu precisar procurar emprego no meio da pandemia e não conseguir porque era engolida pela rotina (Fernanda).*

A pandemia foi percebida como dificultadora na construção de vínculos com o país de acolhimento. As participantes relataram o aumento do sentimento de solidão no período perinatal, amplificado devido à necessidade de distanciamento social na pandemia, assim como demonstrado no estudo de Paixão *et al.* (2021).

Além disso, os relatos das participantes apontaram que a sobrecarga das mães durante a pandemia foi ainda mais intensificada, corroborando o que foi discutido nos estudos de Pires (2020) e Feijó *et al.* (2022). No caso de mães imigrantes, a sobrecarga vem acompanhada de outros agravantes, pois se encontram longe de pessoas de sua cultura que compartilham os mesmos valores e saberes, que auxiliam nesse trabalho de formação da nova mãe. Assim, o distanciamento de sua cultura pode causar sentimento de solidão e o questionamento sobre sua própria capacidade de ultrapassar esse período. O fechamento das fronteiras foi mais um desafio vivido pelas participantes (Annoni, 2020).

A internet foi um importante recurso de construção de vínculos com outras mães e proporcionou ampliação de apoio social. Através da internet, algumas entrevistadas relataram ter conseguido conhecer mulheres com quem puderam contar e também oferecer ajuda. A percepção do potencial do espaço virtual fez com que existissem grupos de mulheres brasileiras morando no exterior, grupos de trocas de experiências entre mães imigrantes etc. Uma das participantes se tornou administradora de um grupo com milhares de migrantes.

*Então eu fiz uma troca grande também com elas e eu também fui uma rede de apoio virtual pra elas. Porque também com a pandemia não dava pra ficar ajudando e tal. Dava pra mandar uma comida por delivery, sabe. Não dava pra ir lá tipo “deixa eu te ajudar e limpar a casa” sabe? (risos). [...]E aí eu acabei conhecendo mulheres aqui da França, que eu bato papo. Tem umas que eu só vi uma vez, outras eu nunca vi, mas a gente tá sempre conversando. E aí depois eu tive a ideia de abrir um grupo no Telegram (Adriana).*

*Eu entrei em um grupo de Facebook de mães. E aí eu descobri uma doula brasileira e uma midwife brasileira também. Eu fiz curso com elas então tive contato com outras mães. E eu ajudo sempre no grupo de mães também, sempre que eu posso. Dando dicas e coisas do gênero. Eu acho que é muito importante você ter a quem recorrer quando você precisa de ajuda. Mas é isso, como a minha neném nasceu e logo veio a pandemia eu não tive contato pessoalmente com nenhuma delas. Mas a gente tem o Whatsapp uma das outras e quando a gente precisa damos uma ligadinha (Giovana).*

As participantes demonstraram a necessidade de construção de redes que apoio no país em que vivem. Rapoport e Piccinini (2006) ressaltam que a rede de apoio de qualidade traz benefícios para mãe, filho e casal. A participação em grupos on-line favoreceu a construção de vínculos com mulheres que vivem experiências similares relacionadas à migração e à maternidade, reforçando resultados de estudos recentes que destacam a importância desses recursos (Brito, Junior & Medeiros, 2022; Wagg et al., 2019; Matos & Magalhães, 2022).

O fato de todas as participantes terem imigrado com seus maridos e pais das crianças é importante para o sentimento de estar compartilhando a experiência da imigração. A presença do marido foi relatada como importante fonte de parceria e apoio. No entanto, na maioria dos casos, os cuidados parentais foram atribuídos principalmente às mulheres, mesmo quando essas eram atuantes no mercado de trabalho.

*Mas eu sei que quando ela [filha] tá doente eu que tenho que pegar. Não que ele [marido] não queira, mas é mais complexo para ele pedir, sabe? É como se as pessoas entendessem menos, que você que tem que pegar seu filho. Você tem que justificar mais. É como se “ah, eu tô indo pegar porque a minha mulher não tá podendo”. Não sei, acho que é um processo difícil ainda (Ana).*

*Na verdade, eu não fiquei sozinha 100% porque o meu marido tirou 1 mês de férias. Aqui a licença paternidade era de 15 dias [...]. E ele ficou trabalhando de casa só, depois. Então durante o dia, quando o Matheus [filho] dormia, eu botava no berçinho do lado do computador, do lado da mesa dele. E aí eu conseguia dormir, eu conseguia cozinhar, eu conseguia fazer coisas. E ele ficava olhando o Matheus dormir. E de noite também, o Matheus queria dormir no colo, dormia no colo do meu marido. Tipo, não dormia no meu colo. Não conseguia. E então ele foi bem parceiro nessa fase (Adriana).*

*Dizem que você precisa de uma aldeia para criar uma criança e aqui a gente não tem uma aldeia. Tem eu e meu marido só, então é muito, muito solitário. [...] Ele trabalha o tempo todo, então na verdade é só eu, né? (Giovana).*

*Foi uma gravidez muito solitária, assim como todo o processo, a gravidez e o puerpério. Dizem que o puerpério é um processo solitário, mas foi muito solitário mesmo! Tem uma coisa disso - de não estar entre os meus -, isso refletiu o tempo inteiro na falta de rede de apoio. Cara, você efetivamente não ter ninguém para te ajudar, nem pago nem de graça. Pago não é uma possibilidade nem um costume. E de graça, pela minha história, pelo meu processo migratório, eu não tinha ajuda de ninguém. Eu e meu marido estávamos sozinhos nessa, sabe? Sem alguém que você possa efetivamente contar (Alice).*

As participantes contam que o distanciamento de suas referências familiares e culturais permitiu construir, juntamente com os maridos, novas formas de lidar com a criação dos filhos, conforme tendência de maior envolvimento dos pais apontada em estudos recentes (Stern, 1997; Matos & Magalhães, 2019).

Esses relatos ilustram a naturalização da mãe como principal cuidadora, sua sobrecarga e a fragilização das mulheres que exercem solitariamente essa função, o que traz também consequências para a participação feminina no mercado de trabalho (Feijó et al., 2022; Guiginski & Wajnman, 2019).

As participantes afirmam que o distanciamento do país de origem, embora tenha gerado sobrecarga na gravidez e no cuidado com o filho, também trouxe vivências muito positivas. A distância física possibilitou maior autonomia na criação dos filhos.

*Mas no final foi bom não ter ela [a sua mãe] perto, porque eu consegui fazer várias coisas que eu não faria se ela estivesse perto. Por exemplo, na amamentação. Eu ainda amamento e se a minha mãe estivesse aqui ela ia ficar no meu ouvido. Ela ainda fica, mesmo no telefone (risos): “Quando que você vai desmamar essa criança?!”. Então foi bom que eu consegui tomar as minhas decisões com a minha filha, fiz do meu jeito (Giovana).*

*Mas por um outro lado também eu penso em algumas coisas com relação... você já deve ter ouvido falar muito disso, com relação aos pitacos, né? Que todo mundo sempre... como tá todo mundo perto, todo mundo junto,*

*todo mundo tá sempre muito certo e todo mundo sempre tem a resolução daquilo ali que não deu certo, né? [...] E por eu estar longe, eu não tenho nada disso. E eu vejo isso como algo bom, que eu posso errar, posso acertar e posso fazer o que eu quiser sem ter sempre outras pessoas no meu ouvido me colocando em dúvida comigo mesma ou me induzindo a fazer outras coisas por influência (Luíza).*

*Por outro lado, é bom porque a gente não tem interferência na criação dela [filha]. Porque a gente sabe que família interfere bastante. Mesmo longe, a gente tem ali os palpites, né? Mas assim, você tá longe, você escuta e beleza. Agora se você tá perto, você sabe como que é avó né? Avó principalmente. Avó estraga (risos) (Rebeca).*

*É fora da zona de conforto, mas também traz uma amplitude de olhares, né? E de coisas que você pode agregar pra seu modo de ser e que você vai construindo. Então se a gente não tem aquela rede de apoio familiar, a gente vai construir uma que não seja da mesma maneira, mas também nada é garantido que seria da maneira que a gente imagina lá ou cá. (Fernanda)*

As participantes falaram sobre a importância da presença de suas famílias no apoio cotidiano. Também se evidenciou uma ambivalência quanto à demanda de um saber transmitido pelas famílias de origem sobre a maternidade, sendo esse um saber passado de geração para geração (Iaconelli, 2015). As mães demonstraram desejar receber os ensinamentos da família, mas, por outro lado, relataram querer autonomia quanto ao modo de vivenciar a maternidade. Afirmaram, ainda, que o distanciamento da família e da cultura de origem proporcionou maior liberdade e abertura para a construção da maternidade. Disseram se sentir mais livres distantes das interferências dos familiares, por exemplo, no que diz respeito aos hábitos alimentares de seus filhos. Sendo assim, no país de acolhimento, as mães encontraram novas representações culturais para construção de sua forma de ser mãe, tal como apontado por Moro (2017b).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que durante a gestação a maioria das mulheres teve dificuldade de lidar com o fato de ter desenvolvido poucos vínculos sociais

no país de acolhimento. Em sua maioria, as entrevistadas sinalizaram que a experiência da gravidez se distanciou em alguns aspectos do que foi idealizado para esse momento como, por exemplo, no que se refere à necessidade de receber acolhimento e de dividir as experiências corporais e psíquicas da gravidez com pessoas queridas.

As participantes se surpreenderam com práticas de pré-natal muito distintas daquelas realizadas em seu país de origem, o que reforça a importância do que é antecipado pela cultura a partir do que é transmitido verbalmente e a partir da observação da experiência de outras pessoas. Embora a experiência da gravidez inclua rotinas médicas inéditas para toda mulher, a migração torna essa experiência ainda mais complexa quando consideradas as diferentes características de cada cultura.

Conclui-se também que, assim como discutido por Badinter (2010), a satisfação ou insatisfação com a maternidade está diretamente associada ao suporte recebido dos dispositivos sociais, uma vez que eles têm o importante papel de mediar esse vínculo. Licença maternidade, salários justos, direitos básicos, creche em tempo integral e redução da carga horária no trabalho são exemplos de dispositivos fundamentais para a redução da sobrecarga e descentralização dos cuidados maternos na figura de apenas uma pessoa.

Os resultados desta pesquisa mostraram que o contexto da pandemia e o processo migratório são fatores que amplificam as sobrecargas da maternidade. Contudo, em meio aos desafios de ser mãe fora do Brasil, as participantes ressaltaram que o distanciamento da família e da cultura proporcionou também maior liberdade e abertura para a construção da maternidade.

Considerando que a atribuição majoritária dos cuidados com o filho, realizados pela mãe, é fruto de uma construção histórica, a cultura ocidental está bem longe do que ensina o provérbio africano, que diz que é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança. Nesse contexto, as discussões produzidas neste estudo buscaram promover uma reflexão sobre a necessidade de criação de estratégias de acolhimento e inclusão das mulheres que passam pela experiência da construção da maternidade na imigração.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Annoni, D. (2020). Mulheres migrantes e pandemia: vulnerabilidades sobrepostas diante da securitização internacional de fronteiras. In Baeninger, R., Vedorato, L. R., & Nandy, S. (Coords.). Von Zuben, C., Magalhães, L. F., Parise, P., Demétrio, N., & Domeniconi, J. (Orgs.), *Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19* (pp. 323-336). Campinas: Núcleo de estudos de população “Elza Berquó” (Nepo/Unicamp).
- Badinter, E. (1985). Um amor conquistado: o mito do amor materno. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Brito, R. C. S., Junior, J. J. de A., & Medeiros, A. C. Q. (2022). Online no puerpério: interações de um grupo de apoio virtual. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.*, 22 (3), 691-697. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/sPnS7chVhf7MnrhMfwQZXDm/?format=pdf&lang=pt>
- Bydlowski, M. (2002). O olhar interior da mulher grávida: Transparência psíquica e representação do objeto interno. In Corrêa Filho, L., Girade, M. H. C., & França, P. (Orgs.), *Novos olhares sobre a gestação e a criança até 3 anos: saúde perinatal, educação e desenvolvimento do bebê*. Brasília: L.G.E. Editora.
- Feijó, J., Neto, V. P., & Cardoso, L. (2022). Maternidade e a participação feminina no mercado de trabalho. *Blog do IBRE*. Recuperado de <https://blogdoibre.fgv.br/posts/maternidade-e-participacao-feminina-no-mercado-de-trabalho>
- Folino, C. S. G. (2014). *Sobre dores e amores: caminhos da tristeza materna na elaboração psíquica da parentalidade*. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-02102014-161452/publico/folino\\_corrigeida.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-02102014-161452/publico/folino_corrigeida.pdf)

- Freire, T., & Chatelard, D. (2012). Identificação e regressão na construção do psiquismo materno. In: Wendland, J. et al (Org.). *Primeira infância: ideias e intervenções oportunas*. Brasília: Senado Federal, Comissão de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. Recuperado de <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/536045>
- Giraud, F., & Moro, M. R. (2004). Parentalidade e migrações. In Solis-Ponton, L. (Org.). *Ser pai, ser mãe - Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio* (pp. 203-209). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Guiginski, J., & Wajnman, S. (2019). A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 36(1-26). Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/YqqJqjPwYw33k6GFLknY4sS/?format=pdf&lang=pt>
- Iaconelli, V. (2012). O que é psicologia perinatal: definição de um campo de estudo e atuação. *Área de Estudos do Instituto Brasileiro de Psicologia Perinatal*. Recuperado de: <http://www.institutogerar.com.br/>
- Iaconelli, V. (2015). *Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna*. São Paulo: Annablume.
- Iaconelli, V. (2020). Reprodução de corpos e de sujeitos: a questão perinatal. In Teperman, D., Garrafa, T., & Iaconelli, V. (Orgs.). *Parentalidade*, (pp. 71-88). Belo Horizonte: Autêntica.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021). *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101784>
- Matos, M. G. (2022). Licença parental e os processos de constituição subjetiva do bebê. *DESIDADES-Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude*, 33(10), 31-42. Recuperado de <https://desidades.ufrj.br/wp-content/uploads/td-2.pdf>
- Matos, M. G., & Magalhães, A. S. (2019). Ser pai na contemporaneidade: demandas contraditórias. *Psicologia Revista*, 28(1), 151–173. Recuperado de: <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2019v28i1p151-173>

- Matos, M. G., & Magalhães, A. S. (2022). Misinformation in childbirth and online exchanges: support among generational peers. *Research, Society and Development*, 11(11), 1-10. Recuperado de <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/33487>
- Ministério das Relações Exteriores (2021). Comunidade Brasileira na Exterior. Estimativas referentes ao ano de 2020. Brasília. Recuperado de <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/artigos-variados/comunidade-brasileira-no-exterior-2013-estatisticas-2020>
- Missonnier, S. (2004). O início da parentalidade, tornar-se mãe, tornar-se pai. As interações dos pais e da criança antes do nascimento. In Solis-Ponton, L. (Org.), *Ser pai, ser mãe - Parentalidade: Um desafio para o terceiro milênio*. (pp. 203-209). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Moro, M. R. (2017a). Parentalidade e diversidade cultural. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 51(2), 137-149. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0486-641X2017000200011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0486-641X2017000200011)
- Moro, M. R. (2017b). Gravidez, nascimento, primeira infância, violência contra as crianças: por uma prevenção precoce para todos. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 51(1), 177-189. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0486-641X2017000100014&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2017000100014&lng=pt&tlng=pt).
- Organização Internacional das Migrações – OIM . (2020). *Informe sobre las migraciones em el mundo 2020*. Recuperado de [https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr\\_2020\\_es.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020_es.pdf).
- Organização Internacional do Trabalho - OIT (2020). *The migrant pay gap: Understanding wage differences between migrants and nationals*. Recuperado de [https://www.ilo.org/global/topics/labour-migration/publications/WCMS\\_763803/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/topics/labour-migration/publications/WCMS_763803/lang--en/index.htm)
- Oliveira S. C., et al. (2021). Telenfermagem em tempos de COVID-19 e saúde materna: WhatsApp® como ferramenta de apoio. *Acta Paul Enferm*, 34, 1-8 Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ape/a/S8qr8r3pwRjR9jhwDjcMQdh>



- Paixão G. P. N., et al. (2021). A solidão materna diante das novas orientações em tempos de SARS-COV-2: um recorte brasileiro. *Rev Gaúcha Enferm.*, 42, 1-7. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/DQ546XgcBsqqcrZ7WXMsKGf/?format=pdf&lang=en>
- Pires, R. R. C. (2020). *Nota técnica nº 33 - Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da Covid-19: propostas para o aperfeiçoamento da ação pública*. Brasília: IPEA. Recuperado de <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9839>
- Ramos, N. (2010). Gênero e migração: questionando dinâmicas, vulnerabilidades e políticas de integração e saúde da mulher migrante. *Anais do Congresso Fazendo Gênero*, Santa Catarina, SC, Brasil, 9. Recuperado de [https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5843/1/fazendo%20genero\\_ARQUIVO\\_NataliaRamosFG9.pdf](https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/5843/1/fazendo%20genero_ARQUIVO_NataliaRamosFG9.pdf)
- Rapoport, A., & Piccinini, C. A. (2006). Apoio social e experiência da maternidade. *Journal of Human Growth and Development*, 16(1), 85-96. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12822006000100009&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000100009&lng=pt&tlng=pt).
- Stern, D. (1997). *A constelação da maternidade: o panorama da psicoterapia pais/bebê*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Wagg, A.J., et al. (2019). Online social support group use by breastfeeding mothers: A content analysis. *Heliyon*. 5(3). Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2019.e01245>

Recebido em 30/01/2023

Aceito em 05/10/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

# O papel do CAPS I na vida de seus usuários: um estudo a partir dos itinerários terapêuticos

*The role of CAPS I in the lives of its users:  
a study based on therapeutic itineraries*

*El papel del CAPS I en la vida de sus usuarios:  
un estudio basado en itinerarios terapéuticos*

*Daisy Aparecida Alves Franco\**

*Renata Fabiana Pegoraro\*\**

## Resumo

*Este artigo buscou compreender, a partir do itinerário terapêutico de pessoas em sofrimento psíquico e egressas de internação psiquiátrica, a inserção do centro de atenção psicossocial como equipamento de cuidado em suas trajetórias. Trata-se de estudo inspirado na Epistemologia Qualitativa de Gonzalez Rey no qual foram realizadas entrevistas com seis pessoas, de 27 a 52 anos, em tratamento em um Centro de Atenção Psicossocial tipo 1, e para análise do material transcrito foram adotados procedimentos inspirados no conceito de indicadores de González Rey e na análise temática de conteúdo. Neste artigo, foram discutidas duas categorias: (1) “O manicômio está presente” e (2) “CAPS: espaço de convivência e substituto da vida social?”. Os indicadores apontaram que a internação psiquiátrica foi um recurso utilizado após inserção em CAPS, o qual é destacado mais como local de convívio do que de produção de autonomia e de desinstitucionalização. No percurso dos usuários, as internações ocorreram em hospitais gerais, hospitais especializados e comunidades terapêuticas. Os serviços de atenção primária não aparecem como ponto de cuidado à saúde mental, os serviços de urgência estão presentes na atenção às crises, dando ao CAPS contornos de um serviço para a convivência e não para o cuidado na crise.*

---

\* Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2412-3585>.  
E-mail: [daisy-franco@hotmail.com](mailto:daisy-franco@hotmail.com).

\*\* Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-6052-5763>.  
E-mail: [rfpegoraro@yahoo.com.br](mailto:rfpegoraro@yahoo.com.br)

**Palavras-chave:** intervenção na crise; serviços de saúde mental; hospitalização psiquiátrica; Reforma Psiquiátrica; Rede de Atenção Psicossocial.

## Abstract

*Based on the therapeutic itinerary of individuals experiencing psychic distress and who have undergone psychiatric hospitalization, this study aimed to comprehend the integration of the Center of Psychosocial Attention as a care facility along their path. The study is inspired by Gonzalez Rey's Qualitative Epistemology, in which interviews were conducted with six individuals aged between 27 and 52, receiving treatment at a type 1 Center of Psychosocial Attention. Procedures inspired by González Rey's concept of indicators and thematic content analysis were employed to analyze the transcribed material. This paper will discuss two categories: (1) "The presence of the psychiatric hospital," and (2) "CAPS: A space for interaction and a substitute for social life?" The indicators reveal that psychiatric hospitalization was resorted to after involvement with CAPS, which is perceived more as a space for coexistence than for fostering autonomy and deinstitutionalization. As per the users' itineraries, hospitalizations occurred in general hospitals, specialized hospitals, and therapeutic communities. Primary care services do not emerge as a focal point for mental health care, whereas emergency services are present for crisis intervention, portraying CAPS as a service more geared towards coexistence rather than crisis management.*

**Keywords:** crisis intervention; mental health services; psychiatric hospitalization; Psychiatric Reform; Psychosocial Care Network.

## Resumen

*Este artículo buscó comprender, a partir del itinerario terapéutico de las personas en distrés psicológico y las dadas de alta de hospitalización psiquiátrica, la inserción del centro de atención psicossocial como equipamiento de atención en sus trayectorias. Se trata de un estudio inspirado en la Epistemología Cualitativa de González Rey, en el que se realizaron entrevistas a seis personas, de 27 a 52 años, en tratamiento en un Centro de Atención Psicossocial tipo 1 y para el análisis del material transcrito, procedimientos inspirados por el concepto de indicadores de González Rey y el análisis de contenido temático. En este artículo se discutirán dos categorías: (1) "Está presente el asilo" y (2) ¿"CAPS: espacio de convivencia y sustituto de la vida social?". Los indicadores señalaron que la hospitalización psiquiátrica fue un recurso utilizado después de la inserción en CAPS, que se destaca más como un lugar de socialización que para producir autonomía y desinstitucionalización. En el curso de los usuarios, los ingresos se realizaron en hospitales generales, hospitales especializados y comunidades terapéuticas. Los servicios de atención primaria no aparecen*

*como un punto de atención en salud mental, los servicios de emergencia están presentes en la atención de crisis, dando al CAPS los contornos de un servicio de convivencia y no de atención en crisis.*

**Palabras clave:** *Intervención de crisis; servicios de salud mental; hospitalización psiquiátrica; Reforma Psiquiátrica; Red de Atención Psicosocial.*

A abordagem dos itinerários terapêuticos pode oferecer visibilidade para mostrar opções de cuidado distintas daquelas ofertadas nos serviços de saúde, revelar práticas de cuidado de naturezas diversas e, assim, evidenciar o pluralismo terapêutico das intervenções que compõem o cuidado integral, ou seja, é uma abordagem que enriquece a aproximação com a realidade dos saberes e práticas em saúde na perspectiva do usuário. A origem do termo “itinerários terapêuticos” remonta à Antropologia da Saúde e ao conceito de modelos explicativos sobre enfermidades e sistemas de atenção acionados para cuidados à saúde, de autoria de Arthur Kleinman (Cabral et al., 2011). Podem integrar o itinerário terapêutico, além de cuidados realizados por profissionais de saúde, ações de caráter popular (cuidados caseiros e práticas de autocuidado) e o que Kleinman classificou como *folk*, e engloba ações místico-religiosas (Cabral et al., 2011) em busca da manutenção ou recuperação da saúde. Gerhardt, Burille e Müller (2016) esclarecem que, embora Kleinman proponha diferentes sistemas terapêuticos de acordo com as diferentes interpretações de doença e as diferentes práticas terapêuticas, não há um aprofundamento da experiência do adoecer relacionada ao contexto sociocultural no qual as pessoas estão inseridas e ao modo como esse contexto influencia nas respostas a um dado episódio de doença.

Alguns estudos sobre itinerários terapêuticos (Rodovalho & Pegoraro, 2020; Braga & Pegoraro, 2020), no campo da saúde mental, deram destaque às compreensões de familiares sobre o percurso por serviços ou à compreensão de familiares e usuários (Corrêa, Belatto, Araújo & Hiller, 2011; Reinaldo & Saeki, 2004). Não localizamos pesquisas sobre o itinerário terapêutico de pessoas que estão sob os cuidados de um ponto de atenção em saúde mental e que têm histórico de internação psiquiátrica, tal qual a proposta deste artigo.

No Brasil, a partir de 2001, com a aprovação da Lei 10.216, encerrou-se um longo período de internações de longa permanência no Brasil em manicômios dos mais diferentes portes. O artigo 4º, § 3º da lei não deixa dúvida: “é vedada a internação de pacientes com transtornos mentais em instituições com características asilares”. Continuaram possíveis as internações de curto prazo, desde que esgotados os recursos de cuidado territoriais, isto é, os serviços extra-hospitalares que realizam tratamento dos sujeitos sem a perda do vínculo sociofamiliar. No entanto, a “lei da saúde mental”, como é conhecida, não impediu a existência de internações irregulares de longo prazo, como práticas constatadas no processo de inspeção de hospitais psiquiátricos (Conselho Federal de Psicologia, Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, Conselho Nacional do Ministério Público, & Ministério Público do Trabalho, 2020).

Estudo realizado em Salvador, Bahia, apontou predomínio de internações psiquiátricas por hospitais especializados; em 2017, a internação de pessoas do sexo masculino foi maior e havia uma prevalência de transtornos por uso de substâncias psicoativas, envolvendo cidadãos na faixa etária entre 30 a 34 anos (Santos, Sena & Aguiar, 2017). Relativamente às vivências das pessoas que já foram internadas e o que pensam sobre essa forma de tratamento, Ely et al. (2014), em pesquisa realizada com usuárias de um CAPS II do Estado do Rio Grande do Sul, concluíram que a internação psiquiátrica era marcada pela ambiguidade: compreendida como um recurso terapêutico, mas também significada como segregação social e punição a um comportamento (Ely et al., 2014).

A Portaria MS 3088, de 2011, estabelece que os hospitais gerais estão incluídos na Rede de Atenção Psicossocial, junto a outros equipamentos de saúde presentes no território, como as unidades básicas de saúde e os CAPS. Por fim, a Portaria MS 148, de 31 de janeiro de 2012, a partir da necessidade de ampliar o acesso ao tratamento hospitalar em hospitais gerais, define que o Serviço Hospitalar de Referência (SHR) é um ponto de atenção do Componente Atenção Hospitalar da RAPS, que deve observar várias diretrizes. Dentre elas: articulação com os outros pontos da RAPS; potencialização das ações de matriciamento; corresponsabilidade pelos casos e garantia de continuidade do cuidado, com a função precípua de

preservação da vida das pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool e outras drogas. O projeto técnico do SHR deve especificar que as internações são de curta duração, até a estabilidade clínica do usuário; que a estratégia da redução de danos norteará o Projeto Terapêutico Singular (PTS) e que o SHR deve criar mecanismos de interação com outros setores do hospital geral, como, por exemplo, a interconsulta (Ferreira, Marins, Moraes & Lopes, 2012).

Estudo realizado por Lara e Volpe (2019) analisou a evolução do perfil das internações psiquiátricas pelo SUS em hospitais psiquiátricos especializados do Estado de Minas Gerais, entre 2001 e 2013, indicando 202.188 internações realizadas em 25 hospitais (22 de natureza jurídica privada, dos quais 10 foram fechados ou descredenciados durante o período de 13 anos abrangidos pelo estudo), tempo mediano de internação de 30 dias (sendo maior quando o hospital era privado) e elevação da proporção das internações por transtornos ligados ao uso de substâncias e redução daquelas ocasionadas por transtornos psicóticos (exceto nos hospitais privados, onde os transtornos psicóticos se mantiveram prevalentes).

Sousa e Jorge (2019) percebem dois projetos em disputa na Reforma Psiquiátrica Brasileira. O primeiro é fiel à perspectiva radical da Luta Antimanicomial e ao lema “por uma sociedade sem manicômios”, no qual a internação é gradualmente, mas completamente substituída e os manicômios extintos, na medida da capacidade da RAPS, em especial, do CAPS, de dar atenção resolutiva à crise. O segundo projeto diz respeito a uma reforma que nutre simpatia pelos interesses do neoliberalismo e do grande capital. Essa reforma “vem sendo implantada, principalmente, por meio de parcerias público-privadas, seja com organizações não governamentais, organizações sociais, fundações etc.” (p. 6) nas quais a defesa dos direitos humanos se restringe ao plano formal.

Quanto à literatura sobre pessoas egressas de internação psiquiátrica, um estudo investigado aponta que, dentre 96 pessoas, 35 estavam internadas pela primeira vez e dentre essas, apenas 45,7% tinham vínculo com algum serviço de saúde. Portanto, mais de 50% dos usuários com primeira internação utilizaram o hospital Hospital Geral de Porto Alegre como porta de entrada para o cuidado em saúde mental, o que destaca o impacto do

hospital como articulador da rede e serviço estratégico para o modelo que seria baseado na atenção psicossocial (Zanardo, Silveira, Rocha & Rocha, 2017). A pesquisa de Sousa e Oliveira (2010) apontou que 70% das pessoas com uso prejudicial de álcool e outras drogas, dentre os 203 que estiveram em unidade de internação psiquiátrica do Hospital Geral de Sobral – CE, foram encaminhados ao CAPS ad após alta. Portanto, a literatura aponta que as internações psiquiátricas ainda fazem parte da trajetória de vida de muitos usuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela Portaria MS 3088/2011, que estabelece a necessidade de articulação entre os diferentes pontos de cuidado à pessoa em sofrimento psíquico. Por meio da RAPS, não apenas os hospitais com leitos em psiquiatria e os Centros de Atenção Psicossocial são os equipamentos de saúde mental responsáveis pela atenção à pessoa em sofrimento psíquico. Serviços como a unidade básica de saúde, os centros de convivência e os serviços residenciais terapêuticos são parte dos recursos que podem ser acionados para os cuidados em saúde mental. Diferentes modalidades de cuidado (da atenção primária à desinstitucionalização) podem contemplar as singularidades de cada trajetória pessoal, articulando, assim, ao cuidado em saúde mental os princípios sobre a equidade e a integralidade, que norteiam o próprio Sistema Único de Saúde (SUS).

Por compreendermos a importância de ouvir os próprios usuários sobre a construção de cuidados, destacamos como problema de pesquisa: “De que modo os Centros de Atenção Psicossocial surgem no itinerário terapêutico de pessoas *egressas de internação psiquiátrica*?” A partir do problema de pesquisa foi estabelecido como objetivo deste artigo compreender, a partir do itinerário terapêutico de pessoas em sofrimento psíquico e egressas de internação psiquiátrica, a inserção do Centro de Atenção Psicossocial como equipamento de cuidado em suas trajetórias.

## ASPECTOS METODOLÓGICOS

Participaram desta pesquisa, baseada na epistemologia qualitativa (Gonzalez Rey, 2002), seis pessoas adultas vinculadas a um Centro de Atenção Psicossocial tipo I em funcionamento no interior de Minas Gerais.

Foi utilizado um roteiro de entrevista que investigou dados de caracterização (idade, sexo, com quem residia, ocupação, número de filhos) e o percurso de cada uma pela rede de saúde, por meio de questões temáticas que investigaram: (1) a trajetória por serviços de saúde mental, (2) a experiência da internação psiquiátrica, (3) a experiência de tratamento em CAPS, (4) Recursos de cuidado formal fora do setor saúde, (5) Recursos de cuidado informal e (6) O que considerava relevante para ter saúde mental.

Após aprovação do protocolo por Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos [CAAE: 13660519.0.0000.5152], uma pesquisadora dirigiu-se ao CAPS para a apresentação da pesquisa e articulação sobre a data de início da etapa de convites para a entrevista, momento mediado pelos profissionais do CAPS que indicaram os usuários que atendiam os critérios de inclusão (ter 18 anos ou mais, ser egresso de internação psiquiátrica, estar em condições de ceder entrevista). As entrevistas foram realizadas nos meses julho e agosto de 2019 e janeiro e fevereiro de 2020 com duração média de 33 minutos. O Termo de consentimento livre e esclarecido foi oferecido a todos os participantes, lido e assinado antes do início das entrevistas, que ocorreram individualmente em sala reservada do CAPS. Para a publicação deste artigo, os nomes de pessoas e instituições foram substituídos, de forma a preservar as identidades dos participantes.

Após transcrição na íntegra das entrevistas o material foi submetido à análise temática (Souza, 2019) na busca de indicadores (Gonzalez Rey, 2002) que pudessem ser organizados em categorias, sendo alvo de análise deste artigo as categorias (1) O manicômio está presente e (2) CAPS como espaço de convívio e substituto da vida social.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa seis usuários de CAPS tipo I egressos de internação (Quadro 1). Os dados sociodemográficos das pessoas entrevistadas neste estudo dialogam com estudo sobre o perfil de pacientes internados pelo SUS entre 2000 e 2014 (Rocha, Reis, Santos, Melo & Cherchiglia, 2021), que situaram a média de idade em 38 anos, a qual se aproxima da média de 42 anos encontrada em nosso estudo. Por sua vez,



em Silva, Daros, Bitencourt, & Iser (2021), as maiores taxas de internação foram verificadas na faixa entre 30 a 59 anos, na qual se situam a idade de cinco dos seis entrevistados na presente pesquisa. Em ambos os estudos, a maioria era do sexo masculino, em contraste com a predominância de 83% de mulheres em nosso estudo. Todavia, havia pessoas do sexo masculino que frequentavam o CAPS no momento da etapa de campo da pesquisa e que não puderam participar da entrevista em razão da eclosão da pandemia Covid-19 e da suspensão dos convites para novas entrevistas, o que pode explicar essa diferença entre os resultados do estudo do perfil em nível nacional e os do nosso.

**Quadro 1.** *Caracterização dos participantes*

Entrevistado	Idade (anos)	Gênero	Com quem reside	Filhos	Ocupação	Escolaridade	Companheiro(a)
Célia	46	Mulher	Filha, genro e neta	Sim	Tarefas do lar	EFI	Não
Lívia	43	Mulher	Só	Sim	Tarefas do lar	EFI	Não
Alcione	43	Mulher	Companheiro	Sim	Tarefas do lar	EFI	Sim
Públio	27	Homem	Avó e irmão	Sim	Desempregado	EMC	Não
Margarida	52	Mulher	Só	Sim	Tarefas do lar e vendedora	EMC	Não
Alba	45	Mulher	Companheiro	Sim	Tarefas do lar	EMC	Sim

Em seguida serão apresentados os itinerários de cada participante. A partir das entrevistas foi construída uma figura para representar cada IT, dando destaque para os serviços e recursos utilizados pelas pessoas participantes. Nem sempre foi possível apontar em que ano o recurso foi buscado/utilizado, mas tentou-se respeitar uma ordem temporal (do recurso mais antigo até o momento da entrevista). Os itinerários (Figuras 1 e 2) permitem destacar o predomínio de uso de serviços como CAPS, instituições para internação (hospital especializado em psiquiatria, leito psiquiátrico em enfermaria de hospital geral), instituição de longa permanência para idosos, comunidade terapêutica, e pronto-atendimento, com baixo uso de serviços de atenção primária (como ocorre no caso da participante Alba).

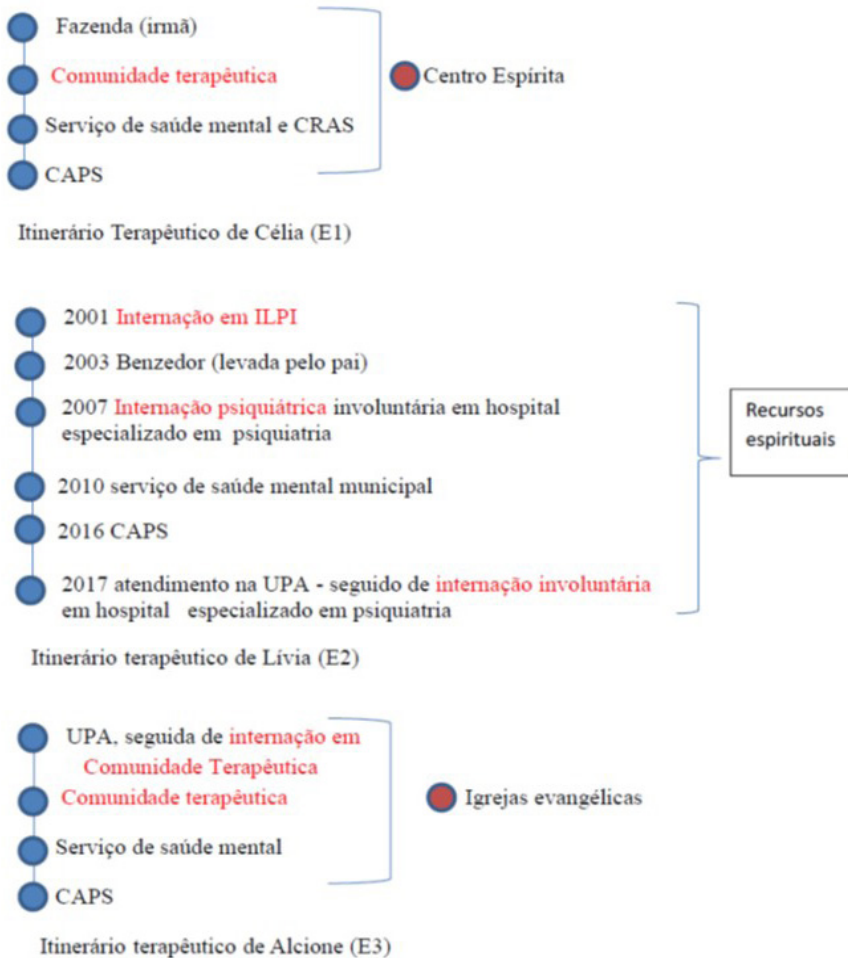


Figura 1. Itinerário terapêutico de Célia, Livia e Alcione.

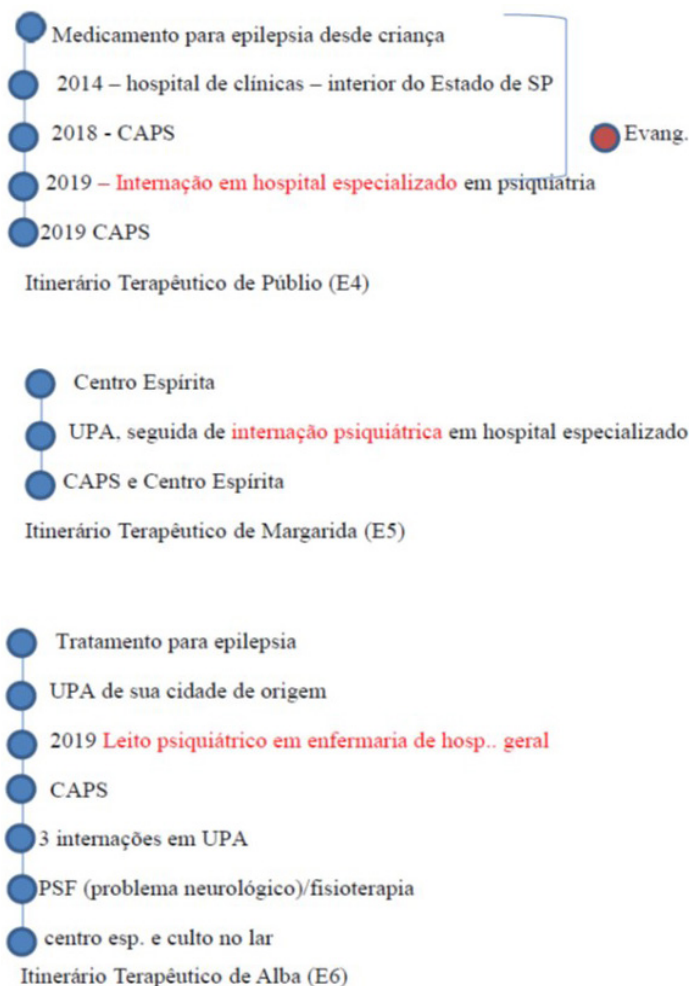


Figura 2. Itinerário terapêutico de Públio, Margarida e Alba

### Categoria 1: O manicômio está presente

As descrições dos Itinerários Terapêuticos apontam que há uma lógica manicomial presente nos percursos de busca por saúde trilhados pelos entrevistados. Na trajetória dos participantes, a internação se fez presente em equipamentos da área da saúde como hospitais especializados em psiquiatria e em leitos psiquiátricos de hospital geral, bem como de instituições do campo socioassistencial: as Comunidades terapêuticas

(Conselho Federal de Psicologia, Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, Procuradoria Federal de Direitos do Cidadão, Ministério Público Federal, 2017; e as Instituições de Longa Permanência para Idosos [ILPI] Ministério da Saúde, 2021, 2013). Três indicadores apontam para essa lógica manicomial.

O primeiro indicador refere-se ao fato de, antes de esgotar os recursos extra-hospitalares no território, Alba (E6) (Figura 2) teve a experiência da internação, contrariando a orientação da Lei 10.216/2001, que orienta o cuidado em liberdade até que a internação seja o último recurso para tratar. Rocha et al (2021), em estudo de nível nacional, a partir de ampla base de dados, revelaram que o protagonismo do hospital foi diluído ao longo dos anos de 2000 a 2014, mas sem uma ruptura completa com o modelo que alimenta o parque hospitalar ainda existente no Brasil. Já as Comunidades Terapêuticas marcaram o itinerário de Célia (E1) e Alcione (E3) antes do cuidado em serviço de saúde mental extra hospitalar – no caso da última, após breve passagem por pronto atendimento.

O segundo indicador refere-se aos relatos sobre a experiência de internação que envolvem ter sido “dopado/a” de medicação durante a permanência na instituição somado à qualificação insuficiente das equipes de internação e à necessidade de internação após o ingresso da pessoa no CAPS. Na leitura dos itinerários terapêuticos em seu conjunto, chama atenção que três dentre as seis pessoas entrevistadas já estavam sendo cuidadas pelo CAPS quando passaram por uma internação psiquiátrica/asilar: Livia, Públio e Margarida. Além disso, devemos realçar que Públio e Margarida estavam passando pela primeira internação. Desse modo, ainda que esses participantes estivessem vinculados a um dispositivo criado pela legislação para ofertar um cuidado capaz de lidar inclusive com as experiências de vida mais sofridas e que desarticulam com mais profundidade as pessoas (CAPS), esse vínculo não impediu a internação superveniente.

Como serviço substitutivo ao tratamento mediante internação, ou seja, um serviço que está posto para ocupar gradativamente, mas definitivamente, o lugar dos hospitais, os CAPS são estratégicos na estruturação e no funcionamento eficaz da RAPS, que é uma rede de atuação na área da saúde mental, composta por atenção básica em saúde, atenção psicossocial

especializada (as diversas modalidades de CAPS), atenção de urgência e emergência, atenção residencial de caráter transitório, estratégia de desinstitucionalização e estratégia de reabilitação psicossocial. Estudo das autoras Macedo e Camargos (2021), analisando a RAPS e a cobertura dos CAPS, em Minas Gerais, comparando 2011, ano que marca o início da implantação da RAPS, com 2018, revelou que em relação aos CAPS I (modalidade-campo de desenvolvimento dessa pesquisa) houve um aumento de 74 (setenta e quatro) equipamentos, pois, em 2011, eram 87 (oitenta e sete) unidades e, em 2018, somavam 161 (cento e sessenta e um) CAPS habilitados. Esse avanço na cobertura de CAPS I, em Minas Gerais, foi mais expressivo do que a expansão de CAPS II (aumento de 12 unidades no período do estudo) e CAPS III (aumento de 10 unidades), e as autoras analisam que isso pode ter ocorrido devido ao critério populacional de 15 mil habitantes, pois, afinal, a maioria dos municípios mineiros possui menos de 20 mil habitantes.

O presente estudo não teve o objetivo de relacionar o aumento dos CAPS habilitados em Minas Gerais com a movimentação no ritmo das internações, mas sem dúvida é um avanço importante revelar o aumento na implantação de um dispositivo de saúde mental estratégico para a consolidação da RAPS na proporção em que seu modo de funcionar e desenvolver atribuições demonstrar constante conectividade com os demais pontos da rede, e não como um serviço isolado que tem o domínio de saberes e práticas especializadas que são de seu exclusivo conhecimento. A mensagem de Rotelli (1991) é completamente atual ao recomendar que os saberes devem ser compartilhados com toda a sociedade viva, tanto os saberes entre os serviços, como dos serviços, informando e formando toda a comunidade de um território. A existência da RAPS coloca o desafio da construção de cuidados de modo articulado pelos serviços de base territorial, em especial o diálogo entre os CAPS e a atenção básica. No entanto, a presença de comunidades terapêuticas na RAPS, na portaria publicada em 2011, e de hospitais especializados em psiquiatria, em 2017, podem enfraquecer o papel do CAPS como um serviço substitutivo da internação.

Sobre a qualificação das equipes, nos locais de internação elas foram percebidas pelas pessoas entrevistadas como insuficientemente qualificadas para o serviço que ofereciam, de modo que utilizavam recursos que

violavam os direitos humanos no manejo das situações, como: “*Ficava muito amarrado. Eles dopavam muito a gente*” [Públio] e “*Muito ruim ver as pessoas medicadas, andando igual zumbi, tudo fechado*” [Alba]. Ainda ilustram esse indicador: “*Porque eles não têm capacidade de cuidar de nós. Eles não sabem conversar, eles não sabem explicar, eles não sabem te responder uma pergunta. Tudo para eles é na ignorância, é no grito, sabe assim?*” [Célia] e “*As enfermeiras, os enfermeiros, eles não têm... assim, aquela paciência [...] Eles não têm o estudo para isso quase [...] Chegou um tempo lá que eu fiquei passado da conta e eu dormia amarrada; eles me amarraram*” [Lívia].

O segundo indicador traz uma outra questão relacionada ao problema da internação após o ingresso do usuário no CAPS, que é um equipamento destinado a dar contorno à crise impedindo a internação. A crise foi objeto de atenção em pesquisa realizada sobre como os CAPS de Vitória – ES cuidam das pessoas adultas em sofrimento psíquico grave (Castro & Louzada, 2021). As autoras destacam uma concepção de crise na qual todas as dimensões da vida são inseridas, ampliando a perspectiva reducionista da crise aos sintomas e à dimensão biológica. Elas colocam que cuidar da crise, que sobrevém no cotidiano dos equipamentos, requer a abertura para que os afetos sejam considerados no campo relacional, e a circulação e a permanência dos usuários dentro do CAPS aconteçam de forma similar ao modo como ocorre nas ruas da cidade, que são exploradas com liberdade, interação, criando novas paisagens e gerando novos afetos.

Esse modo de prestar o cuidado certamente demanda processos contínuos de capacitação das equipes, requisito que não se restringe a nenhuma equipe em específico, já que é essencial tanto nos serviços substitutivos quanto nos hospitalares e da atenção primária. Desse modo, poderíamos pensar em tratar o paciente sem hipermedicá-lo e contê-lo fisicamente no hospital psiquiátrico (onde o que acontece não tem o controle direto da sociedade), como correspondente ao tratá-lo, permitindo a resistência, a crítica, a discordância sobre as modalidades de oficinas nos CAPS. Nesse sentido, Argiles, Kantorski, Willrich e Coimbra (2017) compreendem que a desconformidade de comportamentos em relação a padrões estabelecidos e serializados na convivência social (que podem desencadear crises)

demandam a criação de espaços coletivos de expressão e criação nos serviços substitutivos (mas, vale também para os hospitalares) para a produção da subjetividade individual e coletiva de trabalhadores e usuários. Entendemos que nos serviços onde a produção de subjetividade norteia o cotidiano das ações, há um potencial para que a crise seja renomeada como experiência de vida, passando a ser acolhida ao invés de rejeitada/medicada/sufocada.

O terceiro indicador refere-se à necessidade de fortalecimento da RAPS e ausência de suporte à saúde mental dos entrevistados na atenção básica.

Nos registros do diário de campo, em reunião com a coordenadora do CAPS, esta informou que havia uma RAPS no município. Na atenção de urgência e emergência, o município contava com o SAMU (que buscava o paciente em crise e fazia esse primeiro atendimento) e uma unidade de pronto atendimento 24 horas (que dava seguimento ao atendimento). Na atenção hospitalar, não havia leitos de psiquiatria em hospital geral, de maneira que, quando a crise não era estabilizada no CAPS ou no PA, o usuário era transferido para o hospital especializado em psiquiatria de referência. A coordenadora explicou que, como a Unidade Hospitalar privada era resistente em “internar pacientes da saúde mental” (tanto que não havia leito pactuado de SM no município), o PA reservava um leito mais isolado para esse público, contando com a sensibilidade e flexibilidade do diretor clínico. A coordenadora ressaltou a importância do matriciamento, que consiste na articulação e acompanhamento dos casos mais complexos de saúde mental, realizado pelos profissionais do CAPS nas reuniões multiprofissionais que ocorrem junto às equipes da atenção primária. Esclareceu que havia 100% de cobertura do território por seis unidades básicas de saúde da família e que as técnicas de referência do CAPS participavam dessas reuniões, que aconteciam mensalmente. Cada profissional era responsável pelo matriciamento de uma unidade de saúde da família. Entretanto, há que se ressaltar que, nas entrevistas, as unidades de atenção primária não apareceram como pontos de cuidado em saúde mental nos itinerários terapêuticos.

Esse terceiro indicador, mostrando um contraste entre a percepção da coordenadora e a ausência da atenção primária no cuidado às pessoas

entrevistadas, permite refletir sobre a ferramenta do matriciamento na consolidação de uma rede de cuidados, que pode ser enriquecida com o estudo das autoras Frazatto e Fernandes (2021). Em um relato de experiência, elas discutem as práticas de matriciamento em um CAPS I que pode valer como uma complementação ao modo como a coordenadora relata a prática ocorrida no CAPS em estudo. No estudo das autoras, a equipe do CAPS elaborou uma agenda de matriciamento com todos os setores previamente identificados para formar parcerias, e que poderiam ser articuladas ao CAPS para integrar o processo de construção compartilhada do cuidado. Assim, além das equipes de atenção primária à saúde e pronto atendimento, o Ministério Público, a Assistência Social e os profissionais de instituições filantrópicas foram convidadas a participar das reuniões, nas quais informações sobre o CAPS eram compartilhadas, casos eram discutidos e temas pertinentes eram estudados. Como resultado desse trabalho, de ampla agenda de matriciamento, o fluxo foi organizado de modo a produzir uma resposta igualmente ampla e potente pela rede, por meio da adesão aos princípios da corresponsabilização em substituição à prática formal do encaminhamento.

Esse exemplo atesta para a existência de modos de pensar e fazer o matriciamento de uma forma mais ampliada, de maneira que o trabalho articulado possa ser mais efetivo e integral, em uma tentativa tanto de frear as internações psiquiátricas quanto de discutir a inserção da atenção primária nos cuidados a pessoas em sofrimento psíquico que se encontrem fora da crise, portanto, prescindindo da atenção no CAPS.

## **Categoria 2 – O CAPS funciona como espaço de convivência e substituto da vida social?**

Como o nome da categoria sugere, o CAPS surge no discurso dos entrevistados como um local para convivência, quase um substituto da vida social, concentrando a maior parte das interações dos sujeitos, que tem uma vida social esvaziada para além do CAPS. O primeiro indicador é formado pelas falas de Célia, Alcione, Públio e Margarida, que realçam o CAPS como parte importante de suas vidas. Acolhimento, confiança, respeito,



liberdade, vínculo positivo com as profissionais e as atividades realizadas marcam o discurso desses participantes sobre o CAPS: “No CAPS eu não posso reclamar de nada, porque aqui nós temos atenção, nós temos os profissionais que eu acho que são...[...]. Só de eu saber que eu estou aqui [no CAPS], como diz, eu me sinto guardada” [Célia].

*A consulta com a minha psicóloga me ajuda muito no meu dia a dia [...]. Porque aqui [no CAPS] tem certa liberdade. A pessoa faz o que quer. Fica à vontade. Quer dormir, dorme. Quer tomar os remédios, toma, não quer não toma. A pessoa faz o que quer [Alcione].*

*Pela educação que eles conversam comigo, pelas brincadeiras que eu brinco com eles, as atividades que nós fazemos. Eu tenho muita confiança com o povo aqui do CAPS. E pelo respeito também. Eles têm muito respeito um pelo outro aqui dentro. [Públio].*

Por outro lado, o CAPS também aparece como possibilidade de ocupar o tempo:

*É como se fosse uma terapia [as atividades do CAPS] [...]. A gente ocupa a mente, ocupa a mente com outra coisa, com outra atividade [...] Porque enquanto você está fazendo alguma coisa, você tem que concentrar no que você está fazendo [Margarida].*

Os apontamentos feitos pelas pessoas entrevistadas sobre aspectos positivos nas relações estabelecidas no CAPS entre trabalhadores e usuários nos dizem sobre o sentimento de serem respeitados e valorizados em suas necessidades e demandas. Mas também nos conduzem a uma reflexão sobre o modo como a proposta envolvida na atenção psicossocial está sendo desenvolvida nesse serviço. Argiles, Kantorski, Willrich e Coimbra (2017), em estudo de caso numa pesquisa de avaliação do serviço de CAPS, em Alegrete/ RS, discutem a produção de subjetividade como processo de diferenciação permanente de trabalhadores e usuários. Entendem as autoras que para se forjar essa subjetividade é fundamental a presença da resistência, da crítica e do exercício do direito de discordar. Assim, a subjetividade se automodelaria a partir de referências próprias. Essa perspectiva, de certo modo, contrasta com aquilo que é trazido nas falas

agrupadas no indicador 1 porque trazem a ideia de que o CAPS é um lugar perfeito enquanto espaço de convivência social, onde as relações são sempre pacíficas a harmoniosas – o que, de fato, contrasta com a experiência usual daqueles que conhecem o cotidiano desse tipo de serviço, que se distancia da experiência de cuidado nessas unidades.

O segundo indicador agrega as falas das pessoas entrevistadas, nas quais se percebe que não estão em crise, mas frequentam o CAPS diariamente. Essa era a situação de Célia, Alcione, Públio e Alba, que participavam do CAPS, à época das entrevistas, de segunda a sexta das 7 às 17 horas, ou seja, durante todo o horário de funcionamento do serviço, o que mostra um desacordo com a recomendação legal de aplicar esse regime para os casos de crise, os casos agudos. Nenhuma dessas pessoas estava em crise no momento da entrevista, até porque um dos critérios para inclusão na pesquisa era a avaliação pela equipe de que a pessoa tinha condições de responder a uma entrevista, e uma pessoa em crise certamente não cumpriria esse requisito. Todos compreenderam inteiramente o TCLE e responderam com consciência e lógica às questões do roteiro.

Desse modo, para a maioria das pessoas entrevistadas, o segundo indicador aponta para o CAPS como substituto da vida social restrita que os usuários levam: *“E eu passei a ficar aqui [no CAPS] porque eu não estava aguentando mais de tanta solidão, estava quase virando uma depressão, sabe? [...] Eu acho que poderia funcionar aos sábados e aos domingos [referência ao CAPS]”* [Alcione].

A permanência sob os cuidados do CAPS, por si, parece não garantir promoção de autonomia e reinserção social. Esse aspecto do CAPS como substituto da vida social, indicando a pobreza de vínculos dos usuários com pessoas e redes, diverge da Política Nacional de Saúde Mental (Lei 10.216/2001) na qual se diz que a reabilitação da pessoa em sofrimento mental só acontece com a reinserção na família e na comunidade, e que o tratamento terá como finalidade permanente a reinserção do paciente em seu meio. Sendo assim, aponta para uma importante lacuna com a qual esse serviço de saúde mental precisa lidar.

A leitura conjunta do primeiro e do segundo indicadores aponta para uma contradição no modo pelo qual o CAPS é percebido pelas pessoas

entrevistadas. Ao mesmo tempo em que o equipamento pesquisado promove o sentimento de ser valorizado e respeitado (indicador 1) traz também a ideia de promotor de uma dependência social (indicador 2), aspectos que podem ser relacionados com essa nova institucionalização. Essa contradição nos remete a algumas construções teóricas relacionadas com o pensamento de que, sendo a Reforma Psiquiátrica um processo social, o processo de desinstitucionalização por ela postulado será sempre contraditório (Rotelli, 1991), porque a Reforma Psiquiátrica não é uma revolução na qual tudo muda ao mesmo tempo, produzindo uma transformação total no pensamento e nas concepções. Essa construção de Rotelli dialoga com Tosquelles, segundo Sivadon & Pollack (1989) e Machado (2006), que apontam maneiras pelas quais essa contradição pode ganhar gradativamente uma tendência para a ampliação de práticas desinstitucionalizantes: desconstrução do manicômio interno como determinante para a inclusão social da pessoa em sofrimento psíquico (Machado, 2006) e desconstrução dos muros do asilo existentes dentro de nós, possibilitando desmontar a contradição trazida pela clivagem e construir a homogeneidade do eu segundo Tosquelles (Sivadon & Pollack, 1989).

Continuamos essa reflexão sobre a RPB para relacioná-la ao papel das equipes no impedimento da continuidade dessa nova institucionalização a partir da teoria de Gonzáles Rey (2007). A RPB é um processo social complexo (Amarante, 1995) que tem como argumento originário o reclame da cidadania do louco (Tenório, 2002) e que concentra na transformação das relações reificadas de poder (não só nas instituições totais) (Rotelli, 1991) o meio para atingir sua finalidade que consiste em mudar o modo como a sociedade se relaciona com a loucura. Um objetivo tão amplo não poderia ser atingido no cotidiano de nossas práticas por meio de um movimento linear e uniforme, isento de atravessamentos e revezes. Como evoluir para a ampliação da atuação não manicomial entre e pelos trabalhadores na saúde mental? A transformação dos fundamentos, teorias e conceitos que sustentam as práticas desses profissionais é condição necessária para a modificação das relações à qual se refere Rotelli.

A desconstrução do manicômio interno que nos habita (por meio de uma falange de figuras, tais como: preconceito, desinformação e carência

de conhecimento, julgamentos incriteriosos) requer uma plataforma de pensamento para avançar em reflexões teóricas, sem as quais nossas práticas manicomial se perpetuarão. Esse manicômio interno pode ter participação importante na formação da nova institucionalização, que acontece no cotidiano dos dispositivos criados para romper com o modelo manicomial medicalizante-hospitalocêntrico (Costa-Rosa & Yassui, 2008). Como superar essa nova institucionalização de nossas práticas? A Teoria da Subjetividade de González Rey (2007) é uma resposta fértil para resolver esse impasse. González Rey é autor de um modelo teórico que propõe a ruptura com a noção de transtornos mentais para colocar em seu lugar a expressão configurações subjetivas. Essas configurações, segundo Rey, são constituídas a partir de sentidos subjetivos que emergem das experiências vividas e que aparecem nas ações das pessoas nos espaços de subjetividade social, que é a dimensão subjetiva da sociedade. González Rey (2007) diz que a subjetividade social não é a soma da subjetividade dos indivíduos, mas uma produção que acontece pelos processos relacionais, discursivos, imaginários que se realizam no espaço social. A construção dessa subjetividade é discutida em uma perspectiva cultural-histórica, porque considera que as experiências vividas e significadas pela pessoa são, na própria expressão de González Rey, subversivas. A partir dessa perspectiva, é possível defender que cada trabalhador em saúde mental precisa subverter o sistema simbólico e representativo que sustenta seu manicômio interno para transformar suas relações com os usuários do serviço, por meio da mudança de seus registros e deslocamentos daí decorrentes. Desse modo, poderá ativar a participação dinâmica e criativa de todos e todas na totalidade das decisões cujos temas lhes dizem respeito. Se o profissional ainda não teve a oportunidade de produzir sua própria subjetividade, sendo protagonista na construção de seus próprios referenciais, que instrumentos e ferramentas terá ele para promover esse aprimoramento nas relações que estabelece com as pessoas que usam o serviço?

Muitas atividades desenvolvidas nos serviços criados para materializar a superação do modo manicomial não produzem nos usuários esse tom subversivo a que se refere González Rey. Um exemplo de atividade realizada em espaço coletivo no CAPS, mas que provavelmente não colabore

na produção de subjetividade (dentro dos aspectos aos quais nos referimos) nos é conferido por Menezes e Pegoraro (2019). Em revisão integrativa da literatura com o objetivo de fornecer um panorama das atividades grupais direcionadas a adultos e desenvolvidas através dos CAPS, as autoras destacaram do *corpus* de análise uma categoria cotejando a reprodução do modo manicomial *versus* a desinstitucionalização cujas características podem ser extraídas a partir do modo pelo qual as oficinas se desenvolveram. Nos artigos pesquisados por Menezes e Pegoraro, foi relatada a compreensão das oficinas como “fazer pelo fazer”, sem descobrir um sentido para essa prática e fazer uma atividade com o objetivo de “ocupar a mente”, como Margarida (entrevistada nesse estudo) expressou em uma de suas falas. Esses modos de compreender as oficinas certamente são ineficazes para produzir subjetividade porque expressam passividade, uma simples forma de ocupar e entreter, uma ocupação empobrecida de trocas e de significado para os usuários em seus contextos reais de vida. Concepções que não comungam com a ideia de subversão trazida por Gonzalez Rey. Portanto, a oferta de oficinas não significa, necessariamente, a ruptura e a superação das formas de pensar e agir da lógica manicomial, especialmente quando elas são consideradas como finalidade em si mesmas.

Outro estudo realizado por Fiorati e Saeki (2013), para avaliar como o modo psicossocial estava sendo efetivado em serviços extra-hospitalares de Ribeirão Preto – SP, revelou que muitos dos profissionais entrevistados apresentaram uma concepção de reabilitação psicossocial como aproximação da pessoa em sofrimento psíquico das condutas normatizadas e de papéis sociais adequados, o que diverge da noção de subversão a que nos referimos aqui. O processo de trabalho desenvolvido dentro dessa noção de subversão do instituído demandaria um plano de cuidado capaz de cotejar as necessidades de saúde dos usuários, considerando as questões econômicas e sociais cotejadas com as ofertas profissionais (cuidado, saberes e instrumentos), o que designaria o modo operacional da equipe. Assim, ao invés de trabalhar pelo remodelamento dos padrões de comportamento, o projeto terapêutico singular do usuário (Rodvalho & Pegoraro, 2016) produziria mudanças a partir da posição da pessoa em relação ao seu quadro de vida, corresponsabilizando-o na construção de saídas.

O terceiro indicador apresenta o CAPS como um serviço de saúde desconhecido aos usuários entrevistados. Ao ser perguntada sobre sua opinião a respeito do serviço do CAPS, Margarida responde: “Acolhedor”, e quando a pesquisadora pergunta “Acolhedor....que mais?”, Margarida completa: “É difícil de falar isso porque como eu venho só uma vez por semana eu não sei o que acontece no resto da semana, então já é mais complicado de responder.” Essa fala é reveladora de que o CAPS é, em seu dia a dia, nas atividades de cuidado que oferece, desconhecido a ela ou pode também ser a expressão de um sujeito ativo capaz de reagir e de estar implicado na produção de uma subjetividade não serializada da qual falam Argiles *et al.* (2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa atingiu seu objetivo porque os resultados permitiram a compreensão do percurso realizado pelas pessoas entrevistadas que tinham tido a experiência da internação psiquiátrica em seus itinerários terapêuticos e estavam inseridas em um CAPS. Como contribuição, este estudo apontou as fragilidades da RAPS em município de menor porte que conta com CAPS tipo I em funcionamento, o qual guarda características de convivência e ocupação, destinando o cuidado da crise aos serviços de urgência e internações. Uma limitação deste trabalho consiste em analisar entrevistas de usuários de um único CAPS. A partir deste estudo, fica a sugestão para o desenvolvimento de outras pesquisas que priorizem a participação dos usuários dos serviços, por meio da abordagem dos itinerários terapêuticos, garantindo o fomento da visibilidade deles no universo da pesquisa científica, a legitimidade de suas versões e a aproximação da universidade dos saberes e práticas em saúde na perspectiva do pluralismo terapêutico.

## REFERÊNCIAS

Amarante, P. (1995). Novos sujeitos, novos direitos: o debate em torno da reforma psiquiátrica. *Cadernos de Saúde Pública*, 11(3), 491-494. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1995000300024>.

- Argiles, C. T. et al. (2017). Processos de singularização no modo psicossocial. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. 27(1) 61-77. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000100004>.
- Braga, R. B. & Pegoraro, R.F. (2020). Internação psiquiátrica: o que as famílias pensam sobre isso? *Revista Psicologia e Saúde*, 12(1), 61-73. <https://doi.org/10.20435/pssa.v12i1.820>
- Cabral, A. L. L. V., Martinez-Hemáez, A., Andrade, E. I. G. & Cherchiglia, M. L. (2011). Itinerários terapêuticos: o estado da arte da produção científica no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(11), 4433-4442. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011001200016>
- Castro, K. M. D. & Louzada, A. P. F. (2021). Crise no cotidiano: o cuidado nos Caps. *Mnemosine*, 17(1), 163-183. <https://doi.org/10.12957/mnemosine.2021.61848>
- Conselho Federal de Psicologia, Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, Conselho Nacional do Ministério Público, & Ministério Público do Trabalho (2020). *Hospitais psiquiátricos no Brasil: relatório de inspeção nacional*. Recuperado de: [www.cfp.org.br](http://www.cfp.org.br)
- Conselho Federal de Psicologia, Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, Procuradora Federal de Direitos do Cidadão, Ministério Público Federal (2017). *Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas*. Brasília. Recuperado de: [www.cfp.org.br](http://www.cfp.org.br)
- Corrêa, G. H. de L. S. T. C., Bellato, R., Araújo, L. F. S. de, & Hiller, M. (2011). Itinerário terapêutico de idosa em sofrimento psíquico e família. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 10(2), 274-83. <https://doi.org/10.4025/ciencucuidsaude.v10i2.10462>
- Costa-Rosa, A. & Yassui, S. (2008). A estratégia atenção psicossocial: desafio na prática dos novos dispositivos de saúde mental. *Saúde em Debate*, 32(78/79/80), 27-37. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406341773003>
- Dell' Acqua, G., & Mezzina, R. (1991) Resposta à crise. In: J. Delgado *A loucura na sala de jantar*. São Paulo: Editora Resenha.

- Ely, G. Z., Terra, M. G., Silva, A. A., Freitas, F. F., Padoim, S. M. M., & Lara, M. P. (2014). Internação psiquiátrica: significados para usuários de um Centro de Atenção Psicossocial. *SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas*, 10(1), 23-28. Recuperado de <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.v10i1p23-28>.
- Ferreira, G. M. K., Marins, M. F., Morais, R. S., & Lopes, C. L. A. S. (2012). Internação psiquiátrica em hospital geral e a política de saúde mental. *Journal of Nursing and Health*, (2), 333-339. doi:10.15210/jonah.v2i0.3477.
- Fiorati, R. C. & Saeki, T. (2013). As dificuldades na construção do modo de atenção psicossocial em serviços extra-hospitalares de saúde mental. *Saúde em Debate*. 37(97), 305-312. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ZbcgSvY8XtWPBC7ckDXwkrz/?lang=pt>
- Frazato, C. F. & Fernandes, J. C. (2021). Práticas do CAPS e o desafio da desinstitucionalização. *Psiquiatria Revista*, 30(1), 54-75. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2021v30i1p54-75>
- Gerhardt, T. E., Burille, A., & Müller, T. L. (2016). Estado da arte da produção científica sobre itinerários terapêuticos no contexto brasileiro. In T. E. Gerhardt, R. Pinheiro, E. N. F. Ruiz & A. G. da S. Junior (Orgs.), *Itinerários terapêuticos: integralidade no cuidado, avaliação e formação em saúde* (pp. 27-97). Rio de Janeiro, RJ: Editora CEPESC.
- Gonzalez Rey, F (2007). As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. *Psic. da Ed.*, 24, 155-179. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-69752007000100011&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-69752007000100011&script=sci_abstract&lng=pt)
- Gonzalez Rey, F. (2002). O desenvolvimento dos indicadores e a definição de categorias no curso da pesquisa *In Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*.(pp.118-125). Rio de Janeiro: Cengage Learning.



- Gonzalez Rey, F. Epistemologia, metodologia e subjetividade. Palestra oferecida no III Ciclo de Conferências: “Um olhar plural - simbolismo no campo dos estudos organizacionais”. Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo. 24 de agosto de 2007. Recuperado em <https://www.youtube.com/watch?v=IDZ69NHUqTM>
- Lara, A. P. M. & Volpe, F. M. (2019). Evolução do perfil das internações psiquiátricas pelo Sistema Único de Saúde em Minas Gerais, Brasil, 2001-2013. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 24(2), 659-668. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.14652017>.
- Lei n 10.216. (2001, 06 de abril). *Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental*. Brasília, DF. Recuperado em 17 de agosto de 2018, de [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03//LEIS/LEIS\\_2001/L10216.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03//LEIS/LEIS_2001/L10216.htm).
- Macedo, E. V. & Camargos, M. C. S. (2021). Avaliação da Rede de Atenção Psicossocial: análise da cobertura dos CAPS em Minas Gerais. *Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde V. 18 (2)* <https://doi.org/10.21450/rahis.v18i3.7023> ▪
- Machado, D. M. (2006). A desconstrução do manicômio interno como determinante para a inclusão social da pessoa em sofrimento mental. (Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação em Ciências da Saúde – Universidade de Brasília). Recuperado de [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4867/1/Dissert\\_final.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4867/1/Dissert_final.pdf).
- Menezes, G. P. & Pegoraro, R. F. (2019). Panorama das Atividades Grupais Desenvolvidas em Centros de Atenção Psicossocial (2006–2016). *Psicologia: Ciência e Profissão* 39, e189050. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003189050>.

- Ministério da Saúde . Agência Nacional de Vigilância Sanitária [ANVISA]. (2013). Nota técnica nº 055/2013 – GRECS/GGTES/ANVISA. Esclarecimentos sobre artigos da RDC Anvisa nº 29/2011 e sua aplicabilidade nas instituições conhecidas como Comunidades Terapêuticas e entidades afins. Recuperado de: [https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/notas-tecnicas/notas-tecnicas-vigentes/nota\\_tecnica-csips-ggtes-anvisa-no55\\_2013.pdf/view](https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/notas-tecnicas/notas-tecnicas-vigentes/nota_tecnica-csips-ggtes-anvisa-no55_2013.pdf/view)
- Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. (2021). Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 502, de 27 de maio de 2021. Recuperado de: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2020/rdco502\\_27\\_05\\_2021.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2020/rdco502_27_05_2021.pdf)
- Portaria MS 3088, de 23 de dezembro 2011 (2011). *Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)*. Recuperado de [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html).
- Portaria MS 336, de 19 de fevereiro de 2002 (2002). *Define e estabelece diretrizes para o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial*. Recuperado de [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prto336\\_19\\_02\\_2002.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prto336_19_02_2002.html)
- Portaria nº 148, de 31 de janeiro de 2012. *Define as normas de funcionamento e habilitação do Serviço Hospitalar de Referência para atenção a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, do Componente Hospitalar da Rede de Atenção Psicossocial, e institui incentivos financeiros de investimento e de custeio*. Recuperado de [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prto148\\_31\\_01\\_2012.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prto148_31_01_2012.html).
- Reinaldo, A. M. dos S. & Saeki, T. (2004). Ouvindo outras vozes: relato de familiares sobre o convívio com o paciente psiquiátrico. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 38(4), 396-405. <https://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342004000400005>

- Rocha, H. A., Reis, I. A., Santos, M. A. C., Melo, A. P. S., & Cherchiglia, M. L. (2021). Internações psiquiátricas pelo Sistema Único de Saúde no Brasil ocorridas entre 2000 e 2014. *Revista Saúde Pública*, 55 <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055002155>
- Rodvalho, A. L. P., & Pegoraro, R. F. (2016). Revisão integrativa de literatura sobre a construção de Projetos Terapêuticos Singulares no campo da saúde mental. *SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool E Drogas (Edição Em Português)*, 12(4), 240-248. <https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.v12i4p240-248>
- Rodvalho, A. L. P., & Pegoraro, R. F. (2020). O Centro de Atenção Psicossocial segundo familiares de usuários: um estudo a partir dos itinerários terapêuticos. *SMAD. Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas*, 16(1), 1-8. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2020.150161>.
- Rotelli, F. (1991, Julho/Agosto). Desospitalização: A transformação nas mãos dos técnicos. *Jornal CRP-06*, 4-5. [http://www.crp.org/uploads/impresso/606/3oLgwsCoH\\_EB9EFejUZKkp2HinnWHfkO.pdf](http://www.crp.org/uploads/impresso/606/3oLgwsCoH_EB9EFejUZKkp2HinnWHfkO.pdf)
- Santos, R. S., Sena, E. P. & Aguiar, W. M. (2017). Perfil de internações psiquiátricas em unidade hospitalar de Salvador, Bahia. *Revista Ciênc. Méd. Biol.* 16(3), 374-379. <http://dx.doi.org/10.9771/cmbio.v16i3.24385>.
- Silva, M. G., Daros, G. C., Bitencourt, R. F. & Iser, B. P. M. (2021). Psychiatric hospitalizations in Brazil: exploratory and trend analysis from 2009 to 2019. *Jornal Brasileiro Psiquiatria* 70 (1), 39-44. <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000303>.
- Sivadon, D. & Pollack, J-C (1989). François Tosquelles: une politique de la folie. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=kT9REbBckRI&t=150s>
- Sousa, F. S. P. & Jorge, M. S. B. (2019). O retorno da centralidade do hospital psiquiátrico: retrocessos recentes na política de saúde mental. *Trabalho, Educação e Saúde*, 17(1), e0017201. <https://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00172>.

- Sousa, F. S. P. de, & Oliveira, E. N. (2010). Caracterização das internações de dependentes químicos em Unidade de Internação Psiquiátrica do Hospital Geral. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(3), 671-677. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000300009>
- Souza, L. K. de. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51-67. <https://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i2p.51-67>
- Tenório, F. (2002). A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos. *Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 9(1), 25-59. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702002000100003>
- Zanardo, G. L. de P., Silveira, L. H. de C., Rocha, C. M. F., & Rocha, K. B. (2017). Internações e reinternações psiquiátricas em um hospital geral de Porto Alegre: características sociodemográficas, clínicas e do uso da Rede de Atenção Psicossocial. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 20(3), 460-474. <https://dx.doi.org/10.1590/1980-54972017000300009>.

Recebido em 12/11/2021

Aceito em 05/10/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

# Desigualdade racial na educação superior: percepções de estudantes universitários

*Racial inequality in higher education:  
perceptions of college students*

*Desigualdad racial en la educación superior:  
percepciones de estudiantes universitarios*

Marcelo Correa Cavadinha Barbosa\*  
Luciana Maia\*\*

## Resumo

*Partindo da problemática sobre as desigualdades raciais presentes na educação superior no contexto brasileiro, o presente artigo tem como objetivo investigar as percepções de estudantes universitários acerca do tema. Para tanto, propôs-se uma pesquisa de caráter qualitativo com estudantes de cursos de graduação de instituições públicas e privadas de diferentes áreas de conhecimento e regiões do país. Os participantes responderam, além do questionário sociodemográfico, a questões sobre desigualdades raciais no ambiente universitário. Ao abordar a questão racial, os resultados da pesquisa corroboram a literatura, que aponta dificuldades específicas em relação à vivência do racismo no âmbito educacional. Desse modo, esta pesquisa contribui para compreensão do fenômeno e levantamento de dados sobre as percepções desse público.*

**Palavras-chave:** *Desigualdade racial; Ensino Superior; Racismo.*

## Abstract

*Starting from the issue of racial inequalities in higher education in the Brazilian context, this article aims to investigate the perceptions of university students on the subject. To achieve this, a qualitative research was proposed*

---

\* Universidade de Fortaleza. CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2450-1972>. E-mail: cavadinha@gmail.com

\*\* Universidade de Fortaleza, CE, Brazil. <https://orcid.org/0000-0003-1491-5685>. E-mail: lumariamai@hotmail.com

*with students from undergraduate courses in public and private institutions from different fields of knowledge and regions of the country. In addition to the sociodemographic questionnaire, participants answered questions about racial inequalities in the university environment. Addressing the racial issue, the research results corroborate the literature, indicating specific difficulties related to experiencing racism in the educational sphere. Thus, this research contributes to the understanding of the phenomenon and the collection of data on the perceptions of this audience.*

**Keywords:** *Racial inequality; Higher Education; Racism.*

## Resumen

*A partir de la cuestión de la desigualdad racial en la educación superior en el contexto brasileño, este artículo tuvo como objetivo investigar las percepciones de los estudiantes universitarios sobre el tema. Para ello, se planteó una investigación cualitativa con estudiantes de instituciones públicas y privadas de diferentes áreas del conocimiento y regiones del país. Los participantes respondieron, además del cuestionario sociodemográfico, preguntas sobre desigualdades raciales en el ámbito universitario. Al abordar la cuestión racial, los resultados de la investigación corroboran la literatura, que apunta dificultades específicas con relación a la vivencia del racismo en el ámbito educativo. Por lo tanto, esta investigación contribuye a comprender el fenómeno y recopilar datos sobre las percepciones de este público.*

**Palabras clave:** *Desigualdad racial; Enseñanza superior; Racismo.*

## INTRODUÇÃO

No ano de 2019, foi divulgado de forma extensiva nos meios de comunicação<sup>1</sup> o dado que, no ano anterior, pela primeira vez, pessoas pretas ou pardas seriam maioria no ensino superior público brasileiro, compondo 50,3% dos estudantes. No mesmo levantamento, o percentual para o sistema privado ficou em 46,6%. Ainda que permaneçam sub-representados, em um país com 55,8% de pretos e pardos, os dados foram comemorados,

---

1 G1 Globo, 13/11/2019: “Pela primeira vez negros são maioria nas universidades públicas, diz IBGE”; El País, 13/11/2019: “Negros são maioria nas universidades públicas do Brasil pela primeira vez”; Carta Capital, 02/12/2019: “Cautela para pesquisa de número de alunos negros em universidades”

mas também recebidos com cautela (IBGE, 2019). Desse modo indaga-se se esses achados expressariam uma possível superação de desigualdades raciais no sistema educacional brasileiro?

Uma análise do Retrato das desigualdades de gênero e raça do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea mostra que, desde o início da coleta de dados por quesito raça ou cor, apenas a partir de 2002, a diferença entre a média de anos de estudo de pessoas brancas e negras passa a ser menor que dois anos, ficando em 1,9. Ao longo do século XX, mesmo diante de avanços a partir dos anos 1990, principalmente no ensino básico, essa diferença vinha se mantendo estável, o que demonstra um padrão de discriminação através de gerações (Valverde & Stocco, 2009).

Vale notar que as desigualdades educacionais entre brancos e negros resultam de processos de discriminação vivenciados no âmbito educacional, mas não apenas isso; elas se baseiam em diferenças quanto à renda, região de domicílio, estrutura familiar, escolaridade dos pais e estrutura do sistema de ensino (Valverde & Stocco, 2009).

Bersani (2017) discute que a conclusão do ensino médio coloca para os jovens brasileiros uma bifurcação racial e social: educação para o trabalho ou educação intelectual. As distorções quanto à qualidade do ensino médio público e privado podem determinar o ingresso no sistema de educação superior público historicamente elitizado ou para a educação profissional voltada à inserção rápida no mercado de trabalho.

Bersani (2017), ao discutir sobre esses destinos, apresenta os dados da Universidade de São Paulo e da Universidade de Campinas, em 2014, em que respectivamente 32,3% e 36,9% dos ingressantes concluíram o ensino médio em escolas públicas. No curso de medicina da Unicamp, no mesmo ano, 32,4% dos aprovados eram oriundos do sistema público, nenhum se autodeclarou preto ou indígena e 9,9% se declararam pardos. Para o autor, o ensino médio que daria melhores condições para o ingresso em uma universidade gratuita de qualidade não estaria disponível para aqueles que não podem pagar por mensalidades dos cursos voltados à aprovação no vestibular. Além disso, ele explica que no Brasil foi reconhecido, tardiamente e com resistência, o acesso ao ensino superior como reiteração de privilégios de uma elite branca e como uma face do racismo estrutural.

Segundo o retrato das desigualdades sociais por cor ou raça, no Brasil, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), enquanto pessoas pretas ou pardas constituem pouco mais da metade da força de trabalho, representam cerca de dois terços dos desocupados/desempregados e dos subutilizados. Encontram-se mais representados também entre os ocupados informais com 47,3%, enquanto 34,6% são pessoas brancas. Quanto ao rendimento do trabalho dos ocupadas, o ganho médio mensal de pessoas brancas foi 73,9% maior. Já a razão a partir do sexo explicita a distância de rendimentos entre as diferentes parcelas da população: homens brancos possuem os maiores rendimentos, seguidos pelas mulheres brancas e homens negros; as mulheres pretas ou pardas recebem 44,4% dos rendimentos dos homens brancos.

O relatório demonstra que uma proporção maior da população preta ou parda se encontrou em 2018 em condições de moradia que implicavam maior exposição a situações de vulnerabilidade, tais como, ausência de coleta de lixo (12,5% contra 6% da população branca) ou rede de esgoto (42,8% contra 26,5% da população branca). A população preta ou parda estaria também sujeita, com maior frequência, à situação de adensamento domiciliar excessivo, quando há mais de três moradores por cômodo utilizado como dormitório.

A taxa de homicídios tem sido utilizada como indicador da incidência de violências nos países, regiões e diferentes grupos populacionais. No Brasil, em 2017, uma pessoa preta ou parda teve 2,7 mais chances de ser vítima de homicídio intencional do que uma pessoa branca, incidindo de forma mais intensa sobre a população de 15 a 29 anos, com 69,9 homicídios para cada 100.000 jovens. Segundo o relatório, as altas taxas de homicídio para essa população têm implicações sobre o sofrimento físico e psicológico, além de prejuízos sociais e econômicos.

Em relação ao exercício de direitos políticos, o quadro é de sub-representação da população preta e parda, com 24,4% dos deputados federais, 28,9% dos deputados estaduais eleitos em 2018 e 42,1% dos vereadores eleitos em 2016. Para as mulheres pretas e pardas, a situação é ainda mais desvantajosa, constituindo 2,5% de deputadas federais e 4,8% das deputadas estaduais eleitas em 2018 (IBGE, 2019).



Cabe ressaltar que esse retrato de desigualdades, para além das análises estatísticas comparativas, é expressão direta do racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Trata-se de um racismo incorporado nas estruturas e instituições sociais, enraizado em políticas e práticas que perpetuam a desigualdade racial de forma sistêmica (Almeida, 2019). O racismo é um fenômeno antigo que acompanha a história dos conflitos entre agrupamentos humanos. Discute-se a necessidade de compreender o racismo a partir da articulação da noção de preconceito e poder. Ao mesmo tempo em que caracteriza uma série de ações num processo de hierarquização, exclusão e discriminação que essencializa o indivíduo ou uma categoria social a partir de características físicas, como a cor da pele, representa também uma relação de dominação com consequências concretas e uma ideologia de manutenção de privilégios (Lima e Vala, 2004; Lima, 2020). O termo raça seria um importante núcleo de sentidos e significados determinados pela estrutura e pelas relações de poder e dominação que atravessam a sociedade; uma categoria carregada de ideologia. Seu uso se justifica, portanto, por sua realidade social e política e por seu caráter enquanto construção sociológica (Munanga, 2003).

Diante dessas discussões, seus limites e possibilidades, como podemos caracterizar o cenário do ensino superior brasileiro atualmente? Dados do último Censo, realizado no Brasil, em 2010, revelam que o alcance do ensino superior, cursando e concluídos, se deu para 19% dos jovens de 18 a 24 anos. Quando se analisa essa faixa etária quanto ao nível de escolaridade, observa-se que 28,1% de brancos atingiram o nível superior; a razão para pretos é de 10% e 11,1% para pardos (Vasconcelos, 2016). De forma geral, esse retrato informa o caráter restrito e desigual do sistema; além da distância em relação a metas colocadas pelo Plano Nacional de Educação em vigência no país. O PNE determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional num período de dez anos; entre as metas do último PNE estaria o aumento da taxa de matrícula para a população de 18 a 24 anos para 33% até 2024 (Lei 13.005, 2014).

Pesquisadores vêm discutindo as transformações no universo da educação superior. No contexto brasileiro, as mudanças do sistema se devem a diferentes fatores como a expansão do ensino básico, expansão de vagas e

instituições superiores, implantação de políticas de acesso e permanência, políticas afirmativas de cotas para pessoas negras, estudantes da escola pública, indígenas e pessoas com deficiência; por consequência, mudança nos perfis de estudantes que frequentam essa modalidade (Maciel, Cunha Júnior, & Lima, 2019; Pataro, 2019; Ristoff, 2014; Santos Junior & Real, 2017).

Com relação às políticas de inclusão educacional, foram criados o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), instituído pela Lei 10.260 (2001) e o Programa Universidade para Todos (Prouni), criado em 2004, pelo Ministério da Educação. Esses programas são exemplos de políticas de acesso que contam com a participação de instituições privadas: o Fies consiste num programa de financiamento de cursos de graduação e o Prouni oferece bolsas integrais ou parciais em cursos de graduação. Ambos atendem estudantes a partir de critérios de renda e da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Em relação às políticas de inclusão no setor público, pode-se citar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, criado pelo Decreto 6.096 (2007), que promoveu a criação de novas universidades federais, cursos e campi em universidades já consolidadas. A Lei 12.711 (2012), também conhecida como Lei de Cotas, representa uma política de acesso específica para instituições públicas passando a garantir a reserva de 50% de vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes oriundos do ensino médio público. Essas vagas são divididas entre diferentes critérios de renda e de autodeclaração de cor ou raça entre pretos, pardos e indígenas.

Vale ressaltar que a Lei de Cotas não inaugura, no âmbito da educação superior, o que se denomina como ação afirmativa. Desde 2003, instituições federais e estaduais individualmente valeram-se de políticas de reserva de vagas para pessoas negras e indígenas, processo que culmina com a promulgação da lei (Oliveira, Maia, & Lima, 2020). Em linhas gerais, as ações afirmativas podem ser definidas como políticas públicas ou privadas com o objetivo de neutralização dos efeitos de diferentes tipos de discriminação; buscando combater tanto manifestações flagrantes quanto a discriminação de fundo cultural, estrutural ou enraizada na sociedade. Por isso, podem ter

caráter pedagógico, no sentido de colocar em movimento transformações culturais e sociais relevantes e necessárias para o alcance do princípio da diversidade (Gomes, 2001).

O processo de expansão, em conjunto com as políticas de acesso e ações afirmativas com ênfase na inclusão de grupos historicamente excluídos, passam a alterar os perfis de estudantes que frequentam o ensino superior. Entretanto, constata-se que o “campus” brasileiro ainda é permeado por uma expressiva distorção de natureza socioeconômica, ou seja, é significativamente mais rico e mais branco que a sociedade brasileira. A relação de desigualdade é mais evidente quanto maior o prestígio do curso ou da área de estudo (Ristoff, 2014).

Considerando que características como a cor da pele conferem a estudantes experiências diversas, a noção de identidade torna-se fundamental para a construção do método e análises acerca do preconceito e processos discriminatórios num sistema educacional racialmente desigual. Para tanto, nos baseamos na Teoria da Identidade Social, que propõe que os indivíduos têm a necessidade de um autoconceito ou autodefinição positiva, sendo um dos aspectos relacionados a esse processo o fato de pertencer a um número de grupos sociais (Tajfel, 1982).

Segundo Tajfel (1982), a identidade social se refere à parte do autoconceito da pessoa proveniente da consciência de pertença a um ou mais grupos, acompanhada de valor ou significado emocional. Para o autor, mesmo que rica e complexa possa parecer a visão de si em relação ao mundo, alguns aspectos dessa visão são produto de pertença a determinados grupos ou categorias sociais; pertencas que podem variar quanto ao valor diante de diferentes situações sociais. Nessa perspectiva, a construção da identidade social estaria relacionada ao processo cognitivo de categorização social, que atua como um sistema de orientação sobre o lugar do indivíduo no mundo; permitindo sua percepção enquanto membro de um grupo a partir de características comuns (endogrupo) e a diferenciação em relação a outros (exogrupo).

Partindo de pressupostos sobre o funcionamento normal do pensamento, como a generalização natural de objetos em categorias simplificando o mundo de experiências, Allport (1971) defende a tese de que o ser humano tende a formar preconceitos sejam eles positivos ou negativos.

Para Allport (1971), o termo preconceito sofreu modificações quanto ao seu significado ao longo do tempo, passando pela noção de um juízo baseado em decisões e experiências anteriores, juízo formado antes de um devido exame ou juízo prematuro; até uma concepção mais atual que adiciona uma matriz emocional referindo-se a um estado de favorecimento ou desfavorecimento que acompanha um juízo anterior e sem fundamentos. Partindo da inevitabilidade do pensamento categórico, a normalidade do preconceito e a relação entre grupos étnicos, em outras palavras, o autor vai definir o preconceito como uma antipatia baseada em generalizações imperfeitas e inflexíveis, sentida ou expressa em relação a um grupo ou a uma pessoa pertencente a esse grupo.

Pode-se distinguir algumas formas de expressão dessa antipatia ou atitude negativa em ação a partir de sua intensidade: desde a expressão verbal, falar mal de um outro grupo; passando pela evitação de contato ou uma forma não tão direta de discriminação; a discriminação ativa de um indivíduo ou grupo pela sua pertença, tal como o cerceamento de direitos, por exemplo; até formas de violência física e o extermínio de indivíduos e grupos (Allport, 1971).

Na lógica do preconceito, Allport (1971) destaca também a relação entre endogrupos, aqueles aos quais o indivíduo se afilia e possui lealdade; e exogrupos, os outros. Para o autor, um não existe sem outro, no entanto, a existência desses polos nem sempre se desdobra em preconceito. Essa discussão é apropriada posteriormente no desenvolvimento da Teoria da Identidade Social, que será abordada na próxima seção.

Allport enfatiza o caráter primordialmente negativo do preconceito, ainda que novos estudos já demonstrem o caráter positivo que algumas formas modernas de preconceito tomam, como, por exemplo, formas sutis ou ambivalentes de racismo ou sexismo que adicionam sentimentos positivos em relação a um grupo, ou seja, não são uniformemente hostis. Com o desenvolvimento teórico desse campo, a noção que sustenta a antipatia

como central para o preconceito entre grupos pode ser problematizada argumentando-se, por exemplo, que nem sempre o preconceito é eliciado pela hostilidade em relação ao exogrupo, mas por uma avaliação exacerbadamente positiva em relação ao endogrupo e diferenciação do exogrupo (Eagly & Diekman, 2005).

Outro aspecto importante para a explicação do preconceito na teoria de Allport é o papel dos estereótipos. Desfavoráveis ou não, os estereótipos são definidos pelo autor como imagens ou ideias exageradas e fixas que se relacionam com uma categoria, tendo como função justificar a conduta em relação a mesma; ao mesmo tempo que auxilia no funcionamento normal do aparelho cognitivo e do pensamento categórico, mantendo a simplicidade da percepção e do pensamento (Jost & Hamilton, 2005).

Pode-se afirmar que na medida que a pessoa se relaciona, coletiva ou individualmente, com outra pessoa ou grupo, a partir de sua identificação de grupo, tratar-se-ia de um exemplo de comportamento intergrupais (Sherif citado por Tajfel, 1982); ou, ainda, que a relação intergrupais começa quando pessoas com diferentes pertencças grupais pensam sobre elas mesmas como membros de grupos e não mais como indivíduos (Gaertner & Dovidio, 2005). Para Tajfel (1982), os polos interpessoal-intergrupo fazem parte de um continuum, portanto, dificilmente faria sentido falar de relações puramente interpessoais ou puramente intergrupais, ainda que empiricamente este último seja menos absurdo. Para o autor, seria impossível imaginar que um encontro entre duas pessoas, por exemplo, não seja afetado mesmo que minimamente por inclusões em categorias sociais e expectativas quanto a características e comportamentos dessas pertencças grupais.

Com base na problemática da desigualdade racial e racismo, na educação, processos de identidade racial e das relações intergrupais, se estabeleceu como objetivo para este artigo a investigação sobre as percepções de estudantes quanto ao fenômeno.

## PERCURSO METODOLÓGICO

Tratou-se de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo utilizando como instrumentos questionário sociodemográfico e questionário

sobre desigualdades raciais no ensino superior. A coleta de dados foi realizada de abril a agosto de 2021, via formulário eletrônico, em decorrência das restrições impostas pela pandemia da Covid-19. Os participantes responderam a questões abertas, elaboradas para o contexto desta pesquisa, tendo a possibilidade de relatar e descrever situações e vivências específicas no âmbito educacional. A pesquisa foi submetida e aprovada em comitê de ética local (CAEE 35065120.5.0000.5052).

Os estudantes responderam a três questões, podendo justificar de forma aberta a sua resposta ou relatar situações vivenciadas: 1. Em que medida você acredita que exista desigualdade racial na universidade/ensino superior? 2. Com que frequência você presenciou situações de discriminação ou preconceito com base na cor da pele ou raça na faculdade/universidade? 3. Com que frequência você vivenciou ou sofreu situações de discriminação ou preconceito com base na cor da pele ou raça na faculdade/universidade?

Os dados coletados foram submetidos à análise estatística com auxílio do programa Statistical Package of Social Sciences – SPSS v.20 e à análise qualitativa; sobre os resultados das questões abertas foram realizadas através do software Iramuteq v. 0.7.

## Participantes

A pesquisa contou com amostra de estudantes de instituições de ensino superior públicas e privadas. Participaram 267 estudantes com acesso às redes sociais, com idades variando entre 18 e 63 anos ( $M = 25,05$ ;  $DP = 8,22$ ), sendo a maioria do gênero feminino (72,3%), heterossexual (62,5%), solteira (55,8%) e sem filhos (88,8%). Quanto à escolaridade de seus genitores, 31,1% haviam concluído o ensino médio, 30,7% o ensino superior e 18,4% tinham formação em nível de especialização.

A maior parte dos estudantes realiza o curso no Ceará (45,5%), seguido por Paraná (29,2%) e São Paulo (16,1%). A partir do critério de classificação por áreas de conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 39,3% dos participantes participavam de cursos das Ciências Humanas, 16,5% das Ciências Sociais

Aplicadas e 13,9% das Ciências da Saúde. Quanto ao tipo de instituição, 53,9% estavam matriculados em instituições públicas e 82,8% realizavam no momento da coleta o curso apenas na modalidade de ensino a distância.

Em comparação a pessoas de seu município, a maior parte dos estudantes se declarou de classe média (41,9%), politicamente de esquerda (75,9%) e declaram não possuir nenhuma religião (41,9%). Em relação à raça, 58,3% se identificam como brancos, 34,8% como pardos e 4,9% como pretos.

## RESULTADOS

O *corpus* para análise foi dividido por questão, cada questão constituindo um único texto submetido ao recurso de Classificação Hierárquica Descendente – CHD. O corpus da questão 1, denominado “Desigualdade no Ensino Superior”, constituído por 196 textos, foi separado em 308 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 111 ST (78,57%). Emergiram 5.612 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 1.280 palavras distintas. O conteúdo analisado foi categorizado em 3 classes: Classe 1, com 115 ST (47,52%); Classe 2, com 39 ST (16,12%); e Classe 3 com 88 ST (36,36%).

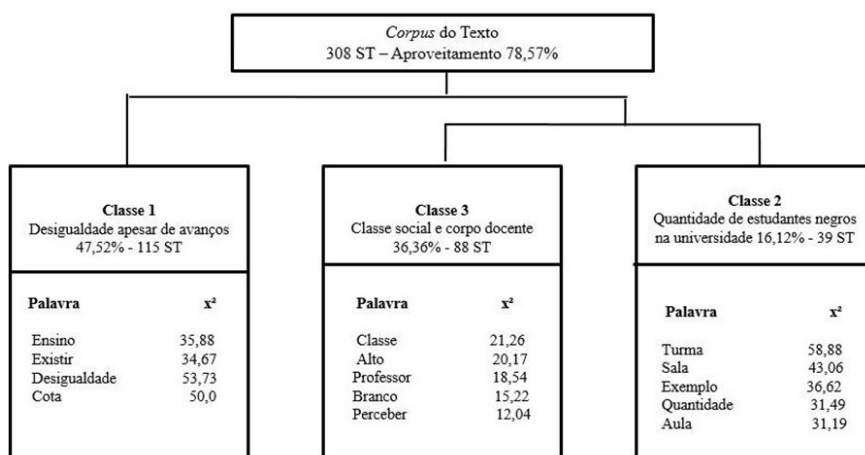


Figura 1. Dendograma da questão 1 – Desigualdade no ensino superior

## Classe 1 – Desigualdade apesar de avanços

Essa classe foi constituída por palavras e radicais no intervalo entre  $\chi^2 = 35,88$  (ensino) e  $\chi^2 = 4,22$  (sociedade). Entre as palavras mais significativas para a classe se apresentaram: existir, desigualdade, cota. Os participantes afirmaram acreditar na existência de desigualdades raciais no ensino superior, assim como em outras esferas da sociedade, apesar de mencionarem avanços como a política de cotas. Pode-se constatar esses discursos nos seguintes exemplos:

*“Apesar dos avanços e dos esforços de inclusão racial nos últimos anos, o ensino superior ainda é visivelmente muito mais branco”* (P. 10, 23 anos, branca, estudante de instituição pública); *“O racismo é um problema estrutural que gera uma gigantesca desigualdade racial no acesso ao conhecimento. Os vestibulares ainda não corrigem essa desigualdade, acentuando-a ainda mais e fazendo com que as cotas sejam a única oportunidade para alguns ingressarem no ensino superior público. Além disso, é evidente que a desigualdade racial está atrelada à desigualdade financeira, logo, o acesso ao ensino superior privado também é excludente”*. (P. 15, 19 anos, parda, estudante de instituição pública).

## Classe 2 – Quantidade de estudantes negros na universidade

A classe 2 é constituída por palavras no intervalo entre  $\chi^2 = 58,88$  (turma) até  $\chi^2 = 3,81$  (apenas). Entre as palavras mais significativas surgiram: sala, exemplo, quantidade, aula. Nessa classe, os estudantes relataram a desigualdade quanto à presença de estudantes negros no âmbito acadêmico, turmas, instituições. Pode-se constatar esses discursos nos seguintes exemplos:

*“Só olhar em volta na sua sala de aula e ver se a quantidade de pessoas negras e indígenas condiz com a porcentagem dessa população no Brasil”* (P. 140, 23 anos, preta, estudante de instituição pública); *“Na minha turma, por exemplo, não há diversidade. Na sua maioria brancos”*. (P. 100, 21 anos, branca, estudante de instituição privada).



### Classe 3 – Classe social e corpo docente

A classe 3 é constituída por palavras no intervalo entre  $\chi^2 = 21,26$  (classe) até  $\chi^2 = 4,20$  (também). Entre as principais ocorrências: alto, professor, branco, perceber. Os participantes relatam percepções quanto à desigualdade de classe no ambiente acadêmico, além da falta de pessoas negras no corpo docente. Pode-se constatar esses discursos nos seguintes exemplos:

*“Primeiro pelos professores, faltam professores negros. Por ser uma Universidade particular, percebo muitas pessoas da classe média alta e com alguns comentários preconceituosos. Sinto falta de pessoas negras nas pesquisas científicas, em congressos etc”. (P. 154, 32 anos, pardo, estudante de instituição privada). “Vejo que a maioria dos estudantes em minha universidade são brancos. Percebo também no corpo docente da universidade uma grande ausência de professores afrodescendentes. Por último, a única exceção ocorre nos cargos considerados de baixo nível como técnicos de laboratório, zeladores etc., onde vejo que a maioria dos funcionários são pardos ou pretos”. (P. 66, 20 anos, pardo, estudante de instituição privada).*

O corpus da questão 2, denominado “Situações de discriminação ou preconceito no ensino superior”, constituído por 72 textos, foi separado em 139 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 105 ST (75,54%). Emergiram 1.945 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 721 palavras distintas. O conteúdo analisado foi categorizado em 3 classes: Classe 1, com 32 ST (30,48%); Classe 2, com 38 ST (36,19%); Classe 3 com 35 ST (33,33%).

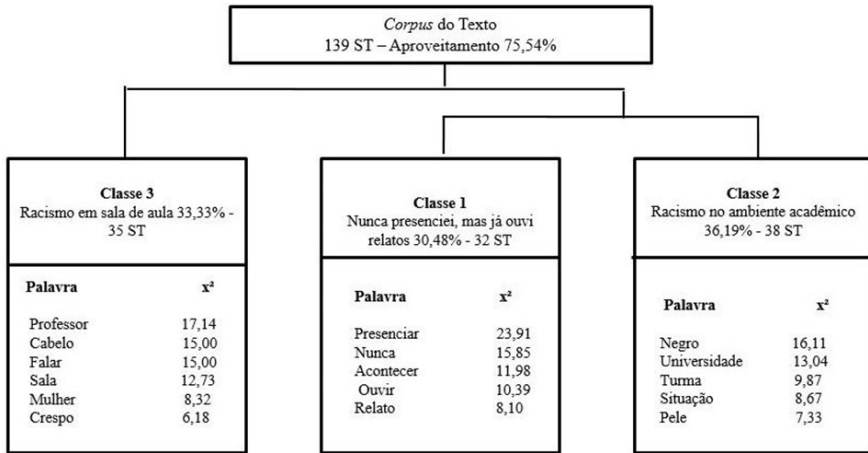


Figura 2. Dendrograma da questão 2 – Situações de discriminação ou preconceito no ensino superior.

### Classe 1 – Nunca presenciei, mas já ouvi relatos

Essa classe foi constituída por palavras e radicais no intervalo entre  $\chi^2 = 23,91$  (presenciar) e  $\chi^2 = 8,10$  (relato). Entre as palavras mais significativas para a classe, se apresentaram: nunca, acontecer, ouvir. Nessa classe, os participantes negam ter presenciado situações de discriminação, mas demonstram conhecimento sobre situações desse tipo no ambiente acadêmico a partir de relatos. Pode-se constatar esses discursos nos seguintes exemplos:

*“Não aconteceram comigo, mas já ouvi relatos de colegas sobre discriminação em processos seletivos de projetos e outras atividades”* (P. 20, 19 anos, branca, estudante de instituição pública); *“Não presenciei nenhum momento, mas já ouvi uma aluna do meu curso comentando sobre ter sofrido alguma situação constrangedora e preconceituosa na aula”*. (P. 44, 21 anos, branca, estudante de instituição privada).

### Classe 2 – Racismo no ambiente acadêmico

Essa classe foi constituída por palavras e radicais no intervalo entre  $\chi^2 = 16,11$  (negro) e  $\chi^2 = 5,45$  (trabalho, público, dentro). Entre as palavras mais

significativas para a classe, se apresentaram: universidade, turma, situação, pele. Nessa classe, os participantes afirmaram ter presenciado situações de discriminação com base em raça, situações sutis e outras mais flagrantes. Pode-se constatar esses discursos nos seguintes exemplos:

*“Situações sutis como questionar as opiniões e relatos de colegas negros, negligenciar oportunidades de desenvolverem trabalhos, etc.”.* (P. 51, 23 anos, pardo, estudante de instituição pública); *“Também já tivemos situações do movimento negro da universidade realizar manifestações silenciosas e pacíficas (...) e professores interromperem o momento alegando que não é bem assim, que foi sensacionalista ou invalidando essa forma de luta”.* (P. 53, 21 anos, parda, estudante de instituição pública); *“Já vi o segurança barrar um moço negro ao entrar pra perguntar o que ele iria fazer ali, teve que mostrar a carteirinha para provar ser estudante”.* (P. 37, 22 anos, branca, estudante de instituição privada).

### Classe 3 – Racismo em sala de aula

Essa classe foi constituída por palavras e radicais no intervalo entre  $\chi^2 = 17,14$  (professor) e  $\chi^2 = 4,90$  (preto). Entre as palavras mais significativas para a classe, se apresentaram: cabelo, falar, sala, aula, mulher, crespo. Nessa classe, os participantes relatam situações em sala de aula com professores. Pode-se constatar esses discursos nos seguintes exemplos:

*“Que inclusive interrompiam a aula para falar o quanto o cabelo crespo da colega negra era bagunçado e atrapalhava o aluno que sentava atrás, sugerindo que ela sentasse por último na fila ou que prendesse o cabelo”* (P. 53, 21 anos, parda, estudante de instituição pública); *“Presenciei apenas uma vez em sala de aula um professor questionando a capacidade de uma aluna indiretamente por ela ser mulher negra”.* (P. 15, 23 anos, branca, estudante de instituição pública); *“Falas de professores falando de tipos de cabelo bonitos”.* (P. 65, 29, parda, estudante de instituição pública).

O corpus da questão 3, denominado “Vivências de discriminação ou preconceito no ensino superior”, constituído por 27 textos, foi separado em 41 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 29 ST (70,73%).

Emergiram 487 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 258 palavras distintas. O conteúdo analisado foi categorizado em 3 classes: Classe 1, com 8 ST (27,59%); Classe 2, com 8 ST (27,59%) e Classe 3 com 13 ST (44,83%).

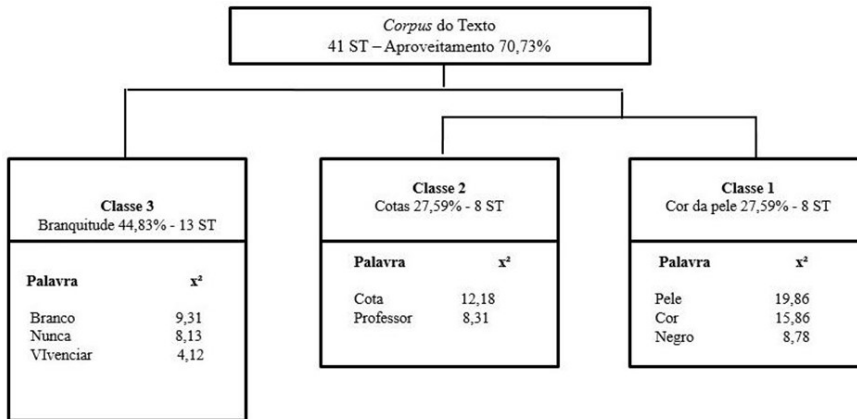


Figura 3. Dendrograma da questão 3 –  
Vivências de discriminação ou preconceito no ensino superior.

### Classe 1 – Cor da pele

Essa classe foi constituída por palavras e radicais no intervalo entre  $\chi^2 = 19,86$  (pele),  $\chi^2 = 15,86$  (cor) e  $\chi^2 = 8,78$  (negro). Nessa classe, os participantes relacionam discriminação à cor da pele, algumas relatam não sofrerem discriminação por ter a pele mais clara. Pode-se constatar esses discursos nos seguintes exemplos:

*“Sou negra de pele clara. Sofro menos”* (P. 23, 29 anos, parda, estudante de instituição pública); *“Sou negra de pele clara e uma aluna muito introvertida e curiosa, um modelo apreciado pelos professores de modo geral, então não tive experiências pessoais que identifiquei como racistas, provavelmente não percebi, mas aconteceram”*. (P. 11, 24 anos, preta, estudante de instituição pública).

## Classe 2 – Cotas

Essa classe foi constituída por palavras e radicais no intervalo entre  $\chi^2 = 12,18$  (cota) e  $\chi^2 = 8,31$  (professor). Nessa classe, os participantes relacionam discriminação a discursos contrários à política de cotas nas universidades por parte de professores. Pode-se constatar esse discurso no seguinte exemplo:

*“Teve uma assembleia com os professores e 40% deles tiveram falas muito racistas contrárias às cotas raciais. Felizmente depois de muitos anos as cotas foram aprovadas, mas parece não ter surtido o efeito que esperávamos”.* (P. 19, 21 anos, parda, estudante de instituição pública).

## Classe 3 – Branquitude

Essa classe foi constituída por palavras e radicais no intervalo entre  $\chi^2 = 9,31$  (branco),  $\chi^2 = 8,31$  (nunca) e  $\chi^2 = 4,12$  (vivenciar). Nessa classe, participantes que se declararam brancos relatam nunca terem sofrido qualquer tipo de discriminação por conta da cor da pele, mas reconhecem que pessoas negras enfrentam esse tipo de discriminação. Pode-se constatar esse discurso no seguinte exemplo:

*“Discriminação com perguntas do tipo o que está fazendo aqui essa hora pedindo para se identificar enquanto comigo que é branco nunca aconteceu esse tipo de abordagem”.* (P. 27, 23 anos, branco, estudante de instituição pública).

## DISCUSSÃO

Ao explorar as percepções de estudantes quanto ao fenômeno, foi possível notar que a noção de desigualdade racial no ensino superior atravessa os discursos dos participantes. Quando questionados sobre a extensão da desigualdade racial na educação superior, a maioria afirmou que esse espaço teria uma desigualdade considerável (28,7%) e muita desigualdade (48,9%). Entre as justificativas, figuraram os contrastes visuais do cotidiano; na percepção de uma maioria branca e da baixa presença

de colegas e docentes negros. Alguns discursos chegaram a relacionar a desigualdade racial e a desigualdade de classe nesse ambiente, quando mencionaram tanto condições de ingresso como de permanência. Parte dos estudantes reconheceu também os avanços trazidos por políticas afirmativas de inclusão apesar do contexto desigual.

Importante ressaltar que o debate em torno das políticas afirmativas, no Brasil, oferece ainda diversas reflexões sobre racismo, poder, branquitude e conflitos intergrupais na universidade. Como explica Bento (2005), para que houvesse cotas para pessoas negras nas universidades públicas, uma reivindicação teve que ser declarada por setores do movimento negro; por consequência, a discriminação teve que ser reconhecida por diversos atores sociais, em específico a discriminação com base em raça. Esse reconhecimento não ocorreu sem resistência, diversas barreiras foram erguidas em defesa de privilégios.

Bento (2005) cita alguns dos argumentos comuns à época contra a política de cotas: “o problema do Brasil é de ordem social, não racial”; “cotas formarão uma elite negra, enquanto a maioria permanecerá excluída”; “jovens brancos pobres continuarão excluídos”; “negros em geral não têm qualificação para entrar na universidade”; “não sabemos quem é negro no Brasil”. Ainda que pareçam revelar a falta de informações quanto às relações raciais no Brasil, para a autora, esses argumentos na verdade revelam uma reação à perda de privilégios, à ameaça e ao medo da minoria.

Na perspectiva da psicologia social das relações intergrupais, esses discursos podem aparecer como justificativa para o preconceito ou como uma nova roupagem para os racismos. De forma geral, parecem demonstrar a criação de novas ideologias para a manutenção da diferença entre os grupos; ironicamente, muitas vezes, com a argumentação de que não há qualquer diferença entre os grupos. Vale notar que para a amostra deste estudo, os discursos proferidos contrários a cotas foram percebidos como situações de preconceito, mostrando uma postura crítica em relação ao tema.

Tajfel (1982) explica que a resposta por parte de um grupo em posição superior pode ser eliciada tanto por uma ameaça real a sua posição ou apenas pela percepção de uma ameaça por outro grupo. O que sucede essa

ameaça, como mencionado, seria a intensificação de ações e precauções destinadas a manter determinada posição, ou seja, diferentes formas de discriminação.

Pereira e Souza (2016) discutem também o que tem sido conceituado como ameaça simbólica, o que ocorre quando membros do grupo com status superior acreditam que o contato com um grupo inferior possa afetar o caráter positivo da sua identidade social. Nesse caso, o exogrupo representa uma ameaça a dimensão simbólica do endogrupo, ou a aspectos que definem a “essência” e valores do grupo. Segundo os autores, estudos têm demonstrado a relação positiva entre a percepção da ameaça simbólica e atitudes preconceituosas ou discriminatórias.

Assim como em outros estudos, observou-se que a percepção sobre preconceito racial abordou situações dentro e fora de sala de aula envolvendo os diversos atores do campus: comentários sobre características físicas, questionamentos sobre capacidades, silenciamentos, barreiras em relação a oportunidades, abordagens injustificadas, xingamentos, além da deslegitimação da questão (Mongim, 2017; Santos, 2017). Quando nunca havia presenciado a situação, os estudantes relataram saber da ocorrência de tais situações. Ao responderem se já haviam sofrido algum tipo de discriminação ou preconceito racial, estudantes negros de pele clara destacaram como essas situações podem variar de acordo com o tom de pele. Considerando as características da amostra e a noção de branquitude crítica, alguns dos estudantes brancos reforçaram que sua pertença racial nunca foi um fator para discriminação e reconhecem que para pessoas negras esse é um enfrentamento cotidiano. Para além do conflito, a branquitude crítica se torna um processo de reconstrução cotidiana de identidade, através da crítica e autocritica quanto aos privilégios grupais e seus traços racistas (Cardoso, 2010).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo traz contribuições quanto ao estudo da identidade social ao discutir sobre as relações raciais brasileiras no campo da psicologia social. Além de trazer a psicologia social para o campo da pesquisa

educacional sobre permanência universitária, buscando integrar diferentes níveis de análise (individual, grupal e societal). Certamente, a identidade racial não é a única inscrição grupal presente na universidade, no entanto, esse trabalho contribui com os esforços para o desenvolvimento de estudos empíricos envolvendo grupos minorizados num ambiente dinâmico em transformação. Tendo em vista a inserção de profissionais de psicologia entre equipes de assistência e gestão nas instituições de ensino, na relação com a intervenção em psicologia, esse tipo de estudo pode servir também como subsídio para ações mais efetivas em áreas com maior necessidade de investimento tanto na rede pública como na rede privada.

Por fim, cabe salientar os limites quanto à amostra e o perfil de estudantes que se propuseram participar do estudo. Considerando os limites impostos pela situação de pandemia de COVID-19 para a ação de recrutamento de participantes nas redes sociais digitais, isso pode ter dificultado a inserção em uma diversidade maior de instituições e tipos de públicos. Quanto ao perfil de participantes, pode-se questionar se existe um perfil mais propenso a responder pesquisas com as temáticas presentes nesse estudo ou se outros perfis tendem a não responder pesquisas nesse tema.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, S. (2019). Racismo estrutural. São Paulo: Pólen.
- Bento, M. A. S. (2005). Branquitude e poder: a questão das cotas para negros. In: Simpósio Internacional do Adolescente, São Paulo.
- Bersani, H. (2017). Racismo estrutural e o direito à educação. *Educação Em Perspectiva*, 8(3), 380–397. <https://doi.org/10.22294/eduper/ppge/ufv.v8i3.892>
- Brasil. Lei 10.260 de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.
- Brasil. Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.



- Brasil. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.
- Cardoso, L. (2010). Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 8(1), 607–630.
- Eagly, A. H. & Diekmann, A. B. (2005). What is the Problem? Prejudice as an Attitude in
- Gaertner, S. L. & Dovidio, J. F. (2005). Categorization, Recategorization, and Intergroup Bias. In: Dovidio, J. F., Glick, P., Rudman, L. (Orgs). On the nature of prejudice – Fifty years after Allport. Blackwell.
- Gomes, J. B. B. (2001). A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, 151, 129–152.
- IBGE. (2019). Desigualdades sociais por sor ou raça no Brasil. *Estudos e Pesquisas. Informações Demográficas e Socioeconômicas*, 41, 1–12. Retrieved from <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html%0AEstudos>
- Inep. (2012). *Censo da Educação Superior 2012*.
- Inep. (2019). *Censo da educação superior 2018: notas estatísticas*.
- Jost, J. T & Hamilton, D. L. (2005). Stereotypes in our culture., In: Dovidio, J. F., Glick, P., Rudman, L. A. (Orgs.). On the nature of prejudice – Fifty years after Allport. Blackwell.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9 (3), 401-412.
- Lima, M. E. O. (2020). *Psicologia social do preconceito e do racismo*. São Paulo: Blucher.
- Maciel, C. E., Cunha Júnior, M., & Lima, T. da S. (2019). A produção científica sobre permanência e evasão na educação superior no Brasil. *Educação e Pesquisa*, 45, 1–20. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201945198669>

- Mongim, A. B. (2017). Projetos De Escolarização E Ingresso De Estudantes Negros Na Universidade Em Contexto De Ações Afirmativas. *Revista Contemporânea de Educação*, 12(23), 143. <https://doi.org/10.20500/rce.v12i23.3230>
- Munanga, K. (2003). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ*, 17.
- Oliveira, I. A. de, Maia, L. M., & Lima, T. J. S. (2020). Cotas raciais na universidade: uma revisão integrativa da psicologia brasileira. *Revista Subjetividades*, 20, 1–12.
- Pataro, R. F. (2019). Democratização da universidade pública e estudantes de primeira geração na UNESPAR. *Revista Contemporânea de Educação*, 14(29), 71–95. <https://doi.org/10.20500/rce.v14i29.20308>
- Ristoff, D. (2014). O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (Campinas)*, 19(3), 723–747. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000300010>
- Santos, D. B. R. (2017). Curso De Branco: Uma Abordagem Sobre Acesso E Permanência Entre Estudantes De Origem Popular Nos Cursos De Saúde Da Universidade Federal Do Recôncavo Da Bahia (Ufrb). *Revista Contemporânea de Educação*, 12(23), 31. <https://doi.org/10.20500/rce.v12i23.3229>
- Santos Junior, J. da S., & Real, G. C. M. (2017). A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. *Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (Campinas)*, 22(2), 385–402. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772017000200007>
- Tajfel, H. (1982). Grupos humanos e categorias sociais – II. Lisboa: Livros Horizonte.
- Valverde, D. O., & Stocco, L. (2009). Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação. *Revista Estudos Feministas*, 17(3), 909–920. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000300019>

Vasconcelos, A. M. N. (2016). Juventude e ensino superior no brasil.  
In: Tom Dwyer ... [et al.]. *Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira*. Brasília: Ipea; Pequim:SSAP.

*Recebido em 14/02/2022*

*Aceito em 18/11/2023*



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

# Sexo, idade e tempo de prática influenciam o desenvolvimento de habilidades para a vida em praticantes de esportes adaptados?

*Sex, age and practice time influence the development of life skills in adapted sports practitioners?*

*¿El sexo, la edad y el tiempo de práctica influyen en el desarrollo de habilidades para la vida en los deportistas adaptados?*

*Gabriel Lucas Morais Freire\**

*Carina Cléures de Moura Albuquerque\*\**

*Lenamar Fiorese\*\*\**

*Sherdson Emanuel da Silva Xavier\*\*\*\**

*Yara Lucy Fidelix\*\*\*\*\**

*José Roberto Andrade do Nascimento Junior\*\*\*\*\**

## Resumo

*Este estudo de corte transversal investigou a percepção de desenvolvimento das habilidades para vida de 90 jovens com deficiência praticantes de modalidades individuais e coletivas, com  $17.31 \pm 1.35$  anos e tempo de prática de  $8.50 \pm 5.38$*

---

\* Universidade Estadual de Maringá, PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-0589-9003>. E-mail: bi88el@gmail.com

\*\* Universidade Federal do Vale do São Francisco, BA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-0359-3350>. E-mail: carinacleures@gmail.com

\*\*\* Universidade Estadual de Maringá, PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1610-7534>. E-mail: lenamarfiorese@gmail.com

\*\*\*\* Universidade Federal do Vale do São Francisco, BA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-0802-1837>. E-mail: sherdsonemanoel@hotmail.com

\*\*\*\*\* Universidade Federal do Vale do São Francisco, BA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2390-0565>. E-mail: yara.fidelix@univasf.edu.br

\*\*\*\*\* Universidade Federal do Vale do São Francisco, BA, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3836-6967>. E-mail: jroberto.jrs01@gmail.com

meses de ambos os sexos (10 meninos e 78 meninas). Os instrumentos utilizados foram um questionário sociodemográfico a fim de caracterizar a amostra e a Escala de Habilidades para a Vida para o Esporte (P-LSSS) para avaliar as habilidades para a vida. A análise de dados foi conduzida por meio dos testes de Kolmogorov-Smirnov, teste t independente, e correlação de Pearson ( $p < 0,05$ ). Os resultados demonstraram que houve correlação positiva entre a idade e as habilidades de trabalho em equipe ( $r = 0,25$ ), estabelecimento de metas ( $r = 0,24$ ) e habilidades sociais ( $r = 0,22$ ). Os praticantes do sexo masculino apresentaram escore superior nas dimensões trabalho em equipe ( $p = 0,001$ ), estabelecimento de metas ( $p = 0,003$ ), habilidades sociais ( $p < 0,001$ ), solução de problemas ( $p < 0,001$ ) e habilidades emocionais ( $p = 0,005$ ). Os praticantes mais velhos apresentaram escores superiores na subescala de trabalho em equipe ( $p = 0,039$ ). Não houve diferença ( $p < 0,05$ ) em relação ao tempo de prática. Conclui-se que a idade e o sexo estão associados ao desenvolvimento das habilidades para vida em praticantes de esportes adaptados.

**Palavras-chave:** Esporte; Desenvolvimento Positivo; Jovens; Esporte Adaptado.

## Abstract

This cross-sectional study investigated the perception of life skills development among 90 young athletes with disabilities participating in individual and team sports, with an average age of  $17.31 \pm 1.35$  years and an average practice time of  $8.50 \pm 5.38$  months, including both genders (10 boys and 78 girls). The instruments used included a sociodemographic questionnaire in order to characterize the sample and the Life Skills in Sports Scale (P-LSSS) to assess life skills. Data analysis was conducted using Kolmogorov-Smirnov tests, independent t-tests, and Pearson correlation ( $p < 0.05$ ). The results demonstrated a positive correlation between age and teamwork skills ( $r = 0.25$ ), goal setting ( $r = 0.24$ ) and social skills ( $r = 0.22$ ). Male athletes scored higher in teamwork dimensions ( $p = 0.001$ ), goal setting ( $p = 0.003$ ), social skills ( $p < 0.001$ ), problem-solving ( $p < 0.001$ ) and emotional skills ( $p = 0.005$ ). Older athletes had higher scores in the teamwork subscale ( $p = 0.039$ ). There was no significant difference ( $p < 0.05$ ) in relation to practice time. In conclusion, age and gender are associated with the development of life skills in participants in adapted sports.

**Keywords:** Sport; Positive Development; Young; Adapted Sport.

## Resumen

Este estudio transversal investigó la percepción del desarrollo de habilidades para la vida de 90 jóvenes con discapacidad que practican modalidades individuales y colectivas, con edad de  $17.31 \pm 1.35$  años y tiempo de práctica de  $8.50 \pm 5.38$  meses para ambos sexos (10 niños y 78 niñas). Los instrumentos utilizados fueron un cuestionario sociodemográfico con el fin de caracterizar la muestra

y evaluar las habilidades para la vida, se utilizó la Escala de Habilidades de Vida para el Deporte (P-LSSS). El análisis de los datos se realizó mediante las pruebas de Kolmogorov-Smirnov, *t* independiente y correlación de Pearson ( $p < 0,05$ ). Los resultados mostraron que existe una correlación positiva entre la edad y las habilidades de trabajo en equipo ( $r = 0,25$ ), el establecimiento de metas ( $r = 0,24$ ) y las habilidades sociales ( $r = 0,22$ ). Los practicantes masculinos obtuvieron una puntuación más alta en las dimensiones de trabajo en equipo ( $p = 0,001$ ), establecimiento de metas ( $p = 0,003$ ), habilidades sociales ( $p = <0,001$ ), resolución de problemas ( $p < 0,001$ ) y habilidades emocionales ( $p = 0,005$ ). Los practicantes mayores obtuvieron puntuaciones más altas en la dimensión de trabajo en equipo ( $p = 0,039$ ). No hubo diferencia ( $p < 0,05$ ) con relación al tiempo de práctica. Se concluye que la edad y el sexo están asociados al desarrollo de habilidades para la vida en los practicantes de deportes adaptados.

**Palabras clave:** Deportes; Desarrollo Positivo; Joven; Deporte Adaptado.

O esporte adaptado é um fenômeno sociocultural com diversas formas de manifestação heterogêneas, sendo um dos principais responsáveis pela inclusão da pessoa com deficiência na sociedade (Borgmann & de Almeida, 2015; Kiuppis, 2018; Schmitt, Bertoldi, Ledur, Begossi, & Mazo, 2017). Nesse sentido, o esporte para a pessoa com deficiência é uma forma elaborada que possibilita, através de ações articuladas, facilitar a adaptação da pessoa com deficiência à sociedade e vice-versa (Duarte & Lima, 2003; Kiuppis, 2018; Schmitt *et al.*, 2017).

Na perspectiva da iniciação esportiva, é fundamental que os programas esportivos afastem a crença de que o esporte é exclusivamente para quem tem talento ou uma reprodução do esporte de rendimento (Beltrame, 2016; Borgmann & de Almeida, 2015). Bergman e Almeida (2015) demonstram em seu estudo que quando isso acontece, e são respeitadas as diferenças, os alunos aprendem o real sentido do esporte, construindo valores morais, respeito, amizades e desenvolvimento de um leque de habilidades para vida.

As habilidades para a vida são definidas como habilidades necessárias para lidar com as demandas e desafios do dia a dia (Gould & Carson, 2008). Os autores reforçam que essas habilidades (por exemplo: resolução

de problemas, habilidades sociais, trabalho em equipe) podem ser aprendidas, desenvolvidas e refinadas no contexto esportivo e transferidas para configurações não esportivas (por exemplo: casa, escola).

Deste modo, estudos internacionais (Cronin et al., 2020; Cronin & Allen, 2018; Mossman & Cronin, 2019) e nacionais (Freire *et al.*, 2021; Freire, Souza Neto, et al., 2020; Nascimento Junior, Freire, Quinaud, Oliveira, & Cronin, 2021) têm demonstrado que a prática esportiva é precursora de habilidades para a vida em jovens de diferentes idades e praticantes de modalidades coletivas (Freire et al., 2021; Mossman & Cronin, 2019; Nascimento Junior *et al.*, 2021) e individuais (Freire, Souza Neto *et al.*, 2020). Além disso, o esporte tem sido apontado como variável preditiva para o desenvolvimento de diferentes atributos relacionados às habilidades para a vida, como a resistência mental (Gucciardi, 2011), liderança (Vella, Oades, & Crowe, 2013) e motivação (Nascimento Junior *et al.*, 2021).

Em face do exposto, a literatura recente evidencia as contribuições das mais variadas modalidades esportivas para o desenvolvimento das habilidades para a vida (Cronin et al., 2020; Freire *et al.*, 2021; Freire, de Souza Neto *et al.*, 2020; Mossman & Cronin, 2019; Nascimento Junior *et al.*, 2021), como também vem demonstrando que fatores sociodemográficos podem influenciar na percepção de desenvolvimento de habilidades para a vida. Freire *et al.* (2021) observaram, em um estudo transversal com jovens praticantes brasileiros de futsal, que quanto maior a idade e o tempo de prática maior a percepção de desenvolvimento de habilidades para a vida, como comunicação, liderança, soluções de problemas. Nascimento Junior *et al.* (2021) demonstraram que a variável idade parece ser um fator interveniente no desenvolvimento de habilidades para a vida, mas o sexo não mostrou diferença.

Por outro lado, Freire *et al.* (2020b) verificaram que apenas o tempo de prática parece favorecer o desenvolvimento de habilidades para a vida em jovens praticantes de modalidades individuais, sexo e idade não mostraram diferença. Assim, embora existam evidências consistentes a respeito dos benefícios da prática do esporte adaptado para o desenvolvimento integral durante a infância e adolescência (Borgmann & de Almeida,

2015; Schmitt *et al.*, 2017), não foram encontradas evidências consistentes sobre a influência das variáveis sociodemográficas no desenvolvimento das habilidades para a vida em praticantes de esportes adaptados.

Com base nos pressupostos sobre o desenvolvimento de habilidades para a vida, aqui apresentados, a constatação de que a estruturação da prática do esporte adaptado pode favorecer o desenvolvimento de habilidades (por exemplo: comunicação, habilidades sociais, solução de problemas), torna-se imprescindível investigar a relação entre a prática de modalidades específicas do esporte adaptado (e.g basquete em cadeira de rodas, atletismo, vôlei sentado e goalball) e o desenvolvimento das habilidades para a vida. Nesse sentido, este estudo se torna relevante na medida em que poderá agregar conhecimentos e direcionar o trabalho dos profissionais ligados à prática do esporte adaptado, bem como pares sociais (por exemplo: pais, parentes) envolvidos no acompanhamento dos praticantes dentro do contexto esportivo. Assim, o presente estudo teve como objetivo comparar a percepção das habilidades para a vida dos praticantes de esporte adaptado em função do sexo, faixa etária e tempo de prática.

## MÉTODOS

### Desenho do estudo

Trata-se de um estudo descritivo com delineamento transversal e investigação metodológica (Ato, Lopez, & Benavente, 2013). O estudo foi desenvolvido por meio das diretrizes do *Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology* (STROBE) para estudos observacionais (Malta, Cardoso, Bastos, Magnanini, & Silva, 2010).

### Participantes

Participaram deste estudo 90 jovens com deficiência praticantes de basquete em cadeira de rodas (n=17), handebol em cadeira de rodas (n=26), rúgbi em cadeira de rodas (n=3), atletismo (n=10), vôlei sentado (n=29) e goalball (n=4), de ambos os sexos (10 meninos e 78 meninas),



sem deficiência intelectual. Os participantes apresentaram média de idade de  $17.31 \pm 1.35$  anos e tempo de prática de  $8.50 \pm 5.38$  meses. Os participantes foram selecionados de forma não probabilística e por conveniência. Os critérios de inclusão foram os seguintes: 1) Praticar a modalidade há no mínimo seis meses; e 2) Fazer parte da equipe/clubes há no mínimo três meses. Somente participaram da pesquisa os adolescentes que tiveram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos pais/responsáveis e que assinaram o Termo de Assentimento.

## Instrumentos

*Questionário sociodemográfico* – foi elaborado pelos próprios pesquisadores um questionário com questões sobre idade, sexo, modalidade praticada e tempo de prática.

*Escala de Habilidades para a Vida no Esporte (P-LSSS)*: Desenvolvida por Cronin e Allen (2017) e validada para o contexto brasileiro por Nascimento-Junior *et al.* (2020). A escala é composta por 43 itens que visam avaliar o nível de desenvolvimento de oito habilidades para a vida, em ambientes de esporte: trabalho em equipe (ex. trabalhar bem dentro de uma equipe / grupo), estabelecimento de metas (ex. definir objetivos desafiadores), habilidades sociais (ex. envolvo-me em atividades de grupo), resolução de problemas e tomada de decisões (ex. penso bem sobre um problema), habilidades emocionais (ex. uso as minhas emoções para me manter concentrado), liderança (ex. organizar os membros da equipe/grupo para trabalharem em conjunto), gerenciamento de tempo (ex. gerencio bem o meu tempo) e comunicação (ex. falo claramente com os outros). Os participantes respondem à escala do tipo *likert* de 5 pontos na qual: 1 (Nada), 2 (Um pouco), 3 (Alguns vezes), 4 (Muito), e 5 (Muitas vezes). Os valores do alfa de Cronbach para as oito subescalas variaram de  $\alpha = .75$  a  $\alpha = .87$ , indicando forte confiabilidade (Hair, Risher, Sarstedt, & Ringle, 2019; Nascimento-Junior *et al.* 2020).

## Procedimentos de coleta de dados

Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedeceram aos critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução n. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. O estudo está integrado ao projeto institucional aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Parecer n 1.648.086). Inicialmente foi realizado contato com os professores/treinadores responsáveis pelos projetos para solicitação da autorização para a realização das coletas de dados com os jovens. As coletas foram realizadas nos locais de treinamento das atividades esportivas. A aplicação dos questionários foi realizada de forma coletiva, em uma sala privativa, com aproximadamente 10 praticantes de cada vez, com a ausência dos treinadores. Durante o preenchimento dos questionários, os avaliadores ficaram presentes na sala e tiraram as possíveis dúvidas dos participantes a respeito dos itens dos questionários e não foi permitida a conversa entre os participantes durante o preenchimento dos questionários, que teve duração de aproximadamente 30 minutos.

## Análise de dados

A análise de dados foi realizada através de estatísticas descritivas e inferenciais. A análise preliminar dos dados foi realizada por meio do teste de normalidade de *Kolmogorov-Smirnov* e o teste de homogeneidade das variâncias de *Levene*. Como os dados apresentaram distribuição normal, a média e o desvio padrão foram usadas para a caracterização dos resultados. Foi utilizado o teste t independente para a comparação das habilidades para a vida em função da faixa etária, sexo e tempo de prática. Para a comparação das habilidades para a vida em função da faixa etária e do tempo de prática, os praticantes foram divididos em dois grupos de acordo com o processo de “*Mean Split*” conforme a classificação a seguir: 1) Faixa etária: até 17,31 anos e mais de 17,31 anos; e 2) Tempo de prática: até 8,50 meses e mais de 8,50 meses anos. A verificação do tamanho do efeito para as comparações entre mais de dois grupos foi realizada por meio do *d* de Cohen (1992): valor de  $d=0.20$  representa pequeno tamanho do efeito,  $d=0.50$  médio e  $d=0.80$

grande. A correlação de *Pearson* foi usada para investigar a relação entre as variáveis sociodemográficas (idade e tempo de prática) e as habilidades para a vida. Todas as análises foram conduzidas no software SPSS 22.0, adotando-se um nível de significância de  $p < 0.05$ .

## RESULTADOS

A Tabela 1 apresenta as médias, desvio-padrão e correlação para todas as variáveis da pesquisa. As pontuações médias da P-LSSS revelaram que os jovens praticantes de modalidades individuais perceberam que estavam desenvolvendo as habilidades para a vida através das suas modalidades esportivas. As pontuações médias foram as seguintes: trabalho em equipe ( $M= 3.54$ ,  $DP=1.63$ ), estabelecimento de metas ( $M=3.37$ ,  $DP=1.73$ ), comunicação ( $M= 3.13$ ,  $DP= 1.90$ ), controle do tempo ( $M= 2.94$ ,  $DP= 1.83$ ), habilidades sociais ( $M= 3.34$ ,  $DP= 1.75$ ), habilidades emocionais ( $M=3.10$ ,  $DP= 1.72$ ), solução de problemas ( $M=3.27$ ,  $DP=1.74$ ) e liderança ( $M= 3.09$ ,  $DP= 1.81$ ) e o escore global ( $M = 3.05$ ,  $DP= 1.83$ ).

As correlações revelaram que as habilidades trabalho equipe ( $r= 0,25$ ), estabelecimento de metas ( $r = 0,24$ ) e habilidades sociais ( $r= 0,22$ ) se correlacionaram significativamente ( $p < 0,05$ ) e de forma positiva com a idade (Tabela 1). Todas as outras associações entre as subescalas de habilidades para a vida e tempo de prática não foram significativas ( $p > 0,05$ ).

**Tabela 1.** *Correlação entre as habilidades para a vida, tempo de prática e idade dos praticantes de esporte adaptado*

VARIÁVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1.Idade	-	.10	.25*	.24*	.22*	.13	.15	.02	.06	.06	.06
2. Tempo de prática (meses)		-	-.02	-.01	-.05	.04	.01	.01	-.01	.03	.02
3.Trabalho em Equipe			-	.93**	.91**	.87**	.85**	.80**	.75**	.77**	.79**
4.Estabelecimento de Metas				-	.94**	.91**	.91**	.81**	.78**	.77**	.81**
5.Habilidades Sociais					-	.90**	.87**	.83**	.81**	.79**	.82**
6.Solução de Problemas						-	.95**	.86**	.84**	.85**	.83**
7.Habilidades Emocionais							-	.83**	.81**	.82**	.83**
8.Liderança								-	.95**	.95**	.96**
9.Controle do tempo									-	.91**	.94**
10.Comunicação										-	.98**
11. Escore global											
Média	17.31	8.50	3.54	3.37	3.34	3.27	3.10	3.09	2.94	3.13	3.05
Desvio Padrão	1.35	5.38	1.63	1.73	1.75	1.74	1.72	1.81	1.83	1.90	1.83

Correlação significativa: \*\*p < .01; \*p < .05. Correlação de Pearson.

Na comparação da percepção das oito subescalas e o escore global de habilidades para a vida em função do sexo (Tabela 2), houve diferença significativa ( $p > 0,05$ ) nas subescalas trabalho em equipe ( $p = 0,001$ ), estabelecimento de metas ( $p = 0,003$ ), habilidades sociais ( $p < 0,001$ ), solução de problemas ( $p < 0,001$ ) e habilidades emocionais ( $p = 0,005$ ), demonstrando que meninos apresentam percepções superiores a respeito do desenvolvimento de habilidades para a vida oriundas da prática esportiva.

**Tabela 2.** *Comparação das dimensões de habilidade para a vida dos praticantes de esporte adaptado em função do sexo*

VARIÁVEIS	Sexo		p	d
	Masculino (n=10)	Feminino (n=78)		
	M (DP)	M (DP)		
Trabalho em Equipe	4.41 (.61)	3.46 (1.65)	.001*	.763
Estabelecimento de Metas	4.31 (.75)	3.28 (1.76)	.003*	.761
Habilidades Sociais	4.48 (.59)	3.22 (1.77)	<.001*	.955
Solução de Problemas	4.50 (.58)	3.19 (1.73)	<.001*	1.015
Habilidades Emocionais	4.10 (.85)	3.05 (1.71)	.005*	.777
Liderança	3.83 (1.46)	3.08 (1.79)	.207	.459
Controle do tempo	3.60 (1.53)	2.93 (1.82)	.274	.398
Comunicação	3.60 (2.03)	3.15 (1.85)	.480	.231
Escore global	3.46 (1.91)	3.08 (1.79)	.528	.205

\*Diferença significativa -  $p < .05$  - Teste t independente. Nota: M= média; DP= Desvio Padrão.

Evidenciou-se diferença significativa ( $p > 0,05$ ) na comparação das dimensões e do escore global de habilidades para a vida de acordo com a faixa etária (Tabela 3) apenas na subescala trabalho em equipe ( $p = 0,039$ ), evidenciando que os jovens praticantes mais velhos apresentam uma maior percepção de desenvolvimento nesta subescala específica quando comparados aos mais jovens.

**Tabela 3.** Comparação das dimensões de habilidade para a vida de praticantes de esporte adaptado em função da faixa etária.

VARIÁVEIS	Faixa Etária		p	d
	Até 17,31 anos (n=56)	Mais de 17,31 anos (n=34)		
	M (DP)	M (DP)		
Trabalho em Equipe	3.09 (1.90)	3.82 (1.39)	.039*	.438
Estabelecimento de Metas	2.99 (1.85)	3.61 (1.62)	.102	.356
Habilidades Sociais	3.01 (1.89)	3.55 (1.64)	.155	.305
Solução de Problemas	2.99 (1.86)	3.44 (1.65)	.239	.255
Habilidades Emocionais	2.75 (1.79)	3.31 (1.65)	.136	.325
Liderança	2.90 (1.85)	3.21 (1.79)	.424	.170
Controle do tempo	2.79 (1.88)	3.03 (1.81)	.547	.130
Comunicação	2.84 (1.94)	3.30 (1.87)	.267	.241
Escore global	2.80 (1.92)	3.21 (1.78)	.310	.221

\*Diferença significativa -  $p < .05$  - Teste t independente. Nota: M= média; DP= Desvio Padrão.

Na Tabela 4, pode-se observar a comparação das oito subescalas e do escore global de habilidades para a vida em função do tempo de prática. Não houve diferença significativa ( $p > 0,05$ ) entre os grupos, demonstrando que o tempo de prática não influenciou na percepção do desenvolvimento de habilidades para a vida oriundas da prática esportiva.

**Tabela 4.** Comparação das dimensões de habilidade para a vida dos praticantes de esporte adaptado em função do tempo de prática.

VARIÁVEIS	Tempo de Prática		p	d
	Até 8,50 meses (n=40)	Mais de 8,50 meses (n=50)		
	M (DP)	M (DP)		
Trabalho em Equipe	3.47 (1.65)	3.60 (1.63)	.714	.079
Estabelecimento de Metas	3.33 (1.76)	3.41 (1.72)	.818	.045
Habilidades Sociais	3.20 (1.75)	3.46 (1.75)	.476	.148
Solução de Problemas	3.32 (1.74)	3.23 (1.77)	.800	.051
Habilidades Emocionais	3.15 (1.71)	3.07 (1.79)	.828	.045
Liderança	3.02 (1.85)	3.15 (1.79)	.733	.071
Controle do tempo	2.86 (1.87)	3.01 (1.81)	.707	.081
Comunicação	3.13 (1.93)	3.13 (1.90)	.993	.000
Escore global	3.02 (1.85)	3.08 (1.84)	.885	.032

\*Diferença significativa -  $p < .05$  - Teste t independente. Nota: M= média; DP= Desvio Padrão.

## DISCUSSÃO

O presente estudo teve como objetivo comparar a percepção de desenvolvimento das habilidades para a vida em jovens praticantes de modalidades do esporte adaptado em função do sexo, faixa etária e tempo de prática, além de correlacionar os níveis percebidos de habilidades para a vida com a idade e o tempo de prática. Os achados encontrados na presente investigação são relevantes na medida em que são necessárias mais evidências científicas sobre o desenvolvimento das habilidades para a vida dentro do contexto do esporte adaptado. Os resultados encontrados evidenciaram que a idade se associou positivamente com a percepção de desenvolvimento das habilidades para a vida (Tabela 1). Os praticantes do sexo masculino (Tabela 2) e mais velhos (Tabela 3) apresentaram maior percepção sobre o desenvolvimento dessas habilidades.

Um dos principais resultados desta investigação foi a associação entre a idade e o desenvolvimento de habilidades para a vida (Tabela 1). Assim, as evidências aqui apresentadas demonstram que a prática regular de esportes está associada com a percepção de praticantes de esporte com deficiência a respeito do desenvolvimento de habilidades para a vida. Em especial, trabalho em equipe, estabelecimento de metas da equipe e pessoal

e a habilidade de se relacionar com companheiros, adversários, treinador e pessoas envolvidas no contexto esportivo parecem ser potencializadas à medida que a idade dos praticantes aumenta. Tais achados corroboram os achados encontrados por Bruner *et al.* (2017), demonstrando que, no contexto esportivo, vivenciar experiências positivas favorece o desenvolvimento de habilidades para a vida em longo prazo. Freire *et al.* (2021) observaram em um estudo transversal com jovens praticantes de futsal brasileiro, que a idade é um preditor do desenvolvimento de habilidades para a vida entre jovens praticantes dessa modalidade. Nesse sentido, as evidências encontradas no presente estudo corroboram estudos atuais, revelando que a idade é um precursor no desenvolvimento de habilidades para a vida entre praticantes de esportes adaptados (Bruner *et al.*, 2017; Camiré & Santos, 2019; Freire *et al.*, 2021).

Foi possível observar diferenças entre homens e mulheres em relação à percepção de desenvolvimento de habilidades para a vida (Tabela 2), demonstrando que os homens praticantes de esporte adaptado se percebem mais proativos para o trabalho em equipe, estabelecimento de metas de grupo, agir socialmente e emocionalmente com pessoas dentro do contexto esportivo. Tais achados não corroboram os encontrados na literatura atual. Em uma recente meta-análise, Ciocanel, Power, Eriksen e Gillings (2017) observaram o efeito de intervenções esportivas em jovens sem deficiência e verificaram que o sexo não é fator considerado relevante para interferir o desenvolvimento habilidades para a vida em jovens. Freire *et al.* (2020) observaram em jovens brasileiros, praticantes de modalidades individuais (atletismo, natação e esportes de combate), que o sexo não se demonstra como um fator interveniente no desenvolvimento de habilidades para a vida. Logo, o sexo parece ser um fator interveniente para o desenvolvimento de habilidades para a vida dentro do contexto do esporte adaptado e futuras pesquisas devem explorar mais essa relação.

Ao analisar a percepção de desenvolvimento de habilidades para a vida de praticantes de esportes adaptados em função da faixa etária, observou-se que os praticantes mais velhos reportam maior trabalho em equipe quando comparados aos mais novos (Tabela 3). Os resultados apresentados expressam que a habilidade em trabalhar em equipe dentro e fora

do contexto esportivo está em maior evidência em praticantes mais velhos. Achados semelhantes foram encontrados por Freire *et al.* (2021), com jovens brasileiros praticantes de futsal, em que demonstram que praticantes mais velhos reportam maiores percepções de habilidades para vida. Desta forma, a prática do esporte adaptado tanto coletiva como individual é associada com o trabalho em equipe dentro de suas respectivas equipes.

Por outro lado, os resultados encontrados, em função do tempo de prática, indicam que o tempo de prática não parece ser um fator interveniente na percepção de desenvolvimento de habilidades para a vida em praticantes com deficiência (Tabela 4). Tais achados divergem dos estudos encontrados na literatura atual, que expressam que praticantes com maior tempo de experiência demonstraram maior percepção de desenvolvimento de habilidades para a vida no futsal (Freire *et al.*, 2021) e em modalidades coletivas (Freire *et al.*, 2020b). Entretanto, esses estudos foram feitos com participantes sem deficiência e que possuem uma vivência maior dentro das suas respectivas modalidades.

Por fim, ao observar os valores médios das dimensões de habilidades para a vida (Tabela 1), podemos inferir que os praticantes com deficiência inseridos nos programas esportivos estão favorecendo a percepção de desenvolvimento de habilidades. Esses apanhados corroboram os encontrados na literatura em estudos com modalidades coletivas (Freire *et al.*, 2021; Mossman & Cronin, 2019; Nascimento Junior *et al.*, 2021), modalidades individuais (Freire, Souza Neto *et al.*, 2020b) e dentro do contexto da educação física escolar (Cronin *et al.*, 2019; Cronin *et al.*, 2020). Assim, os achados encontrados no presente estudo são considerados relevantes na medida em que mais evidências científicas são necessárias em relação ao papel das variáveis psicológicas no contexto esportivo adaptado.

Apesar da relevância da presente investigação, é importante destacar algumas limitações. O primeiro ponto é a falta de estudos sobre essa temática, o que impossibilita uma maior comparação dos resultados e estabelecimento de parâmetros. O segundo ponto é o tamanho da amostra, que impossibilita a comparação entre as modalidades individuais e coletivas. No que se refere ao terceiro ponto, o desenho do estudo apresentou design



transversal, avaliando os praticantes de esporte adaptado em apenas um momento, impossibilitando análises das relações de causa e efeito entre a percepção de desenvolvimento de habilidades para a vida.

## CONCLUSÃO

Pode-se concluir que os praticantes de esporte adaptado apresentam escores elevados e satisfatórios sobre o desenvolvimento de habilidades para a vida. Além disso, destaca-se que a idade parece ser um fator interveniente no desenvolvimento das habilidades para a vida. Ademais, praticantes do sexo masculino e mais velhos apresentam maiores escores de desenvolvimento de habilidades para a vida. Como implicações práticas, é fundamental que profissionais de educação física, treinadores e profissionais envolvidos nesta prática proporcionem experiências esportivas positivas para que os praticantes pratiquem regularmente o esporte e em longo prazo, uma vez que tais experiências atuam como uma ferramenta potencializadora para o desenvolvimento das habilidades para a vida. Por fim, futuras pesquisas devem avaliar o envolvimento de outras variáveis psicológicas e com design longitudinal para verificar suas possíveis alterações ao longo de um período.

## REFERÊNCIAS

- Ato, M., Lopez, J. J., & Benavente, A. (2013). A classification system for research designs in psychology. *Anales de Psicología*, 29(3), 1038-1059.
- Beltrame, A. L. N. (2016). Centro de iniciação desportiva paralímpica no Distrito Federal: um estudo na ótica da educação inclusiva. *Educação*, 10 (1), 1-97.
- Borgmann, T., & de Almeida, J. J. G. (2015). Esporte paralímpico na escola: revisão bibliográfica. *Movimento*, 21(1), 53-68.
- Bruner, M. W., Balish, S. M., Forrest, C., Brown, S., Webber, K., Gray, E., ... & Shields, C. A. (2017). Ties that bond: Youth sport as a vehicle for social identity and positive youth development. *Research quarterly for exercise and sport*, 88(2), 209-214.

- Camiré, M., & Santos, F. (2019). Promovendo o desenvolvimento positivo dos jovens e habilidades para a vida no esporte juvenil: desafios e oportunidades em meio ao aumento da profissionalização. *Journal of Sport Pedagogy & Research*, 5 (1), 27-34.
- Ciocanel, O., Power, K., Eriksen, A., & Gillings, K. (2017). Effectiveness of positive youth development interventions: A meta-analysis of randomized controlled trials. *Journal of youth and adolescence*, 46(3), 483-504.
- Cohen, J. (2003). A power primer.
- Cronin, L., Marchant, D., Allen, J., Mulvenna, C., Cullen, D., Williams, G., & Ellison, P. (2019). Students' perceptions of autonomy-supportive versus controlling teaching and basic need satisfaction versus frustration in relation to life skills development in PE. *Psychology of Sport and Exercise*, 44, 79-89.
- Cronin, L., Marchant, D., Johnson, L., Huntley, E., Kosteli, M. C., Varga, J., & Ellison, P. (2020). Life skills development in physical education: A self-determination theory-based investigation across the school term. *Psychology of Sport and Exercise*, 49 (2), 101- 111.
- Cronin, L. D., & Allen, J. (2017). Development and initial validation of the Life Skills Scale for Sport. *Psychology of Sport and Exercise*, 28 (2), 105-119.
- Cronin, L. D., & Allen, J. (2018). Examining the relationships among the coaching climate, life skills development and well-being in sport. *International journal of sports science & coaching*, 13(6), 815-827.
- Duarte, E., & Santos, T. D. (2003). Adaptação e inclusão. *DUARTE, E; LIMA, SMT Atividade física para pessoas com necessidades especiais: experiências e intervenções pedagógicas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.*
- Freire, G. L. M., da Silva, A. A., de Moraes, J. F. V. N., Costa, N. L. G., de Oliveira, D. V., & do Nascimento Junior, J. R. A. (2021). Do age and time of practice predict the development of life skills among youth futsal practitioners? *Cuadernos de Psicología del Deporte*, 21(1), 135-145.

- Freire, G. L. M., de Moraes, J. F. V. N., de Oliveira, D. V., da Silva Xavier, S. E., Ribeiro, L. C., & do Nascimento Junior, J. R. A. (2020a). Qualidade Do Relacionamento Com O Treinador E Resiliência De Atletas Paralímpicos De Atletismo E Natação. *Psicologia e Saúde em debate*, 6(1), 165-177.
- Freire, G. L. M., Souza Neto, A. C. de, da Cruz Santos, M., Tavares, J. E. T., de Oliveira, D. V., & do Nascimento Junior, J. R. A. (2020b). Desenvolvimento de habilidades para vida em adolescentes praticantes de esportes individuais. *Research, Society and Development*, 9(8), 90-99.
- Gould, D., & Carson, S. (2008). Life skills development through sport: Current status and future directions. *International review of sport and exercise psychology*, 1(1), 58-78.
- Gucciardi, D. F. (2011). The relationship between developmental experiences and mental toughness in adolescent cricketers. *Journal of Sport and Exercise Psychology*, 33(3), 370-393.
- Hair, J. F., Risher, J. J., Sarstedt, M., & Ringle, C. M. (2019). When to use and how to report the results of PLS-SEM. *European business review*.
- Junior, J. R. A. N., Freire, G. L. M., Granja, C. T. L., Barros, N. P., Oliveira, D. V., & Trevisan, L. G. (2021). The role of resilience on motivation among Brazilian athletics and swimming parathletes. *Journal of Physical Education*, 1(32), 50-59.
- Kiuppis, F. (2018). Inclusion in sport: Disability and participation.
- Malta, M., Cardoso, L. O., Bastos, F. I., Magnanini, M. M. F., & Silva, C. M. F. P. D. (2010). STROBE initiative: guidelines on reporting observational studies. *Revista de saude publica*, 44, 559-565.
- Malta, M., Cardoso, L. O., Bastos, F. I., Magnanini, M. M. F., & Silva, C. M. F. P. D. (2010). STROBE initiative: guidelines on reporting observational studies. *Revista de saude publica*, 44, 559-565.

- Nascimento-Junior, J. R. A. D., Fortes, L. D. S., Freire, G. L. M., Oliveira, D. V. D., Fiorese, L., & Cronin, L. D. (2020). Cross-Cultural Adaptation and Psychometric Properties of the Portuguese Version of the Life Skills Scale for Sport. *Measurement in Physical Education and Exercise Science*, 24(1), 11-24.
- Nascimento Junior, J. R. A. D., Freire, G. L. M., Quinaud, R. T., Oliveira, D. V. D., & Cronin, L. D. (2021). Life Skills Development Through Sport in Brazil: A Study Based on Self-Determination Theory. *Perceptual and Motor Skills*, 1(1), 110-127.
- Schmitt, B. D., Bertoldi, R., Ledur, J. A., Begossi, T. D., & Mazo, J. Z. (2017). Produção científica sobre esporte adaptado e paralímpico em periódicos brasileiros da educação física. *Kinesis*, 35(3), 1-15.
- Vella, S. A., Oades, L. G., & Crowe, T. P. (2013). The relationship between coach leadership, the coach-athlete relationship, team success, and the positive developmental experiences of adolescent soccer players. *Physical education and sport pedagogy*, 18(5), 549-561.

Recebido em 06/04/2021

Aceito em 12/12/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

## RELATOS DE EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

---

# Atendimento psicológico ambulatorial em hospital geral: reflexões de um(a) estagiário(a) de psicologia

*Ambulatory psychological care in general hospital: reflections of a psychology intern*

*Servicio psicológico ambulatorio en hospital general: reflexiones de una pasante de psicología*

*Bibiana Massem Homercher\**

*Felipe Schroeder de Oliveira\*\**

*Félix Miguel Nascimento Guazina\*\*\**

### Resumo

*Trata-se de um relato de experiência sobre a prática de estágio curricular em psicologia realizado em um ambulatório de especialidades em um hospital geral, vinculado ao Sistema Único de Saúde. O objetivo deste artigo é apresentar reflexões sobre a prática de estágio curricular na ênfase de promoção e prevenção à saúde, a partir de um relato de experiência. Num primeiro momento, apresenta-se um delineamento histórico sobre a formação do que se conhece hoje como ambulatório em saúde mental e, posteriormente, são apresentados alguns dispositivos que podem embasar a prática do psicólogo neste contexto, fundamentados na interação entre saberes trabalhados na formação em psicologia. Os resultados apontam para a necessidade das reflexões sobre as práticas que têm sido realizadas no campo ambulatorial – tendo em vista a necessidade de se atualizarem as definições técnicas sobre a atuação do psicólogo nessa área –, assim como a necessidade da criação de critérios que*

---

\* Universidade Franciscana, RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3832-7899>.  
E-mail: [bibianamh@hotmail.com](mailto:bibianamh@hotmail.com)

\*\* Universidade Franciscana, RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3806-1744>.  
E-mail: [schroeder.felipe@gmail.com](mailto:schroeder.felipe@gmail.com)

\*\*\* Universidade Franciscana, RS, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1683-2317>.  
E-mail: [guazina@gmail.com](mailto:guazina@gmail.com)

*avaliem os métodos utilizados pelos psicólogos. Dessa forma, se constata a necessidade de atualização do ensino em psicologia e da prática profissional no atendimento em saúde mental.*

**Palavras-chave:** Ambulatório; Saúde Mental; Psicologia.

## Abstract

*This paper describes a Psychology curricular internship experience at a specialty clinic managed by the Brazilian Public Health System. The goal of this paper is to discuss the practice of curricular internship required by the curricular emphasis on health promotion and prevention, based on experience report. Initially, the paper explores the historical constitution of what is currently known as mental health clinic. Then, we present some tools that may support the psychologist's practice in this context, based on the interaction between the distinct knowledges which students must acquire to obtain a Psychology degree. The results show a need to reflect on the practices that are currently being carried out in mental health clinics — given the necessity to update the technical definitions that guide psychologists' work in this field — as well as a need to specify criteria for the evaluation of the methods employed by psychologists. Thus, we see that there is a need to update teaching in Psychology and professional practices in the field of mental health.*

**Keywords:** Ambulatory; Mental health; Psychology.

## Resumen

*Este artículo presenta un relato de experiencia sobre la pasantía curricular realizada en un ambulatorio de especialidades vinculado al Sistema Único de Salud. Tiene el fin de presentar reflexiones sobre la pasantía con énfasis en la promoción a la salud y prevención basado en un informe de experiencia. En un primer momento, el artículo presenta un diseño histórico sobre la formación de lo que hoy se conoce como ambulatorio de salud mental y, posteriormente, se presentan algunos dispositivos que pueden apoyar la práctica del psicólogo en este contexto, a partir de la interacción entre conocimientos trabajados en la formación en psicología. Los resultados apuntan la necesidad de reflexionar sobre las prácticas que se han realizado en el ámbito ambulatorio - ante la necesidad de actualizar las definiciones técnicas sobre el desempeño del psicólogo en esta área - así como la necesidad de generar criterios que evalúen las metodologías utilizadas por los psicólogos. Por lo tanto, queda evidente la necesidad de actualizar la docencia en psicología y la práctica profesional en el cuidado de la salud mental.*

**Palabras clave:** Ambulatorio; Salud Mental; Psicología.

## INTRODUÇÃO

A implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) foi um importante marco na Constituição Brasileira de 1988, pois inaugurou um novo modelo de saúde, o qual produz diferentes modos de cuidado. Seus princípios estão embasados na democratização e na universalização do acesso aos serviços e às instituições de saúde, os quais visam ao bem-estar de toda a população, principalmente dos cidadãos(ãs) que apresentam maior vulnerabilidade socioeconômica. A proposta apresentada com o SUS é a descentralização dos serviços de saúde, que, até então, eram “hegemônicos”, observando a especificidade de cada região, estado e município brasileiro (Brasil, 2000).

A Lei 8080 (que instaura o SUS), de 19 de setembro de 1990, introduz diretrizes referentes à promoção, proteção e regulamentação da saúde. Dez anos depois, a Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010, instaura a Rede de Atenção à Saúde (RAS) no contexto do SUS. A RAS institui o cuidado integrativo de saúde, tendo, nas instituições, sejam elas uma Estratégia Saúde da Família (ESF), um Hospital ou um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), seus componentes fundamentais (Brasil, 2010).

Em junho de 2011, foi estabelecido o Decreto nº 7508/11, que, por sua vez, dispõe sobre a composição do SUS para a organização e o planejamento da assistência em saúde. Dentro desse decreto, está a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a qual passa a ser instituída a partir da Região de Saúde, em conjunto com a Atenção Primária, Urgência e Emergência, Atenção Ambulatorial Especializada e Hospitalar, e Vigilância em Saúde. A RAPS emerge como um substituto dos antigos modelos manicomial, a partir do processo da Reforma Psiquiátrica (Brasil, 2011).

Entretanto, pela Portaria nº 3.088/11, documento esse que constitui a RAPS, foi retirado o ambulatório da lista dos dispositivos de cuidados (Brasil, 2011; Cardozo & Monteiro, 2020). Diante disso, tornam-se importantes as discussões referentes ao papel do ambulatório e à possível definição do seu lugar como um importante serviço de saúde mental (Damous & Erlich, 2017).

O ambulatório de especialidades, que será o ponto de partida para as discussões deste trabalho, encontra-se em um Hospital Geral no interior

do estado do Rio Grande do Sul e faz parte da RAPS dentro do SUS. Por ser um ambulatório em fase inicial de sua constituição, não encontra seu lugar definido dentro da RAPS deste município, principalmente, por estar ligado a um Hospital Geral. Dessa forma, as práticas de estágios em psicologia, definidas neste campo como “promoção e prevenção da saúde”, tornam-se essenciais para construir, em conjunto com a equipe, qual é o papel desse Ambulatório dentro da RAPS.

A experiência dos estágios curriculares é uma prática essencial para a formação do(a) psicólogo(a), pois reverbera, nesses cenários iniciais de atuação, reflexões, para além da teoria das disciplinas da graduação. É um momento em que o(a) aluno(a) passa, não só à posição de receptáculo de conteúdos, mas ao conhecimento prático daquilo que fundamenta a práxis da psicologia. A prática em locais que promovam a promoção e prevenção à saúde, assim como nas áreas escolares e organizacionais, trazem uma perspectiva de trabalho para além do viés clínico privado (Maciazek-Gomes; D’ávila; Santos, 2020; Silva; Yamamoto, 2013).

A legislação do SUS, da RAS e da RAPS é disparadora para compreender qual é o papel que o(a) psicólogo(a) ocupa nos campos em que irá se integrar. Diferentes locais da saúde apresentam distintas atuações. No caso desse Ambulatório, é necessário frisar que a falta de legislação que sustenta sua existência pode ser desnorteadora para o(a) profissional que vai trabalhar nesse cenário, nesse caso o(a) estagiário(a) de psicologia.

Em função dessa situação, alguns desafios podem ser emergidos trazendo observações importantes que estejam subsidiadas por outras referências teóricas que não são, necessariamente, ligadas ao Ambulatório. Isso abre caminhos para uma possível criação de uma nova práxis. Por isso, o objetivo deste artigo é apresentar o relato de experiência sobre a prática de estágio em psicologia e, a partir desta escrita, estimular novas reflexões no intuito de auxiliar na prática do atendimento psicológico em um Ambulatório.



## MÉTODO

Este artigo consiste em um relato de experiência de cunho qualitativo sobre a prática de um(a) estagiário(a) de psicologia em um ambulatório de saúde do SUS. Para Minayo (1994) e Minayo & Costa (2018), o método qualitativo se aplica a pesquisas sobre conhecimentos de história, relações, representações, percepções e interpretações sobre como se constroem contextos e circunstâncias a respeito dos processos de formações que constituem o ser humano. Como relato de experiência, assume, também, o caráter descritivo, levando em consideração seus objetivos (Gil, 2002). O propósito de um estudo descritivo é retratar o quadro de um fenômeno, de como ele ocorre naturalmente (Gray, 2012).

Na instituição universitária, que rege o estágio de psicologia deste Ambulatório e no Hospital Geral em que ele está incluso, apresentam-se, na composição da graduação, sete estágios obrigatórios. Os três primeiros são considerados estágios básicos (I, II, III), sendo o primeiro de observação, o segundo em coordenação de grupos e o terceiro de avaliação psicológica. Esses primeiros estágios são mais delimitados em suas práticas, pois o intuito é um aprendizado introdutório.

Os últimos quatro estágios são: específico I, específico II, específico III e específico IV. Eles são divididos em dois, ou seja, nos estágios específicos I e II o(a) aluno(a) escolhe uma ênfase para vivenciar o estágio, nos estágios específicos III e IV, o(a) aluno(a) escolhe outra ênfase. Esses estágios são mais dinâmicos e têm mais profundidade em suas práticas já que acontecem no final da graduação. O estágio que é relatado nesse artigo aconteceu no período dos estágios específicos I e II no ano de 2018.

São quatro ênfases divididas em grandes áreas: processos clínicos, prevenção e promoção da saúde, psicologia organizacional e do trabalho e psicologia nos contextos educacionais. Cada ênfase trabalha com a atuação específica do(a) psicólogo(a) nesses setores. A ênfase desse estágio é a de promoção e prevenção da saúde, e está inserida na grande área “saúde”, que é específica a atuação do(a) estagiário(a) em serviços de saúde (podem

ser tanto do SUS, como no setor privado), desde Hospitais, Ambulatórios, Estratégias Saúde da Família (ESF), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), entre outros.

É importante salientar que esses estágios acontecem em sequência, e precisam da aprovação de um para poder realizar o outro. Os estágios básicos I, II e III são estágios iniciais, costumam ter três horas de prática no máximo. Acontecem, sequencialmente, no quarto, quinto e sexto semestres. Os estágios específicos I, II, III e IV acontecem nos dois últimos anos da graduação, sendo, respectivamente, no sétimo, oitavo, nono e décimo semestres e costumam ter doze horas de atuação nos campos.

Ao ser realizado o estágio no Ambulatório, ele era dividido com a prática de outros setores desse Hospital Geral, ou seja, das doze horas de estágio, eram realizadas quatro horas no setor ambulatorial. As outras oito horas, para esse estagiário(a) em específico, era realizada na internação psiquiátrica do Hospital. Entretanto, outros(as) estagiários(as) realizavam suas práticas em distintos setores, desde a ala dos crônicos, pediatria até o setor da maternidade desse âmbito hospitalar e podiam atuar no Ambulatório, isso dependia de quem os supervisionavam na instituição universitária.

Os atendimentos psicológicos prestados no ambulatório foram supervisionados pelo(a) psicólogo(a) local e pelo(a) supervisor acadêmico(a). O objetivo do estágio em psicologia na ênfase de promoção e prevenção à saúde é oportunizar o exercício profissional em psicologia, capacitando o acadêmico a efetivar o planejamento e a realização de intervenções psicológicas no setor da saúde, mais especificamente, no campo em que está atuando, nesse caso o Ambulatório. O fato de o Ambulatório estar situado em um Hospital Geral é necessário para entender sua configuração, pois ambos eram regidos pela mesma coordenação e isso influenciava a forma de seu funcionamento.

Esse Ambulatório, onde foi realizada a prática de estágio, iniciou seus atendimentos no ano de 2017, ou seja, é um serviço recente. Quando o estágio foi realizado, em 2018, fazia pouco tempo de sua inauguração. Os atendimentos especializados oportunizados eram de diferentes áreas da saúde, mas eram mais restritos aos atendimentos médicos. A entrada

da atuação dos(as) estagiários(as) de psicologia foi, inicialmente, mais restrita aos atendimentos individuais em psicoterapia. Os(as) usuários(as) que procuravam os atendimentos precisavam entrar em uma lista e aguardavam pela disponibilidade do(a) profissional de psicologia, no caso, o(a) estagiário(a).

A bibliografia utilizada para fundamentar teoricamente este relato de experiência sobre a atuação do(a) estagiário(a) de psicologia nesse ambulatório teve como função proporcionar a problematização da prática realizada. Para isso, foram selecionados artigos (pesquisados nas plataformas *on-line* Periódicos Eletrônicos de Psicologia – PePSIC; Biblioteca Eletrônica Científica On-line – SCIELO; e Biblioteca Virtual em Saúde – BVS) e livros publicados no Brasil, de 1937 até 2020, tanto de literatura brasileira quanto de estrangeira, que, em seu conteúdo, apresentavam a caracterização dos ambulatórios especializados e de saúde mental, além da descrição das ações dos profissionais da psicologia nesse contexto. Os termos utilizados na busca foram: psicologia, saúde mental e ambulatório.

Apesar disso, também foram utilizados referenciais teóricos que pudessem sustentar a prática do(a) estagiário(a) de psicologia, já que o setor ambulatorial é um campo pouco definido dentro da legislação em saúde. Por isso, Segundo Gray (2012), uma revisão bibliográfica cumpre, não somente a função de apresentar as teorias fundamentais do campo de estudo e os métodos de pesquisa empregadas, mas também de identificar as incoerências e as lacunas nesse espaço de conhecimento. O intuito da revisão de literatura é, então, avaliar o material já existente, objetivando, com isso, organizar, criticar, analisar tais estudos, visando à discussão de hipóteses e à coleta de evidências (Flick, 2009; Hohendorff, 2014).

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Breve delineamento sobre o ambulatório no campo da saúde mental

A Portaria nº 706, de 20 de julho de 2012, regula a descrição da Clínica Especializada/Ambulatório Especializado para Clínica/Centro de

Especialidade. Nela, são definidos os tipos de atendimentos que podem ser feitos nos ambulatórios especializados, sendo regulados os atendimentos de reabilitação, nos quais se enquadram o serviço social, a medicina, a odontologia, a farmácia, a enfermagem, a fisioterapia, a educação física, a fonoaudiologia, a terapia ocupacional, a psicologia, entre outras.

Nessa portaria, não se faz contemplada a atenção psicossocial como prática de saúde mental específica na atividade da reabilitação; diferente disso, a proposta mantém-se com o viés de enfoque mais clínico (Brasil, 2012; 2017). Mesmo com as resoluções do SUS, que caracterizam as Redes de Atenção Psicossocial e seu funcionamento, a última portaria que regulamenta o ambulatório de saúde mental está datada de janeiro de 1992 (Damous & Erlich, 2017).

A Portaria nº 224/92, de 29 de janeiro do ano 1992, regulamentou o ambulatório para realizar atendimentos individuais (consulta, psicoterapia), atendimentos grupais (grupo operativo, terapêutico, oficinas) e visitas domiciliares (Brasil, 1992). Nesse sentido, os ambulatórios deveriam integrar atendimentos realizados em Unidades Básicas de Saúde (UBS), centros de saúde e ambulatórios especializados, introduzidos ou não em policlínicas (Paiano, Maftum, Haddad, & Marcon, 2016).

Historicamente, antes do processo de Reforma Psiquiátrica, o funcionamento do atendimento ambulatorial em saúde mental era relacionado ao modelo manicomial, auxiliando nos processos de internação. Com a formação do SUS e a Reforma Psiquiátrica, o ambulatório passaria a sobrepor o hospital psiquiátrico, em conjunto com os outros dispositivos de saúde, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), centros de convivência e residenciais terapêuticos (Santos, Oliveira, & Yamamoto, 2009).

No entanto, o que se observa é que os ambulatórios não conseguem produzir ações preventivas ou de promoção, porque a alta demanda e a lógica centrada nas ações individuais e a desarticulação com outros pontos da rede dificultam o trabalho. As formas que as linhas de cuidado vão tomando, nos serviços que se capilarizam a partir do hospital geral, como é o caso de muitos ambulatórios de saúde vinculados aos hospitais, constituem-se numa forma tanto de dar prosseguimento às ações desenvolvidas durante as internações, quanto de realizar um trabalho de prevenção e

promoção de saúde, para que os(as) usuários(as) não precisem ocupar os leitos da alta complexidade. Um dos entraves de o SUS poder funcionar a partir de uma rede integralizada articulada nos seus diferentes níveis de complexidade é “a pluralidade de formas jurídicas dos serviços de saúde, principalmente dos hospitais que prestam serviços ao SUS (privados, filantrópicos, empresas públicas, autarquias, organizações sociais e fundações estatais)” (Cunha & Campos, 2011, p. 962).

Em consequência disso, alguns questionamentos são emergentes, afinal, tal ambulatório se enquadraria em qual portaria? Estaria com resquícios da ideia manicomial por focar em atendimentos clínicos e especializados na prática psicológica e não como uma conduta de saúde mental como regulamenta a proposta da reforma psiquiátrica? Assim, é percebida a escassez de relatos publicados que apresentem, de maneira atualizada, os objetivos do trabalho da psicologia nesse contexto, ao mesmo tempo em que ocorre, de maneira dinâmica, a mudança das demandas da sociedade pelos serviços de saúde mental.

Há uma necessidade de problematizar a função dos ambulatórios de saúde mental dentro da reforma psiquiátrica brasileira, que, por muito tempo, tiveram seu funcionamento vinculado aos hospitais psiquiátricos. É preciso refletir sobre a centralização dos ambulatórios de saúde mental aos especialismos. Por conseguinte, em virtude da marca que o ambulatório teve na hegemonia psiquiátrica, torna-se necessário amplificar as discussões sobre o papel dos ambulatórios, qual seu lugar na RAPS (Severo, Dimenstein, 2011).

A atuação da psicologia no campo ambulatorial também necessita ser abordada para aludir qual(ais) as práticas que mais se aproximam desse âmbito. Ou seja, quais as práticas que podem abarcar a complexa dimensão dos Ambulatórios, atualmente, tanto os considerados “Ambulatórios de Saúde Mental”, como aqueles nomeados como “Ambulatórios de Especialidades”, pois, em ambos, o(a) psicólogo(a) está inserido(a), sendo alguns desses ambulatórios anexados a Hospitais Gerais.

## Entre a Psicologia Hospitalar e a Psicologia da Saúde

O Brasil é o único país em que há uma especificidade nomeada como psicologia hospitalar. Em outros países, existe a psicologia da saúde (Castro & Bornholdt, 2004). A psicologia hospitalar está atrelada às dimensões psíquicas que giram em torno do adoecimento e seu objeto de estudo não é a causa da doença que o sujeito apresenta, mas os aspectos psicológicos que englobam o processo de adoecer, contemplando a subjetividade (Simonetti, 2013).

Já a psicologia da saúde tem um reconhecimento internacional, pois tem sua fundamentação nas análises comportamentais, biológicas e sociais que cercam o campo da saúde. Verifica-se que a psicologia da saúde abarca as atenções primárias, secundárias e terciárias, diferentemente da psicologia hospitalar, em que o trabalho do(a) psicólogo(a) se delimita aos hospitais. Em razão disso, a psicologia hospitalar estaria dentro do contexto internacional de psicologia da saúde (Castro, Bornholdt, 2004).

A psicologia hospitalar desenvolveu-se no Brasil pela necessidade de uma nova perspectiva, com novas estratégias na forma de prover saúde, com sentido amplo. Sendo assim o(a) psicólogo(a) no contexto hospitalar tem um papel clínico, social, organizacional e educacional, com áreas que abrangem a psicologia preventiva e de tratamento (Almeida & Malagris, 2011). Atualmente, a psicologia hospitalar é um campo de conhecimento e tratamento dos aspectos psíquicos em volta do adoecimento. A psicologia hospitalar não trata apenas de “enfermidades” psíquicas e suas causas, classificadas como psicossomáticas, mas sim dos aspectos psicológicos de toda e qualquer doença (Simonetti, 2013).

Oficialmente, a definição de psicologia da saúde não existe no Brasil pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP), o que a distingue da psicologia hospitalar que é considerada uma especialidade. Apesar disso, a psicologia da saúde expande a prática do(a) psicólogo(a) hospitalar. Nesse sentido, há um tensionamento se a definição de psicologia hospitalar estaria adequada, já que os(as) psicólogas executam suas atuações em diferentes setores fundamentada na conceituação da psicologia da saúde (Castro, Bornholdt, 2004).

As confusões dos diferentes marcos teóricos que se apresentam entre a psicologia hospitalar e a psicologia clínica fazem com que emergja uma psicologia da saúde (Castro, Bornholdt, 2004; Yanamoto & Cunha, 1998). O conceito, então, de psicologia clínica também necessita ser esclarecido. A psicologia clínica também está inserida em distintos cenários para além do consultório privado, como em unidades psiquiátricas, hospitais, unidades básicas de saúde, atuando com a prevenção nos contextos primário, secundário e terciário. Observa-se uma relação conceitual significativa com aquilo que é denominado psicologia da saúde (Castro, Bornholdt, 2004).

É necessário ressaltar que o campo da clínica individual também tem suas ampliações dentro da saúde mental, e a práxis do(a) psicólogo(a) não é restringida ao consultório fechado, assim como atualmente; a própria clínica em psicologia tem apresentado reformulações, onde tem estendido suas práticas para além de um viés entendido como liberal, privado e individualizante e adentrando para uma realidade sociocultural, ou seja, uma clínica social (Moreira, Romagnoli & Neves, 2007). Nesse sentido, é relevante refletir sobre o método e a efetividade do atendimento psicológico individual oferecido neste campo.

## **Dispositivos Clínicos em Psicoterapia no Contexto de Ambulatório**

Tendo em vista a diversidade de técnicas descritas que sustentam os modelos de atendimento psicológico conhecidos, uma questão atual seria como ou quais dessas possibilidades teóricas poderiam ser utilizadas no trabalho do(a) psicólogo(a) no contexto ambulatorial do SUS? A psicoterapia, por exemplo, poderia ser utilizada neste contexto? De acordo com o Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia (2015, p. 776), o vocábulo psicoterapia tem como sentido a “aplicação de qualquer das várias técnicas de tratamento de doenças e problemas psíquicos”. A resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 010/00, de 20 de dezembro de 2000, regulamenta e qualifica a prática de psicoterapia do(a) Psicólogo(a). No Artigo I, dessa mesma resolução define:

A Psicoterapia é prática do psicólogo por se constituir, técnica e conceitualmente, um processo científico de compreensão, análise e intervenção que se realiza através da aplicação sistematizada e controlada de métodos e técnicas psicológicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional, promovendo a saúde mental e propiciando condições para o enfrentamento de conflitos e/ou transtornos psíquicos de indivíduos ou grupos (Conselho Federal de Psicologia, 2000).

Constata-se, a partir dessa descrição, que a psicoterapia é um arranjo complexo de técnicas científicas psicológicas, a qual, tem como objetivo gerar uma mudança significativa na vida do indivíduo que procura o tratamento (Conselho Federal de Psicologia, 2000). Nessa perspectiva, a psicoterapia desenvolve alterações psíquicas profundas na subjetividade da pessoa através de tratamentos de longo prazo, que podem durar anos, ou talvez, até mesmo, serem intermináveis (Freud, 1937/2018; Braga, 1998).

Já o modelo conhecido como consulta psicológica, que tem ligação com a *counseling psychology*, é utilizado em intervenções como o aconselhamento psicológico, por psicoterapia ou por consultoria. Também é indicado para problemas que ocorram nas esferas escolar, conjugal, familiar bem como nos múltiplos campos institucionais e com diversos objetivos focais. Existem inúmeras formas de intervenções que têm influenciado a consulta psicológica, sendo que alguns têm como visão referencial a doença, o diagnóstico, o tratamento terapêutico e o desenvolvimento psicológico (Campos, 1988; Grzanka, Santos, & Moradi, 2017).

Rogers (1992) traz o conceito de consulta psicológica como a experiência de uma relação na qual existe a aceitação e a ausência de qualquer sugestão ou pressão pessoal por parte do(a) psicólogo(a). A consulta psicológica, assim como a psicoterapia, permite que o indivíduo seja livre para expressar suas sensações, bem como para reconhecer e compreender seus próprios impulsos.

A consulta psicológica se aproxima do conceito de psicoterapia breve, que, por sua vez, questiona se uma psicoterapia, para ser eficaz, precisa, necessariamente, durar muito tempo. Muitas críticas existem ao modelo de psicoterapia breve ser considerada “superficial” ou “ineficaz”,



todavia, isso pode ser uma colocação precipitada, uma vez que não é levada em consideração a complexidade do tema (Hegenberg, 2004; Hurtado & Rodríguez, 2019).

A psicoterapia breve inclui a construção de um vínculo temporário entre o terapeuta e o paciente e se fundamenta numa relação dialógica, embasada na empatia e na consolidação de um efetivo diálogo (Ferreira-Santos, 2013). Essa terapia pode se dar em algumas sessões ou levar alguns meses; pode, ainda, se pautar por distintas linhas, a saber, psicanalítica, psicodramática, comportamental-cognitiva, e apresentar diferentes formas, ou seja, individual, casal, grupal, familiar. Outro ponto a considerar-se é a possibilidade de ela ocorrer em variadas instituições, como hospitais, consultórios, além de se destinar a todas as faixas etárias (Hegenberg, 2004; Hurtado & Rodríguez, 2019).

Um outro modelo a ser resgatado advém de Winnicott (1984), que aprimora o conceito de consultas terapêuticas ao compreender que o tempo do tratamento e o número de atendimentos podem ser flexíveis. A proposta da consulta terapêutica se baseia na adaptação, flexibilidade e empatia do(a) psicólogo(a). O autor também enfatiza que não há uma questão de rivalidade entre o atendimento breve e a análise em longo prazo, a considerar que são condutas distintas e que, em cada caso, é demandada uma adaptação do *setting* analítico, incluindo nele as questões da vulnerabilidade social.

Nesse contexto, tanto a consulta psicológica ou aconselhamento psicológico, quanto a consulta terapêutica e a psicoterapia breve seriam capazes de construir processos intensos e essenciais, pois não é possível diferenciar ou medir a profundidade de uma técnica psicológica ou psicoterápica. A própria definição de “profundidade”, compreendida como algo intenso do tratamento que levaria a uma eficiência das intervenções, vai depender do modo como foi constituída a relação entre o(a) psicólogo(a) e a pessoa atendida (Rogers, 1973; Scorsolini-Comin, 2014).

## RELATOS E DISCUSSÕES

A partir do referencial teórico foi observado que o ambulatório não encontra sua definição dentro da RAS e da RAPS, ora como um Ambulatório

de Especialidades (Portaria nº 706, de 20 de julho de 2012), ora como um Ambulatório de Saúde Mental (Portaria nº 224/92, de 29 de janeiro de 1992). Ou seja, são conceitos distintos para possíveis práticas diferentes. Um ambulatório de especialidades atua como uma policlínica, propondo atendimentos individuais, já um ambulatório de saúde mental tem como intuito práticas com ênfase em atenção psicossocial, em que as práticas são de clínica ampliada.

Como foi percebido, há uma precariedade na regulamentação para atendimentos em atenção psicossocial nos ambulatórios de especialidades, em virtude de serem divididos dentro das portarias que são situados. Esse ambulatório em que aconteceu a prática de estágio presta atendimento psicológico à população, desde o ano de 2017, e é considerado um serviço recente, ainda em fase de implementação. O estágio descrito neste artigo foi realizado no ano de 2018 e, nesta fase, evidenciaram-se alguns problemas cotidianos gerados pela falta de continuidade dos serviços em saúde mental, bem como pelas dificuldades de comunicação entre os profissionais da área da saúde.

Ao trazer na literatura a psicoterapia no contexto ambulatorial foi pensando em como atuar, com o sujeito de forma individual, mas que não se restringisse a uma ideia de “clínica privada” dentro do SUS, ou seja, um limiar entre o Ambulatório de Especialidades e o Ambulatório em Saúde Mental, já que esse Ambulatório não se encontrava estabelecido quanto ao seu objetivo. Por ser em um Hospital Geral, a prática de psicologia hospitalar pode confundir-se com a psicologia em saúde, já que o Ambulatório está inserido no Hospital.

A partir disso, tem-se que a atuação do(a) psicólogo(a) em distintos setores do campo social faz com que seu trabalho também seja modificado, na medida em que as questões subjetivas dos(as) usuários(as) também têm formas distintas em sua relação com a cultura e com as instituições. Apesar da amplitude de conceitos teóricos, os quais, muitas vezes, são distintos e até mesmo rivais, observa-se que há um possível mesmo intuito, que é a transformação do sujeito. Tais questionamentos conduzem a novos paradigmas e a indagações sobre as técnicas utilizadas para o tratamento em saúde mental no contexto ambulatorial.

Assim sendo, o encontro na literatura sobre a psicoterapia nomeada consulta psicológica e/ou psicoterapia breve e/ou consultas terapêuticas foi essencial para a atuação do(a) estagiário(a) de psicologia. Dentro do SUS, as listas de espera para atendimentos considerados especializados costumam ser extensas, e uma prática breve poderia auxiliar para que se pudesse dar uma atenção breve, mas consistente e, abrangendo um número maior de usuários(as). Dessa forma, a consulta psicológica se encontrava como uma prática psicoterápica com um viés clínico e social.

Em função das questões citadas anteriormente, o(a) estudante de psicologia, portanto, é convocado(a), ao longo de sua graduação, a se apropriar de diversas vertentes psicológicas, para compreender o ser humano em sua integralidade. Isso permite conjecturar que a chegada do(a) estudante nos estágios práticos pode ser conturbada, conflituosa e indecisa, pois, diante de tantas e diferentes formas de atendimentos psicológicos pode ele(a) se deparar com os questionamentos: (i) onde encontrar uma via mais sólida para poder atender aquele ser humano, que se encontra, muitas vezes, em estado de sofrimento?; (ii) quais métodos, técnicas e alternativas seriam viáveis, dependendo da instituição em que o(a) estagiário(a) de psicologia se encontra alocado?

Na prática desenvolvida, as teorias que cercam a consulta psicológica e/ou psicoterapia breve e/ou consultas terapêuticas se fizeram presentes nos atendimentos ambulatoriais. Naquele momento, mesmo com as divergências teóricas existentes acerca da psicologia, em que o(a) estagiário(a) de psicologia se encontra, de certo modo, desafiado(a) a compreender a amplitude e as divergências existentes, entre os autores, referentes ao psiquismo humano, foi possível encontrar algumas convergências entre eles em relação a esse tipo de atendimento psicológico, o mais breve. A prática do atendimento psicológico em ambulatório de saúde já evidenciou, por exemplo, convergências entre os métodos de trabalho apresentados por diferentes linhas teóricas psicológicas (Silva, Cardoso, Franco, & Moscon, 2018).

Partindo da experiência proporcionada pelo estágio curricular, foi observado que o ambulatório se situa numa zona intermediária entre uma atenção primária e uma atenção secundária, não fazendo jus ao lugar

definido e descrito na legislação da RAPS. Isso faz com que a atuação da psicologia nesse setor seja voltada para intervenções clínicas individuais. Tais intervenções no âmbito clínico, em psicologia, elucidam indagações quando são analisadas as técnicas e saberes que sustentam as condutas profissionais em saúde mental.

A questão da prática clínica individual em psicologia e no âmbito da saúde mental necessita ser pensada e refletida, para que a atuação não fique limitada em uma ação reduzida, onde o(a) psicólogo(a) atua sem uma intervenção em rede. Principalmente, avaliando o campo do ambulatório que advém de uma problemática manicomial, em que seu lugar na RAPS ainda tem indefinições (Severo; Dimenstein, 2011). Por isso, o(a) estagiário(a) percebendo essas questões procurou, ao longo de sua prática no ambulatório, atuar em contraponto a isso, buscando a interlocução com a rede.

Dessa forma, foi observado que as consultas psicológicas, apesar de terem um enfoque clínico, não poderiam ser excluídas da atuação em saúde mental. O conhecimento da RAS e da RAPS era essencial para que fossem realizados encaminhamentos, referência e contra referência, e que o trabalho fosse feito de forma integrada e não fragmentada (Campos & Domitti, 2007). Alguns casos que eram atendidos precisavam de avaliação neurológica, psiquiátrica, entre outros, de outras áreas da saúde. Essa interlocução fazia com que o(a) estagiário(a) de psicologia não atuasse solitário, mas em rede, que é a proposta da atenção psicossocial.

Através dos atendimentos realizados, nesse ambulatório, ao longo dos dois semestres, foi perceptível entender que a atuação do(a) estagiário(a) de psicologia demonstrava-se mais objetiva, cuja proposta era acolher a demanda daquele usuário(a), naquele momento de instabilidade psíquica, quando se fazia essencial apresentar-se uma conduta empática e humanamente presente. A maioria dos atendimentos realizados evidenciou uma melhora em questões relacionadas aos aspectos emocionais; além disso, os casos que necessitavam de uma psicoterapia a longo prazo eram encaminhados para os locais onde se davam prosseguimento a esse processo.

A partir dessa análise, observou-se que a relação profissional estabelecida com os(as) usuários(as) atendidos é fundamentada pelo vínculo. Pichon-Rivière (2000) ressalta que as psicoterapias breves têm

sua possibilidade de aplicação na medida em que utilizam os conceitos de vínculo. É através do vínculo que a personalidade de cada pessoa se manifesta, é o vínculo que orienta e configura a conduta de cada sujeito. As perspectivas teóricas sobre Consulta Psicológica/Consulta Terapêutica/Psicoterapia Breve assumem uma conotação diferente no espaço do atendimento psicológico ambulatorial, pois a relação entre o(a) psicólogo(a) e o(a) usuário(a) está além de uma relação dual, porque carrega também um vínculo no qual a instituição de saúde se configura como um alicerce para quem a procura.

Por ser um serviço em construção, esse ambulatório ainda pode proporcionar novas atividades no futuro, que não sejam necessariamente apenas o acompanhamento clínico. Seria interessante que ampliasse suas práticas, como a possibilidade de organizar grupos terapêuticos ou operativos não apenas para os(as) usuários(as), que se abrisse também à comunidade e aos trabalhadores que atuam no hospital geral (Guimarães, Oliveira, & Yamamoto, 2013). A ideia é que o trabalho não seja voltado apenas para consulta psicológica/terapêutica ou breve; diferente disso, que emergjam mais estratégias de atenção psicossocial e que esse ambulatório, por mais que seja “especializado”, tenha mais espaço na RAPS deste município.

Como em 2018 ainda era o segundo ano de prática em psicologia no Ambulatório foi pensado na consulta Psicológica/Consulta Terapêutica/Psicoterapia Breve como uma das vias possíveis de atendimentos para aquele momento. Entretanto, a ideia é que no futuro não se restrinja a isso. Esse primeiro momento de estágios em um serviço novo configura-se como a abertura para planejar inovações em intervenções no âmbito da atenção psicossocial. Ademais, uma das fragilidades é que o diálogo com a equipe ainda estava escasso, pois as intervenções estavam engessadas no viés clínico, até mesmo em uma ideia privativa.

Por conseguinte, ao pensar sobre a prática do(a) estagiário(a) de psicologia no ambulatório, foi importante para entender as potencialidades e fragilidades do espaço, os possíveis caminhos a serem construídos e as inventividades a serem criadas na práxis, tanto na psicologia, como na saúde mental. Nesse primeiro momento, as Consultas Psicológica/

Consultas Terapêuticas/Psicoterapias Breves foram como uma abertura para que os(as) próximos(as) estagiários(as) possam, a partir disso, (re) criar execuções novas nesse ambiente ambulatorial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se observar que o atendimento psicológico no âmbito ambulatorial elucidou alguns questionamentos para a atuação do(a) estagiário(a) da psicologia frente a esse cenário. As divergências teóricas da psicologia, apesar de serem construtivas e evidenciarem a complexidade do psiquismo humano, podem interferir, de modo conflituoso, na atuação do(a) estagiário(a) de psicologia. Entretanto, apesar das condutas distintas referentes à atuação do(a) psicólogo(a), foi possível encontrar convergências entre os autores de psicologia, das mais variadas linhas teóricas.

As convergências encontradas na prática da experiência do(a) estagiário(a) de psicologia no ambulatório de um hospital geral foram as semelhanças existentes entre a psicoterapia breve, as consultas psicológicas e as consultas terapêuticas, que auxiliaram tanto na prática do(a) estagiário(a) quanto nas reflexões sobre outras possíveis atuações no referido cenário. Apesar de os autores terem suas perspectivas psicológicas bem definidas e estruturas diferenciadas, foi possível encontrar interlocuções, como a postura empática, a construção de um vínculo breve e um acolhimento mais centralizado e objetivo.

Outro desafio foi o de pensar a atuação do(a) psicólogo(a) no âmbito ambulatorial como prática de saúde mental, em virtude de a lei que ainda rege os ambulatórios de saúde mental serem antigas, datadas de mais de vinte anos. Assim sendo, a experiência no estágio no Ambulatório trouxe reflexões sobre a possibilidade de atuar, com um viés que é clínico, e ao mesmo tempo, social. Ou seja, para além de uma ideia privada do trabalho psicoterápico, que fosse, ao mesmo tempo no âmbito individual, mas que também incluísse a dimensão da saúde coletiva e da saúde mental. Afinal, a clínica também não é (psico)social?

O fato desse Ambulatório situar-se dentro de um Hospital Geral também manifesta questões importantes sobre o que pode nortear o

trabalho do(a) psicólogo(a) nesse cenário. Um(a) psicólogo(a) hospitalar manifesta uma prática diferente e um(a) psicóloga de saúde que caminha para um outro viés. Desse modo, coube ao (à) estagiário(a), em conjunto com seu supervisor local e seu supervisor institucional, a partir de todas as fundamentações relatadas, tais como psicologia hospitalar, psicologia da saúde, psicologia clínica, psicoterapias e saúde mental, poder construir sua caminhada profissional no Ambulatório e abrir novas práticas de atuação.

Ademais, através da pesquisa, foi verificado que, apesar de existir trabalhos importantes sobre o Ambulatório em Saúde Mental, ainda há poucos estudos voltados à prática da psicologia associada a esse contexto. É possível que isso esteja associado à complexidade que circula na práxis da psicologia nos distintos setores da saúde. Em vista disso, percebe-se ser essencial mais pesquisas vinculadas à psicologia no âmbito ambulatorial e mais práticas ampliadas de saúde mental quando referentes a esse contexto.

Portanto, o intuito desse relato de experiência foi contribuir na construção de indagações que nos mostrem os caminhos a seguir nas práticas de um(a) estagiário(a), tanto psicológicas quanto de saúde mental, no cenário ambulatorial de um hospital geral. A proposta não foi, necessariamente, encontrar respostas concretas referentes à prática psicológica de saúde mental ambulatorial, mas se volta a induzir mais questionamentos e mais pesquisas relacionadas a essa temática.

## REFERÊNCIAS

- Almeida, R. A., & Malagris, L. E. N. (2011). A prática da psicologia da saúde. *Revista da SBPH*, 14(2), 183-202. Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-08582011000200012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000200012)
- Braga, A. A. N. M. (1998). O Tempo em Análise. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 18 (3). Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498931998000300007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498931998000300007)

- Brasil. Ministério da Saúde. (1992). *Portaria nº 224/92: Estabelece Diretrizes e Normas para o Atendimento em Saúde Mental*. Brasília, DF: Diário Oficial da União. Recuperado de: <http://saude.mppr.mp.br/pagina-319.html>
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. (2000). *Sistema Único de Saúde: Princípios e Conquistas*. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Recuperado de: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus\\_principios.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sus_principios.pdf)
- Brasil. Ministério da Saúde. (2010). *Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010: Estabelece Diretrizes para a Organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)*. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Recuperado de: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279\\_30\\_12\\_2010.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html)
- Brasil. Ministério da Saúde. (2011). *Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011: Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)*. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Recuperado de: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html)
- Brasil. Ministério da Saúde. (2012). *Portaria nº 706, de 20 de julho de 2012*. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Recuperado de: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2012/prto706\\_20\\_07\\_2012\\_atual.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2012/prto706_20_07_2012_atual.html)
- Brasil. Ministério da Saúde. (2017). *Saúde Sem Limite. Manual de Ambiência dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) e das Oficinas Ortopédicas*. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Recuperado de: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/junho/12/Manual-de-Ambienciac-dos-Centros-Especializados-em-Reabilitacao-e-das-Ofi....pdf>
- Campos, B. P. (1988). Consulta Psicológica e Desenvolvimento Humano. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 4, 5-12. Recuperado de: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14848/2/82971.pdf>



- Campos, G. W. S., & Domitti, A. C. (2007). Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. *Cad. Saúde Pública*, 23(2), 399-407. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000200016>
- Cardozo, T. B., & Monteiro, R. A. P. (2020). Da Psiquiatria Tradicional à Reforma Psiquiátrica: O Ambulatório de Saúde Mental como Serviço de Tratamento. *Revista Psicologia e Saúde*, 12(2), 31-44. doi: <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.voio.768>
- Castro, E. K., & Bornholdt, E. (2004). Psicologia da Saúde x Psicologia Hospitalar: Definições e Possibilidades de Inserção Profissional. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 24(3), 48-57. Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S14149893200400030000](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14149893200400030000)
- Conselho Federal de Psicologia. (2000). *Resolução CFP N<sup>o</sup> 010/00 de dezembro de 2000: Especifica e qualifica a Psicoterapia como prática do Psicólogo*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2000/12/resolucao2000\\_10.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2000/12/resolucao2000_10.pdf)
- Cunha, G. T., & Campos, G. W. S. (2011). Apoio Matricial e Atenção Primária em Saúde. *Saúde Soc.*, São Paulo, 20(4), 961-970. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000400013>
- Damous, I., & Erlich, H. (2017). O Ambulatório de Saúde Mental na Rede de Atenção Psicossocial: Reflexões sobre a Clínica e a Expansão das Políticas de Atenção Primária. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 27(4), 911-932. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000400004>
- Ferreira-Santos, E. (2013). *Psicoterapia Breve: Abordagem Sistematizada de Situações de Crise* (5a ed., rev. e. ampl.). São Paulo, SP: Ágora.
- Flick, U. (2009). *Desenho da Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre, RS: ARTMED.
- Freud, S. (2018). Análise Terminável e Interminável (1937). In: Freud, S. *Moisés e o Monoteísmo, Compêndio de Psicanálise e Outros Textos (1937-1939, pp. 274-326, vol.19)*. São Paulo, SP: Companhia da Letras.

- Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* (4a. ed.). São Paulo, SP: Atlas.
- Gray, D. E. (2012). *Pesquisa no Mundo Real* (2a. ed.). Porto Alegre, RS: ARTMED.
- Grzanka, P. R., Santos, C. E., & Moradi, B. (2017). Intersectionality research in counseling psychology. *Journal of Counseling Psychology*, 64(5), 453-457. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/cou0000237>
- Guimarães, S. B., Oliveira, I. F., & Yamamoto, O. H. (2013) As práticas dos psicólogos em ambulatórios de saúde mental. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 664-673, 2013. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000300020>
- Hegenberg, M. (2004). *Psicoterapia Breve* (3a. ed.). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Hohendorff, J. V. (2014). Como Escrever um Artigo de Revisão de Literatura. In: Koller, S. H., Couto, M. C. P. P., & Hohendorff, J. V. *Manual de Produção Científica*. Porto Alegre, RS: Penso.
- Hurtado, M. S. R., & Rodríguez, V. M. C. (2019). *Psicoterapia Breve para Diminuir Síntomas Clínicos em Pacientes Adultas con Antecedentes de Abuso Sexual Infantil* (Proyecto de Investigación previo a la obtención del título de Psicóloga Clínica). Pontificia Universidad Católica Del Ecuador, Ambato, Ecuador.
- Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. (2015). *Pequeno Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo, SP: Moderna Ltda.]
- Maciazek-Gomes, Rita de Cássia, D'Avila, Geruza Tavares, & Santos, Daniela Barsotti. (2020). Reflexões sobre o estágio de Psicologia Social: narrativas de diferentes enfoques do processo de formação. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(4), 1-16. Recuperado de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082020000400006&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000400006&lng=pt&tlng=pt).
- Minayo, M. C. S. (Org.). (1994). *Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Minayo, M. C. S., & Costa, A. P. (2018). Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, 40, 139-153. Recuperado de: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/6439>
- Moreira, J. O., Romagnoli, R. C., & Neves, E. O. (2007). O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. *Psicologia, Ciência e Profissão*, Brasília, 27(4), 608-621. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000400004>
- Paiano, M., Maftum, M. A., Haddad, M. C. L., & Marcon, S. S. (2016). Ambulatório de Saúde Mental: Fragilidades Apontadas por Profissionais. *Texto Contexto Enfermagem*, 25(3). doi: <https://doi.org/10.1590/0104-07072016000040014>
- Pichon-Rivière, E. (2000). *Teoria do Vínculo*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Rogers, C. R. (1973). *Tornar-se Pessoa*. Lisboa, LX: Moraes Editores.
- Rogers, C. R. (1992). *Psicoterapia e Consulta psicológica* (2a. ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Santos, Y. F., Oliveira, I. M. F. F., & Yamamoto, O. H. (2009). O Ambulatório de Saúde Mental no Contexto da Reforma Psiquiátrica em Natal, RN. *Psicologia Argumento*, 27(57), 313,322. Recuperado de: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19787>
- Scorsolini-Comin, F. (2014). Aconselhamento Psicológico e Psicoterapia: Aproximações e Distanciamentos. *Contextos Clínicos*, 7(1). doi: <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2014.71.01>
- Severo, A. K. Dimenstein, M. (2011). Rede e Intersetorialidade na Atenção Psicossocial: Contextualizando o Papel do Ambulatório de Saúde Mental. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(3), 640-655. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000300015>
- Silva, G. F. B. P., Cardoso, B. S., Franco, K. D., & Moscon, D. C. B. (2018). Os Significados do Conceito de Abordagem Teórica e as Implicações na Prática do Psicólogo: Um Estudo com Graduandos de Psicologia. In: *XVII SEPA - Seminário Estudantil de Produção Acadêmica, UNIFACS* (p. 56-78).

- Silva, C. de. A., Yamamoto, O. H. (2013). As Políticas Sociais na Formação Graduada do Psicólogo no Piauí. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 33(4), 824-839. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000400005>
- Simonetti, A. (2013). *Manual de Psicologia Hospitalar: O Mapa da Doença* (7a. ed.). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Winnicott, D. W. (1984). *Consultas Terapêuticas em Psiquiatria Infantil*. Rio de Janeiro, RJ: IMAGO.
- Yamamoto, O. H. & Cunha, I. M. O. (1998). O Psicólogo em Hospitais de Natal: uma Caracterização Preliminar. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 11 (2), 345-362, 1998. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/prc/a/XyTXCrHGxLWJrHy6NyRBwqb/?lang=pt>

*Recebido em 21/11/2020*

*Aceito em 18/12/2023*



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.

# O luto materno em situação de violência policial: contribuições psicanalíticas

*Maternal grief in situations of police violence:  
psychoanalytic contributions*

*Duelo materno en situaciones de violencia policial:  
aportes psicoanalíticos*

*Julia Tocalino Morabito\**

*Maria Virginia Filomena Cremasco\*\**

## Resumo

*A polícia brasileira já foi considerada a mais letal e frequentemente alveja jovens negros marginalizados (Araújo, 2015). As mães desses indivíduos perdem seus filhos precocemente de maneira abrupta e violenta. Para muitas mães a perda de um filho constitui a maior do mundo, o que torna relevante questionar: como a perda de um filho pela violência policial repercute no enlutamento materno? Foram encontrados poucos estudos sobre o tema, apesar de sua prevalência e dos impactos negativos permanentes na vida dessas mães (Gomes, 2019). Por meio de uma revisão bibliográfica não sistemática sobre o tema do luto e das perdas violentas, e com base em depoimentos publicizados de mães que perderam seus filhos pela violência policial, focalizamos como a psicanálise tem um importante papel na escuta dessas mulheres, que podem traçar diferentes caminhos de trabalho psíquico. Como resultado, vimos que a perda de um filho possui caráter traumático e nela se destaca a natureza narcísica da relação mãe-filho, rompida abruptamente pela morte. Este estudo oferece algumas contribuições para o entendimento desse sofrimento e para a escuta dessas mulheres, que, como muitas se autodenominam, são “mães sem nome”.*

**Palavras-chave:** Luto materno; Violência policial; Psicanálise; Narcisismo.

\* Universidade Federal do Paraná, PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8547-6603>.  
E-mail: [anarcaj@gmail.com](mailto:anarcaj@gmail.com)

\*\* Universidade Federal do Paraná, PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-2968-8729>.  
E-mail: [mavicremasco@gmail.com](mailto:mavicremasco@gmail.com)

Agência de fomento: Universidade Federal do Paraná.

## Abstract

*Brazilian police were once considered the most lethal and often target marginalized young black men (Araújo, 2015). The mothers of these individuals lose their children early in an abrupt and violent manner. To many mothers, the loss of a child is the biggest one in the world, which makes it relevant to ask: How does the loss of a child to police violence affect maternal mourning? Few studies have been found on the topic, despite its prevalence and the permanent negative impacts on the lives of these mothers (Gomes, 2019). Through a non-systematic literature review on the theme of grief and violent loss, and based on publicized testimonials of mothers who have lost their children to police violence, we focused on how psychoanalysis has an important role in listening to these women, who can trace different paths of psychic work. As a result, we concluded that the loss of a child has a traumatic issue, and the narcissistic nature of the mother-child relationship, abruptly broken by death, stands out. This study offers some contributions to the understanding of this suffering and to the listening of these women, who, as many call themselves, “mothers without a name”.*

**Keywords:** Maternal Mourning; Police Violence; Psychoanalysis; Narcissism.

## Resumen

*La policía brasileña fue considerada la más letal y frecuentemente ataca a los jóvenes negros marginados (Araújo, 2015). Las madres de estas personas pierden a sus hijos tempranamente de forma abrupta y violenta. Para muchas madres, la pérdida de un hijo es la mayor del mundo, lo que hace pertinente preguntarse: ¿cómo la pérdida de un hijo por la violencia policial afecta al duelo materno? Se encontraron pocos estudios sobre este tema, a pesar de su prevalencia y de los impactos negativos permanentes en la vida de estas madres (Gomes, 2019). Mediante una revisión bibliográfica no sistemática sobre el tema del duelo y de las pérdidas violentas, y a partir de testimonios difundidos de madres que perdieron a sus hijos por la violencia policial, nos centramos en cómo el psicoanálisis tiene un papel importante en la escucha de estas mujeres, que pueden trazar diferentes caminos de trabajo psíquico. Como resultado, vimos que la pérdida de un hijo tiene carácter traumático y destaca la naturaleza narcisista de la relación madre-hijo, rota abruptamente por la muerte. Este estudio ofrece algunas contribuciones a la comprensión de este sufrimiento y a la escucha de estas mujeres que, como muchas se autodenominan, son “madres sin nombre”.*

**Palabras clave:** Duelo materno; Violencia policial; Psicoanálisis; Narcisismo.

## INTRODUÇÃO

O Brasil já foi considerado o país com maior número de homicídios cometidos por policiais (Araújo, 2015). Segundo o Atlas da Violência de 2020, a maioria das vítimas de homicídio no território nacional constitui jovens pretos e pardos do sexo masculino. Neste contexto, opera-se um controle social perverso que, por meio da produção do medo - articulando juventude à violência -, apresenta jovens de atributos de caráter racial e geográfico específicos como produtores de violência (Moraes, 2004), o que é acompanhado de justificativas para a repressão pelo Estado deste grupo, realizada por intermédio da polícia.

Consequentemente, o país é palco de “um tipo de extermínio muito bem direcionado contra um perfil econômico, etário e étnico-racial específico e delimitado” (Imbrizi, Martins, Reghin, Pinto & Arruda, 2019, p. 166). Diante disso, é necessário desenvolver dispositivos clínicos capazes de escutar qualificadamente um dos sujeitos que mais sofre neste cenário: as mães desses jovens. Como coloca Gomes (2019, p. 74), mortes em situações de graves violações de direitos humanos, assim como catástrofes sociais e violências, costumam gerar “lutos que infligem dores pungentes em uma espécie de alargamento aprisionante do tempo, como que congelando o enlutado num sofrer sem cessar, tal qual uma ferida que insiste em não cicatrizar”.

Diferente da mulher que perde o marido (a viúva) ou do filho que perde os pais (o órfão), as mães que perdem seus filhos não são nomeadas por um termo comum (Kurogi, 2015). Sem nome e, como algumas dizem, portadoras da maior dor do mundo, muitas dessas mães acreditam que apenas quem passou por esse luto pode entender a dor que as acometem e seus desdobramentos (Schinemann, 2014). Tal sofrimento é compartilhado por Ana Paula Gomes de Oliveira, que perdeu o filho em uma ação policial, ela afirma que:

Eles [os policiais] me tiraram um pedaço. Dói tanto, tanto, que só mesmo outra mãe pode entender. Eu perdi esse pedacinho de mim, mas meu marido e minha filha também me perderam, porque eu nunca mais vou ser a mesma pessoa que eu era (Puff, 2014, para. 39).

Nas circunstâncias de morte decorrente de ação policial, destaca-se a dimensão sociopolítica do sofrimento dessas mulheres, que, em maioria, integram famílias historicamente desassistidas pelo Estado, negras e que acabam por ter que assumir a dolorosa tarefa do luto em condições de muita violência, já que são frequentemente impedidas de se despedirem devidamente do ente querido. Para Arlete Roque, cujo filho - morto com mais dois amigos por policiais - não foi encontrado até hoje: “a pessoa que era paga pelo Estado não tinha o direito de tirar a vida deles. E uma mãe tem o direito de enterrar o seu filho. Eu não tive esse direito. Eles me tiraram” (Betim, 2019, para. 23). Não poder ver o morto e vivenciar rituais fúnebres, como o velório e o enterro do ente querido, dificultam o desinvestimento gradativo que constitui o trabalho psíquico de luto (Fustinoni & Caniato, 2019). A morte inesperada e violenta, que deixa o corpo desfigurado e exige que o caixão permaneça fechado durante o ritual fúnebre, ou a que é seguida pelo desaparecimento do corpo, além de deixar os familiares e amigos sem respostas sobre como se deu o falecimento do ente querido, impedem as despedidas, já que a materialidade do corpo é importante para muitas pessoas atestarem no real seu desaparecimento e poderem aceitar a morte.

Velar o morto envolve vesti-lo, vê-lo, tocá-lo, chorar sobre ele e homenageá-lo. Tais eventos são importantes, ainda que doam, pois contribuem para que o sujeito que sofreu a perda possa concretizá-la e representá-la. Segundo Cremasco (2020), por mais que passar pelos rituais de despedida gere sofrimento, permite ao Eu confirmar a perda. Quando essa experiência não é autorizada, mas omitida ou mesmo negada, e são impostos obstáculos que dificultam a ressignificação da perda do ente querido que foi arrancado, o luto patológico pode emergir: a não aceitação da perda e suas consequências deletérias à saúde mental, como depressões e estados melancólicos.

Assim, a perda de um filho, devastadora para muitas mães, que convivem com uma dor infundável e com dificuldades para a aceitação da morte (Cremasco, Schinemann & Pimenta, 2015), é ainda mais violenta para aquelas cujos filhos foram mortos pela polícia, pois as circunstâncias em que ela ocorre são potencialmente complicadoras para o luto. Levando em conta esses aspectos, a escassa literatura acerca do enlutamento materno decorrente de violência policial e a necessidade do desenvolvimento de



dispositivos clínicos que possam oferecer uma escuta de qualidade a essas mulheres, este trabalho buscou abordar contribuições psicanalíticas que permitam compreender melhor como a perda de um filho pela violência policial ressoa no enlutamento materno.

## METODOLOGIA

Este estudo abordou o tema do luto materno sob à luz da Psicanálise e se fundamentou, principalmente, nos escritos de Sigmund Freud, com destaque para os textos *Introdução ao Narcisismo* (1914a) e *Luto e Melancolia* (1917 [1915]). Foi realizada uma revisão bibliográfica não sistemática sobre o tema, com escolha livre dos textos, mas tendo como base critérios como: autores referência no que tange ao enlutamento materno; orientados pela teoria psicanalítica; compromissados com o desenvolvimento de dispositivos clínicos psicanalíticos decoloniais e de enfrentamento à violência advinda de discriminações como o racismo; bem como autores que trabalham com a temática da violência policial no Brasil. Esse recorte de autores localiza o posicionamento teórico e político das autoras diante do tema, sendo, portanto, uma visão de interface entre a psicanálise e as críticas colonialistas que destacam a supremacia da visão eurocêntrica.

Ainda, optou-se por eleger as palavras-chave “luto materno”, “violência policial” e “psicanálise”, isoladas e em conjunto, como parte do processo de busca e seleção dos textos que integraram as referências deste estudo. Por fim, no que se refere aos depoimentos que fizeram parte do texto e que foram inseridos de forma a ilustrar o conteúdo que aqui se pretendeu discutir, esses foram extraídos de outras fontes, como matérias jornalísticas e, portanto, configuram fontes secundárias e possuem natureza pública. A razão do então estudo ter se restringido em recorrer a este formato de depoimento se deu em virtude do momento em que ele foi produzido, que coincidiu com a pandemia de covid-19 e, por isso, dificultou, por questões sanitárias de distanciamento social, a realização de entrevistas presenciais.

## VIOLÊNCIA POLICIAL BRASILEIRA

A polícia é uma instituição que está implicada na reprodução social da violência (Butler, 2020). No Brasil, historicamente, as forças de segurança do Estado desempenham um papel violento. Discursos legitimadores da violência policial e criminalizadores dos adolescentes pobres e negros se fazem presentes no cotidiano do país. Boa parcela da população brasileira, influenciada por incitações como “vamos eliminar o mal”, responsabiliza os corpos sobre os quais recai a violência pelo mal-estar social que atravessa a sociedade (Rosa, Alencar & Martins, 2018). Ou seja, a vítima muitas vezes é a responsável por ser atacada.

No que tange às medidas do Estado, ações como implantação e manutenção de UPPs<sup>1</sup> nas favelas cariocas - que para certos analistas se mostraram ineficazes (Almeida & Pereda, 2019) e para alguns moradores foi enxergada com desconfiança (Burgos, Pereira, Cavalcanti, Brum & Amoroso, 2011) -, intervenções policiais truculentas nas periferias e o aumento do encarceramento no país, permanecem sendo as medidas adotadas. Ainda, num cenário de elevado número de óbitos no país, o Brasil ainda conta com muitas pessoas morrendo sem que se produzam seus registros de Declaração de Óbito, sendo que inúmeros desses casos incluem jovens mortos pela polícia e que não aparecem nas estatísticas do ISP<sup>2</sup> sobre homicídio ou autos de resistência<sup>3</sup> (Misse, 2014).

A ética da psicanálise, que visa a responsabilização de cada um pelo seu desejo, mostra-nos como é desumanizador esse cenário de violência policial e o apagamento da existência dos vitimizados. Um óbito sem lápide permite matar simbolicamente, apagando a existência daquele que se foi, como Lacan (1997), ao retomar Antígona, da mitologia grega, demonstra. Nesta peça, inconformada com a proibição da honra fúnebre ao Polinices,

---

1 Unidades de Polícia Pacificadora.

2 Instituto de Segurança Pública.

3 Auto de resistência é o nome dado às mortes produzidas pela polícia que são classificadas separadamente por se tratarem de assassinatos cometidos sob a alegação de legítima defesa ou com o objetivo de “vencer a resistência” de suspeitos de crime. O auto de resistência tem amparo no art. 292 do Decreto-Lei n. 3.689, de 03/10/1941, que não prevê quais são as regras para investigação em casos de excessos. O Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro propôs o arquivamento de 99,2% dos casos de autos de resistência entre 2001 e 2011 (Misse, 2011).

Antígona, visando humanizar e eternizar o irmão na memória - garantindo que não se produza a morte do símbolo -, luta e realiza seu sepultamento, sendo condenada à morte. Apagar o registro do morto consiste em uma atitude essencialmente desumanizadora, já que, além da morte biológica - física e decorrente do evento que tirou a vida do sujeito -, aniquila-se a existência simbólica daquele que foi vivo e teve uma história: apaga-se sua memória e seus vestígios, que podem atestar a causa de sua morte.

Enterram-se indivíduos sem registro, sem nome e sem lápide, numa morte anônima e, assim, sem culpados - e que, quando resultado de ações policiais, é promovida pela instituição que paradoxalmente deveria oferecer segurança. Ao destituir os sujeitos de sua humanidade e do corpo simbólico que possuem, além de apagar sua memória, coloca-se em risco não apenas o passado, mas também o futuro (Prates, 2020). Como efeito, os impactos no enlutamento materno nesse tipo de situação são bastante complexos e merecem atenção, por isso são abordados neste artigo.

## RACISMO E VIOLÊNCIA POLICIAL

A violência letal contra crianças e adolescentes no país passa a ser constatada cientificamente somente a partir das décadas de 1980 e 1990. Segundo Flores (2017), a discrepância dos dados apresentados no que diz respeito à raça está entre as características mais marcantes dos homicídios de adolescentes brasileiros. Consoante relatório da Anistia Internacional, publicado em 2016, sobre o uso excessivo e violento da força policial, violações de direitos humanos como tortura, maus-tratos e assassinatos cometidos pela polícia brasileira impactam desproporcionalmente a juventude negra moradora de favelas e periferias.

Semelhantemente, dados do Atlas da Violência de 2020 mostram que a maioria das vítimas de homicídio no país compõe a população jovem negra e parda masculina. Cerca de 75% daqueles que são mortos pela polícia no Brasil, como aponta um relatório de 2020, produzido pela Rede de Observatórios da Segurança (Grellet, 2020), são negros. Conseqüentemente, são as mães de adolescentes negros marginalizados que compõem a maioria de mulheres enlutadas devido à perda de um filho por violência policial no

país. Em se tratando de famílias negras, os atravessamentos da racialidade no luto devem ser escutados e permitir nomeações que se encontram adormecidas em virtude do racismo.

Assim, as propostas de dispositivos clínicos que visem escutar essas mulheres devem levar em consideração os efeitos de fenômenos como o racismo, o histórico de colonização e a vigente desigualdade social do país sobre suas subjetividades. No Brasil, em que o mito da democracia racial gera a concepção de que somos um povo mestiço e, por isso, não há discriminação racial, as desigualdades entre brancos e não-brancos são negadas (Gonzalez, 2018). Dessa forma, o mal-estar é recalçado.

O racismo é um marcador social e, conforme a psicanalista Silva (2017), a resistência à nomeação dele atinge a prática psicanalítica. A invisibilidade do racismo no exercício psicanalítico inviabiliza que se enxergue como essa forma de discriminação contribui para a constituição da subjetividade dos sujeitos, que se singularizam mediante esse marcador social e tendo o branco como ideal (Souza, 1990).

A partir disso, é preciso entender que o território brasileiro reúne sujeitos que são vistos como dignos de escuta e sujeitos que não o são, sendo historicamente assujeitados, obrigados a assumir a posição de terem que ficar calados. No contexto de uma sociedade racista, como afirma Souza (1990), o negro possui duas alternativas genéricas ao constatar a impossibilidade de realizar seu ideal (construído mediante a norma branca): sucumbir às punições do superego ou lutar para encontrar novas saídas. A primeira delas é representada pela melancolia. Esta é marcada, em suas diferentes gradações, pelo sentimento de perda de auto-estima, e, dessa forma, o ego é alvo de angústia, insegurança e inferioridade, que o colocam num “fosso vivido com efeito de autodesvalorização, timidez, retraimento e ansiedade fóbica” (Souza, 1990, p. 41).

Quando uma mãe perde seu filho pela violência policial, na condição de uma família negra, as alternativas genéricas que Souza coloca são retomadas, e a depender do caminho a ser tomado temos um luto patológico que pode ser melancólico. As mães que se unem para lutar pelo fim da forma de violência que promove a morte de seus filhos parecem buscar optar pela militância como uma tentativa de construção de um outro ideal

de ego, que lhes possa configurar novos valores e referências, construído de forma a “recuperar a auto-estima, de afirmar sua existência, de marcar o seu lugar” (Souza, 1990, p. 44).

## O FILHO-FALO

Na perspectiva psicanalítica, o luto materno deve ser compreendido considerando os aspectos relacionados ao narcisismo da mãe, que, desde antes do nascimento do seu bebê, produz fantasias sobre o mesmo. Para Freud (1914a), a relação intensamente afetiva de muitos pais para com seus filhos constitui a revivência e a reprodução do narcisismo deles mesmos, que há muito tempo foi abandonado. Assim, através de um amor infantil e de uma atitude emocional dominada pela supervalorização, os pais atribuem aos seus filhos todas as perfeições, de forma a renascer seu próprio narcisismo (Freud, 1914a).

Nestas circunstâncias, à criança é atribuída a crença de que irá concretizar todos os sonhos não realizados pelos pais. Ainda, segundo Freud (1931), citado por Kurogi (2015), na condição da mulher, em virtude do complexo de Édipo feminino ser um processo que envolve a constatação pela menina de que se é desprovida de pênis, o filho tende a representar para a mãe a obturação de uma falta: o objeto fálico. Conforme Kurogi (2015), o filho resgata desejos inconscientes da mulher em ser completa e sem falhas, desejo como o de ter um bebê na fase fálica.

Como se sabe, a constituição da maternidade para uma mãe tem início nas primeiras identificações da mulher e envolve, por exemplo, a atividade lúdica na infância (Piccinini, Lopes, Gomes, & De Nardi, 2008). Segundo Winnicott (1975), o investimento da mulher em si mesma e em seu filho é maior do que qualquer outro investimento que ela realiza, o que é essencial para a formação do ego do bebê, que graças a essa relação passa a identificar sua própria existência. Ao valorizar seu filho, a mãe valoriza a si mesma (Piccinini et al., 2008). Como consequência do vínculo mãe-filho retomar um amor ligado ao narcisismo da mãe, a perda de seu objeto amado envolve também perder uma parte de si própria (Kurogi, 2015).

Para a psicanálise, o falecimento de um filho interfere radicalmente sobre a importante expressão narcísica que significa acompanhar o crescimento e o desenvolvimento de seu descendente ao decorrer da vida, podendo vê-lo cumprir as expectativas que nele foram investidas. Em razão da morte, os planos futuros são interrompidos e não podem mais vir a ser concretizados. Neste cenário, ter que se deparar com a impossibilidade de satisfazer suas necessidades narcísicas mediante a possibilidade de ver seu filho consumir seus próprios sonhos gera profundo sofrimento para uma mãe.

Finalmente, no caso das mulheres, como afirma Kehl (2016), é preciso considerar que, por muito tempo, tiveram que enfrentar a inexistência de opções para uma “evolução posterior” no campo social, senão se casar e se tornar mãe de vários filhos. A maternidade “deveria realizar a pretensão edípica de finalmente obter um falo” e, por muito tempo, nada mais foi “solicitado à mulher que se tornava mãe, além do cuidado e dedicação aos filhos” (Kehl, 2016, p. 175). O que resta, portanto, à mulher que perde um filho, numa sociedade em que a maternidade e o casamento passaram a significar “uma espécie de ponto de chegada para a mulher, a partir do qual nada mais era esperado dela, nem no plano erótico nem no sublime”? (Kehl, 2016, p. 175).

## O ADOECIMENTO DAS MÃES

O preparo emocional para salvaguardar a morte que está por vir é nomeado em algumas literaturas de luto antecipatório (Cerezetti, 2010) e pode facilitar a recuperação dos familiares no pós-morte. Como a morte advinda da brutalidade policial não é esperada, embora o cenário de violência possa ser cotidiano para muitas das famílias que perdem seus entes queridos dessa forma, ela é muito dolorosa. Frequentemente, as mães que perdem seus filhos dessa maneira precisam “corrigir” a memória de seus filhos, fato importante que integra essa forma de luto. Isso ocorre, pois, muitas vezes, a própria versão policial, os discursos culpabilizadores

veiculados pela opinião pública ou mesmo as chamadas *fake news* alteram a história de seus entes queridos, culpabilizando-os e tornando-os, muitas vezes, os próprios responsáveis de suas mortes.

Tal situação chegou a ser comentada publicamente por Bruna Silva, mãe de Marcos Vinícius, um menino que não possuía envolvimento com tráfico de drogas, mas foi alvo de uma *fake news* que o retratou, através de uma foto falsa, portando uma arma, como forma de justificar sua morte através das redes sociais. Ela chegou a dizer:

Não tive luto. Enterrei o Marcos e falei “agora vamos combater esse *fake news*”. Uma mãe não pode ficar em casa vendo seu filho ser esculachado na internet. Graças a Deus eu limpei o nome dele. Só a gente sabe a dificuldade que é criar um adolescente aqui dentro sem ele virar traficante (Franco, 2019, para. 7).

Essas mães se colocam como guardiãs da memória de seus filhos (Gomes, 2019) e é dificultador para a elaboração do luto que muitas delas tenham que viver essa disputa de narrativa pela memória quando deveriam estar iniciando o trabalho de luto. Elas contam que é comum terem que lidar com comentários como “alguma coisa fez de errado”, “a mãe não educou direito”, “alguma coisa estava devendo” e “alguma culpa devia ter” como forma de julgamento no que tange à perda que sofreram (Carneiro, 2018). Para Bruna Silva “ele [seu filho] morreu duas vezes” (Franco, 2019, para. 1), já que, além de assassinado, foi vítima da *fake news*.

Para Débora Silva, liderança do Movimento Mães de Maio<sup>4</sup>:

Nossos filhos tinham nome e sobrenome, mas quando o Estado os mata, eles passam a ser suspeitos ou são criminalizados”, o que completa dizendo com “além de matar nossos filhos, o Estado ainda contamina a população ao colocar uma interrogação na cabeça das pessoas: ‘se a polícia matou, alguma coisa tem (Acayaba, 2007, para. 4).

---

4 Movimento social que se formou após evento conhecido por Crimes de Maio, que envolveu o assassinato de quase 600 pessoas, em maio de 2006, pelas forças de segurança do Estado. Como resposta ao assassinato de policiais militares, policiais civis, agentes penitenciários e guardas civis pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), foram executados, de forma aleatória, quase 600 jovens na periferias de São Paulo.

O que está em jogo, ao “colocar uma interrogação na cabeça das pessoas”, como diz Débora, é a distorção do simbólico e o apagamento da existência dos seus filhos, que “tinham nome e sobrenome”. Com eles, algo delas, além de ser injuriado, também é apagado, dado o vínculo narcísico da relação mãe-filho.

Como agravante, na contemporaneidade, em que o sofrimento é cada vez mais patologizado e medicalizado, suas dores podem vir a ser alvo de intervenções medicalizantes e pouco comprometidas em considerar sua realidade psíquica e social. Conforme reportado por Menezes (2018, para. 69), segundo Irone Santiago, cujo filho, Vitor, foi alvejado por dois tiros de fuzil do Exército, após voltar de um jogo do Flamengo com os amigos, “o Estado mutilou meu filho e me deu Rivotril”. Vitor não faleceu, mas ficou paraplégico e precisou amputar uma perna.

Neste contexto, a psicanálise pode romper com tal forma de intervenção, que impõe ao sujeito formas de dopar seu sofrimento, sem escutar e acolher o que é doloroso. A prática psicanalítica permite ao sujeito falar de seu sofrimento, sem julgamento, devendo considerar efeitos como os do racismo e da discriminação dessas mulheres, auxiliando-as a nomeá-los, construindo dispositivos clínicos de enfrentamento ao preconceito que permitam a escuta daquilo que é singular de cada uma delas e reconhecendo as sequelas da violência também como um trauma, reencenado cotidianamente para muitas dessas mães.

Segundo Gláucia do Santos, que teve que desmentir a informação de que seu filho, morto por um policial militar, teria se envolvido com o tráfico, “não matam só nossos filhos. Acabam matando a gente aos poucos também. Arrumamos força aonde não tem, mas são várias sequelas que ficam” (Betim, 2019, para. 15). De fato, as famílias que sofreram perdas em situação de violência frequentemente não encontram espaços adequados para elaboração do luto e das violências sofridas por elas (Dalbosco, 2006).

De acordo com Freud (1917 [1915]), para que o luto seja elaborado é preciso que o sujeito tenha condições de representar a morte. Todavia, em circunstâncias de perda decorrente de violência policial nem sempre a comprovação da morte e os rituais fúnebres, fundamentais para a representação, são possíveis de serem realizados, e quando são, não ocorrem de



forma ideal. Às vezes, somente constata-se que a pessoa morreu a partir das condições em que se deu seu desaparecimento e pela durabilidade do mesmo. Em outras situações, o corpo do indivíduo até é encontrado, mas é localizado e identificado muito tempo depois de sua morte.

Por isso, como Freud (1917 [1915]) nos indica, essas mães podem ter que enfrentar a melancolia, que a psicanálise considera como um luto patológico, no qual o Eu, identificado com o objeto perdido, fica paralisado. Os riscos envolvem:

Uma renúncia do eu à auto-preservação, podendo levar a atos suicidas ou, mantendo o eu afastado da realidade, a estados melancólicos paralisantes no qual não há produção de significado para o sofrimento a não ser, a idealização da morte. (Cremasco, 2020, p. 16).

O trabalho de elaboração do luto pode ser obstaculizado para muitas dessas mães, pois são negadas do seu direito de enterrar os filhos e, assim, viver devidamente o ritual do luto, ficando impedidas de passar pelo teste de realidade e concretizar a morte de seus entes queridos. Nessas circunstâncias, e como reforçam Fustinoni e Caniato (2019), o evento traumático que é perder alguém amado de forma abrupta e sem que o corpo seja localizado e identificado é terreno fértil para complicações emocionais e impedimento da vivência do luto.

## LUTO TAMBÉM É VERBO

Muitas mães que vivem a morte de um filho pela violência do Estado optam por se organizar em movimentos sociais e coletivos que lutam por justiça pelos seus filhos e buscam resistir contra a perpetuação dos assassinatos cometidos por forças policiais. Segundo Fustinoni e Caniato (2019), a atuação em movimentos sociais de testemunho e resistência pode se configurar uma forma de passar pelo luto, pois tais movimentos podem significar rituais substitutos dos ritos fúnebres, impedidos às famílias cujos entes queridos são mortos pela violência policial. É importante observar que

a luta dessas mães não necessariamente possibilita a elaboração do luto. Portanto, o envolvimento político dessas mulheres não confere garantias de que não vivam um luto patológico.

Muitas mulheres cujos filhos morreram pela violência do Estado, além de afirmarem que sentem que foram igualmente mortas, dizem que lutar por justiça é aquilo que as mantém em pé. Neste contexto, por meio da rede de solidariedade que se constrói entre elas, tais mães buscam, juntas, permitirem-se viver o luto. Através do testemunho e do compartilhamento do trauma elas presentificam o evento traumático (Agamben, 2008 como citado em Antonello, 2019) e buscam possibilitar a elaboração.

Como se vê, a mobilização delas vai além de reivindicar o cessar da violência policial. Ao lado de exigir que os assassinos não sigam impunes, mudança na postura do Estado com relação ao combate às drogas, fim da política de encarceramento e denunciar o genocídio contra a população negra e moradora das periferias, essas mães parecem buscar registrar a existência de seus filhos e reivindicar o direito de chorar publicamente a morte dos mesmos<sup>5</sup> (Butler, 2020). Segundo Santiago (2019), essas mulheres estão nas ruas pela memória de seus filhos, pois estar na rua é um modo de dizer que aquelas vidas importavam, sendo que não falar em nome delas permitiria aceitar que essas vidas não tinham valor.

Nesse sentido, a batalha que realizam pela inscrição da existência, que está sob o risco de ser distorcida, invisibilizada e aniquilada, tem grande importância no que diz respeito à aceitação da morte. Diante disso, a frase “do luto à luta”, que costuma estampar os cartazes que essas mães erguem em manifestações, parece ser uma trajetória vivida inversamente. A luta é que parece ir em direção à possibilidade de se viver o luto, pois falar sobre seus filhos e reivindicar o direito ao luto é uma forma de oferecer condições para o enlutamento - que não necessariamente irá se cumprir.

A máxima “luto é verbo”, popularizada após o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, por policiais no Rio de Janeiro, aqui é outra frase que ganha importância. É claro que para aqueles que se alinham à

---

5 Conforme Butler (2020), aqueles que exigem seu direito ao luto reivindicam seu direito de chorar publicamente.

psicanálise luto é verbo, pois diz respeito ao movimento psíquico de reação à perda, envolvendo toda a reorganização libidinal de investimento, o que é vivenciado de forma singular por cada um, como indica Freud (1917 [1915]). Porém, luto aqui é verbo também porque a morte nas circunstâncias de violência do Estado parece demandar daqueles que ficam ainda um movimento de luta, de reivindicação do direito de se enlutar, sendo que o luto nem sempre é possível, mas a luta pode facilitar sua ocorrência.

Sobre isso, durante o lançamento do quarto livro do Movimento Mães de Maio, Débora da Silva, liderança do movimento, chegou a afirmar que:

A gente era acostumada a chorar, só fazíamos eventos e mesas chorando. Chorar a morte dos nossos filhos foi uma tática da gente não mais chorar, mas sim de reviver eles vivos, contar quem eram eles, dizer que eles não eram suspeitos, que eles eram cidadãos de bem, que eles eram pais de família, que eles eram nossos filhos. (Vasconcelos, 2019, para. 15).

A construção dessa rede de solidariedade, a possibilidade de falar sobre os seus filhos, sobre quem foram e quem não foram cumpre um relevante papel simbólico. Segundo Edna C. Souza, cujo filho foi morto por policiais militares, “enquanto luto por justiça, mantenho meu filho vivo” (Menezes, 2018, para. 66). A nomeação e o registro de seus filhos cumprem o papel de não permitir a morte simbólica. Como Antígonas contemporâneas, essas mães guardiãs reivindicam o retorno da humanidade arrancada de seus filhos, protegendo seus nomes e suas memórias (Gomes, 2019).

## A PSICANÁLISE NA ESCUTA DE MÃES ENLUTADAS POR PERDA DEVIDO À VIOLÊNCIA POLICIAL

A Psicanálise ensina que é preciso permitir o dizer, que, como explica Lacan, não é a voz, e sim um ato (como citado em Prates, 2020). Segundo Prates (2020), o dizer é um ato de nomeação que funda um laço incompatível com o totalitarismo. A autora aponta para a necessidade de uma lógica coletiva que não tenda à totalização e à manutenção de uma sociedade que já não se enluta pelos seus mortos, não ergue suas lápides e vem produzindo um país conhecido por suas valas comuns. Diante disso, é imprescindível

que os testemunhos e os trabalhos de memória feitos em torno do horror, como o que foi realizado referente ao holocausto, se ergam (Cremasco, 2020). Como coloca Cremasco (2020), a importância dos testemunhos e do trabalho da memória reside na sua função de não permitir retornar os piores pesadelos da Humanidade.

Como Freud (1921) defende, a vinculação do sujeito se dá com e a partir do outro, sendo que não há dicotomia entre psicologia individual e psicologia social. O sujeito da psicanálise “é por definição um ser de cultura, constituído numa dimensão histórica e simbólica que o antecede sempre” (Kehl, 2016, p. 211). Assim, na escuta de sujeitos marginalizados e violados em seus direitos, como as mulheres que perderam seus filhos por violência policial, é necessário que os psicanalistas os escutem considerando a dimensão sociopolítica de seu sofrimento. Nesse sentido, como apontam Imbrizi *et al.* (2019, p. 170), é preciso criar “modos de atenção e enfrentamento ao sofrimento sociopolítico desencadeado pela segregação social - responsabilidade presente nas intervenções psicanalíticas em prol da transformação social”.

Segundo Silva (2017), é preciso considerar todos os fatores identitários da pessoa que atendemos na clínica. Aquele que pretende oferecer escuta àqueles que, em grande parte devido à sua racialidade foram historicamente marginalizados e silenciados, deve compreender o mito da democracia racial brasileira, assumindo criticidade frente a esse discurso miscigenador, que procura igualar os brasileiros através da diluição dos aspectos raciais que os atravessam.

É comum ouvir que psicanalistas que trabalham com populações marginalizadas e atravessadas pela violência das mais diversas naturezas realizam o incrível trabalho de dar voz a esses sujeitos. O colonialismo está explícito nesta equivocada concepção. O psicanalista não dá voz a ninguém, mas oferece a escuta. Essas pessoas têm voz desde sempre e o que cabe à psicanálise é escutá-las, pois o silenciamento gera sofrimento, e elas vêm sendo historicamente silenciadas, muitas vezes não encontrando espaços para elaborar suas perdas.

Muitas das mulheres que perdem seus filhos em virtude da violência policial têm se posicionado contra a violência do Estado e gritado para o

mundo a dor que sentem há muito tempo. No trabalho com essas mulheres, dado o impacto do racismo, da pobreza e do colonialismo em suas vidas, bem como considerando a forma trágica que perderam seus filhos, é essencial que o psicanalista não assuma uma postura igualmente reprodutora de relações assimétricas, ocupando o lugar de quem acha que dá voz a elas. Esse lugar é contrário à prática psicanalítica, que tem como propósito a escuta.

Cabe ao psicanalista erigir uma escuta qualificada e atenta aos aspectos que atravessam esses corpos e suas respectivas singularidades. Neste âmbito, as alternativas de cuidado, que é preciso desenvolver, extrapolam a clínica particular. Por mais que esta não seja uma tarefa fácil de se realizar, muitos dispositivos clínicos psicanalíticos de enfrentamento à violência advinda da discriminação, do racismo e do colonialismo têm sido desenvolvidos e colocados em exercício. Como exemplos temos a Clínica do Testemunho e as Conversas Públicas, que num trabalho clínico de elaboração social permitem aos sujeitos um local para o compartilhamento de seus testemunhos. Ainda, podem ser citadas as cartografias da Psicanálise - com metodologia de intervenção comunitária que permite mover as memórias - e as propostas de organizações como o Coletivo Margens Clínicas, que, a partir da escuta clínica, busca intervir sobre o sofrimento psíquico advindo da violência do Estado.

Ainda, reitera-se a importância de se voltar às contribuições de autores como Frantz Fanon, Neusa S. Souza, Grada Kilomba, Isildinha B. Nogueira, Fúlvia Rosemberg entre outros(as) que se dedicaram ao estudo das questões raciais à luz da Psicanálise. A escuta psicanalítica nasceu para dar voz ao emergente, não para corroborar a tradição (Kehl, 2016).

Alguns psicanalistas têm construído dispositivos nas mais variadas situações para atender sujeitos acometidos pela violência do Estado, tornando possível a construção de diferentes *settings*. Tais dispositivos, muitas vezes, operam por meio de grupos, mas também podem ser individuais, sendo que é possível trabalhos de escuta através de uma caminhada pelas ruas no território do sujeito (Broide, 2014).

Que nosso saber não se valida pelas quatro paredes do consultório, por uma poltrona e um divã - que se constituem num dispositivo genial inventado

por Freud - mas sim no trabalho com o inconsciente, na transferência, em todas as manifestações da vida, e no caso aqui, na vida nas situações sociais críticas. (Broide, 2018, p. 363)

O trabalho desenvolvido com populações afetadas pela violência estatal demanda o desenvolvimento de dispositivos psicanalíticos que operem de maneira transformadora na realidade social (Broide, 2018). Dessa forma, as alternativas de cuidado dirigidas às mulheres aqui protagonizadas extrapolam a clínica particular e demandam a construção de outros dispositivos. Diante disso, é preciso compreender que, como indica Broide (2019), a passagem da clínica do consultório para a clínica nas situações sociais críticas não consiste na simples transposição de um espaço a outro, “mas sim, de uma inflexão que propõe a construção de dispositivos clínicos pautados pelos quatro conceitos fundamentais da psicanálise, ou seja, o inconsciente, a transferência, a pulsão e a repetição” (Broide, 2019, p. 62).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou, a partir da literatura existente e sob à luz da psicanálise, propor avanços teóricos para um melhor entendimento do luto materno em circunstância de perda por violência policial, e, assim, contribuir para a escuta das mulheres que vivenciam esse sofrimento. No Brasil, o homicídio de jovens, em sua maioria negros e marginalizados, é elevado, constituindo fenômeno que chegou a ser descrito como epidêmico (Waiselfisz, 2012 como citado em Senkevics, 2013). Em 2020, com a pandemia de covid-19, tal população passou a estar ainda mais sob o risco de perder a vida. Conforme dados do SUS, a doença no país matou mais pobres e pardos, homens e jovens do que em outros países onde a pandemia inviabilizou sistemas de saúde (Soares, Cravo & Tatsch, 2020). No primeiro semestre de 2020, enquanto a quarentena abaixava a curva de infecção da doença em alguns estados, a letalidade policial do estado de São Paulo matou mais que em duas décadas, fato reportado pela *Folha de S. Paulo* (2020). Segundo a publicação, de janeiro a junho de 2020 as polícias civil e militar mataram, juntas, 514 pessoas.

As famílias que perdem seus entes queridos dessa forma costumam ser negligenciadas pelo Estado e convivem com dificuldades relacionadas à perda. Os assassinatos promovidos pela polícia são repentinos e violentos, podem incluir humilhações, tortura, ocultamento de corpos, plantação e desaparecimento de provas, demandando frequentemente a ocorrência de velórios com caixões fechados. Tais aspectos impactam negativamente sobre a forma como se vive a perda do ente querido que se foi nessas condições, de modo traumático.

A perda de um filho é sofrida por muitas mães como a maior dor possível de acometê-las (Schinemann, 2014). Nos relatos, observa-se que essa morte é vivida por muitas delas também como uma perda de parte de si, o que para a psicanálise pode ser entendido pela especificidade da relação mãe-filho, que possui aspectos relacionados ao narcisismo da mãe (Freud, 1914a). Não vislumbrar a possibilidade de se perpetuar, por meio de seu descendente, impede a realização do ideal do eu e interfere na sustentação da autoestima e dos ideais do sujeito.

Ao invés de serem acolhidas, escutadas e terem seu sofrimento legitimado - descrito como a maior dor do mundo - essas mães enfrentam ainda o julgamento, a injúria e a desumanização dos seus filhos, transformados em meros cadáveres, sob o eco de máximas como “bandido bom é bandido morto”. Por isso, as mães que perdem seus filhos pela violência policial enfrentam grandes obstáculos para compartilhar suas dores e pedir ajuda, tendo receio de não haver compreensão por parte do outro, pois elas são mães de “bandidos” e seu sofrimento não pode ser legitimado. Consequentemente, podem optar por se afastar da vida social e enfrentar maiores dificuldades na elaboração da perda.

A pobreza e a vulnerabilidade social corroboram para que essas mães sejam mais sujeitas a desenvolver depressão e outras doenças, sendo que os irmãos costumam ser expostos a situações de risco, tais como criminalidade e tráfico de drogas, chegando a apresentar comportamentos violentos e desejos de vingança (Dalbosco, 2006). Em se tratando de mães negras, dada a existência de um senso comum, produzido pelo racismo, que diz que a mulher negra é “mais forte” ou “mais resistente a dor”, tais mulheres tendem a possuir um quadro de saúde mais agravado em comparação com

as mulheres brancas, o que pode ter repercussões na forma como a perda do filho as afeta e contribuir para o caminho em direção ao luto patológico, de difícil elaboração. Segundo Freud (1914b), é através do enfrentamento da resistência, da recordação e do encontro com seus próprios conteúdos que a elaboração é possível. Assim, essas mulheres precisam encontrar um espaço em que possam ter seus conteúdos recordados e elaborados. Por isso, um espaço de escuta qualificado é de vital importância.

Escutar o sofrimento de mães relacionado à perda do filho advinda de violência policial exige do analista entender que algumas questões da esfera sociopolítica com as quais o sujeito deve se haver integram a história coletiva de suas famílias e das comunidades que vivem. Se a violência faz parte da realidade da mulher que perdeu seu filho pela ação policial, esse fato precisa ser reconhecido, pois ele estrutura os sujeitos que ali vivem e são alvo das armas do Estado, caracterizando a dimensão sociopolítica do sofrimento dessas pessoas, que o vivenciam de forma, ao mesmo tempo, singular e coletiva.

Além disso, já que muitas das mulheres que têm seus filhos mortos pelas forças policiais têm uma postura crítica frente ao Estado, é essencial que o psicanalista se atenha para a possível presença disso na relação transferencial. A Psicanálise não serve ao Estado, que impõe mal-estares. Ela serve à escuta do sujeito. É importante, por isso, que, ao construir dispositivos clínicos dirigidos a esta população, este trabalho seja desenvolvido de forma que não permita às mulheres que sofrem com a violência policial enxergar o analista como uma extensão do Estado.

Por fim, é fundamental que a relação com o psicanalista permita um espaço em que essas mulheres possam se expressar, nomear seus conflitos e falar de suas dores. A construção de outros dispositivos permite que a Psicanálise não realize seu trabalho de escuta do sujeito do inconsciente somente centrada no trabalho individual de consultório particular. Como Broide (2018) afirma, ao escrever sobre o trabalho clínico junto às populações afetadas pela violência de Estado, a Psicanálise deve estar onde a vida está.



## REFERÊNCIAS

- Acayaba, C. (2019, 12 maio). Mães de mortos pela polícia lançam livro com 23 relatos sobre a vida dos filhos. *G1*. Recuperado de <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/12/maes-de-mortos-pela-policia-lancam-livro-com-23-relatos-sobre-a-vida-dos-filhos.ghtml>.
- Almeida, M. S. C., & Pereda, P. C. (2019). Esgotamento do impacto das UPPs sobre criminalidade. *Working Paper Series*, Vol. 34 (2019), pp. 01-29. Recuperado de [http://www.repec.eae.fea.usp.br/documentos/Almeida\\_Pereda\\_34WP.pdf](http://www.repec.eae.fea.usp.br/documentos/Almeida_Pereda_34WP.pdf).
- Anistia Internacional. (2016). *Anistia Internacional Informe 2015/16: o estado dos direitos humanos no mundo*. Anistia Internacional Brasil (Trad.). Rio de Janeiro: Grafitto Gráfica e Editora Ltda. Recuperado de [https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Informe2016\\_Final\\_Web-1.pdf](https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Informe2016_Final_Web-1.pdf).
- Antonello, D. F. (2019). Testemunhar - um modo de compartilhar o trauma. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 22(2), pp. 180-189. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1809-44142019002005>
- Araújo, T. de. (2015, 08 setembro). Polícia brasileira é a que mais mata no mundo, diz relatório. *Exame*. Recuperado de <https://exame.com/brasil/policia-brasileira-e-a-que-mais-mata-no-mundo-diz-relatorio/>.
- Betim, F. (2019, 08 julho). As mães 'órfãs' de filhos que o Estado levou. *El País Brasil*. Recuperado de [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/10/politica/1560155313\\_626904.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/10/politica/1560155313_626904.html)
- Broide, J. (2014). A construção de dispositivos clínicos. *Correio da APPOA*, 240. Recuperado de [http://www.appoa.org.br/correio/edicao/240/a\\_construcao\\_de\\_dispositivos\\_clinicos/156](http://www.appoa.org.br/correio/edicao/240/a_construcao_de_dispositivos_clinicos/156).
- Broide, J. (2018). O trabalho clínico junto às populações afetadas pela violência de Estado. In: M. D. Rosa et al (Org.). *As escritas do Ódio: psicanálise e política* (pp. 363-375). São Paulo: Escuta/Fapesp.

- Broide, J. (2019). A clínica psicanalítica na cidade: a clínica psicanalítica nos espaços públicos: breves considerações históricas. In: E. Broide & I. Katz (Orgs.). *Psicanálise nos Espaços Públicos* (pp. 48-65). São Paulo: Biblioteca Dante Moreira Leite/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Recuperado de [http://newpsi.bvs-psi.org.br/eventos/Psicanalise\\_espacos\\_publicos.pdf](http://newpsi.bvs-psi.org.br/eventos/Psicanalise_espacos_publicos.pdf).
- Burgos, M. B., Pereira, L. F. A., Cavalcanti, M., Brum, M., & Amoroso, M. (2011, agosto). O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas. *Desigualdade & Diversidade: Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, Vol. 11, pp. 49-97. Recuperado de <http://desigualdadediversidade.soc.puc-rio.br/media/4artigo11.pdf>.
- Butler, J. (2020, 10 julho). Judith Butler: “De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público?”. *El País Brasil*. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judith-butler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html>.
- Carneiro, J. D. (2018, 03 maio). Unidas pela dor: mães que perderam filhos para a violência encontram amparo em grupo no RJ. *BBC Brasil*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43915337>
- Cerezetti, C. R. N. (2010). *Avanços da psicologia hospitalar: por onde caminhamos*. São Paulo: Paulus.
- Código Processo Penal (1941). Decreto de lei n. 3.689, de 1941/03/10. (54a ed.). São Paulo, SP: Saraiva
- Cremasco, M. V. F., Schinemann, D. & Pimenta, S. de O. (2015). Mães que Perderam Filhos: uma Leitura Psicanalítica do Filme Toca do Coelho. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35 (1), 54-68. <https://doi.org/10.1590/1982-3703002152013>.
- Cremasco, M. V. F. (2020, jun/jul). Luto na pandemia de COVID-19. Entrevistada por R. Mello. *Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental*. Recuperado de <https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/289>.

- Dalbosco, C. (2006). *Ressonâncias da morte violenta de adolescentes e jovens: estudo teórico clínico das famílias em sofrimento* (Dissertação de Mestrado) - Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3609/1/2006\\_Carla%20Dalbosco.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3609/1/2006_Carla%20Dalbosco.pdf).
- Flores, T. (2017). *Cenas de um genocídio: homicídios de jovens negros no Brasil e a ação de representantes do Estado* (Dissertação de Mestrado). Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31045>.
- Folha de S. Paulo (2020). Letalidade policial bate recorde, e homicídios sobem durante a pandemia em SP. *Folha de S. Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/07/letalidade-policial-bate-recorde-e-homicidios-durante-a-pandemia-em-sp.shtml>.
- Franco, L. (2019, 11 março). ‘Ele morreu duas vezes’: a batalha de uma mãe para tirar da internet ‘fake news’ que acusam filho morto de ser traficante. *Terra*. Recuperado de <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/ele-morreu-duas-vezes-a-batalha-de-uma-mae-para-tirar-da-internet-fake-news-que-acusam-filho-morto-de-ser-traficante,11b5a550f3d4e08bf1c3462084715041xvuaeef.html>.
- Freud, S. (1914a). Introdução ao narcisismo. In: S. Freud. *Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. P. C. de Souza (Trad.). (Obras Completas, Vol. 12, pp. 13-51). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Freud, S. (1914b). Recordar, repetir e elaborar. In: S. Freud. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“o caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)*. P. C. de Souza (Trad.). (Obras Completas, Vol. 10, pp. 193-210). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- Freud, S. (1917 [1915]). Luto e Melancolia. In: S. Freud. *Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. P. C. de Souza (Trad.). (Obras Completas, Vol. 12, pp. 170-195). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- Freud, S. (1921). *Psicologia das Massas e Análise do Eu*. In: S. Freud. *Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos (1920-1923)*. P. C. de Souza (Trad.). (Obras Completas, Vol. 15, pp. 13-114). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Fustinoni, C. F., & Caniato, A. (2019). O luto dos familiares de desaparecidos na Ditadura Militar e os movimentos de testemunho. *Psicologia USP*, 30. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/0103-6564e180131>.
- Gomes, L. B. (2019). *O processo de luto e os efeitos do traumático: um estudo psicanalítico sobre trabalhos psíquicos, memória, testemunho e elaboração onírica*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/D.47.2020.tde-14022020-122157. Recuperado de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-14022020-122157/pt-br.php>.
- Gonzalez, L. (2018). A categoria Político-Cultural da Amefricanidade. In: L. Gonzalez. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana.
- Grellet, F. (2020, 15 julho). Negros são 75% dos mortos pela polícia no Brasil, aponta relatório. *UOL*. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/07/15/negros-sao-75-dos-mortos-pela-policia-no-brasil-aponta-relatorio.htm?cmpid=copiaecola>.
- Imbrizi, J. M., Martins, E. de C., Reghin, M. G., Pinto, D. K. de S., & Arruda, D. P. (2019). Cultura hip-hop e enfrentamento à violência: uma estratégia universitária extensionista. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(spe), 166-172. Recuperado de [https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i\\_esp/29041](https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29041).
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2020). *Atlas da Violência 2020*. Brasília: IPEA, Recuperado de <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>.
- Kehl, M. R. (2016). *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. (2a ed.). São Paulo: Boitempo.

- Kurogi, L. T. (2015). *Mães sem nome: a perda de um filho por assassinato* (Dissertação de Mestrado). Curso de Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Recuperado de <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/39309>.
- Lacan, J. (1997). *Seminário 7 – A Ética da Psicanálise (1959-60)*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Menezes, L. (2018, 15 setembro). Senhoras das dores, as mães que violência policial despedaçou. *Metrópoles*. Recuperado de <https://www.metropoles.com/materias-especiais/maes-que-perderam-seus-filhos-por-violencia-policial-lutam-por-justica>.
- Misse, M. (2011, janeiro). *Autos de Resistência: Uma análise dos homicídios cometidos por policiais na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011)* (Relatório final). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado de [http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/04/PesquisaAutoResistencia\\_Michel-Misse.pdf](http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/04/PesquisaAutoResistencia_Michel-Misse.pdf).
- Misse, D. (2014). Cinco anos de UPP: Um breve balanço. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 7(3), 675-700. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7238>
- Moraes, Pedro Bodê de. (2004) Juventude, medo e violência. In: Ciclo de Conferências direito e psicanálise. Novos e invisíveis laços. Recuperado de [https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/09/MORAES-juventude\\_medo\\_e\\_violencia.pdf](https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/09/MORAES-juventude_medo_e_violencia.pdf).
- Piccinini, C. A., Lopes, R. S., Gomes, A. G., & De Nardi, T. (2008). Gestaçã o e a constituição da maternidade. *Psicologia em Estudo*, 13 (1), pp. 63-72. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722008000100008>.
- Prates, A. L. (2020, 26 abril). Lápide. Psicanalistas pela Democracia. Recuperado de <https://psicanalisedemocracia.com.br/2020/04/lapide-poana-laura-prates/>.
- Puff, J. (2014, 18 setembro). Tragédia une mães de mortos por policiais: “Eles acham que a gente não tem voz”. *BBC Brasil*. Recuperado de [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140919\\_depoimentos\\_maes\\_vitimas\\_salasocial\\_eleicoes2014\\_rw](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/09/140919_depoimentos_maes_vitimas_salasocial_eleicoes2014_rw).

- Rosa, M. D., Alencar, S., & Martins, R. (2018). Licença para odiar: uma questão para a Psicanálise e a Política. In: M. D. Rosa et al (Org.). *As escritas do Ódio: psicanálise e política* (pp. 15-33). São Paulo: Escuta/Fapesp.
- Santiago, V. (2019). A maternidade como resistência à violência de Estado. *Cadernos Pagu*, (55). Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/18094449201900550011>.
- Schinemann, D. C. (2014). *O luto das mães que perderam seus filhos: uma leitura psicanalítica* (Dissertação de mestrado). Curso de Psicologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/35857>.
- Senkevics, A. (2013, 14 novembro). Epidemia de mortes de jovens negros e pobres no Brasil. *Portal Geledés*. Recuperado de <https://www.geledes.org.br/epidemia-de-mortes-de-jovens-negros-e-pobres-no-brasil/>.
- Silva, M. L. da. (2017, 31 julho). “Impactos do racismo não são reconhecidos pela psicanálise”, afirma psicóloga. Entrevistada por L. Console. *Brasil de Fato*. Recuperado de <https://www.brasildefato.com.br/2017/07/31/impactos-do-racismo-nao-sao-reconhecidos-pela-psicanalise-afirma-psicologa>
- Soares, M., Cravo, A. & Tatsch, C. (2020, 03 julho) Dados do SUS revelam vítima-padrão de COVID-19 no Brasil: homem, pobre e negro. *ÉPOCA*. Recuperado de <https://epoca.globo.com/sociedade/dados-do-sus-revelam-vitima-padrao-de-covid-19-no-brasil-homem-pobre-negro-24513414>.
- Souza, N. S. (1990). *Tornar-se Negro: As Vicissitudes da Identidade do Negro brasileiro em Ascensão Social*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Vasconcelos, C. (2019, 17 maio) “O Estado tirou o nosso direito de sorrir”, dizem Mães de Maio em lançamento em SP. *Ponte Jornalismo*. Recuperado de <https://ponte.org/o-estado-tirou-o-nosso-direito-de-sorrir-dizem-maes-de-maio-em-lancamento-em-sp/>.

Recebido em 18/03/2021

Aceito em 10/10/2022



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.